

REITOR

Prof. Dr. Jorge Nagle

VICE-REITOR

Prof. Dr. Paulo Milton Barbosa Landim

CENTRO DE PUBLICAÇÕES CULTURAIS E CIENTÍFICAS

DIRETOR: Prof. Dr. Fernando de Azevedo Corrêa

Conselho Consultivo

Presidente: Prof. Dr. Fernando de Azevedo Corrêa

Membros: Prof. Dr. Antônio Christofolletti

Prof. Dr. Dilermando Perecin

Prof. Dr. Francisco Habermann

Prof. Dr. Irineu de Moura

Equipe Técnica

Elga de Souza Pastore

Maria Sylvania C.A. Corrêa

Vanderli P.A. Horikiri

Vera Lúcia Sena

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

0313036731



ALFA
Revista de Lingüística

ISSN 0002-5216
ALFAD5

| | | | | |
|------|-----------|-------|-------|------|
| ALFA | São Paulo | v. 29 | f-155 | 1985 |
|------|-----------|-------|-------|------|

A correspondência e os artigos para publicação deverão ser encaminhados a:
Correspondence and articles for publication should be addressed to:

ALFA: Revista de Lingüística

Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação
Estrada Araraquara — Jaú, km 1 — C.P. 174
14800 — Araraquara — SP — Brasil

Comissão de Redação

Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran
José Luiz Fiorin
Mercedes Sanfelice Risso
Roberto Gomes Camacho
Telmo Correia Arrais

Diretor da Revista

José Luiz Fiorin

Publicação anual / Annual publication
Solicita-se permuta / Exchange desired

ALFA: Revista de Lingüística. (Universidade Estadual Paulista) São Paulo,
SP — Brasil, 1962-1977; 1980-

Suplemento em: 1984, 28
1962-1977, 1-23
Publicação interrompida de 1978-1979
1980-1985, 24-29

ISSN-0002-5216
ALFAD5

Os artigos publicados na ALFA: Revista de Lingüística são indexados por:
The articles published in ALFA: Revista de Lingüística are indexed by:

Bibliographie Latinoamericaine D'Articles; Clase-Cich-Unam; Indice de Revista. Seccion de Humanidades y Ciencias Sociales; MLA — International Bibliography of Books and Articles on Modern Languages and Literature; Nichtkonventionelle Literatur Linguistik; Sociological Abstract; Sumários Correntes Brasileiros; Ciências Sociais e Humanas; Sumários de Educação.

SUMÁRIO/CONTENTS

TENDÊNCIAS — O ENSINO DO PORTUGUÊS

| | |
|--|---|
| O SISTEMA ESCOLAR E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Educational system and Portuguese language teaching. R.G. Camacho | 1 |
|--|---|

| | |
|---|---|
| DE COMO SERIA BOM SE FOSSE AO CONTRÁRIO. How good it would be if it were the opposite. V.L. do Amaral | 9 |
|---|---|

ARTIGOS ORIGINAIS / ORIGINAL ARTICLES

| | |
|---|----|
| PADRÃO CONTEXTUAL E EFEITO ESTILÍSTICO. Contextual pattern and stylistic effect. M.S. Risso | 21 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| TEXTO EM ANÁLISE. Analysing text. J. de Almeida | 29 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| AS CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS EM PORTUGUÊS. The causative construction in Portuguese. T.C. Arrais | 41 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| O ESTATUTO DAS CHAMADAS CONJUNÇÕES COORDENATIVAS NO SISTEMA DO PORTUGUÊS. The statute of the so-called coordinate conjunct in the Portuguese system. M.H. de M. Neves | 59 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| TIPOLOGIA DOS COMPLEMENTOS VERBAIS DO PORTUGUÊS CON- TEMPORÂNEO. Typology of the verb complements of contemporary Portuguese. S.E. Ignácio | 67 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| VERBOS INTRODUTORES DE DISCURSO DIRETO. Introductory verbs to direct speech. A.M.P. de Oliveira, B.N.O. Longo, M.C.C. Dezotti | 91 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| MANIFESTAÇÕES DA NEGAÇÃO EM PORTUGUÊS: A NEGAÇÃO IM- PLÍCITA. The expressions of negation in Portuguese: the implicit negation. R.M. Pessoa | 97 |
|--|----|

| | |
|---|-----|
| O ESPAÇO E A EXPRESSÃO LINGUÍSTICA. The space and its linguistic expression. S.J. de A. Martins | 101 |
|---|-----|

TRADUÇÃO / TRANSLATION

AS PROBLEMÁTICAS ENUNCIATIVAS: ESBOÇO DE UMA APRESENTAÇÃO HISTÓRICA E CRÍTICA.

Les problématiques énonciatives: esquisse d'une présentation historique et critique.

| | |
|--|-----|
| C. Fuchs; Trad. de L.M. Rezende | 111 |
| RESENHAS / REVIEWS | 131 |
| ÍNDICE DE ASSUNTOS / SUBJECT INDEX | 149 |
| ÍNDICE DE AUTOR / AUTHOR INDEX | 151 |
| ÍNDICE DE RESENHAS/REVIEWS INDEX | 155 |

O SISTEMA ESCOLAR E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA*

Roberto Gomes CAMACHO**

RESUMO: Neste trabalho, discute-se a questão do ensino da língua portuguesa em relação ao sistema escolar em geral. Mostra-se que o conflito entre a norma culta e a variação linguística é uma das causas do fracasso de alunos sócio-culturalmente marginalizados e sugere-se um enfoque bidialecionista para solucioná-lo.

UNITERMOS: Variação linguística; modelo da diferença verbal; modelo da deficiência verbal; bidialeatismo; norma culta; dialeto estigmatizado.

Uma das causas mais evidentes do baixo nível da escola brasileira foi a implantação de um modelo de ensino que, embora tenha propiciado às camadas sócio-culturalmente marginalizadas melhores condições de acesso ao processo educativo, não lhes forneceu, em contrapartida, meios adequados de adaptação, que lhes garantiriam permanência e formação sólida.

Em busca de uma solução para o baixo rendimento daí resultante, os agentes do ensino encurtaram caminho através da criação, nas duas últimas décadas, de mecanismos institucionais de aprovação que fornecessem índices meramente estatísticos de escolarização, quando, sabe-se hoje sobejamente, era necessário rever o modelo pedagógico praticado até a década de 60, em virtude das desigualdades sociais na clientela escolar, motivadas por essa abertura do sistema.

Deixou de ser possível sustentar a ilusão de que se dispõe no Brasil de um sistema de ensino aberto e igual para todos. Quem quer que esteja direta ou indiretamente vinculado ao processo de educação formal guarda a certeza de que a situação real, com que se convive diariamente, contradiz o discurso dos textos oficiais que procuravam alimentar a ideologia da democratização do ensino. O conflito entre realidade e discurso ideológico tem sido objeto de análise e uma denúncia das mais relevantes é a de que o sistema de ensino desempenha uma dupla função ideológica: discrimina a população sócio-culturalmente marginalizada e dissimula simultaneamente esse papel.

Cunha (4) entende que se desenvolve a função discriminatória segundo três modalidades de funcionamento escolar. Na mais rudimentar, o sistema educacional apresenta uma estrutura tal que exclui grande parte da população marginalizada. Uma segunda modalidade, já mais elaborada, distribui por diferentes ramos do sistema escolar a população que consegue manter-se no processo de educação formal: a classe trabalhadora recebe uma instrução profissionalizante que a converte em mão-de-obra disponível pa-

* O presente trabalho é parte de uma discussão mais ampla e profunda sobre o mesmo assunto, contida em tese de doutorado (3).

** Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas — Instituto de Biociência, Letras e Ciências Exatas — UNESP — 13100 — São José do Rio Preto — SP.

ra os setores produtivos, enquanto a classe privilegiada adquire uma formação geral, que a prepara para os cursos superiores. A terceira modalidade também exerce um papel discriminatório, ainda que constitua, como agência institucional regulamentada por textos oficiais, um sistema de ensino único e igual para todos: apresenta distintos padrões de qualidade, segundo as diferenças sociais da clientela. É próprio dessa terceira modalidade que os conteúdos curriculares ignorem e mesmo desvalorizem as experiências culturais adquiridas pelos jovens de classe baixa em seu próprio contexto social.

Embora esses três modelos formais correspondam a três estágios da evolução histórica do sistema de ensino nos países capitalistas, é possível classificar a escola brasileira como um tipo híbrido, em que coexistem os dois primeiros. Os textos oficiais pretendem, todavia, representá-la formalmente, como pertencente à terceira modalidade. É justamente esse modelo que melhor fornece à escola os meios de desempenhar a função discriminatória, porque, na mesma medida em que o faz, melhor dissimula seu papel. As diferenças de escolaridade que há costumam ser atribuídas tanto a carências individuais, como “falta de dom, de potencial”, quanto a carências coletivas, provenientes de um pretense ambiente social empobrecido.

A distância entre o processo seletivo exercido pela escola e a ideologia do discurso oficial que o nega tem sido estatisticamente comprovada. De cada 100 crianças em condições de ingressar na 1.ª série, não se matriculam mais que 35. Em virtude de reprovação e evasão, apenas 40,1% do contingente ingressante logram passar para a série seguinte. Esse processo segue menos intensamente seu curso afunilador nas séries seguintes; ainda assim, a proporção dos que atingem a 4.ª série, em relação ao total de matrículas na 1.ª, não ultrapassa 8,6% (cf. Cunha, 4, p. 42).

Acrescenta-se outro ingrediente nessa composição: os índices de exclusão e fracasso escolar não são equitativamente distribuídos pelos diferentes estratos sociais. Segundo Machado (7), índices estatísticos a respeito da população escolar brasileira mostram correlação entre grau de exclusão e exercício de ocupações rurais, seguidas imediatamente por atividades na produção extrativa mineral, na prestação de serviços e na indústria de transformação e construção civil. Essas atividades totalizam mais de 96% de indivíduos sem qualquer instrução, ou que não cursaram mais que o antigo primário completo. Os mais altos níveis de participação no processo educativo pertencem significativamente às atividades localizadas no extremo oposto da escala sócio-econômica: os graus médio e superior de escolaridade são atingidos e completados especialmente por membros da classe proprietária e de categorias sociais a ela vinculadas. Essa correlação não só contraria a noção, nas interpretações ideológicas, de uma escola única e aberta a todos, mas também reforça a certeza de que a escola brasileira reproduz as desigualdades sociais, em vez de superá-las com um ensino transformador.

A idéia de Educação, veiculada nos textos oficiais como um bem comum e facultado a todos os indivíduos, entra, como se vê, diretamente em conflito com a realidade diária da prática escolar. Um conceito oportuno para explicar esse modo de funcionamento do sistema educacional é o de aparelho ideológico de Estado, proposto por Althusser (1)

Segundo Althusser, para existir, toda formação social de natureza capitalista necessita reproduzir suas forças de produção. Embora, à primeira vista, possa parecer que é o salário o único instrumento que garante a reprodução da força produtiva, deve-se considerar que não basta assegurar a condição meramente material de existência da força de trabalho, para que ela seja então reproduzida. Esse processo deve submeter-se

às exigências da divisão social e técnica do trabalho. No sistema capitalista, essa qualificação é assegurada não mais intrinsecamente à própria produção, como nas formações de tipo escravagista e feudalista, mas fora dela, através do sistema escolar e de outras instâncias pedagógicas e instituições.

Como aparelho ideológico, além de garantir a reprodução das forças produtivas, devidamente qualificadas, segundo a divisão social e técnica do trabalho, a escola reproduz, segundo Althusser, as próprias relações de produção, que são, em última análise, relações de exploração. O mecanismo empregado é a veiculação da ideologia da classe dominante.

Acrescenta-se a esse desenvolvimento de competência técnica, o papel de exclusão do processo de escolarização, especialmente peculiar às formações sociais da periferia do capitalismo, como a brasileira. Compõe-se aí um quadro completo do conceito de escola como um aparelho ideológico de reprodução das forças e das relações de produção. Essa modalidade aparentemente secundária de dissimulação foi desenvolvida por Bourdieu & Passeron (2, p. 15-75).

Como instrumento de transmissão do saber, a escola constitui lugar neutro, que trata os alunos que recebe como iguais entre si. Todavia, esses são dotados de desigualdades diante do aprendizado do saber, em virtude de disparidades culturais decorrentes de sua proveniência social. Não se trata evidentemente de deficiência cultural, mas de diferenças reais. Estabelece-se, assim, a seguinte correlação: quanto maior a familiaridade cultural que mantém o corpo discente com a cultura veiculada pelo ensino, tanto maior será a probabilidade de obter êxito na escola. Ocorre, entretanto, que a cultura desenvolvida se restringe às experiências da classe dominante e que se impõe no processo educativo como referencial exclusivo, ao qual outros modos de existência cultural devem necessariamente submeter-se. Tal cultura é arbitrariamente imposta porque, considerando-se a relação pedagógica em si, abstratamente, nada há que instaure, lógica e determinantemente, a matriz de valores das classes dominantes como a que deva ser inculcada exclusivamente, como cultura de referência.

Além disso, a seleção de significados e valores que define objetivamente a cultura do grupo dominante como sistema simbólico é arbitrária no sentido de que tal cultura não pode ser deduzida de nenhum princípio universal. Assim sendo, não está ligada, por nenhum tipo de relação intrínseca, à natureza das coisas e do homem. São, antes, as relações de força entre os grupos sociais que impõem arbitrariamente a cultura da classe dominante como matriz referencial exclusiva de valores, válida para todos os grupos, de modo tal que somente se exprimem os interesses materiais e simbólicos do grupo dominante.

A eficiência da ação pedagógica é função do grau em que os receptores reconhecem a autoridade pedagógica do sistema escolar e do grau em que são capazes de dominar o código cultural da comunicação pedagógica. Em outros termos: o êxito escolar é função da relação que se instaura entre o arbitrário cultural imposto como referencial exclusivo e o conjunto de valores inculcado durante a primeira educação, que se realiza através de outras instâncias pedagógicas, especialmente a família.

Em sociedades tipicamente estratificadas, ocorre um êxito diferencial correlativo à diversidade social. Esse fato é uma conseqüência do conjunto de disposições dos diferentes grupos sociais em relação à ação pedagógica e também do *capital cultural* que possuem, isto é, dos significados simbólicos transmitidos pela ação pedagógica dos membros do grupo social a que o aluno pertence, cujo valor se fixa em função da distância entre eles e o arbitrário cultural dominante.

É nesse aspecto que se pode estabelecer uma relação entre o ensino da norma culta e a variação lingüística. O valor simbólico das diferentes variedades lingüísticas disponíveis numa formação social, em termos de seu rendimento econômico e simbólico, depende sempre da distância que as separa da norma lingüística que a escola impõe, através de critérios extralingüísticos, sócio-culturalmente reconhecidos, de correção. Dessa forma, o valor sobre o mercado escolar do capital lingüístico de que dispõe cada indivíduo é função da distância entre o tipo de domínio simbólico exigido pela escola e o domínio prático da língua que ele deve à sua primeira educação de classe (Bourdieu & Passeron, 2, p. 119-150).

Se o domínio de distintas variedades lingüísticas acarreta rendimentos desiguais em face do tipo de competência verbal exigido pela escola, a desigual distribuição entre as diferentes classes sociais do *capital lingüístico escolarmente rentável* é um dos elos intermediários mais dissimulados pelos discursos idealistas, através dos quais é possível detectar a relação entre origem social e sucesso escolar. Essa relação é ocultada através de um outro tipo de relação entre capacidade individual e sucesso escolar. Sobre a base segura de uma cultura arbitrariamente escolhida e imposta, transfigurada em cultura neutra e estritamente escolar, o sistema educacional constitui-se no instrumento que transforma as desigualdades de classes em desigualdades escolares. O princípio mediador fundamental, instaurador dessa atitude ideológica, é o de que todos os alunos são iguais, perante um ensino único e igual para todos eles.

Tal como a desigualdade social, a diversidade lingüística não tem sido levada em conta pelo sistema de ensino. A linguagem exigida, especialmente nas aulas de língua portuguesa, corresponde a um modelo próprio das classes dominantes e das categorias sociais a elas vinculadas, sendo as demais variedades consideradas realizações imperfeitas que cumpre reprimir. Essa modalidade prescritiva de ensino se apresenta, entretanto, como uma linguagem neutra, um modelo ideal, que paira acima de toda diversidade, assim como as demais formas simbólicas de inculcação desenvolvidas pelo sistema educacional.

Nem todos os membros de uma formação social logram, no entanto, ter acesso a todas as variedades que constituem o domínio completo de sua língua nativa, o que os tornaria capazes de exercer adequadamente seus papéis nas relações sociais e de saber que tipo de variedade é mais oportuno empregar em relação ao contexto lingüístico e extralingüístico. Somente uma parcela de toda a sociedade tem acesso à variedade prestigiada, também denominada norma culta ou padrão. É esse acesso que permite ter domínio de todas as funções da linguagem e dos papéis que é possível exercer, dentre os quais o de dominação política.

A instituição escolar entende que sua função é ensinar uma modalidade padrão de linguagem, inculcando-a por reforço nos alunos de estratos privilegiados, já que esses se acham mais familiarizados com o modelo selecionado; e por conversão nos alunos de camadas populares, já que esses não têm acesso às formas prestigiadas nas instâncias pedagógicas não dominadas pela escola. O problema é que a estratégia instrucional mais empregada é habilitar o aluno no reconhecimento sistemático da estrutura da linguagem, através do domínio da metalinguagem de análise gramatical que se firmou por tradição. Tratar-se-ia, nesse caso, de um aperfeiçoamento do conhecimento intuitivo que os alunos possuísem das regras da modalidade padrão. Entretanto, a estratégia da conversão não surte os efeitos desejados, porque as camadas populares não entram na escola com um domínio prático da modalidade padrão. Insucesso e evasão têm, por conseguinte, uma de suas causas no processo crônico de inadaptação pedagógica da es-

cola brasileira à tentativa de democratização, que atendeu, somente do ponto de vista quantitativo, à demanda das classes desfavorecidas por mais vagas. Desenvolve, ao mesmo tempo, na prática, um reflexo do processo de dominação que essas classes sofrem na estrutura social como um todo.

A questão que se coloca é se não haveria outra função para o sistema de ensino e especialmente para a pedagogia da língua portuguesa, senão a de reproduzir deterministicamente a ideologia dominante. O fato é que a própria necessidade de se impor um referencial arbitrário só vem a comprovar que o poder da violência simbólica se obriga a lutar contra outro poder. Isso equivale, segundo Petit (apud Cunha, 5) a uma contradição dialética implícita no sistema reprodutivista de Bourdieu & Passeron. Uma interpretação possível da hipótese reprodutivista é que o sistema de dominação, realmente existente, necessita defender-se da escola, seja limitando o acesso ao saber, seja instaurando barreiras a uma real democratização, seja alterando o saber que a escola deveria transmitir, para limitar seu poder sobre a estrutura sócio-econômica.

É assim possível assegurar que, no próximo processo de legitimação dos valores dominantes, acham-se os meios de superá-lo. A escola como instituição social apresenta condições estruturais de organização que, de algum modo, refletem as relações de dominação existentes na estrutura da formação social como um todo. É preciso assumir a consciência desse fato para analisá-lo criticamente e operar as transformações necessárias. Na medida em que os próprios professores adquirirem consciência da natureza do papel que exercem, à sua revelia, para a legitimação e perpetuação de desigualdades sociais, será possível contrapor a propagação de contra-ideologias emancipatórias.

No âmbito do ensino da língua, um aspecto relevante a considerar é a compreensão da situação lingüística real da criança, no início do processo de alfabetização. Uma das causas da ineficiência da pedagogia da língua é atribuir total privilégio à modalidade escrita padrão e, paralelamente, negligenciar o contraponto oral. Numa primeira análise, nada há de criticável nesse objetivo: enquanto o falante dominar somente a modalidade oral, ele não conhece realmente sua língua. É natural, portanto, que seja tarefa essencial da instrução lingüística dedicar-se à modalidade que o aluno não domina ainda. O ensino da língua só assume sua condição de atividade pedagógica de fato, quando a criança depara com a transcrição gráfica, através da qual se materializa diante de seus olhos seu instrumento de comunicação (cf. 6). Isso explica o privilégio que se atribui ao ensino da modalidade escrita, mas não justifica que se ignore totalmente a modalidade oral. É justamente por negligenciá-la que a atividade pedagógica desempenha sua função discriminatória.

Ao passar por um verdadeiro “rito de iniciação”, que é como se configura o início do deciframento dos signos escritos, o aprendiz se encontra numa curiosa situação lingüística. Emprega duas línguas de expressão oral, a que lhe pertence por aquisição natural e a que emprega para decodificar a escrita nas atividades de leitura: uma modalidade artificial da expressão oral, cuja fonte são os livros básicos de leitura (cf. 6, p. 21). Se o domínio da expressão gráfica já se afigura desde o início, como um obstáculo a transpor, que dizer então da situação que enfrentam as crianças que empregam uma variedade estigmatizada? Em vez de um obstáculo, enfrentam dois. Em essência, é esse tipo de problema, identificável acima como um conflito entre sistemas de valores, que a pedagogia da língua portuguesa precisa enfrentar em relação aos dialetos estigmatizados.

Todas as tentativas de neutralizar esse conflito conduzem em geral a contribuições estritamente metodológicas. Antes de tudo, porém, qualquer metodologia terá sua efi-

ciência assegurada, se o educador assumir uma atitude mais adequada em face da relação entre norma culta e variação dialetal. O aspecto fundamental da questão não é escolher o instrumento pedagógico ou a estratégia instrucional mais adequada, mas discutir a natureza da concepção de linguagem que deve orientar qualquer implementação metodológica.

O modelo subjacente à tradição pedagógica se baseia num sistema muito rígido de regras prescritivas, que fixou o objetivo do ensino da língua num padrão ideal. Essa concepção de linguagem, que se pode denominar *modelo da deficiência verbal*, trata as variedades dialetais não prestigiadas como formas incorretas de expressão. A tarefa do ensino é, por conseguinte, compensar supostas carências, substituindo as formas estigmatizadas por alternativas da variedade padrão.

O modelo subjacente à perspectiva sociolinguística, que se poderia denominar *modelo da diferença verbal*, estabeleceu a premissa segundo a qual diferenças de expressão constituem, na realidade, regras variáveis inerentes ao sistema linguístico, com graus relativos de prestígio social. Alguns falantes podem ser mais sensíveis do que outros aos usos determinados por regras de maior prestígio social e a aplicação delas deriva das condições sociais do processo de interlocução. Outra premissa fundamental é a de que a modalidade padrão não constitui modelo universal; é uma variedade socialmente valorizada, mas não linguisticamente superior a suas alternativas e seu emprego se restringe a situações formais de intercurso verbal.

Essas duas posições a respeito da natureza da linguagem induzem a diferentes objetivos práticos em face da questão do ensino da língua materna. A teoria da deficiência verbal adota habitualmente uma estratégia compensatória de ensino, o que significa, na prática, substituir as variantes sócio-culturalmente estigmatizadas por formas equivalentes da modalidade padrão. Como esse procedimento visa a liquidar formas próprias dos dialetos populares, é possível caracterizá-lo como uma estratégia erradicacionista.

A teoria da diferença verbal, por seu lado, adota uma estratégia bidialetalista para a instrução da língua materna, pois o desenvolvimento da variedade padrão não implica a eliminação do dialeto desprestigiado que o educando domina. Em vez de partir-se da premissa falsa, segundo a qual se depara com uma série de deficiências linguísticas que cumpre simplesmente reprimir, é muito mais viável e produtivo compreender-se a relação entre norma culta e diversidade dialetal como um fato verdadeiramente social que transforma meras divergências em verdadeiros obstáculos para os falantes de variantes estigmatizadas.

Embora pareça viável, a adoção de uma estratégia bidialetalista pode suscitar polêmica, especialmente nos redutos mais conservadores da sociedade. Mesmo os professores dificilmente abririam mão de sua postura erradicacionista, tão arraigado está o conceito prescritivista de ensino da língua. Não obstante, não é lícito ignorar a variação linguística e, sobretudo, execrá-la em favor de um modelo único para todas as situações de interação verbal. Também é preciso assinalar, como uma advertência, que o enfoque bidialetalista não pressupõe o abandono do ensino da norma culta. Com efeito, se, por um lado, não é lícito ignorar a diversidade dialetal, não é incorreto, por outro lado, privilegiar o ensino da modalidade padrão: só o domínio total da competência comunicativa, entendida como capacidade de adaptação às condições de interlocução, é que permitiria aos membros das camadas desfavorecidas a capacidade de manipular conceitos, através dos quais são constantemente manipulados e, desse modo, emergir um novo saber que lhes propicie meios de partir para uma ação transformadora.

CAMACHO, R.G. — O sistema escolar e o ensino da língua portuguesa. *Alfa*, São Paulo, 29:1-7, 1985.

CAMACHO, R.G. — Educational system and Portuguese language teaching. *Alfa*, São Paulo, 29:1-7, 1985.

ABSTRACT: In this paper the question of the Portuguese language teaching is discussed in relation to the educational system in general. It is shown that the conflict between prestige standard and linguistic variation is one of the causes of socioculturally marginalized pupil's failure and a bidialectalist approach to solve it is suggested.

KEY-WORDS: Linguistic variation; verbal difference model; verbal deficit model; bidialectalism; prestige standard; sigmatized dialect.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALTHUSSER, L. — *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Trad. J.J. de M. Ramos. Lisboa, Editorial Presença, 1980.
2. BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. — *A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. R. Bayrão. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
3. CAMACHO, R.G. — *Conflito entre Norma e Diversidade Lingüística no Ensino da Língua Portuguesa*. Araraquara, ILCSE, UNESP, 1984. (Tese-Doutorado).
4. CUNHA, L.A. — *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
5. CUNHA, L.A. — Notas para uma leitura da teoria da Violência Simbólica. *Educação e Sociedade*(4): 79-110, 1979.
6. GENOUVRIER, E. & PEYTARD, J. — *Lingüística e ensino do Português*. Trad. R. Ilari. Coimbra, Almedina, 1974.
7. MACHADO, L.Z. — *Estado, escola e ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

O ESPAÇO E A EXPRESSÃO LINGUÍSTICA

Sylvia Jorge de Almeida MARTINS*

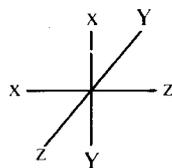
RESUMO: Retomando esclarecimentos de Herbert Clark a respeito da percepção que tem o homem do espaço em que se insere no mundo e tentando correlacionar essa percepção com a sua manifestação lingüística, este estudo analisa, em certas expressões, especialmente naquelas que denotam a localização do homem enquanto ser social, a maneira como se realiza, na língua portuguesa, a percepção desse espaço.

UNITERMOS: Espaço; percepção; homem-ser social; manifestação lingüística do espaço social.

INTRODUÇÃO

A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO PELO HOMEM

Para Herbert Clark (2, p. 27-64), um físico ou geômetra responderiam, a quem lhes perguntasse, que localizar um objeto no espaço é descrever a sua posição em relação a outros objetos. Sua localização poderia ser demonstrada em espaço tridimensional, segundo o sistema de coordenadas cartesianas, de eixos x, y, z, que tornam as distâncias mais fáceis de definir e posteriormente de empregar. O gráfico que segue ilustra esse esquema:



Cada eixo estabelece que, em uma direção, a partir de um ponto de referência neutro (zero), o valor positivo fica na direção oposta ao valor negativo. Posto isso, a localização unidimensional é melhor definida através de uma distância direcionada a partir de um ponto zero de referência; em duas ou três dimensões esse tipo de especificação se generaliza de modo mais conveniente. Para bidimensionais empregam-se os eixos x e y; para tridimensionais, inclui-se o eixo z (perspectiva, profundidade). Para representar tais posições empregam-se planos de referência que são combinações entre os eixos: plano x-y; plano x-z; plano y-z:

x — y x — z y — z

* Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas — Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — UNESP — 15100 — São José do Rio Preto, SP.

As noções mais elementares de física na especificação da localização consistem em: 1.º) pontos, linhas e planos de referência; 2.º) direções de referência.

Pela geometria simples, os pontos, linhas e planos de referência definem as direções de referência. Uma direção perpendicular a um certo plano adquire valor positivo em um dos lados e negativo em seu outro lado. Esses conhecimentos sobre pontos, linhas e planos são básicos para a conceituação da noção de espaço do homem.

Para fundamentarmos esses planos, tomemos a Clark as considerações feitas, no artigo citado, sobre a gravidade da terra e o nível do solo, representando primeiramente como planos verticais x-y e y-z e, em seguida, como plano horizontal, o plano x-z. O plano horizontal — nível do solo separa os objetos que lhe estão acima e abaixo. Para Clark, é arbitrária a valorização positiva da direção para cima ou para baixo, uma vez que a gravidade puxa os objetos para baixo, e não em sentido contrário; porém argumenta que biologicamente a parte de cima é considerada positiva e a de baixo, negativa. Positiva, porque os objetos que se situam em cima da terra são perceptíveis aos órgãos dos sentidos, e os que se situam em baixo, não.

Quanto aos planos verticais, quando um biólogo considera o homem, ele nota que o corpo tem simetria bilateral: órgãos e membros se distribuem à direita e à esquerda de um eixo vertical imaginário que passa pelo centro do corpo. Esta relação direita/esquerda de um dos planos verticais é a única relação simétrica no homem. Convém observar que, embora biologicamente não se valorize o lado direito nem o esquerdo como positivo ou negativo, uma vez que são simétricos, culturalmente se atribui valor positivo ao lado direito. Já no brinquedo infantil — o “passará” — que agrupa os bons no “céu” e os maus no “inferno”, o “céu”, de valor positivo, fica à direita, e o “inferno”, de valor negativo, fica à esquerda.

Um outro plano vertical no homem é definido pela relação assimétrica frente/trás, indicada pela posição dos órgãos dos sentidos da visão, da audição, olfato, que se projetam para a frente e não para trás. Este fator da percepção também sugere como atribuir valores positivo e negativo às direções, a partir dos dois planos de assimetria. Já que o que está à frente é visto, e o que está atrás não o é, atribui-se valor positivo ao primeiro e negativo ao segundo, assim como se faz com a direção para cima, positiva, e para baixo, negativa.

Uma outra característica importante do homem é o fato de ser bípede (mantendo-se normalmente em posição ereta para ver, ouvir, conversar e andar). Esta posição é denominada canônica ou padrão. Neste caso, o vertical biológico coincide com o vertical geológico, e os dois planos verticais biológicos se fundem em um único vertical geológico. O último fator biológico a ser discutido, e este, para nós, ganha aqui predominância, é que caracteristicamente o homem se move em direção à frente, isto é, ele caminha para a direção que encara e não para trás, ou para o lado. Assim, a direção para a frente terá valor positivo; a direção para trás, valor negativo, já que o movimento é normal na direção para a frente e anormal para trás.

Esquemáticamente temos que os planos biológicos do homem são:

| PLANO | DIREÇÃO |
|-------------|-------------------------------------|
| vertical 1: | (para a) frente/ (para) trás |
| vertical 2: | (para a) direita/ (para a) esquerda |
| horizontal: | (para) cima / (para) baixo |

Levando-se em conta o ponto de vista psico-sociológico, o homem é um animal social que não só desfruta da interação social com outras pessoas como por certo até necessita dela. Quando duas ou mais pessoas se encontram para conversar, ambas se posicionam normalmente uma de frente para a outra. Assim, na descrição que um ser faz de outro, a posição tomada como ótima é a que o põe de frente para ele (1).

LOCALIZAÇÃO DO HOMEM NO ESPAÇO SOCIAL

Opondo sociedade urbana a comunidade rural, em que a primeira está para a segunda assim como a cidade está para o campo (sociedade urbana: comunidade rural: cidade: campo), enquanto elemento da sociedade urbana, o homem tem como espaço de localização a cidade.

A descrição da cidade como um todo faz-se aqui necessária para maiores esclarecimentos. Percebemo-la constituída de blocos, espaços limitados e privativos, e de ruas, espaços contínuos e públicos. As praças, por sua vez, se definem como espaços complexos: situadas nos blocos, e não nas ruas, caracterizam-se, no entanto, pelo aspecto público de que se revestem.

Já nas comunidades rurais não se distinguem blocos, ruas, praças. A separar o campo (propriedade privada) da estrada (via pública), temos apenas os barrancos.

Nos blocos ficam os prédios — espaços privados de diversas ordens: familiares, comerciais, institucionais (educacionais, instrutivos, recreativos e religiosos) e assistenciais (sociais e de saúde). Os prédios constituem-se internamente de espaços mais ou menos privados. Se alguns têm aposentos sociais, como as salas-de-visita nas residências familiares e as salas-de-espera ou de atendimento nos edifícios públicos, apresentam também outros mais reservados e íntimos, como salas específicas para este ou aquele fim, dormitórios, banheiro, cozinha... E o acesso que o homem tem a este ou aquele cômodo, tanto num prédio familiar quanto num prédio público, é regulamentado por códigos sociais de hierarquia e de ética que demonstram a sua noção com respeito ao caráter privado ou coletivo dos espaços que ocupa.

Nas ruas, espaços livres, contínuos, não restritos, não privados, e por isso a-sociais, por vezes até anti-sociais, distinguem-se faixas amplas, para a circulação constante de veículos, e faixas mais restritas, para a travessia ocasional de pedestres. Por sua vez, os veículos que transitam nesse espaço livre das ruas ora se caracterizam como espaços privados (particulares), ora como coletivos (públicos).

A calçada, por situar-se numa posição intermediária entre a rua e os blocos, e em nível superior ao da rua, define-se como um espaço semi-coletivo e semi-privado. Na calçada, por exemplo, os abrigos representam espaços privados, como o espaço encoberto por um guarda-chuva representa, para o seu possuidor, um espaço particular.

Dada a sua localização entre os blocos e a rua, a calçada ganha um duplo significado: o seu lado voltado para dentro, para os blocos, reveste-se de um aspecto positivo, de resguardo e proteção, enquanto que o lado voltado para fora, para a rua, reveste-se de um aspecto negativo, sujeito ao contato com todo e qualquer nível social, até mesmo a-social ou anti-social, e, pois, perigoso, arriscado. Isso é facilmente perceptível no valor alcançado por certos comportamentos sociais: quando acompanha uma mulher, se quer demonstrar consideração por ela, o homem volta-a para o lado de dentro; se não, permite que ela siga voltada para o lado de fora. Já os mais jovens, em sinal de respeito, permitem aos mais velhos passagem pelo lado que se volta para os prédios.

Também quem caminha pela calçada coloca-se num nível superior e mais seguro do

que quem caminha pelas ruas. A sarjeta, por sua vez, vai representar o espaço limítrofe entre a calçada e a rua.

Essas noções todas vão se refletir na linguagem, como passaremos a analisar.

O ESPAÇO E ALGUMAS DAS SUAS MANIFESTAÇÕES EM EXPRESSÕES DA LÍNGUA PORTUGUESA

A percepção do espaço pelo homem reflete-se nas suas expressões lingüísticas de cada dia. Assim observamos que, dando valor positivo ao que está acima do nível elementar do solo e valor negativo ao que está abaixo desse nível, o falante da língua portuguesa usa, em sentido figurado, expressões como estar ou ficar por cima, estar ou ficar por baixo, ir abaixo, ir por água abaixo... Expliquemo-las. *Estar por cima* — em sentido denotado, esta expressão significa o fato de encontrar-se um ser sobre outro, como em: A capa *estava por cima* do piano. Em sentido conotado, *por cima* reflete a superioridade moral da posição. Ex.: Neste campeonato, é o Corinthians que está *por cima*. O mesmo vai ocorrer com *ficar por cima*, expressão que tem possibilidade de emprego em nível referencial ou figurado. No primeiro serve de exemplo a frase: O cocorinado *fica por cima* do bolo. No segundo: O seu time *ficou por cima* este ano. Por cima implica aqui superioridade de competência esportiva. *Estar por baixo* — como nos casos anteriores, tanto podemos usar *estar por baixo* em nível denotado, quanto em nível conotado. No primeiro caso um exemplo poderia ser: A mala *estava por baixo* do banco, na rodoviária — querendo dizer que a mala estava, em posição espacial, abaixo da posição do assento do banco. No segundo caso: a sua turma desta vez *está por baixo* — temos a indicação de uma posição inferior, do ponto de vista moral ou social. Com *ficar por baixo* podemos exprimir posição espacial inferior ao nível elementar do solo, como no exemplo: na confusão, o carregador *ficou por baixo* das malas. Em sentido figurado essa expressão significa “quedar em situação social ou moral de inferioridade, deixar-se abater”. Serve de exemplo a este último sentido a frase: Na concorrência, a Firma X *fica por baixo*.

Nas expressões analisadas, o nível de superioridade — inferioridade carrega, respectivamente, seu valor positivo — negativo.

Ir abaixo — no seu sentido próprio, esta expressão geralmente é usada com um substantivo de permeio, como: “ir escada abaixo”, “ir morro abaixo”, o que significa respectivamente “rolar pela escada em direção ao chão”, “rolar ou seguir morro em direção ao solo”. Em sentido figurado passa a significar “perder o valor”, “deixar de vigorar”, como em: Essa lei já *foi abaixo* (= perdeu o valor, deixou de vigorar). Se no primeiro sentido “abaixo” denota movimento em direção ao solo, pela força da gravidade, no segundo conota queda moral ou social, rebaixamento, consideração inferiorizada. *Ir por água abaixo* — em seu sentido próprio, a expressão significa “rolar pela correnteza da água que de nível mais alto se precipita a nível mais baixo”. Ex.: O barquinho de papel *foi por água abaixo*. Em sentido figurado, *ir por água abaixo* significa “arruinar-se”, como em: A Firma X, com as especulações que fez, *foi por água abaixo* — isto é, arruinou-se. Se o nível superior tem um valor positivo, o inferior ganha aqui, com o seu valor negativo, um sentido de diminuição social.

Também, entendendo como positiva a direção para a frente e negativa a direção para trás, utiliza o homem, em nível conotado, as expressões: *ser pra frente*, *mandar pra frente* *ser pra trás*, *ser pra lá de*, *ir longe*... Vejamos:

Ser pra frente — como o homem caminha naturalmente para a frente, a expressão *ser pra frente* ganha o sentido de “definir-se positivamente como avançado, moderno, atualizado”, como no exemplo: Os pais de hoje têm de *ser pra frente*.

Interessante é notar que a expressão “pra frente” vem registrada no *Dicionário de Gíria Brasileira* (3, p. 164), como: “prato feito”. O exemplo é: “Manda um prafrente, com urgência. Senão eu desmaio agora mesmo.

O garção não entendeu:

— Que *prafrente* é esse, meu moço?

— Ora meu chapa, é o prato feito!”

(*O Jornal*, Rio, 5/02/70, p. 1, 2.º cad.).

Talvez esse significado se adapte às circunstâncias da agitação da vida atual: tem-se sempre tanta pressa na caminhada que o “prato feito” nos restaurantes populares seria algo avançado, “pra frente”, que permite seguir logo, prosseguir rápido na marcha do dia-a-dia.

Mandar pra frente — esta expressão, constituída agora com um verbo de movimento, em sentido referencial significa “ordenar a alguém que se dirija à frente”, como em: Os soldados foram mandados *pra frente* do pelotão. Em sentido figurado, a expressão ganha o significado de “roubar”, como podemos ver no dicionário de gíria já citado: “... Os puxadores de carangos mandaram *pra frente* o Aero Willys do Felinto Meireles das Chagas”... (Alf. Degani, *Última Hora*, São Paulo, 21/01/70, p. 15). Talvez a ligação entre um sentido e outro esteja na direção que assume o que é afastado de um certo ponto, desligando-se dele pela distância.

Ser pra trás — em oposição a *ser pra frente*, a expressão *ser pra trás* implica definir-se alguém como “atrasado em relação aos avanços da ciência e do comportamento social”. Serve de exemplo a frase: O Jorge? Não conte com ele para esta situação: aquele sujeito é *pra trás*, está ainda num outro século!

Ser pra lá de — também esta expressão tem um sentido metafórico, na definição de alguém como portador de certa qualidade em intensificado grau. Um exemplo disso pode ser: José é *pra lá de bom*. O “pra lá de” indica movimento em direção à frente, ao além, ao que vem depois de um determinado ponto de referência, ao que ultrapassa esse ponto. Por isso talvez *ser pra lá de* significa ultrapassar certos limites, certos pontos de referência.

Ir longe — esta expressão tanto pode ser usada denotativamente quanto conotativamente. No primeiro aspecto significa “caminhar para um local afastado de um certo ponto de referência, como em: O navio já *ia longe* do porto. No segundo significa “fazer progressos”, como em: Este aluno *vai longe* nos estudos...”

Ao que não está à frente e é posto de um de seus lados, em relação à posição dianteira, o homem desvaloriza, como podemos ver pelas expressões: *mandar pra longe*, *sair pela tangente*.

Mandar pra lateral — esta expressão, usada em sentido denotado, significa “ordenar a alguém que se dirija para um ponto ou uma direção lateral, em relação a um centro”. Assim, pode-se dizer: O técnico *mandou* o centroavante *pra lateral*. Em sentido conotado, porém, significa “marginalizar alguém”, ou “fugir de certo assunto, desconversando dele”. Do primeiro sentido podemos citar como exemplo: Mande esse camarada *pra lateral*: ele já está participando demais da sua vida. Do segundo sentido, damos como exemplo o citado à página 131 do *Dicionário da Gíria Brasileira*, ao qual já fizemos referência: “... Crioula, a gente assim abre falência.

Mandei pra lateral: — Que nada, Nenem! Bota essa boca pra longe”. (Elza Soares, *Minha vida com Mané*, p. 120.)

Convém considerar aqui que o conhecimento dos valores de posição nesse esporte popular — o futebol — talvez prevaleça sobre a própria noção do homem acerca do espaço em si mesmo.

Sair pela tangente — a expressão aparece, em sentido figurado, com o valor de “esquivar-se”. Citamos o exemplo do *Dicionário da Gíria Brasileira*, à p. 178: “... — Estou te achando estranho. Algum problema? Silvío *sai pela tangente*:

— Sei lá...” (Antônio Contente, *Última Hora*, S.P., 24/12/69, p. 14).

Significando “tangente” a linha que toca outra linha ou superfície num só ponto, a percepção desse leve contato faz com que o homem use a expressão *sair pela tangente* como quem se apoia nessa linha, nesse ponto, para poder, tão sutilmente quanto a própria tangente, escapar-se de uma certa situação, de um certo comprometimento.

Com julgamentos associados a valores respectivamente positivos e negativos do que está dentro e fora, manifesta o falante expressões lingüísticas como: *dar uma dentro*, *dar um fora*, *estar por dentro*, *estar por fora*, *mandar pra dentro*, *sumir do mapa*... Embora variem aqui as bases significativas verbais, a lexia espacial é sempre a mesma.

Dar uma dentro — esta locução, assim estruturada, tem significado figurado e quer dizer “agir com acerto”. Ex.: “... Definitivamente os editores deste jornal não *dão uma dentro*.” (Marc. Fern., *O Pasquim*, ... 29/09/70, p. 31, apud Silva, p. 65).

Dar um fora — em oposição à expressão anterior, temos dar um fora, insinuando: “desfazer um compromisso amoroso”, ou ainda “pronunciar coisas inconvenientes à situação”, como nos exemplos: Jorge *deu um fora* comentadíssimo na noiva; Puxa, mas você ontem me envergonhou, com os *foras que deu* na reunião!

Estar por dentro — o valor primeiro, referencial, desta expressão denota um ser localizado no interior de outro. Ex.: O recheio *está por dentro* do bolo; A seiva *está por dentro* dos ramos. O sentido segundo, figurado, conota “estar a par de uma situação, estar atualizado.” Ex.: “Vi um documentário sobre isso: *estou por dentro*.” (Paulo Mendes Campos, *Manchete*, 27/09/69, p. 134, apud *Dicionário da Gíria Brasileira*, p. 91). A interiorização de um elemento fá-lo parte intrínseca do corpo em que penetra, enriquece-o.

Estar por fora — A expressão designa o “encontrar-se um ser na parte externa de um outro ser, tomado como ponto de referência”. Ex.: A camisa *estava por fora* das calças. Em sentido figurado, porém, *estar por fora* ganha o significado de “estar desatualizado”, ignorar determinado assunto ou situação.” Ex.: Aquele médico *está por fora* do progresso da Medicina.

Mandar pra dentro — no exemplo: A mãe mandou o filho *pra dentro*, quer dizer que a mãe ordenou ao filho que entrasse, que se interiorizasse na casa. Na frase “... Falando Boa Vista, o agente César J. Paiva mandou o traficante José Gonçalves da Silva *pra dentro*, com dez pacaus.” (in Ramão Gomes Portão, *Notícias Populares*, S. Paulo, 29/01/70, p. 11, apud *Dicionário da Gíria Brasileira*, p. 131) — o sentido da expressão é “prender”. E “prender” está ligado a “interiorizar em cela”. Tanto para a mãe, interessada em resguardar o filho, quanto para o policial, interessado em resguardar a sociedade dos marginais, “mandar pra dentro” é assegurar esse resguardo, ainda que com perspectivas diferentes.

Também encontramos a expressão com o sentido de “engolir”, como no caso: Ele mandou o conhaque *pra dentro*, a fim de reconfortar-se.

Sair fora — a expressão, em seu sentido próprio, é pleonasma vulgar: Ele *saiu fora*,

para ver a noite — significando “dirigir-se para o exterior de um determinado local.” Em seu sentido metafórico, implica “esquivar-se de uma certa situação”, como no exemplo: Na hora do acerto de contas, Jorge *saiu fora*: disse que não se responsabilizava pela dívida, porque não autorizara certas compras.

Enquanto o espaço interior parece envolver um certo comprometimento com a família ou os superiores, com a sociedade em geral, o espaço exterior oferece uma certa liberdade e desligamento de possíveis compromissos familiares ou sociais. Isso permite que a expressão sair fora ganhe o sentido acima ilustrado.

Sumir do mapa — Se se diz: De tão antigos, os traços já estão *sumindo do mapa* — quer-se dizer: os traços “estão-se apagando”. Mas, no exemplo: “... Depois dessa — que a gente não pode e não deve contar pra ninguém — o melhor mesmo é *sumir um pouco do mapa...*” (Ramão Gomes Portão, “Eu sou o saponga”, p. 61, apud *Dicionário da Gíria Brasileira*, p. 183) — a expressão alcança o sentido de “desaparecer, evadir-se, ocultar-se, sair dos limites”. Configurando o mapa as linhas limítrofes e demarcadoras de certos espaços políticos e geográficos, *sumir do mapa* significa evadir-se desses limites, buscar uma certa liberdade, um certo desconhecimento de registros. É a liberdade espacial e social que se logra fora dos âmbitos de comunidade ou grupo.

Intessa-nos, porém, sobremaneira, neste estudo que fazemos, o espaço social urbano em que vive o homem. Passamos então ao exame de certas expressões que, enquanto denotam esse espaço, podem em determinados contextos, conotar uma posição social decorrente dele, ou mesmo um estado psíquico ou uma situação moral a ele associados.

O primeiro exemplo que nos vem à mente, dadas as considerações feitas sobre o posicionamento do homem enquanto ser social, é o da expressão *estar na sarjeta*. Estas palavras tanto podem significar, denotativamente, “posicionar-se no espaço que fica entre a rua e a calçada”, como, conotativamente, “encontrar-se em má situação moral ou social”. Do primeiro caso serve como exemplo: O andarilho estava ali, na sarjeta, indeciso em seguir rumo à calçada, ou rumo à rua. Do segundo caso, a frase: Pobre João, *está na sarjeta!* Dada a falência da firma e a idade que tem, dificilmente poderá refazer-se... Aqui, o que se quer dizer é que esse homem encontra-se em péssimas condições econômico-sociais. A sarjeta, entre a rua e a calçada, evoca o lugar por onde passa a água da chuva, por onde corre a enxurrada, o lugar onde atiram papéis e coisas sem mais serventia, o lugar onde ainda se atiram, desprendidos de certos valores, os bêbados e os marginais. Tal espaço serve, assim, para a significação figurada daquele que é marginalizado pela inutilidade ou desvalor. Enquanto nos blocos da calçada se firmam as famílias e as instituições sociais, devidamente asseguradas, e no espaço livre das ruas passam os homens mais desprendidos das ligações culturais, a sarjeta, entre um e outro espaço, conota a situação comprometedora daquele que, ainda ligado a princípios e preconceitos sociais, se vê tocado pela proximidade do que significa cair no desconhecido da rua, no obscurantismo a que estaria sujeito por entre a multidão, na desconsideração que cerca o marginalizado.

Há outras expressões denotadoras de espaço e conotadoras de situações sociais, algumas vezes também de envoltimentos psíquicos e éticos:

Estar em maus lençóis — embora referencialmente esta expressão seja perfeitamente compreensível como denotadora de quem se encontra em lençóis de má qualidade, absolutamente é utilizada em tal sentido. Desliza para o nível da conotação. *Estar em maus lençóis* indica a dificuldade da situação moral em que se vê aquele que não encontra solução para os problemas por que se deixou envolver. “Lençóis Paulista” evoca

espaços que dão para os fundos dos blocos residenciais, para trás dos prédios, e, pois, mais reservados e íntimos. Também convém afirmar que essas fossas têm ligação com o serviço de esgoto que passa, em geral, sob as sarjetas. Com se vê, o espaço destinado às fossas tem, por sua natureza e localização, um valor socialmente subestimado. E estar na fossa, no aspecto afetivo, também subestima o estado de espírito de quem assim se sente.

Estar no lixo — alguma coisa pode encontrar-se no depósito de lixo de um local e dela se diz: “está no lixo”. Em sentido figurado, no entanto, a expressão significa “estar no baixo meretrício”, associando-se o espaço reservado a imundícies de natureza física ao espaço destinado a “imundícies” de ordem moral.

Cair na zona — em sentido próprio, esta expressão acompanha-se geralmente de um adjetivo, como no exemplo: O avião *caiu na zona* proibida. Mas *cair na zona*, assim estruturada, ganha sentido figurado: “zona” passa a ser o perímetro urbano confinado às mulheres de vida livre, e, pois, um espaço de natureza complexa, também, uma vez que, como bloco, é algo privado ao público, próprio de todos. Em Marieta *caiu na zona*, queremos afirmar que Marieta decidiu-se por uma vida moral livre, não sujeita aos rígidos padrões morais prescritos pela sociedade.

Cair no mundo — esta expressão, em sentido próprio, pode ser usada assim, por exemplo: João *caiu no mundo* por acaso, ou seja, João veio ao mundo sem que fosse esperado, planejado, sem intencionalidades... Em sentido figurado, porém, significa “deixar-se levar a esmo, sem destino, como quem quer anular-se em meio à multidão, confundindo-se com ela”. O “mundo” seria o espaço sem limites, o contínuo, o infinito, a liberdade sem restrições.

Entrar (ou sair) pelo cano — aplicada esta forma a um ser humano qualquer, ganha sentido conotado, uma vez que esse elemento (espécie de tubo geralmente subterrâneo que permite o escoamento de líquidos ou gases ou dejetos) tanto não comporta o volume de um homem quanto não se destina a ele. *Entrar pelo cano* (ou entrar pela tubulação) significa, pois, metaforicamente, enfiar-se o homem numa situação tão difícil que não lhe seja permitido safar-se dela. O espaço, por estreito que é, relativamente ao ser humano, não lhe concede passagem, não lhe permite saídas, donde o *sair pelo cano* significa igualmente “sair-se mal”. Ex. No torneio de xadrez, Joca *entrou (ou saiu) pelo cano*.

Ficar na rua, ou ir pra rua — quanto a estas expressões, têm alta frequência, tanto no sentido denotativo quanto no sentido conotativo. No primeiro, representam o “deixar-se estar na rua ou ir para aquele espaço contínuo e livre, descompromissado socialmente”. No segundo, podem ganhar a acepção de “ser demitido”, ou seja, de “ser o homem posto fora do lugar onde desempenhava certa função social e, pois, à margem do seu papel de elemento integrado num grupo de trabalho”. Ex. ‘Com a dispensa de empregados, João *ficou na rua* (ou *foi para a rua*).

Também pode a expressão “ir pra rua” significar “ser despejado”: Ele não pagou os aluguéis; logo, *foi pra rua*.

Como vemos, o espaço físico pode estar conotadamente ligado à situação social.

Ser da paróquia — no sentido comum, a expressão quer dizer “pertencer à comunidade religiosa de um determinado bairro ou local”; no sentido metafórico, “pertencer a um determinado grupo social, a uma certa turma com determinados comportamentos e princípios”. Como exemplo do primeiro sentido, temos: Como José *é da paróquia* de Santo Antônio, casar-se-á ali. Como exemplo do segundo sentido, temos: O Jorge? Ele não *é da paróquia*: vai estranhar nossa reação.

CONCLUSÃO

Talvez pudéssemos estender exaustivamente a relação de expressões de tal tipo. Acreditamos, porém, que é suficiente o levantamento feito. Por ele vemos que o homem relaciona estreitamente a percepção espacial que tem do mundo que o cerca com as expressões lingüísticas que utiliza para definir as maneiras como nele se situa.

Freqüentemente usadas em expressões de gíria, as locuções vistas, e mesmo alguns vocábulos, revelam o domínio lingüístico que tem a massa popular sobre a percepção espacial, sobre a maneira de ver e de sentir o mundo em que se insere.

Esse relacionamento da percepção do espaço com a sua manifestação na língua tem apoio nas afirmações feitas por Clark, no artigo citado. Para o estudioso, dotada biologicamente para observar o que a rodeia, a criança tem possibilidade de percepção espacial e essa percepção é preservada nos termos lingüísticos que naturalmente vai adquirindo e dominando. Assim mantém uma correlação entre o espaço perceptual e o espaço lingüístico. E, desenvolvendo-se, não só resguarda, como falante, essa correlação, quanto vai tecendo associações mais complexas e ricas.

MARTINS, S.J. de A. — The space and its linguistic expression. *Alfa*, São Paulo, 29:101-110, 1985.

ABSTRACT: Retaking Herbert Clark's explanations concerning the man's perception of the universe he is included, and trying to relate this perception with his linguistic manifestation, this study analyses the manner the perception of this space is performed in the Portuguese language; certain expressions, especially those indicating man's place as a social being are considered.

KEY-WORDS: Space; perception; man-social being; linguistic manifestation of the social space.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARRAIS, T.C. — Apontamentos de aulas dadas no Curso sobre Semântica Portuguesa. Araraquara, ILCSE, UNESP, 1979.
2. CLARK, H.H. — Space, Time, Semantics, and the Child. In: MOORE, T. ed. — *Cognitive development and the acquisition of language*, New York, Academic Press, 1973. p. 27-64.
3. SILVA, E.C. — *Dicionário da Gíria Brasileira*, Rio de Janeiro, Bloch Ed., 1973.

DE COMO SERIA BOM SE FOSSE AO CONTRÁRIO*

Vera Lúcia do AMARAL**

RESUMO: Trata-se do relato de uma experiência a partir da execução de uma proposta de ficha de leitura como forma de provocar "pressões" para a produção de textos criativos no ensino da Língua Portuguesa, modificando ou ampliando a atitude de ler, bem como o teor da expressão do pensamento em nossa sala de aula, que é mais intelectual que afetivo quando seria melhor se fosse ao contrário.

UNITERMOS: Leitura; ficha de leitura; compreensão e expressão estilística; redação.

Éramos trinta e um na sala de aula, 6.^a série do Colégio Miguel de Cervantes, bairro do Morumbi em São Paulo, 1.º semestre de 1982.

Dos trinta que realizaram uma avaliação de leitura do livro *Se...Será, Serafina?* (13), contendo nove questões, somente onze alunos responderam à oitava pergunta: "Escrever de cabeça para baixo foi um meio que a escritora encontrou para mostrar que Serafina une a emoção a tudo o que faz. Neste momento, perceba a sua emoção. Passe-a para o papel da forma como quiser". Estes alunos criaram textos que tinham diferentes tipos de letras, inúmeros sinais gráficos, desenhos intercalando-se com as palavras e variadas distribuições gráficas, inclusive com textos de cabeça para baixo.

Os demais alunos não responderam à questão. Um deles, mais taxativo, declarou "Não consigo". Quatro não a entenderam, três assinalaram o número da questão e deixaram um espaço em branco como resposta e onze nem fizeram menção à pergunta.

O que significam para o ensino da Língua Portuguesa esses números? Para mim eles demonstravam claramente que alguma coisa falhava.

Procurava que trinta crianças entre onze e treze anos expressassem lingüisticamente a percepção de suas próprias emoções e o resultado era tão desanimador.

Na realidade, não deveria estar tão surpreendida. Alguém já fizera essa tentativa com elas antes? Não. Numa escola onde não faltava nada, sobrava caneta parada no ar para expressar a emoção. Morte à literatura? Morte à língua?

Há oito anos lecionando espanhol para brasileiros pela porta da emoção, sempre me preocupou o ensino da nossa própria língua pelos caminhos tenebrosos da concepção errônea do ser humano como puramente intelectual. Um desconhecido diante de outros tantos. O professor ensina, os alunos aprendem. O quê? Uma porção de regras, nomes, normas. Mas e a comunicação? Não é completa nem entre eles mesmos, uma vez que se olham limitadamente, se olham via intelecto: se vêem muito pouco.

* O artigo é um resumo do trabalho apresentado no Curso de Pós-Graduação Estilística de Língua Portuguesa, ministrado pela Prof.^a Dra. Clélia C.A. Spinardi Jubran, no 2.º semestre de 1985.

** Departamento de Letras Modernas — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19.800 — Assis — SP.

Para haver comunicação plena, o mínimo que poderíamos fazer por nós mesmos é ver-nos como seres humanos completos — seres intelectuais e emocionais, por mais embutida que esteja essa emoção em nós.

O que inspiraria Augusto de Campos a compor o seu “Pulsar” (6) cheio de estrelas e pontos, com aquelas diminuindo e estes crescendo graficamente, substituindo respectivamente as vogais *e* e *o*, espalhando as palavras brancas no retângulo preto? O que levaria Caetano Veloso, ao musicar esse poema, a ressaltar as estrelas com sons de sininhos, sons agudos e os pontos com sons graves?

Viajando mais pela arte, o que levaria Tomie Ohtake a escolher um tom amarelo em vez de um roxo para uma determinada tela?

Poderíamos indagar páginas e páginas, passando por qualquer tipo de expressão artística, e a resposta seria a mesma: em primeira instância, a emoção.

Há um pulsar dentro de cada ser humano, independente dos dons artísticos. Para os artistas da palavra este *pulsar* se transforma em *vontade de significar* e essa vontade, essa subjetividade do corpo que vive a significação, segundo Bosi, será responsável pelo nexos entre som e sentido (4,p.60).

Ainda para Bosi, os movimentos de que os fonemas resultam, indaga, “não são, acaso, vibrações de um corpo em situação, expressões de um organismo que responde, com a palavra, as pressões que o afetam desde dentro?” (4,p.41).

Não concebo ensino sem produção, pois é ela que demonstra o que se aprendeu, o quanto se cresceu em uma situação de troca de saber. Portanto, não vejo como não provocar “pressões” para que se produzam textos criativos quando está em jogo o ensino da Língua Portuguesa (ou de qualquer outra).

Fazer esses corpos tão acostumados à inércia dos bancos escolares vibrarem, pulsarem, serem tocados em suas emoções e as expressarem através dos códigos lingüísticos, limitados como se sabe para tantas possibilidades que vivem em nós, sempre foi meu desafio.

O professor anterior — 15 dias de aulas iniciadas — havia pedido a leitura de *Spharion* (1), e eu, sem conhecer o livro nem os alunos, deveria “cobrar” essa leitura e pedir outra em seguida. Era um dado de que a escola se orgulhava: aqui as crianças lêem muito.

Por este aspecto quantitativo, não posso deixar de me lembrar das palavras de Paulo Freire, quando solicitado a expressar alguns tópicos significativos de sua experiência na área da leitura que pudessem também ser significativos àqueles que ensinam leitura (8).

Criticou, então, o que chama de “compreensão mágica da palavra escrita”, expressa, por exemplo, na leitura quantitativa: “(...) quanto mais livro eu compro, quanto mais livro eu olho, quanto mais livro eu penso que estou lendo, tanto mais eu estou sabendo. (...) temos de ler seriamente, mas LER, isto é, temos de nos adentrar nos textos, compreendendo-os na sua relação dialética com os seus contextos e o ‘nosso’ contexto.” (8, p. 3-4).

Em seguida ele abordava um ângulo da questão que interessa aqui. Afirmava haver uma diferença entre andar “sentindo” a rua e andar “percebendo” a rua, quer dizer, “a percepção crítica implica, na verdade, a apreensão daquilo que é sentido e uma compreensão da razão de ser do que sente.” (8, p. 4).

Pareceu-me magistral essa exposição porque vejo, através dela, a concepção do homem *completo*: para o ato de ler, tal como entendido aqui, interagem a emoção e o in-

telecto do ser — primeiro capta-se a emoção, depois toma-se consciência dela, “da razão de ser do que sente”.

Retomando o que dizia sobre ensino e produção, este tipo de leitura, proposto por Paulo Freire, é produtivo, ele tem retorno, mantém-se a relação dialética defendida pelo A. O leitor, ao perceber criticamente o que leu, enriqueceu-se porque teve que adentrar no contexto da obra e realizar todo um trabalho de apreensão e compreensão do que ele próprio sentiu. Coerentemente com o que afirmava em conferência de abertura do 3.º Congresso Brasileiro de Leitura, ato de ler “implica sempre percepção crítica, interpretação e ‘re-escrita’ do lido (...)” (9, p. 24).

Perguntava-me como colocar isso em prática com aqueles trinta companheiros de aprendizagem e *Spharion*... Li o livro. Se o conhecesse, e dependesse de mim, não o teria indicado aos alunos: não havia mexido nada lá dentro, o meu “pulsar” não havia mudado de ritmo, a estória não me havia tocado. Como trabalhá-la assim, a frio? Os alunos me perguntavam se deviam preencher e entregar-me o Suplemento de Trabalho (ficha de leitura) que acompanha o livro. Seria aquele um hábito (abominável) na escola? Fui ler a ficha com atenção. Estava completamente fora de tudo o que poderia levar a uma leitura crítica da obra. No meio do caminho, sem saber o que decidir, decidi não decidir. (Aprendi que o melhor a fazer, quando se está indeciso, é aceitar a imaturidade e não se pressionar.)

Enquanto não decidia nada sobre *Spharion*, seguindo as exigências da escola, pedi aos alunos que lessem outro livro: o mencionado *Se... Será, Serafina?*

Ele contém duas estórias protagonizadas por Serafina: uma que dá título ao livro e outra com o nome de “O diário de Serafina”. Encerrando a trilogia da personagem existe ainda *O Dicionário de Serafina*.

Serafina, criança sem idade definida, olha o mundo à sua volta com olhos críticos e propõe soluções criativas para o que não está de acordo. Ao contrário do que poderia ser uma Mafalda, de Quino, Serafina não perde seu caráter infantil, suas fantasias são infantis; não se vê um adulto projetando-se através da máscara da sua personagem criança.

Em todos os sentidos, os dois livros, *Spharion* e *Se... Será, Serafina?*, são muito diferentes. Poderia trabalhar essas diferenças, pensava, e por que não aproveitar e checar outra de minhas antigas idéias: sobre a validade da ficha de leitura (2)? Tentaria elaborar uma que propiciasse a “re-escritura” do lido, testaria a percepção crítica do aluno-leitor, fundamentando-me basicamente nas diferenças estilísticas de cada texto.

Assim surgiu a ficha de avaliação que introduzimos no corpo deste estudo.

Antes, porém, de comentar as questões nela contidas, gostaria de falar um pouco sobre o conteúdo das estórias.

Spharion: Aventuras de Dico Saburó. Dico Saburó é um sensitivo de 15 anos de idade, dotado de poderes paranormais, que mora com seus pais e uma irmã em Diamantina, em uma comunidade de mineradores.

A harmonia da comunidade é abalada com a morte inexplicada de um minerador e as únicas pistas deixadas são as marcas que aparecem pintadas no seu rosto: o nome *Spharion* e as letras FF.

Desta maneira é introduzida indiretamente a personagem fio da narrativa que se mantém desconhecida até o momento em que seu diário é lido e, então, desvendado o mistério de uma sucessão de ações de *Spharion* sempre envolvendo roubos de pequenos diamantes.

A estrutura da obra é a de uma novela policial e a Autora, em nota na página 6, a

apresenta como uma novela de ficção científica. É narrada em 3.^a pessoa por um narrador onisciente que intercala sua voz com a 1.^a, de Dico Saburó, em três ocasiões em que Dico conta suas experiências paranormais ao procurar pistas para apanhar Spharion. Este também se transforma em narrador em 1.^a pessoa quando intertextualmente o seu Diário é introduzido na narrativa, desvendando os mistérios todos.

Spharion é um cientista que desenvolveu planos para exterminar os fabricantes de bombas atômicas através de sua força mental ativada pelo carbono 14 encontrado nos diamantes roubados. A estória termina quando, ao travar uma batalha mental com Dico Saburó, Spharion cai ao mar e morre.

Se... Será Serafina? é um livro que trabalha com as palavras. Serafina, ao recriar o seu mundo, iniciando pelo próprio corpo, reinventa expressões, “renomeia” a realidade, brinca com as possibilidades da língua.

Se a gente falasse pelos olhos e olhasse pela boca, “a gente ia ficar olhiaberto quando tivesse uma surpresa e boquifechado quando quisesse dormir (...). A gente ia ter uma menina da boca e um céu para cada olho”. (13, p. 4.)

Serafina, em suas aventuras, já tinha sido uma girafa, Girafina. A prefeita da cidade, Prefeitina. Um girassol, Girassolina. Um pirilampo, Lamparina. Uma samambaia, Samambarina. Serafina, adentrando nos reinos vegetal, animal e humano, desvenda-os ao leitor numa visão toda especial de quem está do lado de dentro, de quem se sente um vegetal, no reino vegetal e um animal, no reino animal.

O diário de Serafina. Serafina ganha um diário de presente de aniversário e resolve usá-lo, depois de algum tempo, para contar um sonho bonito que tivera: escrevendo-o, não o esqueceria.

O seu universo de criança vai, assim, sendo registrado no diário, um amigo com quem Serafina conversa, e conta a ida ao circo com o vizinho, seu Nonô; o dia em que o Odorico, papagaio do seu Nonô, aprende a falar Serafina; a festa-surpresa que as crianças fazem para comemorar o aniversário do seu Nonô; o campeonato da língua do pê; os preparativos para o nascimento da sua irmã; um dia em que tudo acontece ao contrário e ela resolve escrever de cabeça para baixo; o Natal e o Ano-Novo; as férias no sítio e o nascimento de Severina, sua irmã.

Tanto o diário de Spharion como o de Serafina apresentam a particularidade de não se enquadrarem estruturalmente como tal. Em *Spharion*, o narrador, em 3.^a pessoa, introduz a leitura do diário explicando: “Tratava-se de uma espécie de relatório manuscrito, um tanto resumido, que não poderia ser propriamente chamado de ‘diário’, uma vez que seu autor passava vários dias, semanas e até meses sem escrever nada.” (1, p. 109.)

Quando Serafina estréia seu diário, escreve: “Já tinha ouvido falar de gente que fazia diário, contava segredos pra ele, e não deixava ninguém ler depois.

“Mas hoje de manhã acordei com vontade de fazer mais ou menos a mesma coisa. Eu digo mais ou menos porque não pretendo escrever todos, todos os dias, nem pretendo contar segredos, e pode ser até que eu deixe algumas pessoas lerem o que escrevi.” (13, p. 22.)

São basicamente diferentes, contudo, no tratamento que seus narradores dão ao diário: Spharion não o personaliza, não dialoga com ele, enquanto Serafina o trata como um ser vivente e quando conta sua vida o faz como se estivesse conversando com alguém com quem tem afinidade. Alguém amigo. O que faz com que o diário de Spharion esteja num estilo e o de Serafina em outro.

No “Suplemento de Trabalho” que acompanha *Spharion* existem doze questões so-

bre a estória, divididas por personagens, narrador, narrativa, mensagem e enredo. Essa era a ficha de leitura que os alunos me perguntavam se deviam responder.

Em que medida ela nos serviria? Em que medida ajudaria a provocar uma relação dialética entre o contexto da obra e o do aluno-leitor? Estaria propiciando uma percepção crítica, interpretação e “re-escrita” do lido, conforme palavras já citadas de Paulo Freire?

Temo que estaria bem longe de exercer essa função, uma vez que ela apenas explora a memória do leitor, e memória intelectual (não emocional).

No item I — Personagens, apesar de introduzir as perguntas falando em emoções — “Acho que você viveu junto comigo todas as emoções e perigos do livro, não é mesmo? Vamos começar lembrando as personagens” —, não há nenhuma “brecha” para que o leitor expresse as suas emoções em relação às personagens.

O que se segue é uma lista de características para o leitor *escrever* ao lado *os nomes* das personagens que as preenchem.

A segunda questão pede a mesma coisa, só que fornecendo agora apenas uma característica. E a terceira desse grupo pede que se *faça a descrição* de alguns fenômenos paranormais ocorridos com Dico.

O grupo seguinte, sobre o Narrador, contém quatro perguntas. A primeira pede que se *diga o capítulo* em que ocorre a interferência do narrador nos fatos narrados e que se *transcreva o trecho* que denuncia esta interferência. A segunda, é Dico que pede que se *diga* em que *páginas* ele se torna narrador *e a razão* disso ocorrer. A terceira apresenta lacunas para serem preenchidas. Quer saber o *nome* do terceiro narrador, através de que *recurso* ele aparece *e o motivo* da Autora usar tal recurso. Não se explora a intertextualidade, o fato de termos um livro dentro do livro, os recursos estilísticos de um e outro narrador. A quarta é um texto com lacunas também que resume quem são os narradores encontrados em *Spharion*.

O grupo III, sobre a Narrativa, continua exigindo um leitor de boa memória. Primeira questão: ao listar alguns dados da estória em uma coluna, pede que sejam os mesmos relacionados com pistas na outra coluna. Segunda questão: pede que se preencham lacunas, fazendo com que o texto surgido seja sintetizador das ações de Spharion. Terceira questão: através do mesmo processo de lacunas há frases que, uma vez completadas, caracterizam Spharion.

O que vemos aqui além de repetição pura e simples do lido?

O grupo IV, sobre a Mensagem, se reduz a uma única questão onde o leitor estaria “relativamente livre” para fazer *o seu* texto: “Escreva aqui uma mensagem que você tirou com a leitura.”

Digo “relativamente livre” porque as intenções maniqueístas da mensagem são claras. Dico é a personificação da bondade e Spharion, do mal. A “mensagem” que o leitor escreveria aqui seria no mínimo a frase chavão: “O bem sempre acaba vencendo o mal.” Infelizmente não se checa essa afirmação; “Caro leitor, no seu contexto social também o mal acaba vencido pelo bem?”

Não satisfeitos com a comprovação da memória do leitor, o grupo V, sobre o Enredo, consiste em uma questão que lhe solicita reescrever toda a estória, “fazendo um esforço para se lembrar do que leu”. Ajudam-no através de ilustrações seqüenciais do livro.

Definitivamente esse material não poderia nos servir na etapa em que estávamos. Se, posteriormente à discussão dos textos, tivéssemos tempo para discutir este Suple-

mento fornecido pela editora, acredito que nos enriqueceríamos bastante. Infelizmente não pudemos realizar esse trabalho.

Quem, por sua vez, olhar a questão n.º 1 e a primeira parte da 5.ª, da minha ficha de avaliação, sorrirá maliciosamente e dirá: mas aqui você fez o mesmo, apelou para a memória intelectual do aluno-leitor!

Sem dúvida, e por esse motivo, as questões foram anuladas. O que se pedia ali não tem a menor importância em relação a tudo o que venho dizendo quanto ao ato de ler. Explica-se somente por um contexto intrínseco àquela 6.ª série, taxada como indisciplinada. Estava dando aos alunos uma oportunidade a mais para que se auto-avaliassem em um setor-problema naquela escola: “a indisciplinada”. Chegar 7h05 em vez de às 7h da manhã era indisciplinada, virar-se para trás na carteira era indisciplinada, sujar a sala, falar em voz alta, colar. Mais um pouco e “não saber” era considerado também indisciplinada.

Anulando as questões, quis mostrar aos alunos duas coisas: que aquele conceito de disciplina era o da escola, não o meu. Não me interessava se houvesse cola (como houve) ou não, se eles lembrassem aqueles detalhes ou não, porque a segunda coisa que queria mostrar-lhes era que, naquele caso, o que importava era a produção que surgiria da leitura, a sua “re-escritura” do lido, não a repetição de nada. O que queria era *dialogar* com eles, sobre um ponto em comum: o material lido; *não inqueri-los* (sic).

Acredito que se torne fácil agora entender por que somente onze, de trinta, conseguiram entrar para o jogo do escrever com emoção. Tolhidos constantemente no que consiste o germe da criação, seria muito difícil soltar de repente as amarras.

Reproduzo, a seguir, a ficha de leitura elaborada por mim:

NOME: MENÇÃO:
L.P. 6.ª A/M — Prof.ª: Vera Lúcia do Amaral Data:

I — *Se... Será, Serafina?* e *O diário de Serafina* são duas histórias que a _____ editou com o nome de _____. A personagem central (ou protagonista) é _____.

II — Qual dessas histórias você gostaria de ter escrito? Por quê?

III — Existiria alguém parecido com Serafina? Em caso positivo, você gostaria de ter uma amiga como ela? Por quê?

IV — Sublinhe as palavras que você acha que combinam com o modo de ser da personagem Serafina: desastrada - meiga - impaciente - criativa - egoísta - debochada - curiosa - introvertida - compreensiva - sonhadora - realista - revolucionária - inteligente - faladora.

Complete a relação com as características que, para você, ficaram faltando:

V — A Autora, _____, usou palavras que não existem na língua (você não as encontra no dicionário), tais como:

1 — 2 — 3 —
4-..... 5-..... 6-.....

Em *Se... Será, Serafina?* existe, portanto, um trabalho de criação em cima das palavras: a fantasia (Serafina sonha ser muitas coisas) e a realidade (o nome “Serafina”) juntam-se e formam palavras diferentes.

Utilize o mesmo processo (os seus sonhos e o seu nome) e crie novas palavras: 1-..... 2-..... 3-..... 4-..... 5-..... 6-..... Você conhece outro(s) escritor(es) que “brinca(m)” com as palavras? Quem?

- VI — Quais são as diferenças entre o diário de Serafina e o de Spharion?
- VII — Imagine um único fato. Agora, imagine que você é o Spharion e escreva esse fato no seu diário. Faça o mesmo, imaginando ser Serafina.
- VIII — Escrever de cabeça para baixo foi um meio que a escritora encontrou para mostrar que Serafina une a emoção a tudo o que faz. Neste momento, perceba a sua emoção. Passe-a para o papel da forma como quiser.
- IX — Você mudaria alguma coisa no livro? O quê? Explique por quê.

Com a questão n.º 2 pretendia medir a empatia da classe com o material literário, dar-lhes a chance de dizer o que 8, por exemplo, disseram. Não escolheram nenhum delas por:

- a) serem infantis 03 alunos
- b) não gostarem delas 02 alunos
- c) não gostar desse tipo de livro 01 aluno
- d) escolher *Spharion* 01 aluno
- e) não achá-las importantes 01 aluno

O *Diário* foi escolhido por 13 alunos e *Se... Será, Serafina?*, por 9. A escolha recaiu nos mesmos motivos, independente das estórias escolhidas; por serem: “interessantes, criativas, imaginativas, engraçadas”.

Após aproximar o aluno-leitor da obra pela perspectiva do escritor, tentei-o pela da personagem (questões 3 e 4), dando oportunidade para que ele relese criticamente a obra, a interpretasse e partisse para uma produção (questões 5, a partir das palavras criadas por ele, no seu contexto, e questões 6, 7 e 8).

As questões 6 e 7 foram um teste para a teoria de que, assim como para Chomsky “a criança, ao natural, ‘aprende’ (termo inexato) a falar”, ou seja, ela extrai as regras de uma língua em particular da sua inata “gramática universal” (11, p. 81-82), também tem condição inata para perceber e produzir textos em *diferentes estilos*.

Acho que não foi por um acaso que Dámaso Alonso em seu método de Crítica Estilística pontificou a *intuição* como primeiro conhecimento poético, seguida da inquietação crítica e somente em terceiro lugar o conhecimento poético pela abordagem metódica e científica.

É, portanto, através da análise das respostas a estas duas perguntas que tentarei identificar os fatos estilísticos que diferenciam uma e outra obra, uma vez que a questão 6 pede que se diga as diferenças entre o diário de Serafina e o de Spharion, e a questão 7 solicita ao aluno que imagine um único fato e o escreva ora no estilo de *Spharion* ora no de *Serafina*.

Três grupos dividem as características apontadas como diferenças entre os dois diários: um que concentra as opiniões sobre o conteúdo (C), outro sobre o aspecto formal (F) e outro de reações do leitor (R). Alguns exemplos: (C) *Spharion* — fatos importantes, sério, filosófico, científico, um diário adulto. *Serafina* — coisas infantis, engraçado, imaginário, criança, um diário infantil. (F) *Spharion* — não escreve em forma de diálogo, palavras difíceis, bem resumido. *Serafina* — escreve como se falasse com o diário, brinca com as palavras, feito para ser grande. (R) *Spharion* — cansa ler. *Serafina* — gostoso de ler.

Chamou-me a atenção o fato de que apenas uma aluna registrasse que Serafina passa ao diário “todas as suas emoções”, sem contudo, deixar de dizer que o diário de Spharion “era muito mais sério”. Também o fato de outra colocar que neste havia “a-

venturas mais sérias” e naquele “só aventuras” e de um outro anotar que o diário de Spharion “é totalmente real” e o de Serafina “tem algumas partes imaginárias”.

Isso bastava para comprovar minhas suspeitas de que para eles o sério é real, que no sério e real não cabem as emoções e que, infelizmente, aqueles alunos como muitos de nós crescemos divididos e dividindo intelecto e emoção, coisa séria de brincadeira, mundo adulto de mundo infantil, ciência de arte (quando as duas obras são literárias, como uma é real e a outra um pouco imaginária?! Só porque uma trabalha com tema científico?).

Sobressaltos de lado, havia algo importante: a minha ficha de leitura estava mostrando os “contextos” na sala de aula, estávamos começando a nos ver!

Os alunos também notaram o trabalho de construção, a escolha das palavras, o estilo concentrado de um e aberto do outro, um que tende para o escrito, outro que tende para o oral. Estava comprovando a minha teoria de percepção inata para os fatos estilísticos.

O próximo passo seria verificar se nas redações infantis (resposta à questão n.º 7) apareceriam essas diferenças que marcaram o diário de Serafina como mais expressivo que o diário de Spharion, segundo respostas à questão n.º 6. Aquele estaria mais carregado de afetividade (sentimento), este, mais perto da objetividade (idéia), conforme discute Bally sobre os diferentes níveis ou graus de pensamento em que são construídas as mensagens (3, p. 109-123).

O método foi o da comparação, a nível léxico e morfossintático, nos 22 pares de respostas dadas à questão n.º 7, comparar o que seria a linguagem objetiva (intelectual) de Spharion com a linguagem subjetiva, expressiva (afetiva) de Serafina.

No nível morfológico, medi a extensão dos textos em número de palavras. Para as crianças, o diário de Spharion era “bem resumido” e o de Serafina “feito para ser grande”. De onde se deduz que para elas a linguagem objetiva é curta e a subjetiva, longa.

As redações produzidas como Serafina ultrapassaram em 30% o total de palavras das produzidas como Spharion (537 x 403).

Comparando cada par numérico, correspondente às redações de Spharion e de Serafina, respectivamente com as respostas que as mesmas crianças deram à pergunta n.º 2 (Qual dessas histórias — *Se... Será, Serafina?* e o *Diário* — você gostaria de ter escrito? Por quê?), verifica-se que dos 22 pares de redações, apenas 5 têm o texto de Spharion mais extenso que o de Serafina. Contudo, desses 5 apenas dois autores infantis apresentaram coerência entre suas produções (a esse nível de extensão) e a escolha feita na questão n.º 2: não escolheram nenhuma das histórias e não produziram textos mais longos que os que fizeram como Spharion.

Da mesma forma, 4 alunos que não haviam escolhido nem *Se... Será* nem o *Diário* produziram, incoerentemente, textos mais extensos para Serafina que para Spharion. Treze (mais da metade) escolheram um dos dois e produziram, coerentemente, textos mais extensos para Serafina.

Fiz esse paralelismo, pensando na afirmação que Mattoso Câmara faz sobre os traços estilísticos: eles “revelam estados d’alma e impulsos da vontade, latentes na enunciação das palavras (...)” (5, p. 29); lembrando a idéia do “pulsar”, colocada no início, e a da vontade de significar, do Prof. Bosi, também já citada. De fato, a maioria que se *identificou* com o estilo de Serafina produziu com maior soltura um texto “à Serafina”.

Sobre o nível sintático, fiz dois tipos de análise: um que demonstrasse a composição do período e outro que constatasse os tipos de frases.

Quanto ao tipo de períodos, as redações de Spharion, no seu total, apresentaram a seguinte composição: 8 orações coordenadas assindéticas; 20 coordenadas sindéticas; 19 subordinadas e 13 orações absolutas.

Enquanto as redações de Serafina foram compostas de: 9 assindéticas; 27 sindéticas; 37 subordinadas e 7 absolutas.

Se a coordenação, em princípio, “traduz uma visão objetiva do mundo” (12, p. 132), o diário de Spharion escrito pelos alunos refletiu essa objetividade ao guardar a proporção de 28 orações coordenadas para 19 subordinadas. Ao contrário do diário de Serafina, que quase igualou em número de coordenadas e subordinadas.

Considerando também que uma das diferenças formais apontadas era a de que Spharion não escreve em forma de diálogo e Serafina escreve como se falasse com o diário, talvez fosse pertinente pensar na possibilidade do predomínio da parataxe na linguagem escrita e do da hipotaxe na linguagem oral.

Em relação à análise que constatasse os tipos de frases, procurei detectar as frases intercaladas, segundo classificação de Othon Garcia (10, p. 85-108), e as frases inorgânicas e os anacolutos, segundo Gladstone Chaves de Melo (12, p. 123, 190-193).

Foram encontradas, respectivamente, nos textos como Spharion e como Serafina, 3 frases inorgânicas contra 9, 1 frase intercalada contra 5 e 1 anacoluto contra 6.

Acredito que estas diferenças numéricas venham de encontro às características formais notadas pelos alunos, para os quais o diário de Serafina é escrito de “forma extrovertida”, “brinca com as palavras” e tem “linguagem mais aberta e criativa”.

De fato, este tipo de frases provoca uma linguagem mais expressiva, na medida em que rompe com a linearidade. Aproxima-se mais do pensamento carregado de emoção que de idéia, está mais perto do afetivo que do intelectual. Gladstone, considerando os fatores de produção das frases inorgânicas, cita “forte carga emocional” (predomínio da emoção sobre a razão), “necessidade de comunicação rápida” e “para desencaixar, na ficção, a emoção dos leitores” (12, p. 124-125).

Nos níveis léxico, morfológico e sintático, as redações dos alunos no estilo de Serafina apresentam contrastes marcantes em relação aos textos produzidos como Spharion.

Em Serafina há: 1. personificação do diário, que aproxima o texto da linguagem oral e do discurso direto (Ex. “Diário!, você nem sabe o que vai acontecer amanhã”); 2. linguagem coloquial; 3. redução de palavras (“Demora, né diário?”, “tá havendo uma guerra numas tais”); 4. criação de palavras (“uma Substantina bem Diferentona”); 5. gíria (“foi o maior barato”); 6. imprecisão ou indeterminação léxica, o que contrasta com a linguagem científica de Spharion (“Essa tal de guerra naquela ilha”); 7. adjetivação pejorativa (“a gracinha da 5.^a série”); 8. aumentativos e diminutivos, salientando o aspecto afetivo (“coitadinha da Paula”); 9. particularizações semânticas através de escolha lexical (“hoje na escola entreguei meus amigos”); 10. sinais de pontuação, frisando o estado emotivo; 11. acréscimos sintáticos com frases intercaladas, inorgânicas, coordenadas, que ampliam as idéias, dão mais detalhes e tornam a mensagem mais subjetiva (“as blusas serão com arame dentro. Olha que legal! Partirão amanhã”) e 12. rejeição à norma culta (“Onti ... do vô i...” — “Ontem... de meu avô e...”).

Gostaria, para concluir, de rever alguns tópicos. O que gerou este trabalho foi a execução de uma proposta de ficha de leitura, algo que modificasse ou ampliasse a ati-

tude de ler. Lembro-me aqui do quanto está certa Eglê Franchi (7), pois, ao discutir as técnicas para preparar o aluno para a escrita, diz algo que serve para qualquer objetivo educacional: o problema da aprendizagem dos alunos certamente não se resolve apenas com a busca de novas técnicas ou metodologias, mas com uma profunda modificação nas atitudes.

Ao tentar modificar a atitude de ler, daqueles alunos, descobri os seus contextos de mundo dividido, principalmente no tocante à visão de homem intelectual e emocional.

Descobri que suas produções lingüísticas revelam uma percepção inata dos fatos estilísticos da língua, ao trabalharmos com dois textos estilisticamente diferentes.

Confirmei o fato de que a identificação (empatia) com o texto facilita a sua interação, o diálogo com ele, a sua incorporação ao nosso contexto; o que chamo de uma comunicação completa, facilitada pela presença da emoção junto à nossa percepção intelectual.

Estou convencida de que a minha ficha de leitura foi criada a partir da emoção que me despertou a leitura de *Se...Será, Serafina?*. As metamorfoses de Serafina, levando a metamorfoses lingüísticas, a possibilidade de “brincar” com as palavras, exerceram uma salutar “pressão” sentida interiormente que “ex-pressou” com a palavra aquela ficha.

Certamente não menosprezo o desenvolvimento intelectual humano, sem o qual a tradução desse “pulsar” não seria translúcida.

Entretanto, notei que mesmo os alunos com dificuldades de expressão, apresentando “desvios” à norma culta, conseguiram diferenciar seus textos estilisticamente. Conseguiram captar e expressar, a seu modo, diferenças de estilo.

Por último, gostaria de defender, a favor do ensino da língua, a produção verbal bem como a não-verbal, seja ela gráfica ou não. Se, através de um texto literário, por exemplo, consegue-se tocar a emoção, incitar à produção, à “re-escritura” dos contextos que se interagem (obra-público-autor), por que não através de um desenho, de uma pintura, de uma expressão corporal, de uma música?

Noto, reexaminando as respostas à questão n.º 8, que os recursos usados pelos alunos (diferentes tipos de letras, sinais gráficos, papel de cabeça para baixo, desenhos intercalando-se com palavras etc.), são alguns dos muitos meios que temos de expressão do nosso emocional. E comprovo a necessidade de expansão do campo de estudos da estilística; a fônica, a léxica e sintática cobrem apenas uma parte da produção humana.

Junto à defesa da produção verbal bem como a não-verbal se encontra, definitivamente, a necessidade de tornar a expressão do pensamento em nossa sala de aula mais afetiva, mais emocional, porque o que advém daí é, sem dúvida, mais forte, mais rico em termos de aprendizagem.

AMARAL, V.L. do — De como seria bom se fosse ao contrário. *Alfa*, São Paulo, 29:9-19, 1985.

AMARAL, V.L. do — How good it would be if it were the opposite. *Alfa*, São Paulo, 29:9-19, 1985.

ABSTRACT: This paper is an account of an experiment carried out in the classroom having a special book report as its starting point. It was used to prompt the production of creative texts in the process of teaching Portuguese. The aim was to change or broaden the students' approach to reading, as well as the tenor of thought expression in a classroom situation, which is usually intellectual rather than emotional: it would certainly be much better if it were the other way round.

KEY-WORDS: Reading; book report; stylistic comprehension and expression; composition.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, L.M. — *Spharion: aventuras de Dico Saburó*. 3. ed. São Paulo, Ática, 1981.
2. AMARAL, V.L. — Os textos na sala de aula. *Linha d'água*, n.º 2: 49-52, mar., 1981.
3. BALLY, C. — Mécanisme de l'expressivité linguistique. In: ———— *Le langage et la vie*. Paris, Payot, 1926. p. 141-181.
4. BOSI, A. — *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo, Cultrix, EDUSP, 1977.
5. CÂMARA JR., J.M. — *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1985.
6. CAMPOS, A. & VELOSO, C. — Pulsar. In: Velô. Rio de Janeiro, Philips, 1984. Lado A, faixa 2.
7. FRANCHI, E. — *E as crianças eram difíceis... A redação na escola*. São Paulo, Martins Fontes, 1984.
8. FREIRE, P. — Da leitura do mundo à leitura da palavra. *Leitura: Teoria & Prática*. Campinas, 0:3-9, nov.1982.
9. FREIRE, P. — *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 6.ed. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1984.
10. GARCIA, O.M. — *Comunicação em Prosa Moderna*. 2.ed. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas, 1971. 1.ª parte, Cap. V, p. 85-108.
11. LUFT, C.P. — *Língua & Liberdade: por uma nova concepção de língua materna*. Porto Alegre, L & PM, 1985.
12. MELO, G.C. — *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1976.
13. PORTO, C. — *Se... Será, Serafina?* Ilust. Michele. São Paulo, Ática, 1980.

PADRÃO CONTEXTUAL E EFEITO ESTILÍSTICO

Mercedes Sanfelice RISSO *

RESUMO: Com fundamento no método de análise formal e estrutural, é realizado o estudo estilístico de um segmento do conto "O Burrinho Pedrês", de Guimarães Rosa. Fatos lingüísticos de diferentes níveis são avaliados por sua articulação coesa centrada em direções comuns que tomam dentro do texto, o que conduz à identificação de isomorfias, convergências e padrões contextuais. A intensificação estilística é apreendida na superposição seqüencial de padrões e nos contrastes que daí resultam.

UNITERMOS: Procedimentos fônicos-rítmicos; sintáticos; semânticos; convergências estilísticas; padrões estruturais; contexto estilístico; conjunção e disjunção sêmicas; rupturas; isomorfias.

1. APRESENTAÇÃO

O assunto ressaltado pelo título deste artigo é abordado a partir de uma análise estilística de um fragmento do conto "O Burrinho Pedrês", de Guimarães Rosa. (4, p. 22-24.) São examinadas as estruturas fônico-rítmicas, sintáticas e semânticas que interagem dentro do texto.

Trata-se de um conto que projeta, em primeiro plano, a figura do burrinho pedrês. Este começa totalmente desprestigiado, como um misero mu, idoso, decrépito, de olhos remelentos, sonolento e em profundo (mas aparente) alheamento, e termina como um herói silencioso, um "burro lúcido" que sabe, sozinho, enfrentar os perigos da travessia do Riacho da Fome. No relato dos acontecimentos que se estendem das seis horas da manhã até a meia-noite, sempre intercalado de narrativas muito bonitas dos vaqueiros, vai surgindo a história do burrinho que, "como a história de um homem grande, é bem dada no resumo de um só dia de sua vida". A linha condutora do enredo é, entretanto, o difícil transporte de uma boiada, da fazenda do Major Saulo até o curral da estrada de ferro do arraial mais próximo, com o subsequente e trágico retorno dos vaqueiros ao ponto de origem.

O trecho tomado para análise se situa na primeira metade do conto e começa no ponto em que, depois dos necessários preparativos, já partem os vaqueiros da fazenda, às seis horas da manhã, sob o som intercadente do berrante e das canções:

Nenhum perigo, por ora, com dois lados da estrada tapados pelas cercas. Mas o gado gordo, na marcha contraída, se desordena em turbulências. Ainda não abaixaram as cabeças, e o trote é duro, sob vez de aguilhoadas e gritos. 01.

— Mais depressa, é para esmoer?! — ralha o major. — Boiada boa!...

Galhudos, gaiolos, estrelas, espácios, combucos, cubetos, lobunos, lompardos, caldeiros, cambraias, chamurros, churriados, corombos, cornetos, bocalvos, borralhos, chumbados, chitados, vareiros, silveiros... E os tocos da testa do mocho macheado, e as armas antigas do boi cornalão... 05

— P'ra trás, boi-vaca!

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — ASSIS — SP.

| | |
|--|----|
| — Repele Juca... Viu a brabeza dos olhos? Vai com sangue no cangote... | |
| — Só ruindade e mais ruindade, de em-desde o redemunho da testa até na volta da pá! Este eu não vou perder de olho, que ele é boi espirrador... | 10 |
| Apuram o passo, por entre campinas ricas, onde pastam ou ruminam outros mil e mais bois. Mas os vaqueiros não esmorecem nos eias e cantigas, porque a boiada ainda tem passagens inquietantes: alarga-se e recomprime-se, sem motivo, e mesmo dentro da multidão movediça há giros estranhos, que não os deslocamentos normais do gado em marcha — quando sempre alguns disputam a colocação na vanguarda, outros procuram o centro, e muitos se deixam levar, empurrados, sobrenadando quase, com os mais fracos rolando para os lados e os mais pesados tardando para trás, no coice da procissão. | 15 |
| — Eh, boi lá!... Eh-ê-ê-eh, boi!... Tou! Tou! Tou... | |
| As ancas balançam, e as vagas de dorsos, das vacas e touros, batendo com as caudas, mugindo no meio, na massa embolada, com atritos de couros, estralos e guampas, estrondos e baques, e o berro queixoso do gado junqueira, de chifres imensos, com muita tristeza, saudade dos campos, querência dos pastos de lá do sertão... | 20 |
| “Um boi preto, um boi pintado, cada um tem sua cor, Cada coração um jeito de mostrar seu amor”. | 25 |
| Boi bem bravo, bate baixo, bota baba, boi berrando... Dança doido, dá de duro, dá de dentro, dá direito... Vai, vem, volta, vem na vara, vai não volta, vai varando... | |
| “Todo passarinh’ do mato tem seu pio diferente. Cantiga de amor doido não carece ter rompante...” | 30 |
| Pouco a pouco, porém, os rostos se desempanam e os homens tomam gesto de repouso nas selas, satisfeitos. Que de trinta, trezentos ou três mil, só está quase pronta a boiada quando as alimárias se aglutinam em bicho inteiro — centopéia —, mesmo prestes assim para supresas más. | 35 |
| — Tchou!... Tchou!... E, booô!... | |
| E, agora, pronta de todo está ela ficando, cá que cada vaqueiro pega o balanço de busto, sem querer e imitativo, e que os cavalos gingam bovinamente. Devagar, mal percebido, vão sugados todos pelo rebanho trovejante — pata a pata, casco a casco, soca soca, fasta vento, rola e trota, cabisbaixo, mexe lama, pela estrada, chifres no ar... | 40 |
| A boiada vai, como um navio. | |

Focalizando a marcha da boiada que está sendo conduzida pelos vaqueiros, o trecho põe à mostra uma gradação na organização do rebanho, pelo que é possível segmentá-lo em três etapas, onde se vê:

- 1.^a) o gado desordenado em turbulência (linhas 1 a 11)
 - 2.^a) o gado já começando a formar uma multidão movediça que ainda tem passagens inquietantes (linhas 12 a 33)
 - 3.^a) a boiada organizada (linhas 34 a 42)
- indo de “quase pronta” (34 a 37), a “pronta de todo” (38 a 41), para, então, seguir “como um navio” (42).

Essa segmentação em partes torna-se importante do ponto de vista descritivo, uma vez que se pode acompanhar todo um trabalho sobre a linguagem perfeitamente associado à representação das etapas assim delimitadas. Cria-se, em cada ponto, um padrão contextual próprio, articulado por fatos lingüísticos de diferentes níveis, atuando convergentemente em direção da evocação do momento enfocado. Como assinala Riffaterre, “o efeito do processo estilístico supõe uma combinação de valores semânticos e fônicos (diríamos, também, sintático); um sem o outro é apenas potencial”. Com isso, refere-se o Autor “à acumulação, num ponto determinado, de vários processos estilísticos independentes. Isolados, cada um seria expressivo por si mesmo. Em conjunto, cada processo estilístico acrescenta sua expressividade à dos outros. Geralmente, os

efeitos destes processos estilísticos são convergentes, numa ênfase toda particular” (3, p. 59).

Mas o processo estilístico não se restringe, no caso do texto em análise, à atuação conjunta dos traços lingüísticos ou às somatórias de adesões parciais de forma e fundo. Efeitos especiais resultam da projeção recíproca das constantes estruturais de cada parte, uma sobre as outras, com as rupturas e variações aí naturalmente envolvidas.

Essa constatação encontra apoio mais uma vez em Riffaterre, precisamente na sua concepção de contexto estilístico como “um ‘pattern’ lingüístico rompido por um elemento que é imprevisível” (3, p. 56).

Acompanhemos de perto os fatos lingüísticos que delineiam o “pattern” lingüístico de cada uma das partes atrás seccionadas e, simultaneamente, os contrastes e rupturas que resultam de suas associações na seqüência do texto. Para esse procedimento, move-nos a aceitação de que “a aproximação de invariantes estilísticas faz aparecer estruturas estilísticas (que são também estruturas semânticas), cuja organização suporta a estrutura textual”. (D. Dela, In 3, p. 25.)

2. O PADRÃO CONTEXTUAL DA DESORDENAÇÃO

O anúncio da agitação dos animais tem seu ponto de partida na conjunção adversativa *mas*, no início do segundo período do primeiro parágrafo. Atuando como fator de coesão textual, ela remete, em retrospecto, por anáfora (1, p. 4, 33, 237), ao sintagma *nenhum perigo*, que abre o texto, fixando semanticamente uma contraposição à tranquilidade que este faz pressupor. Essa mesma relação é reiterada na unidade léxica *des-orden(a)*, cuja decomposição morfológica evidencia igualmente a suspensão de um estado de calma.

Na expressão da turbulência, da dispersão que então se estabelece tem uma funcionalidade especial o fato morfosintático da flexão de plural do verbo *abaixaram*, em contraste com o singular de *desordena*, ambos sintaticamente referidos ao sujeito *gado gordo*. O plural põe em destaque não o conjunto conotado por esse coletivo, mas os elementos do grupo, as partes que o compõe, os bois que se agitam.

Em perfeita coligação com esse fato de concordância que traduz concretamente a dispersão das reses, vem o estrato sintático de uma passagem subsequente que vale a pena observar de perto:

“Galhudos, gaiolos, estrelas, espácios, combucos, cubetos, lobunos, lompardos, caldeiros, cambraias, chamurros, churriados, corombos, cornetos, bocalvos, borralhos, chumbados, chitados, vareiros, silveiros.... E os tocos da testa do mocho macheado, e as armas antigas do boi cornalão...”

Começamos por caracterizá-la, do ponto de vista fônico-rítmico.

Há uma lista de nomes que se reúnem aos pares, por aliteração ou, em dado momento, pela rima (“vareiros, silveiros”). A identidade fônica só se perturba no par que vem como fecho (“do boi cornalão”).

Cada par assim formado envolve idêntico número de sílabas poéticas (cinco), constituindo verdadeiros “versos” de redondilha menor, com acentos regularmente distribuídos na segunda e quinta sílabas.

Instaura-se, nessa base, uma harmonia rítmico-sonora imitativa do trote duro e bem marcado do gado. Sem dúvida, um simbolismo fônico-rítmico, com uma expressividade toda particular.

Se os procedimentos sonoros, assim regularmente dispostos, fazem pressupor a uni-

dade ou a organização, a textura sintática da frase atua sobre a mesma série, com efeitos modificadores dignos de nota.

Assim, destaca-se aí o processo de coordenação, fixando um exaustivo rol de raças e tipos de bois. Exceção feita ao último segmento frasal (“E os tocos da testa do mocho macheado, e as armas antigas do boi cornalão...”), chama atenção, na passagem, a ausência de qualquer vínculo subordinativo e mais, de conectivos de qualquer espécie entre os componentes de cada par. A absoluta independência sintática, reforçada pelo assindetismo, evoca, nesse ponto, a completa dispersão dos animais.

Comparemos as constantes aqui destacadas com o que se dá na segunda parte.

3. O PADRÃO CONTEXTUAL DA AGLOMERAÇÃO

Para maior efeito de comparação, comecemos pelo bloco fônico-rítmico que, nesta etapa, também se forma:

“As ancas balançam, e as vagas de dorsos, das vacas e touros, batendo com as caudas, mugindo no meio, na massa embolada, com atritos de couros, estralos de guampas, estrondos e baques, e o berro queixoso do gado junqueira, de chifres imensos, com muita tristeza, saudade dos campos, querência dos pastos de lá do sertão...”

Mais uma vez, marcam ocorrência os segmentos pentassilábos — 16, na frase toda —, com idêntica acentuação silábica — 2.^a e 5.^a sílabas marcadas.

Desta feita, porém, desaparece o processo aliterativo. A divisão da frase em segmentos é orientada pela regularidade na sucessão de sílabas marcadas e não marcadas e, aditivamente, pela organização sintática que transparece na pontuação. Com efeito, a vírgula que aqui ocorre apenas no final de cada pentassílabo, delimitando-o (ela deixa se ser grafada em apenas dois pontos), delimita também sintagmas.

Cada sintagma assim assinalado reúne em seu interior, em relação de dependência, um constituinte determinado e um determinante (menos em “das vacas e touros” e “estrondos e baques”, onde, de qualquer forma, aparece o conectivo coordenativo estreitando os componentes).

Além dessas conexões intra-sintagmáticas, sucedem-se também as inter-sintagmáticas: muitos dos sintagmas vão se associando, uns aos outros, por ligações coordenativas ou, na maior parte das vezes, subordinativas, definidas ou não por conectivos.

Com tais características, esta segunda passagem se une estilisticamente àquela da primeira parte, por relação de conjunção e disjunção sêmicas. Se, em conjunção, a uniformidade rítmica prolonga a conotação do trote, de passos bem marcados, lá instaurada, em disjunção, a ocorrência de relacionantes e a sensível fixação de vínculos de dependência evocam uma dispersão menor, um ajuntamento, um certo conjunto se formando.

Trata-se de um efeito semântico-estilístico, que resulta de pequenas modificações de um procedimento já fixado em contexto anterior. Na retomada desviante da seqüência, destaca-se o “contraste criador de estilo” (3, p. 56).

Mas a “multidão movediça” que se vai constituindo apresenta ainda suas “passagens inquietantes”, seus “giros estranhos”. Nesse particular, é de se observar a função da *antonímia* — *alarga-se/recomprime-se* — que, reunindo palavras contíguas, de sig-

nificados opostos, referidas ao mesmo agente, estampa no discurso a agitação. É esta que ecoa, em seqüência, nos significados das palavras *disputam*, *empurrados*; na diferenciação de posições fixada em *vanguarda*, *centro*, *lados*, *para trás*; na discriminação de grupos indicada pelos indefinidos sucessivos *alguns*, *outros*, *muitos* ou representada pelos adjetivos substantivados *mais fracos*, *mais pesados*.

Fechando essa cadeia semântica, entra a expressão duplamente metafórica: *coice da procissão*. Fazendo referência ao fim da marcha, mescla-se aí a identidade animal (“coice”) com a humana (“procissão”), esta última já conotada anteriormente, pela outra metáfora “multidão movediça”. Na mescla de identidade fica evocada a idéia de acompanhamento mais ou menos organizado, em fila, como pessoas, simultaneamente à de movimento abrupto, animalesco, na retaguarda da marcha.

No desenho melódico da desordenação ou, mais precisamente, de um “boi espirrador” que sai repentinamente da procissão, entra, ainda na segunda parte do texto, um novo conjunto fônico rítmico:

“Boi bem bravo, bate baixo, bota baba, boi berrando... Dança doido, dá de duro, dá de dentro, dá direito... Vai, vem, volta, vem na vara, vai não volta, vai varando...”

A aliteração divide o conjunto em três segmentos, conforme comportem palavras iniciadas pelas oclusivas /b/ ou /d/, ou pela fricativa /v/. Por suas características articulatórias, as consoantes assim dispostas conotam, primeiramente, a explosão, a repentinidade do movimento do boi (/b/, /d/) e, por último, o prolongamento, a continuidade da ação dominante do vaqueiro.

O estrato rítmico, embora evoque contextos anteriores, apresenta em relação a eles, fatos de ruptura dignos de nota. Não temos um conjunto alongado, mas uma unidade melódica mais rápida, dada em três lances, repartidas em “compassos” mais breves, ternários, com acento na primeira e terceira sílabas. Do ponto de vista sintático-semântico, nota-se a tônica da estruturação, após o primeiro segmento trissílabo, incidindo, sempre sobre verbos (o primeiro segmento apresenta o agente, os restantes reportam-se às suas ações). As formas verbais então ocorrentes despontam invariavelmente como núcleos das construções e, exceção feita ao constituinte *boi berrando*, aparecem abrindo cada série. Essa característica sintático-semântica repercute no ritmo, acelerando a seqüência e conotando, em isomorfia, a própria situação de movimentação representada. Pela inserção de um ritmo diferente, inesperado, cria-se o efeito estilístico do giro imprevisto de uma rês que se desloca subitamente do grupo.

4. O PADRÃO CONTEXTUAL DA ORGANIZAÇÃO

A passagem para o terceiro turno na condução do rebanho é nitidamente definida, logo no início, por marcadores morfossintáticos: a locução adverbial *pouco a pouco*, que destaca a gradação e, mais, o conectivo transfrástico *porém*, que anuncia uma mudança, uma nova situação.

Encabeçadas por tais recursos, as palavras da primeira frase ganham uma dupla referência: registram o fato presente no novo turno e, em intertextualidade, remetem simultaneamente à idéia de que o oposto se dá no momento anterior. Assim, os rostos que agora “se desempanam”, antes estão tensos (empanados); os homens que agora “tomam gesto de repouso nas selas, satisfeitos”, antes “não esmorecem nos eias e cantigas”.

É curioso notar a duplicidade significativa do enfoque dos vaqueiros, com relação

também a uma outra particularidade: na variação que vai de seus estados de alerta para os gestos de repouso ficam metonimicamente representadas as diferentes situações da boiada. Assim, a despreocupação dos homens e seu balanço de corpo despercebidamente bovino, nos parágrafos finais, revelam, por tabela, o ajuntamento ordeiro dos animais, a absoluta uniformidade de movimentos do grande rebanho.

Estamos no ponto da boiada não mais “multidão movediça”, mas da “boiada-centopéia”, aglutinada em bicho-inteiro. Na transição de uma metáfora a outra estampa-se a evolução para um momento de formação organizada que deixa a impressão de um só corpo, apesar de tantas patas das tantas reses se mexendo.

No momento de ordem já estabelecida, não só os bois se reúnem num só corpo, mas bois, vaqueiros e cavalos movem-se no mesmo conjunto. Nos movimentos completamente uniformizados, neutralizam-se as oposições sustentadas pelos clasemas/humano/X/não humano/ ou, dentro da esfera não humana, pelos semas específicos/equinos/X/bovinos/. Todos passam a integrar um só rebanho, que se deixa levar, *bovinamente*. Esse advérbio fixa a extensão semântica do traço/bovino/ a tudo. Não mais se associam bois com pessoas como nos padrões contextuais anteriores: as pessoas é que se associam aos bois, movendo-se com eles e como eles.

Já fechando o fragmento, é retomado o recurso da simbolização do trote:

“... — pata a pata, casco a casco, soca soca, fasta vento, rola e trota, cabisbaixos, mexe lama, pela estrada, chifres no ar...”

Recorrem os segmentos trissílabos, em número de nove, igualmente com acento na 1.^a e 3.^a sílabas, desta feita não mais repartidos em três frases, mas reunidos numa única pauta sintática; também não mais se dá a forte incidência de estruturas verbais, aqui bem equilibradas com as nominais. A conotação é a de um trote contínuo, sem imprevistos, sem agitação, de um rebanho trovejante em que todos — bois, cavalos, vaqueiros — seguem *cabisbaixos*.

Como uma evidência final do sistema de organização estrutural criado nos limites do texto, é de se notar que a expressão *cabisbaixos*, aqui do fim, retroage para *ainda não abaixaram a cabeça*, do primeiro parágrafo do fragmento, unindo os dois limites por uma interação semântica que tem por base o contraste.

A frase-fecho — “A boiada vai, como um navio” — assinala, pela figura da comparação, o clímax da organização do grande rebanho, que desliza num só bloco.

5. AS CANTIGAS

Entremeando o texto, registram-se em dois momentos as cantigas dos vaqueiros.

Observamos nelas uma constante: elementos do âmbito animal são tomados como base para a expressão analógica de sentimentos humanos, numa espécie de relação associativa, onde cores diferentes de bois e pios diferentes de pássaros correspondem as formas diversas de revelação do amor. A esfera animal projeta-se, assim, para a esfera humana, atuando como verdadeiro “centro de expansão” — para usarmos a terminologia de Sperber (Apud 5, p.401-3), num aproveitamento de dados de experiência mais imediatos, que constituem a vivência do vaqueiro.

As cantigas, os aboios e os berros dos homens, todos agentes da aglutinação da boiada, integram-se ao batido dos cascos no solo e ao trompear descontínuo do berran-

te, formando, como bem ressaltou Angela Vaz Leão, “um acompanhamento polifônico para a ação”. (2, p.254).

O trecho analisado é apenas um movimento dessa polifonia, retomada em variações em outros momentos do conto. A apreciação dessas variações (poli) fônicas e de suas relações com o tecido sintático-semântico poderá fazer do presente fragmento o micro contexto a partir do qual novas possibilidades estilísticas ganharão concretude, dando conta da bem-sucedida composição poética estampada nas páginas de “O Burrinho Pedrês”.

RISSO, M.S. — Contextual pattern and stylistic effect. *Alfa*, São Paulo, 29:21-27, 1985.

ABSTRACT: A stylistic study of a passage from the short story “O Burrinho Pedrês”, by Guimarães Rosa, is made according to formal and structural analysis. Linguistic facts at different levels are evaluated due to their coherent articulation centered in common directions taken within the text, consequently tending to the identification of isomorphisms, convergences and contextual patterns. The stylistic intensification is inferred from the series of superpositions of patterns and from their resultant contrasts.

KEY-WORDS: Phonic-rhythmic; syntactic and semantic devices; stylistic convergence; structural patterns; stylistic context; semantic conjunction and disjunction; disruption; isomorphism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. — *Cohesion in English*. London, Longman, 1976.
2. LEÃO, A.V. — O ritmo em ‘O Burrinho Pedrês’. In: *Guimarães Rosa*. Coletânea org. por Eduardo F. Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1983. (Coleção Fortuna Crítica, v.6).
3. RIFFATERRE, M. — *Estilística estrutural*. Prefácio da ed. francesa por Daniel Delas. Trad. de Anne Arnichand e Alvaro Lorencini. São Paulo, Cultrix, 1973.
4. ROSA, J.G. — O Burrinho Pedrês. In: ———— *Sagarana*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968. p. 3-68.
5. ULLMANN, S. — *Semântica: Uma Introdução à Ciência do Significado*. Tradução de J.A. Osório Mateus. Lisboa, Gulbenkian, 1967.

TEXTO EM ANÁLISE

João de ALMEIDA *

RESUMO: O artigo procura fazer uma análise dos significados da crônica "A Culpa da Sociedade", de Fernando Sabino, partindo da estrutura da narrativa, passando pelos diversos níveis de significação e utilizando as relações sêmicas propostas por B. Pottier.

UNITERMOS: Análise de texto: estrutura da narrativa; níveis de significação; relações sêmicas; Semântica.

A crônica *A Culpa da Sociedade*, de Fernando Sabino (9), permite ao leitor, sobre o sabor bem expresso do episódio cotidiano, extrair maiores reflexões a respeito das complexas relações humanas que levam a definir padrões de comportamento social.

Eis o texto, de cujas maiores significações vamos tentar nos aproximar:

- “1. Ajuntamento na Praça 15. Um rapaz de cor preta, rodeado de caras e dedos acusadores, olhava envergonhado para o chão.
— No ônibus. Quando a mulher olhou... Ladrão!
5. — Ladrão, não senhor — ousou protestar o preto! — Não cheguei a roubar.
— Não chegou porque não deu tempo. Ora essa é muito boa: não chegou a roubar!
E o senhor gordo e meio calvo que o acusava segurou-o pelo pulso:
10. — Desta você não escapa, ladrão. E o guarda? Já chamaram o guarda?
Ninguém se movia para chamar o guarda. Todos queriam saber o que havia acontecido.
15. Imagine o senhor — e o gordo acusador voltou-se para mim — que este porcaria estava num ônibus ao lado de uma senhora, e mete a mão na bolsa dela para furtar dinheiro.
Se não fosse eu estar olhando... Foi apanhado com a boca... com a mão... com a bolsa...
20. Vim em sua ajuda:
— Com a boca na botija.
— Isso — confirmou ele: — Na botija. Agora está dizendo que não chegou a roubar. Ah! Não chegou porque não deixei, essa é muito boa. E o guarda? Onde está esse guarda?
25. — Não houve flagrante — resmungou o preto.
— Já viu só? Ainda por cima vem dizer que não houve flagrante. Ladrão!
— A culpa não foi minha.
— Não foi sua? — e o gordo lhe deu um safanão: — Mete a mão na bolsa da mulher e depois diz que a culpa não é dele. De quem é a culpa, então? Minha?
30. — Da sociedade.
Todos os olhares se voltaram para o preto, respeitosa e estupefatos. Por essa ninguém contava: a culpa da
35. sociedade. Um carro buzinou pedindo passagem. O passageiro do carro inclinou-se para fora:
— Psii! Ó Souto! Que diabo você está fazendo aí?
O acusador do preto voltou-se vivamente ao chamado:
Ah, Dr. Faria! Quanto prazer... Imagine o senhor...
40. Eu... Este homem aqui...

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP

- Acabou largando o braço do preto e se aproximou do carro.
— Vamos para Copacabana — ordenou o outro: — Entre aí.
Enquanto isso, alguém sussurrava aos ouvidos do preto:
— Aproveita agora, fuge.
45. Esse alguém era eu. O rapaz voltou para mim, impassível:
Fugir por quê? Não fiz nada. Não houve flagrante.
O Dr. Faria abria naquele instante a porta de seu carro e o Souto entrava lampeiro, esquecido de sua vítima. O
50. preto pôs as mãos no bolso e afastou-se em passos lentos, sem ser molestado.”

I — ESTRUTURA DA NARRATIVA

A linha da narrativa revela, em torno dos dois personagens principais, a seqüência de dois esquemas que se desenvolvem com sentidos antagônicos. Enquanto que para o preto a situação inicial se configura como um momento difícil, para o Souto é um instante favorável dentro de seu propósito. A partir daí, adaptam-se perfeitamente à seqüência dessa narrativa os seguintes esquemas: (BREMONT, 3)

| A | = | B |
|-------------------------|---|------------------------------|
| a) Melhoria possível | = | Degradação moral possível |
| b) Processo de melhoria | = | Processo de degradação moral |
| c) Melhoria obtida | = | Degradação moral obtida. |

A coluna *A* focaliza o desenvolvimento da situação do preto que, partindo de um estado crítico, se esforça para sair da posição incômoda, “ousa protestar” (linha 5) e consegue alegar que “não houve flagrante” (linha 25). O seu melhoramento, porém, está em relação com o que se cita na coluna *B* e que ocorre de forma inversa com o outro personagem. O Souto, partindo de um estado satisfatório, evidencia o início de sua degradação moral, em razão de sua agressão verbal ao preto (linhas 4, 11, 16) e de sua falta de objetividade na busca da autoridade (linhas 11, 24).

O processo de melhoramento para o preto se firma na sua coragem de negar a culpa e de atribuí-la à sociedade, com o que consegue “olhares respeitosamente estupefatos” (linha 33). Simultaneamente o Souto desenvolve mais o seu processo de degradação moral, com o aumento de sua agressividade, que passa a ser também física (linha 29).

O episódio da entrada em cena do Dr. Faria vem a representar a degradação moral obtida pelo Souto (acabou por entrar lampeiro no carro, “esquecido de sua vítima”) (linha 49). Por outro lado, significa o melhoramento obtido pelo preto, que saiu da dificuldade e retirou-se “em passos lentos sem ser molestado” (linha 50).

A narrativa é conduzida predominantemente pelo diálogo dos vários personagens, ficando poucas linhas para a parte do narrador, em destaque as duas primeiras como introdução formal da estória e as três últimas como sua conclusão.

II — NÍVEIS DE SIGNIFICAÇÃO

Indo aos diversos níveis significativos do texto, tentaremos explorar tanto o que em cada um é específico como o que se acrescenta ao nível seguinte para a significação global. E partiremos do nível mínimo para o mais amplo, com o propósito de pôr em evidência a seqüência gradativa da significação na proporção da extensão dos segmentos do discurso (1,2).

a) Morfemas

É relevante neste texto destacar dois tipos de morfemas: os supra-segmentais e os segmentais.

a.1 — Morfemas supra-segmentais

a.1.1. — As reticências, que estão nas linhas 4, 19, 20, 39 e 40, são todas do mesmo personagem Souto e, sobre as interrupções que representam, servem para conotar uma certa indecisão de sua fala, uma hesitação, talvez até pudéssemos dizer, uma não muito forte convicção do que fazia.

a.1.2. As interrogações, como sinais das dúvidas que se colocam no texto contribuem para o tom emotivo do discurso e poderiam ser observadas em quatro aspectos distintos:

1.º — As interrogativas das linhas 11, 12 e 24 ficam como meros desabafos no ar do Souto, sem o propósito das respostas devidas, quer por parte da massa indiferente (“Ninguém se movia para chamar o guarda” —, linha 13), quer por parte do próprio intento do referido personagem.

2.º — As interrogativas das linhas 29 e 31 assumem também uma função conativa e preparam a resposta que é nuclear na semântica do texto: a acusação de que a culpa é da sociedade.

3.º — A pergunta do Dr. Faria ao Souto (linh 37), sem chegar também a ter a resposta devida, representa o segmento que precipita a definição do caráter do Souto, como síntese da sociedade omissa.

4.º — A indagação final do preto (linha 47) corresponde a uma negativa ao conselho dado. Também não pede resposta, mas evidencia a dúvida do personagem quanto à culpa que lhe é atribuída.

a. 1.3 — As exclamações do texto pertencem no geral também à fala do Souto. Caracterizam melhor o tom emotivo do texto, em especial a conduta sem moderação desse personagem. E observe-se que isso é reiterado pelo próprio uso da interrogação da linha 26 e pela expressão “essa é muito boa”, da linha 24, ambos os casos em fala do mesmo personagem.

a.2 — Morfemas segmentais

a.2.1 — As formas do imperativo, com base no subjuntivo, das linhas 15, 39 e 42, das falas do Souto e do Dr. Faria, se opõem às formas do imperativo, com base no indicativo, da linha 44 (fala do personagem-narrador), a conotar maior aproximação entre este e o preto, do que a daqueles dois personagens entre si.

a.2.2. — Além do valor imperativo já referido, as formas do presente também servem no texto a um valor de pretérito ou de futuro. No primeiro caso estão os sintagmas verbais das linhas 16 e 29 (“mete a mão”) e mesmo o da linha 22 (“está dizendo”); no segundo caso, o da linha 11 (“Desta você não escapa”). Os referidos empregos, acrescidos dos usos normais do presente, como formas de atualização, servem para abrandar a natural predominância dos tempos pretéritos da narrativa.

b) Lexemas

b.1 — *preto* — Refere-se ao personagem base do texto, em torno do qual se desenvolve toda a problemática.

Reforçam-lhe a significação neste nível os lexemas *ladrão* (linhas 4,11,27), como ponto de vista do gordo acusador, e *vítima* (linha 49), como ponto de vista do personagem-narrador.

b.2 — *Souto* — Nomeia o personagem síntese da sociedade que agride e que se omi-

te. Reforçam-lhe o sentido, de forma caricatural, os lexemas *gordo* (linhas 9,15,29) e *acusador* (linha 38), a explicitar a tendência do próprio narrador.

b.3 — *Dr. Faria* — Designa o representante de uma classe mais privilegiada. A sua importância reside no fato de servir de teste às verdadeiras intenções do personagem Souto.

b.4 — *ônibus/carro* — O lexema da linha 4 se opõe ao da linha 35, caracterizando o transporte mais popular, em que se misturam os elementos da classe média para baixo, em face do transporte de uma classe especial.

b.5 — *ajuntamento* — É a representação da massa indiferenciada, que, por se conduzir mais pela reação da curiosidade, contribui igualmente para a idéia da omissão.

b.6 — *roubar* — A sua importância reside no valor polissêmico que o caracteriza no texto, vendo-se o ato pelo ângulo do Souto ou pelo ângulo do preto.

b.7 — *Copacabana* — Caracterizando o destino do Dr. Faria, o lexema põe de certa forma em relevo o "status" do dono do carro e ajuda a desnudar as intenções do Souto.

Ainda dentro do nível dos lexemas, vale colocar em destaque a diversidade de tratamento entre os vários personagens do texto, ou seja:

- | | |
|--|----------------------------------|
| a' — do Souto para o preto (ladrão/você/ladrão/porcaria/ladrão) | prepotência com agressividade |
| b' — do Souto para o Faria (Dr. Faria/ o senhor) | submissão |
| c' — do Faria para o Souto (Ó Souto/você/Vamos... Entre) | determinação superior |
| d' — do narrador para o Souto (senhor gordo e meio calvo/gordo acusador o gordo / o acusador do preto) | caricatura, antipatia |
| e' — do narrador para o preto (um rapaz de cor preta /o preto (5 v.) /vítima) | simpatia. |

Como facilmente se percebe, essa diversidade de relacionamento se constitui em ponto de importância fundamental para a significação global do texto.

c) Sintagmas

- c.1 — *Um rapaz de cor preta* (linha 1) — Sintetiza a simpatia e o respeito com que o narrador acompanha a figura do personagem mais humilde.
- c.2 — *senhor gordo e meio calvo* (linha 9) — Significa a revelação da antipatia do narrador pela figura grosseira do Souto e ao mesmo tempo a caracterização do burguês da classe média.
- c.3 — *caras e dedos acusadores* (linha 2) — Indica a pressão da massa sobre o rapaz submetido a violenta acusação.
- c.4 — *este porcaria* (linha 16) — O demonstrativo *este* singularmente não está correspondendo ao seu suposto determinado *porcaria* na concordância de gênero. O fato evidencia um emprego estilístico especial, que sugere uma inversão de determinação, produto de uma redução sintagmática (este homem que é uma porcaria > este porcaria).

- c.5 — *a culpa da sociedade* (linha 32) — É a idéia básica do texto, que está no título e é demonstrada pela narrativa, através da atitude do próprio Souto.
- c.6 — *com a boca na botija* (linha 21) — Com o sentido denotativo de “alguém surpreendido no instante da atitude tomada”, adquire importância pela oposição à idéia do *flagrante* (linha 25) e pela conseqüente condução aos dois conceitos de roubo (um do Souto, outro do preto).
- c.7 — *esquecido de sua vítima* (linha 49) — É o traço final do narrador para caracterizar a omissão do falso justiceiro.

d) *Frases*

- d.1 — As frases que se destacam com mais peso significativo, no discurso abordado, são:
 - d.1.1. — “Um rapaz de cor preta (...) olhava envergonhado para o chão”. (linhas 1,2)
Expõe a situação crítica inicial do personagem preto, a revelar a sua vergonha e a sua humilhação.
 - d.1.2. — “Todos queriam saber o que havia acontecido” (linha 13)
Indica a verdadeira intenção da massa, que era a de satisfazer a sua curiosidade.
 - d.1.3. — “E o guarda?” (linhas 11,24)
Caracteriza omissão em duplo sentido: o da sociedade, que em pleno centro da cidade não dispõe de policiamento suficiente, e o do personagem Souto, que pergunta sem o propósito de receber resposta.
 - d.1.4 — “Não houve flagrante” (linha 25)
O sentido desta frase deve ser analisado em combinação com o do sintagma “com a boca na botija”. Ambos têm o mesmo traço denotativo de “surpreender no instante da atitude tomada”, mas conotativamente ocorre a disjunção. Para o sintagma o seu caráter coloquial, popular; para a frase o seu caráter policial ou judicial, isto é, de que um crime se considera mais grave se for surpreendido pela própria autoridade. O conhecimento dessa fato do flagrante sugere ainda a possível experiência do preto com o ambiente da polícia.
 - d.1.5. — “A culpa (é) da sociedade”
Pensando-se no trecho das linhas 28 a 32 pode-se retomar esta expressão como frase, já que aí está a essência do texto, o que o próprio narrador quer denunciar com a narrativa.
 - d.1.6 — “... e o Souto entrava lampeiro, esquecido de sua vítima” (linha 49).
É a confirmação da culpa da sociedade, através de sua omissão, personificada pelo Souto.
- d.2. — É possível ainda observar alguns segmentos fráscicos que servem para bem caracterizar a expressão coloquial com que se desenvolve a narrativa. Vejam-se por exemplo:
 - d.2.1 — “No ônibus. Quando a mulher olhou... Ladrão!” (linha 4)
Num mesmo parágrafo três tipos de frases (uma nominal declarativa, uma verbal truncada e uma nominal exclamativa) condizentes com a situação do diálogo oral na circunstância narrada.
 - d.2.2 — As frases interrompidas das linhas 39 e 40, que caracterizam a surpresa e o embaraço do Souto diante do Faria.

- d.2.3 — A exclamação pela frase “essa é muito boa” (linha 24) e a ênfase do objeto na interrogativa “*Que diabo* você está fazendo aí?” (linha 37), que também apontam para a linguagem oral cotidiana.

III — RELAÇÕES DE OPOSIÇÃO

a) *ônibus/carro* — Como vimos ao tratar de lexemas, estamos diante de oposição entre veículo popular e veículo particular, a indicar envolvimento de classes diversas na história.

b) *roubo para o Souto/ roubo para o preto*

Para o gordo acusador a intenção do roubo já é crime, mas para o preto não houve roubo porque não se chegou ao flagrante policial.

c) *acusador/ vítima*

São lexemas do próprio narrador, nos rápidos trechos que lhe pertencem, a revelar a oposição em que ele vê as personagens Souto e Preto.

d) *atitudes do Souto para o preto/ atitudes do Souto para o Dr. Faria*

Enquanto o Souto em relação ao preto se mostra prepotente, agressivo, em relação ao Faria se revela submisso, gentil. A oposição revela no entanto um traço comum: em face de ambos o mesmo propósito de projeção de Souto, o que acaba por anular a possível intenção de justiça no primeiro caso.

e) *ajuntamento/ Dr. Faria*

Esta oposição caracteriza a massa indiferenciada em relação ao indivíduo privilegiado e, de certa forma, é a extensão humana da primeira das oposições acima.

IV — RELAÇÕES DE ASSOCIAÇÃO

Pensamos aqui nos diversos traços sêmicos, virtuais, ou conotativos, que o texto nos oferece. Ou sejam:

- | | |
|--------------------|---|
| 1. marginalização | ← a situação do preto |
| 2. acomodação | ← a variação do Souto |
| 3. prepotência | ← a atitude do Souto em relação ao preto |
| 4. submissão | ← a atitude do Souto em relação ao Faria |
| 5. curiosidade | ← a fundamental reação da massa |
| 6. omissão | ← a falta de polícia, a indiferença da massa, a retirada do Souto |
| 7. classe inferior | ← a figura esmagada do preto |
| 8. classe média | ← a figura “entre duas situações” do Souto |
| 9. classe superior | ← a figura privilegiada do Faria |

V — RELAÇÕES ACTANCIAIS

A linha da narrativa repousa em quatro momentos de relevante significação, em face de seus actantes:

- | | |
|--|-----------|
| 1.º) Um senhor gordo acusa um preto de roubo | o → o → □ |
| 2.º) O preto incrimina a sociedade | o → o |
| 3.º) A presença do Dr. Faria modifica a atitude do Souto | o → o |

4.º) O Souto fica em maior destaque $\circ \leftarrow \Delta$
(ou A sociedade é omissa)

As três incidências do Actante 1 sobre o Actante 2, em feições diversas, nos três primeiros momentos, resultam na atribuição final do quarto momento, isto é, como estrutura de superfície a maior projeção encontrada pelo Souto, como estrutura profunda a omissão da sociedade.

VI — RELAÇÕES SÊMICAS FUNDAMENTAIS (4)

Vamos tentar explicar os núcleos fundamentais do texto, a partir das relações sêmicas que nos estabelece B. Pottier (6): a de oposição (H), a de inclusão (\supset), a de participação (ω) e a de associação (\sim).

1.º)

| | | | |
|--------|-----------|------------------------|-------------------------------|
| | | Souto | |
| | | H | — vítima |
| Humano | \supset | Preto \sim | — classe inferior |
| | | ω | — marginalização |
| | | ousadia | |
| | | vergonha | |
| | | esperteza | |
| | | experiência | |
| | | Preto | — acomodação |
| | | H \sim | — prepotência (para inferior) |
| | | | — submissão (para superior) |
| Humano | \supset | Souto | — burguês classe média |
| | | ω | |
| | | obesidade | |
| | | indecisão | |
| | | hesitação | |
| | | vontade de se projetar | |

A relação fundamental do texto é a que ocorre com a oposição entre o Souto e o preto, pois em cima deste aquele inicialmente pretende projetar-se, sem verdadeira intenção de justiça. E é paradoxalmente do próprio afastamento do Souto com o Faria, em referência à situação do preto, que se confirma para o leitor a idéia da omissão da sociedade.

As reações de ambos os personagens circulam na complexidade do plano humano, em razão do que cabe incluí-los neste classemá, mas os seus traços específicos são naturalmente diversos.

Caracterizam o preto os traços de ousadia (linha 5), de vergonha (linha 2), de certa esperteza ao tentar sair da situação em que se encontrava, e de certa experiência com a polícia (pelo conhecimento do problema do flagrante). Caracterizam o Souto a obesi-

dade (linhas 9, 15), a indecisão e a hesitação (linhas 18, 19, 39, 40) e vontade de se projetar (a ida com o Faria superou nesse sentido o propósito para com o preto). Enquanto pois se associam ao núcleo sêmico *preto* os traços virtuais da idéia de vítima, de marginalizado pela sociedade e de classe em pior situação, do núcleo *Souto* se extraem as idéias de prepotência — a partir de seu comportamento para com o preto — de submissão, no seu relacionamento com o Faria, de acomodação, por procurar o que melhor convém ao seu propósito de projeção e, conseqüentemente, de burguês da classe média, pela caricatura que dele faz o narrador.

| | | | | |
|--------|---|-----------------------------------|---|-------------------------------------|
| | | Povo (ajuntamento) | | |
| | | H | | |
| Humano | ⊃ | Dr. Faria | ~ | — classe alta |
| | | ω | | — alienação |
| | | — passageira do automóvel | | |
| | | — destino Copacabana | | |
| | | Faria/Souto | | |
| | | H | | |
| Humano | ⊃ | Narrador (do povo) | ~ | — reconhecimento culpa sociedade |
| | | ω | | — compreensão |
| | | simpatia pela classe humilhada | | |

Ainda no plano humano, ocorre a oposição do Dr. Faria com a massa populãr, da qual se destaca o personagem-narrador. É que o Dr. Faria vem no carro que “buzinou pedindo passagem” (linha 35), pressionando portanto o ajuntamento, para localizar circunstancialmente um conhecido, mas sem preocupação alguma com o problema existente. E a sua caracterização específica é a de passageiro de um automóvel que se destina a Copacabana, traços que o conotam no texto como de classe mais alta, evidentemente com a alienação de sua atitude.

Por outro lado, fica para o narrador, “alguém” do próprio povo (linha 45), a característica de simpatia pela classe humilhada, segundo o tratamento utilizado desde o início do texto e o conselho dado ao preto em seu final (linha 44). E daí decorre, por associação, a compreensão que ele manifesta do problema ao reconhecer a culpa da sociedade.

3.º)

| | | | | |
|-------------------|---|---|---|---|
| Existência humana | ⊃ | Indivíduo H Sociedade ω diversidade de pessoas | ~ | — discriminação — desigualdade — omissão |
| Existência humana | ⊃ | Sociedade H Indivíduo ω | ~ | — egoísmo — desprezo semelhante — diferença de conceito — diferença de roubo |

vergonha (p)
 ousadia (p)
 prepotência (S)
 pretensão (S)
 falsa justiça (S)
 agressão (S)
 vaidade (S)
 determinação superior (F)
 compreensão (n)

No texto a existência humana pode ser focalizada pela vivência da sociedade ou do indivíduo. Aquela, que se constitui da diversidade de pessoas do episódio narrado, se conota as idéias de desigualdade, a partir do próprio relacionamento diferenciado do Souto, de discriminação dos elementos desfavorecidos e da omissão, que é principalmente personificada pelo mesmo Souto.

O indivíduo é caracterizado diversamente conforme o personagem. Pela vergonha e pela ousadia se reconhece o preto, pela prepotência, pretensão, falsa justiça, agressão e vaidade, se observa o Souto, pela posição de mando se vê o Faria e pela compreensão se pode encarar o narrador. É notório que os mais negativos desses traços recaem sobre o Souto, confirmando pela sua personificação a culpa da sociedade.

As associações, pela diversidade dos indivíduos que facilmente se localizam, se fazem com o egoísmo (Souto), o desprezo ao semelhante (Souto e Faria) e a diferença de conceito de roubo (Souto e preto).

4.º)

| | | | | |
|------------|---|--|---|--|
| Conceitual | ⊃ | Culpa H Inocência ω | ~ | — experiência com polícia |
| | | não haver flagrante afastar-se com mãos no bolso envergonhado subjugado vítima | | |
| Conceitual | ⊃ | Inocência H Culpa ω | ~ | — sociedade desigual — luta de interesses |
| | | tentar roubar (P) humilhar semelhante (S) agredir semelhante (S) projetar-se s/semelhante (S) omitir-se da atitude correta (S/Aj./F) | | |

O texto joga, em síntese, com estes dois conceitos, em oposição significativa: o da culpa e o da inocência pelas irregularidades da vida do indivíduo.

E vemos caracterizar-se a inocência por uma séria de idéias do texto, todas em torno do personagem preto: é a vergonha que ele sente, é a humilhação que sofre, é a vítima que representa. Ou, de outro ângulo, pela tranquilidade do mesmo personagem em afastar-se “com as mãos no bolso, em passos lentos” (linha 50) e pela sua convicta defesa do conceito próprio de roubo, em que não houve flagrante. É claro que, por outro lado, esta mesma idéia de flagrante faz associar paradoxalmente à inocência, sem que esta se anule, a idéia de uma experiência anterior com a polícia.

VII — ANÁLISE SÊMICA (5)

| <i>Semema</i> | <i>Semantema</i> | <i>Classemas</i> | <i>Virtuemata</i> |
|---------------|--|------------------|--|
| 1) Preto | o que é humilhado o que tem vergonha o que tem esperteza | humano | marginal vítima classe inferior |
| 2) Souto | o que quer projetar-se o que agride o que é indeciso o que se submete | humano | acomodação prepotência submissão burguês classe média |
| 3) Faria | o que tem condição superior o que oferece mais projeção | humano | classe alta alienação |

| | | | |
|--------------|--|-------------------|---|
| 4) Narrador | o que revela simpatia pela classe humilhada | humano | compreensão |
| 5) Sociedade | diversidade de pessoas | existência humana | discriminação desigualdade omissão |
| 6) Indivíduo | participante da sociedade, com vergonha, ousadia, prepotência, agressão, vaidade etc. | existência humana | egoísmo desprezo semelhante curiosidade experiência com polícia |
| 7) Inocência | característica de quem é subjugado, de quem é vítima | conceitual | |
| 8) Culpa | característica de quem se omite, de quem humilha o semelhante de quem quer projetar-se sobre ele | conceitual | sociedade desigual luta de interesses |

VIII — SÍNTESE FINAL DAS SIGNIFICAÇÕES (metassemia) (7)

A análise feita conduz naturalmente à idéia geral de que a omissão da sociedade lhe determina a culpa pela marginalização do indivíduo. Especificamente, porém, pode-se ainda, a partir do texto em análise, verificar que:

a) Qualquer intenção de justiça fica comprometida pelo não encaminhamento objetivo da responsabilidade, por acusações ostensivas e humilhantes e, principalmente, pela vaidade da projeção pessoal.

b) A omissão de uma sociedade, em relação aos problemas pelos quais deve ser responsável, pode ter base em propósitos de projeção individual, na falta de segurança, na indiferença da massa e na alienação das classes superiores.

ALMEIDA, J. de — Analysing text. *Alfa*, São Paulo, 29:29-49, 1985.

ABSTRACT: This article attempts to analyse the meaning of Fernando Sabino's "A Culpa da Sociedade". It starts with an account of the narrative structure and proceeds to analyse the several levels of meaning, making use of the semic relations proposed by B. Pottier.

KEY-WORDS: Text analysis; narrative structure; levels of meaning; semic relations; semantics.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, J. de — A significação lingüística e a sua análise. *Alfa*, 18/19: 289 — 312, 1972/73.
2. ALMEIDA, J. de — Oposições significativas. *Rev. Let.*, 17: 91-100, 1975.
3. BREMOND, C — A lógica dos possíveis narrati-
vos. In: BARTHES, R. *et alii* — *Análise estrutural da narrativa*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1972.
4. POTTIER, B. — Hacia una semántica moderna. In: *Lingüística moderna y filología hispánica*.

- Madrid, Gredos, 1968. p. 99—133.
5. POTTIER, B. — *Presentación de la lingüística*.
Tradução de A. Quilis. Madrid, Alcalá, 1968.
6. POTTIER, B. — *Gramática del Español*. Madrid,
Alcalá, 1970.
7. REVISTA DE CULTURA VOZES. Petrópolis,
Ed. Vozes, v.64, n.º 7, set., 1970.
8. REVISTA DE CULTURA VOZES. Petrópolis,
Ed. Vozes, v.66, n.º 2, mar., 1972.
9. SABINO, F. — *A mulher do vizinho*. 4.ed. Rio de
Janeiro, Ed. Sabiá, 1962.

AS CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS EM PORTUGUÊS

Telmo Correia ARRAIS*

RESUMO: Fenômeno comum às diversas línguas do mundo, a expressão da causatividade varia de uma para outra. Em termos semânticos, pode-se definir uma "situação causativa" como a relação entre um evento-causa e um evento-efeito, de tal forma que a ocorrência do segundo é inteiramente dependente do primeiro. Este trabalho se limita a uma análise do problema na língua portuguesa, buscando: (i) descrever os padrões morfológicos e sintáticos que o português utiliza para representar a causatividade; (ii) estabelecer parâmetros sintáticos e/ou semânticos que definem a relação entre elementos em construção causativa; (iii) examinar aspectos semântico-pragmáticos da causatividade.

UNITERMOS: Causatividade; proposição-causa; proposição-efeito; agente; causa; instrumento; derivação; lexicalização; verbos causativos; verbos transitivos; verbos auxiliares; verbos ergativos; construções perifrásticas.

1. APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA CAUSATIVIDADE

A expressão da causatividade nas diversas línguas constitui um dos temas dominantes, entre os lingüistas norte-americanos, na segunda metade da década de 60 e em toda a década de 70. Não seria mesmo exagero afirmar-se que a teoria da semântica gerativa se desenvolveu basicamente no processo de análise da construção causativa. Desde a tese de Lakoff, de 1965, publicada em 1970, e o artigo de McCawley de 1968, as estruturas causativas se tornaram um estimulante campo de investigação entre lingüistas dessa corrente, multiplicando-se os trabalhos publicados em revistas e obras especializadas; nada menos de dezenove artigos, abrangendo desde fundamentos teóricos até estudos particulares de línguas como o inglês, o hindi, o banto, o húngaro, o turco, o chinês-mandarim, aparecem numa obra especialmente dedicada a tal problema lingüístico, editada por Masayoshi Shibatani (13), hoje um dos maiores especialistas no assunto. Nossa contribuição para o conhecimento da causatividade se limita a uma análise do problema na língua portuguesa, buscando: (i) descrever os padrões morfológicos e sintáticos que o português utiliza para representar a causatividade; (ii) estabelecer parâmetros sintáticos e/ou semânticos que definem a relação entre elementos em construções causativas; (iii) examinar aspectos semântico-pragmáticos da causatividade.

Antes de mais nada, contudo, importa definir a construção causativa, o que não é nada fácil. É que, sendo a causatividade um fenômeno comum às diversas línguas do mundo, varia de uma para outra o modo como aparece superficialmente expressa: umas utilizam procedimentos morfológicos, outras sintáticos e um terceiro grupo compreende aquelas que apresentam procedimentos tanto morfológicos como sintáticos.

* Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

Dá sugerir Masayoshi Shibatani (12, p.239) que uma definição geral da expressão causativa deve ser dada em termos semânticos. De acordo com Shibatani (12, p.239-40) e Givón (3, p.60-1), podemos definir uma “situação causativa” como uma relação entre dois eventos, um evento-causa e um evento-efeito, de tal forma que a ocorrência do evento-efeito é inteiramente dependente do evento-causa. Em termos lingüísticos, trata-se de duas proposições na estrutura semântica subjacente, uma proposição-causa e outra proposição-efeito, comumente condensadas numa única proposição com um simples verbo na estrutura de superfície. Tal caracterização permite apontar como causativas frase do tipo:

- (1) Eu fiz João sair.
- (2) Eu forcei João a sair.
- (3) Eu causei a saída de João.
- (4) O barulho acordou o garoto.
- (5) João abriu a porta.

Que o evento-efeito ocorre dependentemente do evento-causa provam-no as contradições acarretadas pelo acréscimo da adversativa negando o efeito:

- (6) *Eu fiz João sair, mas ele não saiu.
- (7) *João abriu a porta, mas ela não abriu.

Por outro lado, não podem ser consideradas causativas frases como:

- (8) Eu pedi a João que saísse.
- (9) Eu lamento que João tenha saído.

Já que na primeira o evento da saída de João não ocorre necessariamente em decorrência do meu pedido (daí a não-contradição em “Eu pedi a João que saísse, mas ele não saiu”), e na segunda o evento da saída de João, de fato ocorrido, não depende de meu lamento.

Talmy Givón, entretanto, avança na caracterização da estrutura causativa, identificando nela um sujeito-agente da proposição-causa, devendo ser considerado sujeito de toda a expressão causativa, e um sujeito-paciente da proposição-efeito, que é considerado o objeto da causação.* Enfim, “aos dois mais PRIVILEGIADOS nominais envolvidos, isto é, um considerado iniciador-agente e outro sofrendo a significativa mudança de estado/posição, é dada proeminência como sujeito e objeto do verbo causativo, respectivamente” (Givón, 3, p. 60). Trata-se, a nosso ver, de uma generalização da característica “agentivo” para o sujeito da construção causativa, o que não corresponde de fato à realidade. Com efeito, considerem-se as seguintes construções de (5) e (10):

- (5) a. João abriu a porta.
b. João abriu a porta com a chave.
c. A chave abriu a porta.
d. A porta abriu.
- (10) a. João matou o cachorro.
b. João matou o cachorro com um veneno.

*Certamente, deve-se entender que Givón se refere a sujeito agente na estrutura profunda, de sorte que frases como a abaixo não possam ser apontadas como um contra-exemplo:

a. O cachorro foi morto por João.

Nesta, sem dúvida, o sujeito de superfície é paciente (*o cachorro*), mas em estrutura profunda o sujeito é agente (*João*).

- c. Um veneno matou o cachorro.
- d. O cachorro morreu.

Em ambas as séries, as três primeiras frases são expressões causativas típicas, enquanto as frases em *d* expressam apenas a proposição resultado, com um só argumento, portanto sem característica causativa, mas subentendidas como consequência implícita das respectivas construções prévias. Observe-se que as construções em (5b) e (10b) se apresentam com três argumentos, o primeiro dos quais é agente, o segundo é afetado e o terceiro é instrumento, aparecendo este último na função de sujeito nas construções de *c*. Portanto, também um sujeito instrumento poderá aparecer na construção causativa, quando um agente não estiver expresso.

Comparem-se agora as construções (5a) e (11):

- (5a) João abriu a porta.
- (11) O vento abriu a porta.

Certamente (11) não é similar às construções da alínea *c* de (5) e (10). Não se pode pensá-la como uma frase derivada de uma construção com três argumentos, em que *vento* seria instrumento. Teríamos, sem dúvida, uma frase anômala como em (12):

- (12) *João abriu a porta com o vento.*

A língua apresenta, pois, esquemas semânticos bem definidos para estabelecer relações causativas entre os argumentos de uma frase, os quais podemos caracterizar como segue:

- (I) Pc \longrightarrow Pe
- (II) Aa (causa-Ve) Af
- (III) Aa (causa-Ve) Af com-Ai
- (IV) Ai (causa-Ve) Af
- (V) Ac (causa-Ve) Af

Aqui, Pc e Pe são as proposições causa e efeito, respectivamente; Aa é o argumento agente de Pc; Af é o argumento afetado de Pe; Ai é o instrumento de Pc; Ac é o argumento causativo de Pc; e Ve é o verbo de Pe.

2. MORFOLOGIA E SINTAXE DA CAUSATIVIDADE

2.1. Entre os gerativistas, o estudo da causatividade se desenvolveu a partir de análises de decomposição lexical de verbos (cf. McCawley, 10; Lakoff, 8), na tentativa de mostrar a existência de transformações pré-lexicais, ou seja, anteriores à inserção do léxico como componente da gramática. Nesse mesmo tempo, lingüistas britânicos (Lyons, 9; Halliday, 4, 5, 6; Anderson, 1) começavam a analisar a causatividade no nível da frase inteira, ao invés de se restringirem especificamente a verbos.

Como a definição que apresentamos no tópico anterior aponta para um tratamento da causação como uma relação entre proposições, parece estranho indicarmos algum

* Os vários tipos de causa podem ser alçados, em certas condições à posição de sujeito. Confrontem-se as frases:

a. O aluno chegou atrasado *por causa da chuva*

b. A *chuva* fez o aluno chegar atrasado.

No caso da frase (12), a simples topicalização do argumento *com o vento* torna-a gramatical, pois passa a expressar claramente o valor causativo. Cf.

(12a) Com o vento, João abriu a porta.

caráter estritamente morfológico da causatividade neste tópico. Contudo, dada a existência de morfemas causativos próprios — sobretudo prefixais e sufixais — ligados à forma verbal, em línguas como o turco, o basco, o guarani, o japonês, o Khmer, o coreano e muitas outras, cabe aqui examinar se existem também morfemas causativos em português. Certamente, como os morfemas causativos, naquelas línguas, têm a faculdade de converter um tema verbal intransitivo em um tema transitivo causativo, logo se evidencia que a explicação desse aspecto mórfico não pode ser dissociado de suas conseqüências sintáticas.

Nas línguas indo-européias, não são comuns procedimentos morfológicos na formação de verbos causativos. Nelas mais comumente se verificam procedimentos sintáticos ou léxico-sintáticos na formação de construções causativas, sendo esporádicas e nada sistemáticas as formações de verbos causativos com morfemas sufixais, por exemplo. Assim, em português são comumente apontados os sufixos *-izar* e *-ficar* como formadores de verbos causativos (*humanizar*, *esterilizar*, *atemorizar*, *danificar*, *purificar*, etc.), como mostram os exemplos de (13) a (16):

- (13) a. O prefeito humaniza a cidade.
b. (O prefeito faz a cidade tornar-se humana.)
- (14) a. O marginal atemoriza as crianças.
b. (O marginal causa temor às crianças.)
- 15. a. Os sanitaristas purificaram a água.
b. (Os sanitaristas fizeram a água tornar-se pura.)
- 16. a. A água danificou os livros.
b. (A água causou dano aos livros.)

Não se trata, porém, de qualquer processo sistemático na língua, já que nem todos os adjetivos e substantivos podem ser assim derivados. Além do mais, outros morfemas podem também formar causativos, como se dá em *afugentar*, abaixo ilustrado:

- (17) a. O lavrador afugenta os pardais.
b. (O lavrador faz os pardais fugirem.)

E, o que é mais significativo, aqueles sufixos não formam verbos transitivos a partir de correspondentes intransitivos, como se dá em *afugentar/fugir*, o que é procedimento comum nas línguas acima apontadas.

Poder-se-ia argumentar que as frases de (13) a (16) podem ser correlacionadas a frases de processo (mudança de estado) correspondentes, com o objeto direto na posição de sujeito. Cf.:

- (18) A cidade se humaniza.
- (19) As crianças se atemorizam.
- (20) A água purificou-se.
- (21) Os livros se danificaram.

Contudo, estas parecem ser frases derivadas daquelas, e não o inverso, pela derivação decausativa. É certo que estas últimas poderiam ser também aproximadas das correspondentes estativas. Cf.:

- (22) A cidade é humana.
- (23) As crianças têm temor.
- (24) A água é pura.
- (25) Os livros estão com danos.

Seriam estas, pois, as frases básicas de que derivariam as de (18) a (21)? As evidências sintáticas apontam para uma resposta negativa. E a evidência maior está no fato de o verbo se construir na forma pronominal, sendo a pronominalização um dos processos de recessividade. As frases de (18) a (21) é que são, portanto, derivadas das correspondentes causativas de (13) a (16).

É de ressaltar, assim, um aparente paradoxo lingüístico: verbos morfologicamente derivados vêm a formar frases causativas básicas. Mas não se trata de paradoxo real, pois não são verbos derivados de verbos intransitivos correspondentes. De qualquer forma, o importante a assinalar é que as frases de (13) a (16) incluem as correspondentes frases de processo de (18) a (21), e isso é o bastante para que se assinale uma relação causativa entre duas proposições naquelas frases.

É interessante que, com esses verbos, quando considerados isoladamente sem contexto frásico, há uma tendência a interpretá-los em dois diferentes sentidos conforme se originem de adjetivo ou de substantivo: no primeiro caso, são basicamente interpretados com o sentido de 'mudança de estado' (processo), no segundo, no sentido causativo propriamente. Cf.: *humanizar* "tornar humano"; *purificar* "tornar puro"; *atemorizar* "causar temor"; *danificar* "causar dano". E é com tais sentidos básicos que são dicionarizados. Nos contextos frásicos, entretanto, é o sentido causativo que prepondera com todos esses verbos, pois as construções intransitivas típicas de processo não se realizam com eles. Cf.:

- (26) * A cidade humaniza.
- (27) * As crianças atemorizam.
- (28) * A água purificou.
- (29) * Os livros danificaram.

Esse tipo de derivação é, portanto, diferente daquela em que entram um prefixo e um sufixo simultaneamente (derivação parassintética), como é o caso de *endurecer*, *entristecer*, *engordar*, *entortar*, *endireitar*, *esfriar*, *esquentar* etc. Nestes, de fato, a derivação traz inicialmente à forma básica do adjetivo o sentido de mudança de estado (incoativo) e sobre esse sentido é que se deriva a construção causativa. Cf. as frases:

- (30) a. A menina entristeceu.
b. A chuva entristeceu a menina.
- (31) a. A colher entortou.
b. O garoto entortou a colher.
- (32) a. A sopa já esquentou.
b. A empregada já esquentou a sopa.

Assim, do ponto de vista estritamente morfológico, estas últimas derivações não levam diretamente à formação de verbos causativos, que só podem ser assim considerados exatamente em frases derivadas das de processo.

2.2. Neste ponto, uma questão deve ser levantada. Corresponderá a construção causativa a qualquer frase transitiva? Em outros termos: constituirão a causatividade e a transitividade o mesmo fenômeno lingüístico? Sem dúvida, toda frase causativa é também transitiva, mas o reverso não é verdadeiro. Há basicamente dois tipos de construções transitivas: as que envolvem verbos 'inerentemente transitivos', tais como *ler*, *cozer*, *cortar*, *chutar*, *cruzar*, *atravessar*, *sentir*, *ouvir*, *recordar*,* e as que envolvem uma

* Isso não quer dizer que tais verbos não possam ser construídos intransitivamente. A intransitivização de verbos basicamente transitivos é um processo comum de diminuição de argumentos.

relação causativa. Nas primeiras ocorre um termo afetado (objetivo) e obrigatoriamente um Agente ou Experienciador compreendendo uma única proposição. Nas segundas, o argumento causativo (Agente, Instrumento, ou Causa) só ocorre exatamente na construção transitiva causativa, que compreende assim duas proposições; se não for expressa a proposição-causa, a proposição-efeito não conterá esse tipo de argumento.

Cotejem-se as construções de (33) a (36) com as de (37) a (39):

- (33) Os alunos leram dois romances.
- (34) O centroavante chutou a bola para fora.
- (35) O garoto sentiu uma dor no pé.
- (36) A velhinha recordava os dias de mocidade.
- (37) a. O menino fechou a porta.
b. O menino fez a porta fechar.
c. A porta fechou.
- (38) a. O motorista parou o carro.
b. O motorista fez o carro parar.
c. O carro parou.
- (39) a. O lenhador derrubou a árvore.
b. O lenhador fez a árvore cair.
c. A árvore caiu.

Com efeito, as construções de (33) a (36) não implicam frases do tipo *b* e *c* presentes nas construções de (37) a (39). Mesmo que tenhamos uma transformação passiva, sem que se expresse o Agente ou Experienciador, eles estarão subentendidos. Cf.:

- (40) Foram lidos dois romances (POR ALGUÉM)
- (41) Eram recordados os dias de mocidade (POR ALGUÉM)

Já nos conjuntos de (37) a (39), as frases da alínea *b* evidenciam a existência de duas proposições das construções da alínea *a*, enquanto as frases de *c* apontam para a possibilidade de construção (intransitiva) sem argumento causativo. As construções em (39) mostram um tipo peculiar de relação causativa entre verbos léxica e sintaticamente distintos, que será exposta no próximo item.

2.3. Tesnière (15, p.10; 14, p. 259 e segs.) e Lyons (9, p. 352 e segs.), entre outros, mostraram muito bem como frases monovalentes podem tornar-se bivalentes, as bivalentes, trivalentes e as trivalentes, tetravalentes, através de um procedimento que envolve a noção de causatividade. Essas derivações são obtidas, em português, tanto através do emprego de um verbo como *fazer* ou *causar*, como através de uma 'lexicalização', ou seja, o emprego de um lexema verbal específico que tenha o traço /+ causativo/. Observem as frases de (42) e (44):

- (42) a. O livro caiu.
b. O aluno *fez* o livro cair.
c. O aluno *causou* a queda do livro.
d. O aluno *derrubou* o livro.
- (43) a. Os estudantes aprendem Lingüística.
b. O professor *faz* os estudantes aprenderem Lingüística.
c. O professor *ensina* Lingüística aos estudantes.
- (44) a. O aluno deu o livro ao colega.
b. O professor *fez* o aluno dar o livro ao colega.

No exemplo (42), a frase monovalente torna-se bivalente em (42b) e (42c), respectivamente com o auxílio de *fazer e causar*, e em (42d) pela transformação de *cair* no causativo *derrubar*, com a especificação do agente *aluno*. Em (43), a construção bivalente é transformada numa frase trivalente em (43b) também com o auxílio de *fazer*, e em (43c) com a “lexicalização” de *fazer aprender em ensinar*. Finalmente, em (44) só a transformação por auxiliarização é possível, já que em português não há verbos causativos tetravalentes.

As considerações iniciais permitem esclarecer uma das relações que podem ser estabelecidas, pela noção de causatividade, entre as frases transitivas e as intransitivas: em primeiro lugar, o *mesmo* verbo pode entrar nos dois tipos de frases; em segundo lugar, verbos *diferentes* podem estar ligados pela mesma relação semântica nas frases transitiva e intransitiva correspondentes. Vamos insistir um pouco mais neste último caso, considerando as frases em (45):

- (45) a. O menino morreu.
b. O marginal matou o menino.

Podemos dizer, neste caso, que a relação do transitivo ao intransitivo é *lexicalizada*. É a estrutura lexical do português que faz com que digamos *O marginal matou o menino* e não *O marginal morreu o menino*. A relação sintática e semântica que existe entre *matar e morrer* está entre aquelas que o falante do português deve aprender a reconhecer, da mesma forma como deve aprender a reconhecer a relação que existe entre os empregos transitivos e intransitivos dos verbos da classe de *entortar*. Provisoriamente, podemos considerar *matar e morrer* como dois verbos diferentes, mas veremos mais adiante a possibilidade de considerá-los como duas realizações fonológicas, sintaticamente condicionadas, de um mesmo verbo.

Desenvolvamos, agora, um pouco mais o primeiro caso, segundo o qual o mesmo verbo pode entrar tanto em construções intransitivas como transitivas. Ora, o exemplo (42) mostrou-nos a frase (42a) tornada transitiva através do auxiliar *fazer* em (42b) e através de *causar* em (42c), neste último caso com a conseqüente nominalização da frase complemento: “O menino causou a *queda do livro*”. Observe-se, entretanto, que não temos, com esse verbo (*cair*), a possibilidade de construção causativa sem auxiliar ou sem recurso a outra forma fonológica. Assim * *O menino caiu o livro* é agramatical em português. Considerem-se, porém, as seguintes frases:

- (46) a. A janela quebrou.
b. O garoto quebrou a janela.
c. O garoto fez a janela quebrar.
(47) a. A pedra rolou.
b. João rolou a pedra.
c. João fez a pedra rolar.
(48) a. O leite esquentou.
b. A empregada esquentou o leite.
c. A empregada fez o leite esquentar.

As frases *a* e *b* são transformacionalmente relacionadas, tendo as frases *b* como paráfrases as frases *c*. Há, portanto, diferença entre as frases do tipo ilustrado em (42) e (45), de um lado, e as ilustradas de (46) a (48), de outro: Dizemos que as primeiras só admitem construção causativa através do acréscimo de um nome do tipo causativo (A-

gente, Instrumento ou Causa) e um *auxiliar** ou através da lexicalização causativa do verbo e o acréscimo de um nome do tipo causativo. Às do segundo tipo, entretanto, basta o acréscimo de um nome do tipo causativo na função de sujeito e o conseqüente deslocamento do primitivo sujeito da intransitiva para a função de objeto. Por isso, os verbos dos exemplos de (46) a (48), alínea *a* e *b*, podem ser chamados *ergativos*, já que com sua transitivação, um novo sujeito “ergativo” é introduzido como agente, instrumento ou causa do processo verbal.

Há, pois, construções causativas:

(I) com verbos transitivos ou intransitivos (e mesmo copulativos), através do acréscimo de um outro nome sujeito, do tipo causativo, e de um verbo auxiliar, basicamente *fazer* ou *causar*: esta é, portanto, a construção causativa tipicamente perifrástica;

(II) com verbos causativos implícitos, ou seja, formas verbais derivadas de adjetivos ou substantivos (com sufixos do tipo *-izar* e *-ficar*) e que não apresentam correlação com forma intransitiva que lhes corresponda;

(III) com verbos “ergativos”, através do acréscimo de um nome do tipo causativo na função de sujeito, passando o primitivo sujeito à função de complemento;

(IV) com transformações de “lexicalização”, que levam à derivação de outra forma fonológica superficial do verbo, que nada mais é que a forma básica acompanhada do traço /+ causativo/.**

2.3.1. Com relação às construções causativas de primeiro tipo, observa-se que qualquer verbo da língua portuguesa pode sujeitar-se a uma derivação causativa com auxiliar. Em princípio, todos os verbos aceitam o auxiliar *fazer*, mas só os verbos que apresentam forma nominal substantiva correspondente é que são susceptíveis de construção com o auxiliar *causar*. Assim:

- (49) a. Os garotos saíram.
b. O professor fez os garotos saírem.
c. O professor fez com que os garotos saíssem.
d. O professor causou a saída dos garotos.
- (50) a. A faculdade convocou os candidatos.
b. O reitor fez a faculdade convocar os candidatos.
c. O reitor fez com que a faculdade convocasse os candidatos.
d. O reitor causou a convocação dos candidatos pela faculdade.

Mas:

- (51) a. As visitas sentaram.
b. O pai fez as visitas sentarem.
c. O pai fez com que as visitas sentassem.
d. ? O pai causoudas visitas.
- (52) a. O ajudante pegou o martelo.
b. O ferreiro fez o ajudante pegar o martelo.

* Estamos considerando o termo ‘auxiliar’ num sentido bem amplo, ou seja, como o vocábulo que situa toda uma construção numa dada categoria gramatical, no caso, a causatividade.

** Masayoshi Shibatani faz uma simples distinção entre ‘causativas produtivas’ (nossas perifrásticas) e ‘causativas lexicais’ (que envolvem tanto as nossas ergativas como as lexicalizadas). Cf. Shibatani, 11, p. 12 e segs.; 12, p. 242). Já Dieter Kastovsky (7, p. 266 e segs.) faz uma distinção entre construções causativas explícitas envolvendo um auxiliar, causativas explícitas envolvendo um verbo causativo derivado de uma base não-causativa, e causativas implícitas, cuja relação do transitivo com o intransitivo é lexicalizada.

- c. O ferreiro fez com que o ajudante pegasse o martelo.
- d. ? O ferreiro causou ... do martelo pelo ajudante.

Observe-se que o processo de causatividade por auxiliarização é tão genérico, que se estende até aos verbos ergativos e aos causativos lexicalizados. Assim:

- (53) a. Roma incendiou.
- b. Nero incendiou Roma.
- c. Nero fez incendiar Roma.
- d. Nero causou o incêndio de Roma.
- (54) a. O filho morreu.
- b. O pai fez morrer o filho.
- c. O pai matou o filho.
- d. O pai fez matar o filho *

Se bem que *fazer* e *causar* sejam os causativos básicos e gerais, perífrases causativas podem também ser apontadas com verbos como *forçar*, *obrigar*, *ordenar*, que mais se prestam à expressão da causação coerciva ou manipulativa. Considerem-se, pois, os exemplos abaixo:

- (55) a. João forçou/obrigou o funcionário a sair.
- b. João forçou/obrigou a saída do funcionário.
- c. João ordenou que o funcionário saísse.
- (56) a. João ordenou a saída do funcionário.

Embora tais verbos possam construir-se tanto com frases complemento como com nominalizações correspondentes, estão sujeitos, por outro lado, a fortes restrições quanto à natureza quer do predicado/nominalização complemento, quer do sujeito desse predicado, como mostram as frases agramaticais abaixo:

- (57) a. * João forçou/obrigou Maria a sentir-se bem.
- b. * João forçou/obrigou Maria a ser feliz.
- c. * João ordenou que Maria adoecesse.
- d. * João forçou/obrigou/ordenou a felicidade de Maria.
- (58) a. * João forçou/obrigou a pedra a quebrar o vaso.
- b. * João ordenou que a porta abrisse**

Com efeito, as frases em (57) evidenciam que tais verbos são incompatíveis com eventos-causados representados por predicados *estativos* e correspondentes nominalizações, enquanto as frases em (58) mostram incompatibilidade com o evento causado por ser inanimado — tanto instrumento como objetivo — o sujeito da frase encaixada que representa esse evento. Contudo, haverá exceções para a incompatibilidade com predicados estativos, dependendo do próprio sentido da frase estativa ou de certas peculiaridades da relação entre o sujeito e o verbo estativo. Cf. a frase (59):

- (59) A polícia forçou/obrigou João a permanecer calado.

* _ Poderíamos ter também a causativa:

e. O pai causou a morte do filho.

Contudo, como o substantivo *morte* está relacionado tanto a *morrer* como a *matar*, essa frase é ambígua. Se relacionada a *morrer*, não se dá dupla causação.

** Estamos considerando aqui apenas a linguagem denotativa.

Certamente, algumas dessas frases podem ocorrer em contextos de forte conotação, como histórias de fantasia, por exemplo.

2.3.2. Com relação às construções causativas do tipo ergativo, cabe inicialmente distingui-las dos casos de oposição entre transitiva e intransitiva por simples recessividade de um argumento. Neste, há o simples apagamento ou supressão do termo complemento, com conseqüente ampliação da significação do verbo. O sujeito, contudo, é argumento afetado (Objetivo) e que aparece na posição de sujeito. Cf.:

- (60) a. Meu filho está comendo bem.
 b. Meu filho está comendo legumes.
 (61) a. Eu não bebo.
 b. Eu não bebo cerveja.

Já a posição funcional dos termos nas construções ergativas muda radicalmente da frase transitiva para a intransitiva (não importa qual seja a básica): a construção transitiva ergativa corresponde à presença de um argumento causativo (Agente, Instrumento ou Causa) na posição de sujeito e de um argumento afetado (Objetivo) na posição de objeto direto, enquanto na construção intransitiva não há argumento causativo e o argumento afetado (Objetivo) é que aparece na posição de sujeito. Cf.:

- (62) a. Meu vestido rasgou.
 b. Um prego rasgou meu vestido.
 c. Eu rasguei meu vestido.
 (63) a. O navio afundou.
 b. O furacão afundou o navio.
 c. Os piratas afundaram o navio.

Assim, só os verbos que propiciam este último tipo de relação transitiva/intransitiva é que podem ser considerados ergativos, ou seja, dão origem a construções causativas ergativas.

Caracteristicamente, tais verbos envolvem a noção de 'mudança de estado', como *abrir, esquentar, esfriar, incendiar, quebrar, começar, deitar, acordar, endurecer, rachar, rasgar* ou a de 'movimento' ('mudança de localização'), como *rolar, mudar, afundar, virar, parar*, etc. Como dissemos anteriormente, a construção transitiva destes verbos, que já é causativa, pode recursivamente receber nova derivação causativa através de auxiliar.

2.3.3. Enfim, com respeito ao último tipo de construção causativa, toda uma lista de formas verbais causativas, resultantes de transformações por lexicalização, pode ser estabelecida em português. Atente-se para estes poucos exemplos:

| | | |
|-----------------|--------------------|---------------------|
| <i>cair</i> | — (fazer cair) | — <i>derrubar</i> |
| <i>entrar</i> | — (fazer entrar) | — <i>introduzir</i> |
| <i>sair</i> | — (fazer sair) | — <i>expulsar</i> |
| <i>morrer</i> | — (fazer morrer) | — <i>matar</i> |
| <i>ver</i> | — (fazer ver) | — <i>mostrar</i> |
| <i>crer</i> | — (fazer crer) | — <i>persuadir</i> |
| <i>saber</i> | — (fazer saber) | — <i>anunciar</i> |
| <i>aprender</i> | — (fazer aprender) | — <i>ensinar</i> |

Se pensarmos numas poucas possibilidades da língua de formar derivações causativas negativas (cf. Kastovsky, 7, p. 271), poderemos ainda acrescentar:

| | | |
|-------------|--------------------|--------------------|
| <i>ver</i> | — (fazer não ver) | — <i>esconder</i> |
| <i>crer</i> | — (fazer não crer) | — <i>dissuadir</i> |

Dessa forma, verbos como *derrubar*, *matar*, *mostrar*, *persuadir* e *anunciar*, bem como *esconder* e *dissuadir*, são formas de “estrutura de superfície”, que apresentam o traço /+causativo/, comportando na sua realização sintática um argumento a mais em relação ao verbo base. Exemplificando:

- (64) a. *Pedro viu as cartas.*
b. *O Jogador mostrou as cartas a Pedro.*
- (65) a. *O povo crê que ela seja eleita.*
b. *O orador persuadiu o povo de que ela seria eleita.*
- (66) a. *O povo já sabe os últimos acontecimentos.*
b. *O jornalista já anunciou os últimos acontecimentos ao povo.*

Certamente, deve existir uma relação similar entre *fazer ver*, *mostrar* e *esconder*. Assim,

(67) O Jogador escondeu de Pedro as cartas, é o oposto de (64b), na medida em que a frase encaixada é negativa: “O jogador fez Pedro não ver as cartas”. É interessante mostrar a relação entre essa frase e as correspondentes negativas:

- (68) O jogador não mostrou as cartas a Pedro.
- (69) O jogador não escondeu de Pedro as cartas.

Enquanto em (67) o alcance da negativa afeta apenas a frase encaixada (= proposição causada), em (68)—(69) ela afeta a proposição causadora. Assim, (68) é representada como ‘O jogador não fez Pedro ver as cartas’, enquanto (69) é representada como ‘O jogador não fez Pedro não ver as cartas’. Deve-se acrescentar que (67) e (69) permitem diferentes realizações de superfície, como segue:

- (70) O jogador impediu Pedro de ver as cartas.
- (71) O jogador não impediu Pedro de ver as cartas.

Nestas duas últimas, a negação da frase encaixada foi alçada e adicionada a fazer, formando FAZER + NEG, que é então realizado como *impedir*, e que não é certamente o mesmo que NEG + FAZER. (70) ilustra a causação negativa, (71) a negação da relação causa-efeito. Assim, enquanto (68) é a negação de (64b), tanto (67) como (70) são seu oposto e não sua negação, o que é claramente indicado pela origem da negativa na frase encaixada.*

3. PARÂMETROS SINTÁTICO-SEMÂNTICOS DAS CONSTRUÇÕES CAUSATIVAS

3.1. Afirmamos, no tópico anterior, que frases de construção ergativa tinham como paráfrases as construções perifrásticas com *fazer*. Cabe analisar aqui se se trata de paráfrases estritamente sinônimas ou se podem apresentar diferente comportamento sintático e semântico. Como os diversos tipos de construções causativas, entretanto, sempre apresentam possibilidade também de construção perifrástica, vamos fazer uma única oposição entre construções perifrásticas e não-perifrásticas.**

Observemos como a modificação adverbial se correlaciona com as causativas peri-

* Esta breve análise das causativas negativas seguiu de perto a proposta de Kastovsky (7, p. 271-3)

** Trata-se aqui, para os fins desejados, daquela simples oposição feita por Shibatani entre causativas produtivas e não-produtivas.

frásticas e as não-perifrásticas. Shibatani (11, p. 17 e segs.; 12, p. 245) apontou para o inglês e o japonês que, com as causativas perifrásticas (produtivas, nos termos dele), os advérbios podem ser interpretados como modificadores tanto do evento causador como do evento causado. Considerem-se os seguinte exemplos em português:

- (72) Mário fez o irmão entrar no quarto silenciosamente.
- (73) Mário fez o irmão parar de repente.
- (74) Mário fez o irmão subir na árvore com as mãos.
- (75) Mário fez o irmão acordar às seis horas.
- (76) Mário fez o irmão vestir as roupas no quarto.

Há diferenças de interpretação entre as três primeiras frases e as duas últimas, com respeito ao alcance da modificação adverbial. As frases (72), (73) e (74) são, sem dúvida, ambíguas quanto ao evento que o adverbial modifica. Assim, *silenciosamente* tanto pode modificar o evento causador (“Mário fez silenciosamente”) como o evento causado (“o irmão entrou silenciosamente”). Do mesmo modo: “Mário fez de repente”/“o irmão parou de repente”, “Mário fez com as mãos”/“o irmão subiu na árvore com as mãos”). Certamente, o advérbio pode modificar apenas o evento causador, e para evitar ambigüidade, nesse caso, basta alterar a ordem adverbial na frase. Confiram-se:

- (77) Mário silenciosamente fez o irmão entrar no quarto.
- (78) De repente Mário fez o irmão parar.
- (79) Com as mãos, Mário fez o irmão subir na árvore.

Os adverbiais de tempo e de lugar, entretanto, não podem ser interpretados como modificando apenas o evento causador. Assim, uma interpretação de (75) é similar a uma das interpretações de (72), e diz que o irmão levantou-se às seis horas, com o entendimento de que a atuação de Mário ocorreu antes das seis horas. A outra interpretação diz que tanto a atuação de Mário como o acordar do irmão ocorreram às seis horas. O que a frase (75) não permite é a interpretação de que apenas a atuação de Mário tenha ocorrido às seis horas, com o entendimento de que o acordar do irmão tenha sido depois dessa hora. É significativo verificar que, mesmo com a mudança posicional do advérbio para junto do evento-causador, a modificação abrangerá tanto o evento-causador como o evento causado. Cf:

- (80) Mário, às seis horas, fez o irmão acordar.
- (81) No quarto, Mário fez o irmão vestir as roupas.

No caso das construções causativas não-perifrásticas, apenas uma interpretação da extensão modificadora do adverbial é possível. Cf.:

- (82) Mário introduziu o irmão no quarto silenciosamente.
- (83) Mário parou o irmão de repente.
- (84) Mário subiu o irmão na árvore com as mãos.
- (85) Mário acordou o irmão às seis horas.
- (86) Mário vestiu o irmão no quarto.

Nas frases de (82) a (84) não há dupla interpretação do modo como se observou de (72) à (74); o advérbio modifica apenas a atividade de Mário. Já os advérbios de tempo e lugar, respectivamente em (85) e (86), modificam os eventos como um todo, não poden-

do ser interpretados como modificando apenas os eventos causados. Assim, a única interpretação possível de (85) é que tanto a ação de Mário como o acordar do irmão ocorreram às seis horas.

As causativas lexicalizadas são vistas por Fillmore como um 'processo de amálgama' (2, p. 50). E o amálgama de dois eventos só é possível se suas especificações de tempo e lugar são idênticas. Se forem diferentes, o amálgama não é possível. Kastovsky (7, p. 265) ilustra esse fato, adaptando o exemplo de Fillmore, como segue. Suponhamos que um assaltante atira num policial e fere-o, alojando-se a bala próximo dos pulmões, sem que o médico operador consiga tirá-la. Dois anos depois, a bala penetra nos pulmões, e o policial finalmente vem a morrer. Não há dúvida de que o assaltante em última instância causou a morte do policial, isto é, 'ele fez o policial morrer dois anos depois'. Mas, nesta frase, 'fazer morrer' não pode ser substituído por *matar*, isto é, enquanto poderíamos dizer "a bala finalmente matou o policial", não poderíamos dizer "o assaltante finalmente matou o policial", uma vez que a causa (o tiro do assaltante) e o resultado (a morte do policial) têm duas diferentes especificações de tempo.

Não há, pois, como apontar absoluta identidade sinonímica entre uma construção perifrástica e a não perifrástica correspondente.

3.2 — Já assinalamos a natureza causativa do argumento relacionado ao evento-causador. Vimos que poderia ser Agente, Instrumento ou Causa. Aprofundemos um pouco mais a variedade e complexidade (e às vezes ambigüidade) desse argumento, analisando inicialmente a seguinte frase:

(87) O marinheiro fez Olívia rir.

Pode-se indagar por que Olívia veio a rir, ou ainda, de que modo o marinheiro está envolvido em fazer Olívia rir. Certamente, ele pode produzir essa reação em Olívia de vários modos, tanto parecendo ridículo, como fazendo gracinhas, ou mesmo contando-lhe piadas picantes ou fazendo-lhe cócegas. Assim, a causa da risada de Olívia pode não ser o marinheiro em si, mas algum evento de que ele participa. A frase (87), pois, implica várias possibilidades, que podem ser explicitamente expressas em:

- (87) a. A aparência do marinheiro fez Olívia rir.
- b. As gracinhas do marinheiro fizeram Olívia rir.
- c. O marinheiro fez Olívia rir contando-lhe piadas picantes. etc.

Como se pode observar, (87a) difere de (87b) e (87c) na medida em que, no primeiro caso, é o estado do marinheiro que causa risada de Olívia, enquanto nas demais é a ação desenvolvida por ele que causa o mesmo evento. Este último caso é mais evidente em (87c), em que o *marinheiro* é também o sujeito da frase reduzida (causativa ou instrumental). Daí podermos ver o *marinheiro* como um SN alçado de uma frase encaixada para constituir-se no sujeito da principal. Em (87), portanto, o *marinheiro* deve ser considerado como um vestígio de uma oração implícita, que como um todo é a causa ou o instrumento da risada de Olívia, da qual podem ter sido suprimidos todos os termos, exceto o *marinheiro*. Assim, uma das interpretações da estrutura subjacente a (87) pode ser aproximada às que têm sido apresentadas pelos gerativistas para as causativas lexicalizadas: 'o marinheiro FAZ ALGO que faz Olívia rir'.

Mas o que dizer de frases como (88) ou (89)?

(88) A evidência fez o advogado ter certeza de que ganharia a causa.

(89) A evidência convenceu o advogado de que ganharia a causa. Certamente, a *evidência* não pode executar uma ação que convence o advogado. Mas também não é sua mera existência que tem esse efeito. Antes deve ser algo particular à evidência, como a força dos argumentos apresentados, a fragilidade dos argumentos contrários, a presença de testemunhas importantes, a abundância de provas, que resulta na convicção expressa na frase resultante. Podemos admitir, portanto, que o sujeito do evento causador de (88) e (89) é apenas parte ou síntese de uma oração subjacente (ou várias), do tipo:

- (89) a. A fragilidade dos argumentos contrários convenceu o advogado de que ele ganharia a causa.
- b. A presença de testemunhas importantes convenceu o advogado de que ele ganharia a causa.
- c. A abundância de provas decisivas convenceu o advogado de que ele ganharia a causa.

De qualquer forma, a relação causativa entre os eventos não é do mesmo tipo encontrado em (90):

- (90) Paulo convenceu o advogado de que ele, advogado, ganharia a causa.
 em que Paulo deve estar ativamente envolvido no processo causativo, por exemplo, apresentando argumentos ou causas semelhantes e vitoriosas que resultam na convicção do advogado.

Há, pois, uma importante distinção a fazer na relação causativa entre os eventos. Deve-se distinguir, de um lado, a causação ativa, em que alguém está ativamente envolvido em causar algo, como em (90) e (87b-c); de outro, a causação estativa, em que o fator causador é um estado, como em (87a), (88) e (89a-c). A esse respeito, a frase (87) é ambígua.*

4. ASPECTOS SEMÂNTICOS-PRAGMÁTICOS DA CAUSATIVIDADE

4.1. A descrição das construções causativas em português, até aqui desenvolvida, deixou em aberto um sem número de questões semânticas e/ou pragmáticas envolvidas em tais estruturas. Vamos procurar, agora, encaminhar tão somente alguns dos aspectos que ficaram pendentes na própria análise, sem pretender abrangê-los em profundidade.

Ao examinarmos, no tópico 3, os parâmetros sintático-semânticos das construções causativas perifrásticas e não-perifrásticas, concluímos pela ausência de identidade sinonímica absoluta entre elas. Consideremos agora particularmente as causativas lexicalizadas às correspondentes perifrásticas para deprendermos o comportamento do SN Agente em ambas. Para tanto, voltemos uma vez mais às frases *a*, *b* e *c* de (54):

- (54) a. O filho morreu.
- b. O pai fez o filho morrer.
- c. O pai matou o filho.

Já sabemos que *b* e *c*, embora tenham a mesma relação causativa com *a*, não constituem frases sinônimas estritas, já que é distinto o comportamento de qualquer adver-

*Análise similar encontra-se em Kastovsky (7, p. 275-6)

bial que se venha a acrescentar numa e noutra. Podemos acrescentar também que elas não podem ser empregadas indiferentemente quando se quer assinalar a causatividade. Trata-se não apenas de duas estruturas superficialmente distintas, mas também de diferentes conteúdos semânticos transmitidos. Com efeito, em (54b) temos o SN sujeito (Agente) *o pai* como “participante indireto” do processo verbal; diríamos que ele é a *causa* do processo, mas não o *executor intencional*. De fato, a morte do filho pode ter decorrido de um conjunto de elementos — desde desamparo até maus tratos — não por qualquer agressão direta do pai que culminasse no ato de matar. É, pois, um sujeito causativo, mas nada se assinala quanto a uma ação direta. Já em (54c), o mesmo SN sujeito (Agente) aparece como “participante direto” do processo verbal, sendo não apenas a *causa*, mas também o *instigador* e *executor ativo* do processo. Nota-se, pois, uma maior proximidade entre o causador e o resultado em (54c) do que em (54b).

Um pouco diversa parece a relação semântica existente entre as duas causativas de (91):

- (91) a. Os alunos saíram.
- b. João fez os alunos saírem.
- c. João expulsou os alunos.

Aqui também não temos, independentemente de possíveis adverbiais adicionados às causativas, a mesma significação transmitida em *b* e *c*. Enquanto a última exprime causa associada à noção de coerção, (91b) não assinala tal noção, ou pelo menos é neutra quanto a este aspecto. Daí aparecer em contextos com (91d):

- (91) d. Dado o perigo de incêndio, João fez os alunos saírem.
- enquanto seria pelo menos estranho o emprego de *expulsar* em tal contexto.

Essas mesmas frases permitem passar para outros aspectos da significação, de interesse para a compreensão da estrutura causativa. Uma noção que é fundamental para certas línguas, com conseqüências estruturais importantes na expressão da causatividade, é a de *intencionalidade*, noção essa estreitamente relacionada à de *controle* da causação.* Em português, o que podemos dizer é que certas expressões adverbiais introduzidas na frase causativa são suficientes para se assinalar a intencionalidade ou não do nominal causador.

Observem-se as seguintes frases:

- (92) a. Pedro derrubou Paulo *de propósito*.
- b. Pedro derrubou Paulo *sem querer*.
- (93) a. Pedro *deliberadamente* mudou a mesa de lugar.
- b. O tombo de Pedro mudou a mesa de lugar.
- (94) a. A mulher fez com que o marido comprasse a casa.
- b. A chuva fez com que a mulher adoecesse.
- (95) a. Os marginais obrigaram o policial a esconder-se.
- b. A chuva obrigou o policial a esconder-se.

Em face de tais exemplos, pode-se dizer que as construções causativas em português podem assinalar intenção ou não-intenção, dependendo de expressões que se lhes associem ou do tipo de sujeito causador, podendo apresentar ainda estruturas ambíguas.

*De acordo com Givón (3, p. 61 e segs.), o inglês, por exemplo, tem auxiliares próprios para causação intencional e um outro para causação incidental (não-intencional).

Assim, todas as construções em *b*, nos exemplos de (92) a (95), ilustram o caso de sujeito causador não-intencional, enquanto as de *a* têm sujeito intencional nos três primeiros exemplos, sendo ambígua a esse respeito a de (95a). Pelo menos duas interpretações são aqui possíveis: primeira, os marginais resolutamente forçaram o policial; segunda, a presença dos marginais percebida pelo policial, sem que eles sequer soubessem, levou-o a esconder-se. Devemos lembrar, entretanto, como deixam entrever os próprios exemplos, que o problema da intencionalidade se correlaciona aos tipos ativo e estativo da proposição-causa, conforme analisamos no item 3.2. Nesse sentido, pode-se dizer que, se a proposição-causa é estativa, o sujeito da construção causativa é sempre não-intencional, ao passo que, se é ativa, o sujeito pode ser tanto intencional como não-intencional, dependendo da interpretação que se dá à causativa como um todo.

Já o traço *controlador* só se pode associar a nomes com a função semântica de Agente; se o sujeito da proposição-causa for pois representado por nome de função Instrumento ou Causa, não terá certamente tal traço; nem é este um traço com presença exclusiva no sujeito da proposição-causa. Além disso, mesmo se tratando de nome Agente, a presença ou não do controle depende bastante do tipo de frase causativa em que ele aparece como sujeito, como também da ocorrência ou não de outros elementos. Assim, nas causativas do tipo ergativo e nas lexicalizadas, o sujeito é comumente 'agente' e 'controlador', mesmo porque tais expressões causativas, em sua maioria, envolvem resultados que são *estados*, ou processos, ou seja, resultados em que o nominal da proposição-efeito é um mero paciente, como mostram as frases (54c), (92a) e (93a), entre outras. As causativas perifrásticas, por outro lado, mais freqüentemente envolvem a manipulação de um agente humano por outro, criando situações em que conflitos quanto ao controle podem surgir, como nos parece o caso de (94a), ou situações em que não se manifesta qualquer tipo de controle na causativa, como é o caso de (94b). Mas nesta, como também em (93b), e (94b), o sujeito da causativa, sendo não-agentivo, não pode efetivamente exercer controle, o qual pode, entretanto, estar presente em outro nome animado da proposição-efeito, desde que agente; é o caso de (95b), mas não de (94b), já que nesta última o nominal *a mulher* é não-agentivo.

De qualquer modo, não deixa de ser importante a consideração do traço /+ controle/ presente neste ou naquele argumento da construção causativa. Se pensarmos, por exemplo, nas restrições apontadas anteriormente para os auxiliares causativos do tipo *forçar* (coercivos), veremos que eles apresentam plena compatibilidade com predicados estativos quando estes aparecem com nome animado que possa exercer "controle" do estado expresso, como nas frases abaixo:

- (96) a. A polícia forçou João a permanecer em casa.
- b. O professor obrigou João a ficar em pé no canto.
- c. O patrão ordenou que Maria estivesse lá às nove em ponto.

Por outro lado, é a "orientação" do controle que determina a estrutura sintática da proposição-efeito, quando esta apresenta dois argumentos representados por nomes com o traço /+ animado/. Considerem-se, pois, as frases em (97):

- (97) a. O marido fez os médicos examinarem a mulher.
 - b. O marido fez a mulher ser examinada pelos médicos.
- A alternativa se apresenta em função de o causador "o marido" exercer controle sobre o nominal "os médicos" ou "a mulher". Certamente, a diferença semântica entre uma e outra causativa é patente; mas tal diferença se manifes-

ta quando os argumentos envolvidos são todos “animados”. Se, entretanto, o argumento sujeito da proposição-causa for não-animado, deixará de existir diferença semântica entre uma e outra estrutura, como mostram os exemplos abaixo:

- (98) a. A aparência doentia fez os médicos examinarem a mulher.
b. A aparência doentia fez a mulher ser examinada pelos médicos.

4.2. Os tópicos anteriores permitiram-nos observar o quanto são formalmente marcadas as construções causativas em português, variando desde marcas morfológicas, embora poucas e assistemáticas, até marcas léxicas e sintáticas, com absoluta predominância destas últimas. Já as considerações semântico-pragmáticas, atrás desenvolvidas, mostraram-nos quão pouco marcados são formalmente aspectos como ‘intenção’, ‘controle’ e ‘orientação’ nas expressões causativas. Não seria estranho colocar por fim esta questão: Haverá a expressão da causatividade, em português, fora dos quatro padrões assinalados? Ou, em outros termos: Poderão ser apontadas frases como causativas apenas ao nível de interpretação? Estamos pensando, pois, na possibilidade de ocorrência de frases com verbos meramente transitivos que possam ser interpretadas com valor causativo. Considere-se, por exemplo, a frase abaixo:

- (99) A velhinha do 5.º andar pintou todo o apartamento.

Embora essa frase não seja superficialmente portadora de qualquer marca formal de causatividade, pode-se dizer que apresenta um sujeito tipicamente causativo. Pensamos no SN sujeito como alguém que não tem condições físicas para tal empreendimento, uma velhinha octogenária, por exemplo. Ora, o sujeito causativo apenas dispõe que X é de algum modo responsável por Y, mas não especifica necessária e exatamente em que medida. A presença nele dos traços /+ instigador /e /+ causa/ não acarreta necessariamente a presença dos traços /+ executor/ e /+ origem/ da ação. Por certo, se a velhinha não está fisicamente envolvida na pintura do apartamento, a interpretação possível da frase é (100):

- (100) A velhinha do 5.º andar fez com que o apartamento fosse pintado.

Esta última compreende uma pró-forma (POR ALGUÉM) certamente apagada no processo derivacional; mas que, na estrutura subjacente, é portadora dos traços /+ executor/e /+ origem/, na medida em que é bem maior sua coesão com o verbo da frase encaixada F₂. A frase (99), portanto, superficialmente sem a marca da causatividade, pode ser considerada uma derivação da frase (100); por supressão ou apagamento do auxiliar causativo e do SN agente de F₂. O indicio está na presença de um SN sujeito que apresenta uma relação tipicamente causativa com o verbo transitivo.

ARRAIS, T.C. — The causative constructions in Portuguese. *Alfa*, São Paulo, 29:41-58, 1985.

ABSTRACT: Although causativity is common to the different languages of the world, the way it is expressed varies from one language to the other. In semantic terms, a "causative situation" can be defined as a relation between an event-effect, so that the occurrence of the latter is entirely dependent upon the former. This paper is restricted to an analysis of the problem in Portuguese, trying (i) to describe the morphological and syntactic patterns used in Portuguese to represent causativity; (ii) to establish syntactic and/or morphological parameters which define the relation held between the elements in causative constructions; (iii) to examine semantic-pragmatic aspects of causativity.

KEY-WORDS: Causativity; proposition-cause; proposition-effect; agent; cause; instrument; derivation; lexicalization; causative verbs; transitive verbs; auxiliary verbs; ergative verbs; periphrastic constructions.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDERSON, J.M. — *The Grammar of case: towards a localistic theory*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1971.
2. FILLMORE, C.J. — Some problems for case grammar. *Monograph Series on Languages and Linguistics*, n.º 24, 1971
- × 3. GIVÓN, T. — Cause and control: on the semantics of interpersonal manipulation. In: KIMBALL, J. ed. *Syntax and semantics*. New York, Academic Press, 1975. v.4, p. 59-89.
4. HALLIDAY, M.A.K. — Notes on transitivity and theme in English. Part. 1. *Journal of Linguistic*, 3: 37-81, 1967.
5. HALLIDAY, M.A.K. — Notes on transitivity and theme English. Part 2. *Journal of Linguistics*, 3:199-244, 1967.
6. HALLIDAY, M.A.K. — Notes on transitivity and theme in English. Part 3, *Journal of Linguistics*, 4:179-215, 1968.
7. KASTOVSKY, D. — Causatives. *Foundations of Language: International Journal of Language and Philosophy*, 10:255-315, 1973.
8. LAKOFF, G. — *Irregularity in syntax*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.
9. LYONS, J. — *Introduction to theoretical linguistics*. London & New York, Cambridge Univ. Press, 1968.
10. McCAWLEY, J.D. — Lexical insertion in a transformational grammar without deep structure. In: DARDEN, B. et alii, eds. — *Papers from the Fourth Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society*, 71-80. Chicago, Univ. Chicago, 1968.
11. SHIBATANI, M. — *A Linguistic study of causative constructions*. Berkeley, Univ. California, 1973. (Ph. D. dissertation).
12. SHIBATANI, M. — Causativization. In: *Syntax and Semantics: Japanese Generative Grammar*. New York, Academic Press, 1976. v. 5, p. 239-94.
- × 13. SHIBATANI, M.; ed. — *Syntax and semantics: the grammar of causative constructions*. New York, Academic Press, 1975. v. 6.
14. TESNIÈRE, L. — *Éléments de syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck, 1966.
15. TESNIÈRE, L. — *Esquisse d' une syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck, 1953.

O ESTATUTO DAS CHAMADAS CONJUNÇÕES COORDENATIVAS NO SISTEMA DO PORTUGUÊS

Maria Helena de Moura NEVES *

RESUMO: O objetivo do trabalho é o estudo, em português, das chamadas conjunções coordenativas, buscando-se determinar: a) a invariância sintática (valor comum); b) a invariância semântica de cada elemento; c) as variantes contextuais. Pretende-se chamar a atenção para a necessidade de se buscar o valor de um determinado elemento na estruturação sintagmática do texto tomado como unidade, e de se proporem critérios para a organização desses elementos em classes dentro do sistema da língua.

UNITERMOS: Coordenação; conjunção; coordenador interfrásico; bloqueio de aposição.

I. O objetivo deste trabalho foi estudar as chamadas *conjunções coordenativas* em português a partir de suas ocorrências interfrásicas, buscando determinar:

- a) a definição de cada um desses elementos (a invariância);
- b) o valor básico comum a eles (a invariância que permite sejam eles agrupados em uma classe no sistema da língua);
- c) os diferentes empregos desses elementos (variantes contextuais).

Observamos a ocorrência das chamadas *conjunções coordenativas* em posição inicial de frase, porque é nossa hipótese que os tipos de ocorrência interfrásica contêm os de ocorrência intrafrásica, e não o inverso. Supomos, ainda, que a ocorrência da “conjunção” após pausa de final de frase permite uma melhor avaliação do valor desse elemento.

De início, levou-se em conta o conceito bem geral — e exatamente porque bem geral — de *conjunção* (na esfera do texto) proposto por Halliday & Hasan⁵. Para esses autores a conjunção — um tipo de relação semântica difícil de definir em termos claros — é uma especificação do modo pelo qual o que vai seguir-se está sistematicamente conectado com o que veio antes (p. 227). Segundo eles, a expressão dessas relações conjuntivas pode ser feita por advérbios, por conjunções coordenativas e por preposições seguidas de um item anafórico (p. 231).

A partir dessa conceituação, registramos ocorrências de cerca de cento e cinquenta elementos, mas o exame efetivo se limitou aos elementos *e*, *mas* e *ou*, delimitação imposta pela própria conceituação que o curso do trabalho fixa para a classe das chamadas *conjunções coordenativas*.

Considerou-se necessário, no exame do coordenador interfrásico, observar o efeito das duas características básicas desse tipo de ocorrência:

- 1.º o corte em duas frases (quando se poderia ter optado por uma só);
- 2.º o emprego do coordenador, se já havia corte.

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP - 14800 - Araraquara — SP.

Isso significa que procuramos verificar o que havia de diferente:

- a) com o coordenador, mas sem a pausa de final de frase;
- b) sem o coordenador, mas com a pausa de final de frase.

Desse modo buscamos determinar o valor dos elementos *e*, *mas* e *ou*, o que significou buscar determinar o valor comum desses elementos.

II. As chamadas *conjunção coordenativa* e *conjunção subordinativa* têm sido sempre definidas nas gramáticas por referência ao estatuto sintático dos segmentos entre os quais ocorrem: a conjunção coordenativa “liga” elementos de igual estatuto sintático e a conjunção subordinativa “liga” um termo subordinado ao seu subordinante.

Acreditamos que a ênfase conferida, na quase totalidade dos estudos gramaticais, a uma função conjuntiva, ou “ligadora” das (por isso mesmo) chamadas *conjunções* decorre da perspectiva em que esses estudos se situam. Numa visão sintética, em que se parte dos elementos componentes e se faz o percurso das relações integrativas, na perspectiva dos elementos menores para os maiores — e, especialmente, se se pára nos limites da frase —, de fato, um *e*, por exemplo, é simplesmente um elemento de ligação.

Na nossa consideração, porém, a perspectiva muda, partindo-se do conjunto coordenado para os membros coordenados.

III. Sejam dados os enunciados:

- (1) No duro chão empinavam-se os arbustos. *E* as pedras. (Lispector, 7, p. 38).
- (2) (Otávia) Quis saber o motivo mas a governanta apenas franziu os lábios, como fazia antes de formular qualquer frase. *E* não respondeu (Teles, 11, p. 61).
- (3) Era raso, como sabiam todos os meninos. *E* a água mal chegava aos joelhos do pesquisador (...) (Rezende, 9, p. 56).
- (4) (O cão) Tornaria a ouvir a voz do velho Naê. *E* tudo voltaria a ser exatamente como tinha sido até então (Condé, 2, p. 144).
- (5) A entrevista está se engrenando, sentem todos. *E* as perguntas começam a matraquear. (Dines, 4, p. 8).
- (6) Entre ele e Nestor, havia uma distância de três ou quatro passos. *Mas*, quase sem rumor, com a leveza e a prontidão de uma sombra, o outro se postou à sua esquerda. (Lins, 6, p. 113).
- (7) Eu não valho nada, patrão. *Mas* o senhor pode contar comigo pra o que der e vier. (Sales, 10, p. 62).
- (8) Velho e cego, (o cão) não podia enxergar as fisionomias que o rodeavam, nem podia perceber o rancor que cada expressão revelava. *Mas* teve medo e procurou fugir. (Condé, 3, p. 127).
- (9) Ângela bem poderia ter sido minha mulher. *Ou* irmã (...) (Pereira, 8, p. 20).
- (10) Os índios não sei se têm alma imortal. *Ou* se ainda têm. Nós eu sei que não temos. (Callado, 1, p. 129).

IV. Os esquemas realizados, com coordenação interfrasal (aqui chamados *esquemas A*), correspondem a possíveis esquemas com coordenação intrafrasal (aqui chamados *esquemas B*)

Comparem-se os enunciados (1) a (10) (*esquemas A*) com os enunciados (1a) a (10a) (*esquema B*), respectivamente:

- (1a) No duro chão empinavam-se os arbustos e as pedras.

- (2a) (Otávia) Quis saber o motivo, mas a governanta apenas franziu os lábios, como fazia antes de formular qualquer frase, e não respondeu.
- (3a) Era raso, como sabiam todos os meninos, e a água mal chegava aos joelhos do pesquisador.
- (4a) (O cão) Tornaria a ouvir a voz do velho Naé, e tudo voltaria a ser exatamente como tinha sido até então.
- (5a) A entrevista está se engrenando, sentem todos, e as perguntas começam a matraquear.
- (6a) Entre ele e Nestor, havia uma distância de três ou quatro passos, mas, quase sem rumor, com a leveza e a prontidão de uma sombra, o outro se postou à sua esquerda.
- (7a) Eu não valho nada, patrão, mas o senhor pode contar comigo para o que der e vier.
- (8a) Velho e cego, (o cão) não podia enxergar as fisionomias que o rodeavam, nem podia perceber o rancor que cada expressão revelava, mas teve medo e procurou fugir.
- (9a) Ângela bem poderia ter sido minha mulher, ou irmã.
- (10a) Os índios não sei se têm (alma imortal), ou se ainda têm.

Verifica-se que nos enunciados dos dois esquemas se mantém o estatuto sintático relativo dos dois segmentos coordenados.

V. Os esquemas realizados com coordenação interfrasal (aqui chamados *esquemas A*) não correspondem a esquemas em que simplesmente se suprimissem os elementos *e*, *mas* ou *ou* (aqui chamados *esquemas C*).

Comparem-se os enunciados (1) a (10) (esquemas A) com os enunciados (1b) a (10b) (esquemas C), respectivamente:

- (1b) * No duro chão empinavam-se os arbustos. As pedras.
- (2b) (Otávia) Quis saber o motivo mas governanta apenas franziu os lábios, como fazia antes de formular qualquer frase. Não respondeu.
- (3b) Era raso, como sabiam todos os meninos. A água mal chegava aos joelhos do pesquisador.
- (4b) (O cão) Tornaria a ouvir a voz do velho Naé. Tudo voltaria a ser exatamente como tinha sido até então.
- (5b) A entrevista está se engrenando, sentem todos. As perguntas começam a matraquear.
- (6b) Entre ele e Nestor, havia uma distância de três ou quatro passos. Quase sem rumor, com a leveza e a prontidão de uma sombra, o outro se postou à sua esquerda.
- (7b) Eu não valho nada, patrão. O senhor pode contar comigo para o que der e vier.
- (8b) Velho e cego, (o cão) não podia enxergar as fisionomias que o rodeavam, nem podia perceber o rancor que cada expressão revelava. Teve medo e procurou fugir.
- (9b) *Ângela bem poderia ter sido minha mulher. Irmã.
- (10b) Os índios não sei se têm (alma imortal). Se ainda têm.

Verifica-se que, nos esquemas C, deixa de estar garantida a coordenação, sentindo-se o segundo membro coordenado (aqui chamado S'') como ainda preso ao primeiro

(aqui chamado S'); ou, no mínimo, tem-se um enunciado estranho (veja (1b) e (9b)).

Assim:

- em (2b), S'' reitera S';
- em (3b) a (5b), S'' explicita e/ou particulariza S';
- em (6b) a (8b), S'' ilustra S';
- em (10b), S'' reformula S'.

Nos esquemas C, portanto, S'' representa um segmento de texto que retoma, de algum modo, S' (ou algum ponto de S'), constituindo uma explanação, explicação, explicitação, particularização, reiteração, ilustração ou reformulação.

VI. Essa correspondência entre os esquemas A (com pausa de final de frase antes do último segmento coordenado), e os esquemas B (sem pausa de final de frase antes do último segmento coordenado), ambos os tipos com ocorrência do elemento *e* no início desse último segmento, permite-nos concluir que:

a) o *e* intrafrásico e o *e* interfrásico, quando usados em esquemas correspondentes, têm o mesmo valor básico no texto;

b) a ocorrência do *e* interfrásico descaracteriza o efeito da pausa de final de frase que o antecede, considerando-se que esse efeito era encerrar S' dentro do limite pela pausa indicado, e que, no entanto, no possível esquema B, a frase S'' representa um termo da estrutura sintática de S' (o último de uma série de termos).

Afirmada essa correspondência dos esquemas A e B, resta, porém, avaliar as diferenças entre eles, já que, entendemos, nada no texto é gratuito, e, portanto, qualquer diferença entre dois textos tem significação.

Propomos que se denomine *pausa dramática* a que existe nos esquemas realizados (A), uma pausa que tem efeito no drama da linguagem: ela indica um encerramento que, afinal, não se efetua, e, assim, o acréscimo de S'' a S' tem efeito dramático. O acréscimo de S'' a S' é diferenciado, marcando-se mais diretamente uma intervenção do sujeito da enunciação no enunciado: o inesperado da seqüência após a pausa chama a atenção para o próprio fato de haver seqüência.

VII. Essa não-correspondência entre os esquemas A (com o elemento *e* antes de S'') e os esquemas C (sem o elemento *e* antes de S''), ambos os tipos com ocorrência de pausa de final de frase antes de S'', permite concluir que:

a) a pausa de final de frase após um segmento deixa sem definir a natureza do segmento que vem em seqüência;

b) o *e* interfrásico descaracteriza o efeito da pausa de final de frase que o precede, isto é, anula a condição de membro último que a entoação conferia ao segmento precedente; deste modo, o *e* define como co-ordenados o segmento que ele inicia e o precedente (encerrado por pausa de final de frase).

VIII. A partir do confronto com os possíveis esquemas B (correspondência) e com os esquemas C (não-correspondência), o exame dos esquemas realizados A (com pausa de final de frase após S' e com o elemento *e*, *mas* ou *ou* antes de S'') permite-nos concluir que:

a) o valor básico desses elementos (intrafrásicos ou interfrásicos) é a co-ordenação de segmentos, isto é, a apresentação de S'' como acréscimo a S', sendo S' e S'' elementos de igual estatuto em uma seqüência;

- b) o *e*, o *mas* e o *ou* interfrásicos são elementos capazes de garantir essa co-ordenação, já que corrigem o efeito da pausa de final de frase que ocorre após S' e que, por si, marcaria S' como segmento último (último elemento de uma série).

IX. Propomos, assim, que o traço central que define dois segmentos entre os quais ocorre uma *conjunção coordenativa* é o da exterioridade: o segundo segmento é, sintaticamente, externo ao primeiro, e a conjunção coordenativa é bloqueador da oposição do segundo segmento ao primeiro. Assim, como invariância para definir o valor da conjunção coordenativa, propomos um comando sintático: "O segundo conjunto (S'') constitui uma unidade sintática externa ao primeiro (S')".

X. Garantido para o *e*, o *mas* e o *ou* esse valor de *coordenador*, resta definir o significado básico de cada um desses elementos.

Dentro da proposta básica desta Comunicação, não cabe explicitar os mecanismos de descoberta para as determinações encontradas. Limitamo-nos, pois, a indicá-las suscintamente.

A partir da invariância sintática encontrada (exterioridade entre S' e S''), verificou-se que:

- a) na ocorrência de *e*, S' e S'' se somam;
- b) na ocorrência de *mas*, S' e S'' se diferenciam;
- c) na ocorrência de *ou*, S' e S'' se alternam.

Assim, propomos como definições semânticas básicas:

- a) Para o *e*, adição. Essa definição se relaciona com o próprio significado etimológico de *e*, entendida a relação temporal apenas no sentido da estruturação do enunciado. A ocorrência de *e* entre dois segmentos indica que cada um deles é externo ao outro (co-ordenado) e que o segundo se soma ao primeiro no processo de enunciação. Fica indeterminada a direção que toma S'' em relação a S', tanto na organização das unidades de informação como na organização argumentativa.
- b) Para o *mas*, desigualdade. Essa definição se relaciona com o próprio significado do étimo latino *magis*. Basicamente o *mas* expressa a relação entre dois segmentos de algum modo desiguais entre si: cada um deles não só é externo ao outro (co-ordenado), mas, ainda, é, marcadamente, diferente do outro. O emprego do *mas* entre esses segmentos representa a explicitação dessa desigualdade, indicando que o enunciador a reconhece e se utiliza dela na organização de seu enunciado, tanto na distribuição das unidades de informação, como na estruturação da argumentação.
- c) Para o *ou*, alteridade: o segmento iniciado por *ou* vem como alternativa nova em relação ao segmento enunciado precedentemente. A partir da enunciação dessa alternativa, o segmento anterior passa a ser entendido como uma primeira alternativa, estivesse ou não formulado como tal.

A partir dessas invariâncias pode-se tentar responder pelas diversas ocorrências de cada um desses elementos, incursionando, então, pelo terreno da análise semântica do enunciado total e pelas considerações de suas condições de produção.

Temos como certo que essas caracterizações se fazem em terreno fluído, já que o que se observa é o nível dos semas contextualizados. Não é possível a fixação de classes perfeitamente delimitadas, e o analista tem de contentar-se com aproximações. Realmente, a falta de caracterização marcada não permite nem mesmo a formação de grupos que se excluem mutuamente, e o máximo que julgamos ser possível foi encontrar

traços que de algum modo aproximam determinadas ocorrências-tipo e apartam outras.

Também aqui nos limitamos à apresentação dos resultados encontrados, e nem mesmo as classificações e subclassificações esboçadas serão indicadas. Apenas se farão considerações gerais para cada um dos co-ordenadores:

- a) Para o *e*. É gradualmente que se passa de uma adição comumente chamada “pura e simples” para a adição enfática, a adição com alternância e a adição com contraste. E é sem prejuízo da invariância encontrada que o *e* faz a adição de unidades do sistema de informação ou de argumentos, seja na mesma direção, seja com inversão de direção.
- b) Para o *mas*. É geralmente com zonas nebulosas de interferência que se passa de uma desigualdade pouco caracterizada para o contraste, a contrariedade, e se chega à oposição, à negação, à anulação, à rejeição (as três últimas seguidas, ou não de colocação). Essa desigualdade se registra segundo várias escalas: a) diferença de natureza; b) diferença de grau em uma mesma direção.

Por outro lado, o registro das dissemelhanças só pode assentar-se na base das semelhanças, o eixo capaz de prover fundamento para o estabelecimento de diferenciações. Aparece, portanto, como outro traço característico da relação “adversativa” o reconhecimento de uma entidade, para posterior registro de sua desconsideração, negação, anulação, rejeição.

Propomos, assim, que, em todo enunciado em que ocorre o elemento *mas*, há algo de oposição (que vai de um mínimo, a condição de simples desigualdade, a um máximo, a anulação) e algo de admissão (que vai de um mínimo, o simples reconhecimento ou registro de existência, a um máximo, a concessão).

- c) Para o *ou*. Permitem-se apenas indicações e aproximações, dadas as múltiplas interferências no nível da manifestação. Há restrições de ordem, que se ligam especialmente à modalização dos segmentos co-ordenados, e as restrições básicas se referem ao fato de S' não poder ser enunciado como verdadeiro. Desse modo, o *ou* co-ordena: a) S' = realidade/verdade + S'' = eventualidade; b) S' = eventualidade + S'' outra eventualidade.

XI. Assim, os três elementos co-ordenadores podem ser classificados e subclassificados numa gradiência, que vai da mais neutra adição ao máximo da exclusão, passando pela contraposição e pela oposição, conforme a contextualização dos semas básicos de cada um. Entretanto, estará por trás dessas indicações diferenciais, além da definição semântica básica de cada co-ordenador, uma definição unívoca da natureza básica da co-ordenação, definição obtida pela análise desses elementos a partir do nível do texto: a garantia de exterioridade entre dois segmentos estruturalmente autônomos.

XII. Pretendeu-se, aqui, apresentar sugestões do modo de tratamento da organização das chamadas *classes de palavras*.

O único interesse real da proposta é chamar a atenção para a necessidade de se buscar o valor de um determinado elemento na estruturação sintagmática do texto tomado como unidade, e de se proporem critérios para a organização desses elementos em classes, dentro do sistema da língua.

NEVES, M.H. de M. — O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português. *Alfa*, São Paulo, 29:59-65, 1985.

NEVES, M.H. de M. — The statute of the so-called coordinate conjunctions in the Portuguese system. *Alfa*, São Paulo, 29:59-65, 1985.

ABSTRACT: The object of this work is a study in Portuguese of the so-called coordinate conjunctions, trying to determine: a) the syntactic invariability (common value); b) the semantic invariability of each element; c) the contextual invariabilities. We try to call the attention to the necessity of looking for the value of an element in the syntagmatic structure of a text taken as a unity, and of proposing criteria for the organization of such elements into classes within the system of the language.

KEY-WORDS: Coordination; conjunction; intersentence coordinator; apposition blockage.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CALLADO, A. — *Quarup*. 3.ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.
2. CONDÉ, J. — Honrar pai e mãe. In: CONY, C.H. et alii — *Os dez mandamentos*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.
3. CONDÉ, J. — *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, Brasília, INL, 1978. v.5.
4. DINES, A. — Press-Conference In: DINES, A. et alii — *Vinte Histórias curtas*. Rio de Janeiro, Antunes, 1960.
5. HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. — *Cohesion in English*. London, Longman, 1976.
6. LINS, O. — *O fiel e a pedra*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1961.
7. LISPECTOR, C. — *A maçã no escuro*. Rio de Janeiro, José Álvaro, INL, 1970.
8. PEREIRA, L.M. — *Cabra cega*. Rio de Janeiro, Livr. José Olympio, 1954.
9. REZENDE, O.L. — A pesca. In: LISPECTOR, C. et alii — *Contos*. Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1974.
10. SALES, H. — *Cascalho*. Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, 1974.
11. TELES, L.F. — *Ciranda de pedra*. São Paulo, Martins Fontes, 1955.

TIPOLOGIA DOS COMPLEMENTOS VERBAIS DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Sebastião Expedito IGNÁCIO*

RESUMO: A partir de um "corpus" constituído por cerca de 20.000 frases da língua escrita do português contemporâneo, incluindo textos literários e científicos dos últimos 34 anos (1950 a 1984), propôs-se uma reclassificação dos complementos verbais, com base nas suas relações sintático-semânticas com o verbo, núcleo central da estruturação frasal. Tenta-se, assim, demonstrar que a frase portuguesa se estrutura segundo uma gradação de participantes (complementos verbais), que se distribuem por três níveis ou graus, e que tais participantes se realizam segundo uma hierarquia com relação aos seus papéis semânticos.

UNITERMOS: Complementos verbais; participantes; dinâmica do processo verbal; movimento verbal; ação; processo; recepção; percepção; sensação; estado; mudança de estado; caso semântico.

O presente artigo sintetiza uma parte de nossa tese sobre a tipologia dos complementos verbais do português contemporâneo, apresentada em 1985 ao Departamento de Linguística do ILCSE, UNESP, "Campus" de Araraquara, para o concurso de livre-docência em Língua Portuguesa. Trata-se de uma proposta de reclassificação dos complementos verbais segundo as suas relações sintático-semânticas com o verbo, elemento central na estruturação da frase. Para tanto, partimos da classificação dos verbos segundo a presença/ausência de uma *dinâmica* ou *movimento* do processo verbal, e segundo as relações entre o verbo e os argumentos, estes denominados aqui *participantes*. Dessa forma foram os verbos distribuídos em 7 classes, conforme indique (i) AÇÃO, (ii) RECEPÇÃO, (iii) PROCESSO, (iv) AÇÃO-PROCESSO, (v) PERCEPÇÃO ou SENSACÃO, (vi) ESTADO e (vii) MUDANÇA DE ESTADO, enquanto os participantes foram distribuídos por 3 níveis, segundo o *grau de previsibilidade* (hierarquia na escala de solicitação do verbo na integralização de seu valor semântico): (i) participante de 1.º grau (P_1), equivalente ao sujeito; (ii) participante de 2.º grau (P_2), equivalente ao objeto direto/indireto bem como a todos os complementos imediatamente ligados ao verbo, à sua direita; (iii) participante de 3.º grau (P_3), equivalente ao objeto indireto bem como a todos os complementos mediatamente ligados ao verbo, à direita de P_2 . Assim, a frase portuguesa apresenta o seguinte esquema geral: $\{P_1 + V \pm P_2 \pm P_3\}_0$, onde P_1 constitui elemento obrigatório, conforme se demonstrou no trabalho. Em síntese, o trabalho procura descrever os complementos verbais sob três aspectos: (i) segundo a hierarquia da *previsibilidade*, (ii) segundo a *dinâmica* do processo verbal e (iii) segundo o *papel semântico* (*caso*, de acordo com Fillmore). O presente artigo analisará especificamente os dois últimos aspectos.

* Departamento de Linguística — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara - SP.

1. SOBRE A DINÂMICA DO PROCESSO VERBAL

Considerando-se que o verbo é o “centro estruturador” da frase, segue-se que ele constitui o elemento fundamental na descrição dos fenômenos que se passam com os PARTICIPANTES. Diz-se *fundamental* porque nem sempre ele será, por si só, suficiente para a descrição do processo, mas é dele que *parte* a informação, e é nele que se concentram os elementos coesivos necessários ao estabelecimento do significado do processo * e da sua situação no *tempo* e no *espaço*. Por *tempo* se entende, em princípio, a relação entre o momento da enunciação e o momento em que ocorre o fato expresso através do verbo. Conforme o define Rocha Lima, é o elemento que “informa, de maneira geral, se o que expressa o verbo ocorre no momento em que se fala, numa época anterior, ou numa ocasião que ainda esteja por vir” (6, p. 108). A explicitação do tempo, em português, se faz através da própria flexão verbal ou mediante determinados marcadores, como os advérbios, ou ainda pelas circunstâncias contextuais da frase. Não interessa, aqui, discutir a questão do *tempo*, mas a do *espaço*, sob determinado aspecto.

O fenômeno da *espacialidade* será considerado do ponto de vista da *localização* e do *percurso* do processo. Sob esse ponto de vista é que se pode falar em *dinâmica* do processo verbal, como sendo o *movimento* descrito pelo verbo e que preenche ou percorre um determinado *espaço*. Pode parecer paradoxal sugerir-se um *movimento* que não implique um *percurso*, pois seria um *movimento estático*, o que é absurdo. Por isso cumpre distinguir os tipos de movimento, quando se sugere um que apenas *preenche* um espaço e outro que o *percorre*. Sejam os exemplos:

(1) O homem é um animal que *pensa*.

(2) O homem é um animal que *anda*.

Em (1), tem-se a descrição de um processo que não ultrapassa os limites do seu ponto de origem, e que não implica nenhum movimento externo do participante da frase. Todavia constitui uma *elaboração mental dinâmica*, cujo movimento se chamará, aqui, *hipotético*, *psicológico* ou *interno*, inerente à significação do verbo. Seria como que um movimento *circular* e que preenche um espaço abstrato ou *presumível*. O que caracteriza, neste caso, o movimento é a *elaboração mental*.

Em (2), há a explicitação de um movimento *real*, linear, que pressupõe o virtual percurso de um espaço físico.

São, pois, movimentos de naturezas diversas porque se relacionam a espaços também diversos.

Sejam agora os exemplos:

(3) João *pensa em Maria*.

(4) Paulo *vai a Santos*.

Em (3), o movimento, embora *hipotético*, deixa de ser *circular* porque passa a sugerir o percurso de um *espaço*: o espaço virtual entre os dois participantes (P_1 e P_2). Não perde, todavia, a sua natureza *abstrata*, pois se realiza no plano intelectual.

Em (4), tem-se a delimitação do espaço *real* percorrido pelo primeiro participante. Dir-se-á, assim, que, em princípio, os verbos se distribuem em dois grandes grupos com relação à dinâmica do processo: os de *dinâmica interna* e os de *dinâmica externa*. É evidente que, tanto no primeiro quanto no segundo caso, haverá sub-categorias passíveis

* Aqui, neste contexto, usar-se-á o termo “processo” com o sentido de *marcha* ou *realização* do acontecimento ou fenômeno expresso pelo verbo.

de uma classificação hierárquica e que mereceria um trabalho à parte, um estudo aprofundado. Foram tomados, aqui, exemplos extremos, no entanto é possível que, numa gradação, os limites entre ambos os tipos de movimento se aproximem a ponto de se confundirem. Como ilustração, veja-se a seguinte série:

- (5) Pedro pensa em Maria;
- (6) Paulo comprou um carro;
- (7) João construiu uma casa;
- (8) José bateu na esposa;
- (9) Antônio fugiu de casa;
- (10) Manuel atravessou a ponte.

De (5) a (10) parece haver uma ordem crescente quanto à *visualização* dos fatos expressos pelos verbos. E nessa gradação se passa da dinâmica *interna* para a *externa*. Enquanto o verbo “pensar” apresenta, digamos, grau zero de *visualização* do fato, o verbo “comprar” permitiria grau 1, o verbo “construir”, grau 2, e assim por diante, até o grau máximo com o verbo “atravessar”. Este grau máximo de *visualização* é que serviria para classificar os verbos propriamente como *verbos de movimento*, como são considerados tradicionalmente. Mas quanto à natureza da *dinâmica*, fica difícil estabelecer uma distinção precisa entre os exemplos (6) e (7) ou entre os exemplos (8), (9) e (10). Este é um assunto que merece ser tratado com mais profundidade e não se pretende discuti-lo exaustivamente, aqui e agora, mesmo porque, para a consecução dos objetivos deste trabalho, essa discussão se dispensa. Serão abordados apenas determinados aspectos que auxiliarão na análise dos complementos verbais. Por outro lado, não se restringirá aos tradicionalmente chamados *verbos de movimento*. Sobre estes há o excelente trabalho de Telmo Correia Arrais(1), que estudou exaustivamente os verbos “ir”, “vir”, “voltar”, “partir”, “chegar”, “sair”, “entrar”, “andar” e “correr”. Dir-se-ão apenas mais algumas palavras sobre o assunto, para melhor esclarecer a noção de *movimento*, segundo está sendo concebida aqui.

Em princípio, poder-se-ia dizer que “processo verbal” significa “movimento verbal”. Sob este ponto de vista, somente os verbos que indicam *estado*, *qualidade*, *posse*, *existência*, ou seja, os que compõem frases *estativas*, como “estar”, “ser”, “ter”, “existir” etc., não possuem, ou não indicam, *movimento*. A questão maior reside em como demonstrar o movimento dos verbos cujo processo se realiza no plano intelectual, ao qual se chamou movimento *interno* ou *psicológico* ou *hipotético*. Enquanto os tradicionais verbos de movimento (“ir”, “vir”, “andar” etc.) descrevem o deslocamento de um OBJETO num espaço físico, material, verbos como “pensar”, “querer” etc., descrevem um outro tipo de movimento, cujo espaço *percorrido* se localiza no plano intelectual. Dai falar-se em espaço *abstrato*, *imaterial*, *psicológico*, tomados esses termos como opostos a espaço *físico*.

John Lyons, entre outros autores, estabelece como característica que distingue verbos *estativos* de *não-estativos* (o que equivale dizer verbos *não-dinâmicos* de verbos *dinâmicos*), em inglês, a forma progressiva:

“Há certos verbos em inglês que não ocorrem normalmente no aspecto progressivo, mesmo naqueles contextos em que a maioria dos verbos necessariamente assumem a forma progressiva. Entre os verbos chamados ‘não-progressivos’ estão think/pensar, know/saber, understand/compreender, hate/odiar, love/amar, see/ver, taste/provar, feel/sentir, possess/possuir, own/possuir etc. A característica que eles têm em comum é que são ‘estativos’: referem-se ao estado das coisas e não à ação, ao acontecimento.” (6, p. 331).

Em português, no entanto, o critério da progressividade reduz drasticamente o número de verbos *estativos*. Da listagem acima, somente “possuir”, no seu sentido mais geral, é que não admitiria a forma “estou possuindo”, numa frase como, por exemplo, “estou possuindo um carro”. E, mesmo em inglês, conforme lembra Lyons, alguns verbos podem admitir a forma progressiva quando são “recategorizados” em “verbos de atividade”. Ex.: “I am having a headache” (= “estou com dor de cabeça”).

Também quando se combina um verbo “não-progressivo” em inglês com o tempo passado ou com alguns dos modais, ele deixa de ser “estativo”: “As soon as I saw him, I knew that there was something wrong” (= logo que o vi, percebi que havia algo errado); “You will feel a slight pain when I insert the needle” (= Você sentirá uma dor leve quando eu introduzir a agulha). Aqui os verbos “know” e “feel” deixam de ser “estativos” porque descrevem um “acontecimento”, referem-se ao “início de um estado, e não ao estado em si mesmo”, conforme observa Lyons.

Assim sendo, além da forma progressiva, basta a inserção de um marcador que indique a *duração* do processo, ou o *aspecto*, segundo se concebe tradicionalmente, para se testar o caráter estativo ou não-estativo do verbo. Tais marcadores podem ser, por exemplo, verbos auxiliares como “começar” e “acabar”. Seja, por exemplo, o verbo “pensar” em frases como:

(11) “Começo a pensar em você. Estou pensando em você. Acabei de pensar em você.”

Por aí se conclui que esse verbo não é estativo, pois descreve um processo *dinâmico*, um *movimento*. Pode-se dizer, então, que o *movimento* se caracteriza pela *duração do processo*, pelo *percurso* indicado pela significação do verbo e que preenche um espaço *físico* ou *mental* durante um certo *tempo*.

Telmo Correia Arrais, obra citada, lembra que as características sugeridas por Lakoff como marcadoras das frases estativas em inglês (não ocorrerem no imperativo; não se construírem como o aspecto progressivo; não ocorrerem com advérbios como “cuidadosamente”, “relutantemente”; não permitirem a substituição por “fazer o mesmo”; não ocorrerem como complementos de verbos como “persuadir” etc.) nem sempre são definitivas para testar as frases equivalentes em português. E cita os casos dos verbos “saber”, “compreender” e “gostar”, mostrando que, em certos casos, é possível uma construção perfeitamente gramatical e que, em outros casos, a frase se torna apenas estranha. Ex.:

(12) Tu estás gostando de mim

(13) Ele está compreendendo a minha situação

(14) (?) Pedro relutantemente sabe a resposta

(15) (?) Pedro o persuadiu a compreender a minha situação.

O que permite a tais verbos, em português, uma certa transgressão àquelas condições propostas por Lakoff, é justamente o caráter *dinâmico interno* de que são dotados. Principalmente o verbo “compreender” parece ser, sem dúvida, verbo de processo, uma vez que há sempre implícita uma *elaboração mental*. Quanto aos outros é preciso levar-se em conta a dimensão pragmática, pois, dependendo das circunstâncias contextuais, esses verbos se configuram como verbos *dinâmicos*. “Saber”, por exemplo, pode adquirir sentidos diversos, segundo equivalha a “ter conhecimento” e a “tomar conhecimento”. No primeiro caso o seu *grau de estatividade* será maior que no segundo. E nesses casos o tempo verbal se constitui num modalizador, provocando as distinções. Note-se a diferença entre: “Sei a resposta” e “Soube a resposta por telefone”. Tem-se aí o que se disse quanto a “ter” e “tomar” conhecimento. Por outro la-

do, todo verbo que envolva uma *elaboração* na mente do falante passa a ter um certo movimento interno. E essa *elaboração*, que envolve necessariamente um *tempo de duração*, por implicar num *trabalho* mental, estará presente em “saber”, na medida em que signifique “aprender”, “compreender”. É preciso, pois, atentar para as nuances de significado que um mesmo verbo possa adquirir em cada frase. Veja-se, por exemplo, o verbo “ter”, estativo por excelência na acepção de “possuir”, que pode adquirir um traço particular que lhe dê um caráter de certa forma dinâmico:

(16) Não *tenha* um carro qualquer; *tenha* um XPTO.

A frase acima, cuja forma imperativa contrariaria as condições de Lakoff, se justifica porque o verbo “ter” passa a equivaler “adquirir” que, por sua vez, é *dinâmico*.

O conceito de *movimento* pressupõe, em princípio, o percurso de um espaço físico. Por isso poderá parecer estranho falar em movimento verbal quando não ocorre o deslocamento de um OBJETO num determinado espaço físico, material. A verdade é, conforme já se disse acima, que existem duas espécies de *movimento*, ou dois *planos* em que este se realiza. Ouçamos o que diz Telmo Arrais:

“Quando pensamos na noção que exprime um verbo de movimento, como *ir*, *vir*, *andar*, a primeira idéia que nos ocorre é a de ‘mudança de lugar’. Representamos em nossa imaginação um *local* que é ou ponto de partida, ou ponto de chegada, ou a extensão do movimento. Mas o termo *local* não se refere necessariamente apenas aos limites espaciais; como bem pondera John Lyons, ‘o termo *local* recobre tanto as distinções temporais quanto as distinções espaciais, já que os dois tipos estão freqüentemente reunidos nos sistemas orientacionais das diferentes línguas.’ (1, p. 102).

O que existe, então, são dois tipos de *espaço*: o espaço físico e o espaço temporal. Daí a noção de *espacialidade* estar sempre presente quando se fala em *movimento*. Dir-se-ia, ainda, que os dois planos, o temporal e o físico, não se excluem, mesmo porque os verbos que indicam movimento no espaço físico, como “ir”, “vir”, “andar” etc., se caracterizam também pelo movimento *interno* ou *temporal*. Esse fato leva a concluir que o movimento *interno* constitui uma característica de todos os verbos *processuais*. Logo, o conceito de *estático* VS *dinâmico* não estará necessariamente relacionado apenas à materialidade. John Lyons, fazendo um paralelo entre os planos a que se podem chamar *concreto* VS *abstrato*, diz o seguinte:

“Semelhançamente à relação entre localização e movimento é a relação entre posse e aquisição (perda): (*estar*) em Londres está para (*ter*) um livro, assim como (*ir/vir*) a Londres está para (*comprar*) um livro.” (6, p. 316).

Ainda é Lyons que se refere à distinção entre “os estados que se consideram permanentes, ou necessariamente, associados a pessoas e objetos e os estados que são vistos apenas temporária ou contingentemente, associados a eles”, relacionando os primeiros à *localização* e os segundos à *dinâmica*, desde que a forma expresse o movimento. Assim, é necessário distinguir as duas formas seguintes:

(17) Eu sou homem

(18) Eu tornei-me professor

em que na primeira a forma verbal é *estativa* e na segunda é *dinâmica*. Cp. * “*Estou sendo um homem*” VS “*estou-me tornando professor*”.

É preciso lembrar que o verbo de ESTADO se caracteriza pela ausência de movimento, ou seja, de uma *dinâmica* (*externa* ou *interna*) verificada nas suas relações com o sujeito. Ora, sendo o verbo *não-estativo* aquele que descreve um *fato* ou *acontecimento*, dos quais o sujeito é o *ator* ou a *meta*, isto é, o *gerador* ou o *receptor*

do processo, ou, ainda, o *agente* ou o *paciente* de uma ação expressa ou pressuposta pelo verbo, basta levar em conta todos esses dados para se chegar a uma conclusão sobre a natureza do verbo em cada situação concreta. Acontece que, às vezes, o analista necessita recorrer a determinadas regras práticas que evidenciem os conceitos. Já se viu que algumas dessas regras, propostas por autores estrangeiros que trataram do assunto, não resolvem todos os casos similares em nossa língua, seja pela diferença de estrutura sintática, seja pela diferença de significação dos verbos em português. Aos testes de Lakoff, citados por Telmo Arrais, poder-se-ia acrescentar ainda o expediente das perguntas a partir dos verbos FAZER e ACONTECER para se testar o caráter *não-estativo* dos verbos. As perguntas do tipo “Que FEZ x?”, sendo x = sujeito, resolveriam todos os casos de verbos de AÇÃO; no entanto, quando o sujeito se caracteriza como o *paciente*, e que deveriam ser formuladas perguntas do tipo “o que ACONTECEU a x?”, tal caso não se configura como o único passível de se aplicar o teste. Isso porque, dado o caráter exclusivamente semântico do teste, ele se presta, às vezes, a uma ambigüidade, isto é, a pergunta tanto poderá referir-se ao processo verbal em si mesmo, quanto à informação global que nos transmite a frase. Assim, em frases como:

(19) Serafina *apanhou* de Raimundo;

(20) Serafina *está* doente;

em ambos os casos é perfeitamente pertinente a pergunta “O que ACONTECEU a Serafina?” No entanto, enquanto em (19) o verbo expressa realmente um *acontecimento*, cuja AÇÃO se *pressupõe*, conforme se verá adiante, em (20) esse *acontecimento* só é informado pela frase toda. Logo, este também não constitui um critério decisivo para a classificação do verbo.

Sem a pretensão de apresentar um critério definitivo, mesmo porque os testes devem, quase sempre, ser aplicados em conjunto, sugere-se um expediente que se baseia no conceito de *movimento verbal*, tal qual se vem propondo. Trata-se da inserção de um *quantificador* do movimento como, por exemplo, os advérbios “demoradamente”, “vagarosamente”, “rapidamente”. Tais marcadores não combinariam, evidentemente, com os verbos essencialmente *estativos*, só os admitindo os verbos *dinâmicos* ou os que indicam um *estado contingente*, os quais, afinal de contas, possuem uma determinada dinâmica. Sejam os exemplos:

(21) Petronílio compreendeu a minha posição;

(22) Joaquim tornou-se médico;

(23) Joaquim está doente;

(24) Regnério não merece este cargo.

Que sejam, agora, comparados com:

(21a) Petronílio compreendeu a minha posição rapidamente;

(22a) Joaquim tornou-se médico rapidamente;

(23a) * Joaquim está doente rapidamente;

(24a) * Regnério não merece este cargo rapidamente.

Pelo visto, apenas os exemplos (23) e (24) são de verbos *estativos*. É preciso considerar, também aqui, uma certa ambigüidade estabelecida pelo advérbio “rapidamente”, que poderá subentender “imediatamente”, e, aí, se aplicaria a qualquer uma das frases. Por isso seria mais adequado aplicar (inserir) “vagarosamente”. Daí seria perfeitamente possível “compreender *vagarosamente*”, “tornar-se *vagarosamente*”, mas impossível “estar e/ou merecer *vagarosamente*”.

Convém, finalmente, lembrar que, em certos casos, o verbo é *contaminado* pelo complemento que, contendo em si uma certa *dinâmica*, transmite-a ao processo verbal.

Dessa forma, numa frase como:

(25) Belarmindo *sentiu* uma terrível dor de cabeça; é possível a inserção de um *quantificador*:

(25a) Belarmindo *sentiu demoradamente* uma terrível dor de cabeça.

Neste caso, o que possui uma *duração*, propriamente, é o complemento “dor”, todavia o verbo passa, conseqüentemente, a adquirir esta *dinâmica*. Saliente-se, no entanto, que tal *contaminação* não se faz aleatoriamente. Ela só é possível graças à natureza do verbo que se predispõe a essa *duração*, a esse *percurso no tempo* — o fenômeno de “sentir” não significa necessariamente um fato *pontual*, pois pode estender-se no tempo dependendo da intensidade da sensação experimentada. Neste caso estão também outros verbos cujo complemento tenha essa característica de *duração*, como, por exemplo, o verbo “ouvir”. Logo, são perfeitamente possíveis expressões como “sentir *demoradamente* uma dor” ou “ouvir *demoradamente* um som”. São também possíveis as formas progressivas:

(26) Estou sentido uma dor;

(27) Estou ouvindo um barulho.

Ou as imperativas:

(28) Sinta a dor em silêncio;

(29) Ouça apenas músicas nacionais.

Acresça-se, ainda, como se sugeriu, a possibilidade de construção de certas estruturas com determinados verbos auxiliares que indicam o caráter *progressivo* do processo verbal:

(30) Comecei a sentir/acabei de sentir uma dor intensa;

(31) Comecei a ouvir/acabei de ouvir uma sinfonia.

Embora seja este um assunto que merece um estudo mais profundo, extensivo, inclusive, a todos os verbos da língua, a esta pesquisa bastam algumas generalizações capazes de permitir o estudo que aqui se propõe sobre os complementos verbais.

A seguir, uma tentativa de se classificar os verbos segundo a *dinâmica* do processo.

1.2. Distribuição dos verbos quanto à DINÂMICA do processo

Uma vez definida a questão do *movimento*, passa-se a considerar a questão do *ponto de partida*, ou de *origem*, e o *ponto de chegada* do movimento verbal. Sob esse ponto de vista, pode-se, em princípio, classificar os verbos em dois grandes grupos: aqueles cujo sujeito constitui o ponto de origem do movimento, e os que têm no sujeito o ponto de chegada ou o *local de realização* do processo.

I. Verbos cujo movimento tem o seu ponto de origem no sujeito:

1. Os que descrevem um movimento *real* ou *externo*. Ex.:

(32) O homem *anda*;

(33) Paulo *vai* a Santos;

(34) Maria *deu* um livro a Pedro.

Indicar-se-á esse movimento por uma flecha em linha reta no sentido *sujeito* → *verbo*. Também se indicará por essa flecha a relação entre o verbo e o 2.º e/ou 3.º participantes, cuja finalidade será a de orientar o sentido do movimento em relação àqueles participantes, isto é, a de identificá-los como *ponto de incidência* ou *objetivo** (como no presente caso) ou como *ponto de origem* (como se verá adiante).

* Emprega-se, aqui, o termo *objetivo* para significar o ponto para o qual se dirige o movimento verbal. Dai este termo poder ou não coincidir com o *Objetivo* = função semântica.

Dessa forma, os exemplos acima assim se representarão:

(32) $[P_1 \rightarrow V] o$

(33) $[P_1 \rightarrow V \rightarrow P_2] o$

(34) $[P_1 \rightarrow v \rightarrow P_2 \rightarrow P_3] o$

2. Os que descrevem um movimento *interno* ou *psicológico*.

Ex.:

(35) O homem *pensa*;

(36) João *peñsa* em Maria.

A indicação gráfica desse movimento se fará por uma flecha curva, que simbolizará o caráter *interno* do movimento, no sentido sujeito-verbo. Os exemplos dados assim se representarão:

(35) $[P_1 \curvearrowright V] o$

(36) $[P_1 \curvearrowright V \rightarrow P_2] o$

Conforme já se disse, a flecha que liga o verbo ao seu 2.º ou 3.º participante indicará o *sentido* do movimento, por isso ela será sempre uma reta.

II. Verbos cujo sujeito constitui o *ponto de chegada* ou se afigura como o *localizador* da produção do movimento, sem, contudo se caracterizar como o *agente produtor*. Desse ponto de vista, esses verbos podem ser divididos em duas classes:

1. Os pertencentes aos casos em que o sujeito constitui o *receptor* de uma *ação pressuposta* cuja origem se localiza no 2.º ou no 3.º participante. Neste caso haverá sempre a *pressuposição* de um outro verbo e, conseqüentemente, de uma outra frase em que esse 2.º ou 3.º participante assume a função de sujeito. Ex.:

(37) Florisbela *apanhou* do marido.

PRESSUPÕE (38) O marido *bateu* em Florisbela.

(39) Pedro *ganhou* um livro de Maria.

PRESSUPÕE (40) Maria *deu* um livro a Pedro.

2. Os casos em que o sujeito constitui o *local* de realização do processo, mas também não se afigura como o *agente produtor* do fenômeno descrito pelo verbo. Sem levar em conta, por ora, as possíveis subclasses desse grupo, citem-se como exemplos:

(41) Jeremias *morreu*;

(42) O vaso *quebrou*;

(43) Isaura *emagreceu*;

(44) Jacó *faliu*;

(45) Nagibe *enriqueceu*.

Com relação à espécie de movimento, pode-se dizer que, de modo geral, os verbos do *Item 1* se caracterizam por um movimento *externo*, na medida em que se pode “visualizar”, na frase *pressuposta*, esse movimento. No entanto, torna-se um tanto subjetivo considerar a ação de “dar”, por exemplo, como sendo um movimento externo, pois se poderia entender, aí, um ato gestual ou apenas simbólico. De qualquer forma, serão representados os exemplos de *I* através de uma flecha no sentido verbo-sujeito, como indicativa da condição de *receptor* que passa a ter o sujeito. Dessa forma, ter-se-á:

(37) Florisbela apanhou do marido:

$[P_1 \leftarrow V \leftarrow P_2] o$

(39) Pedro ganhou um livro de Maria:

$[P_1 \leftarrow V \rightarrow P_2 \leftarrow P_3]_o$

Em (37), a flecha que liga o verbo a P_2 tem a direção de V justamente pelo fato de ser P_2 a *origem* do processo.

Em (39), P_2 passa a ser o *objetivo* e P_3 a *origem*, daí a direção das flechas ($V \rightarrow P_2 \leftarrow P_3$).

Quanto aos verbos do item 2, embora se possam distinguir movimentos *externos* (= mudança de estado físico) — frases (41), (42) e (43) — e movimentos *internos* (= mudança de estado abstrato) — frases (44) e (45) —, pode-se dizer que o movimento, em todos os casos, é *circular*, visto que não ultrapassa os limites do sujeito. Daí se representar esse movimento por uma flecha *curva* no sentido verbo-sujeito:

$[P_1 \curvearrowright V]_o$

NOTA: É preciso lembrar que existe uma estrutura complexa (ou mista) em que, sendo o sujeito o ponto de partida do movimento verbal, este, por sua vez, se realiza no complemento (P_2), que passa a ser, portanto, o local de desenvolvimento do movimento verbal instigado por P_1 . Assim sendo, esse tipo de estrutura deve-se representar pelo esquema:

$[P_1 \leftarrow V \rightarrow P_2]_o$

Como exemplo, cite-se a frase:

(42a) Jeremias quebrou o vaso.

Neste caso pode ocorrer, facultativamente, a explicitação de um *instrumental* (P_3):

(42b) Jeremias quebrou o vaso com um martelo.

Daí a estrutura acima adquirir a forma:

$[P_1 \rightarrow V \curvearrowright P_2 \rightarrow (P_3)]_o$

1.3 Sobre a ausência da DINÂMICA verbal

Já se referiu acima aos chamados verbos *estativos*, ou seja, aqueles que não representam um *processo*, daí a ausência de qualquer tipo de movimento. Parece que, a rigor, tem-se os seguintes casos de verbos *estativos*:

1. O verbo atribui ao sujeito um *estado*, *qualidade* ou *especificação*:

(46) Manuel *está* triste;

(47) Belarmindo *é* inteligente;

(48) Brasília *é* a Capital do Brasil;

(49) João *pesa* 120 quilos.

2. O verbo estabelece uma relação de *posse* entre o sujeito e um *objeto*:

(50) Carlos *tem* um relógio de ouro;

(51) Manuel *possui* uma excelente esposa;

(52) Joaquim *está* com um carro novo.

3. O verbo informa sobre determinada *condição* intelectual do sujeito em relação a determinado *objeto*:

(53) João *sabe* matemática;

(54) Aparício não *conhece* o pai.

4. O verbo informa sobre a existência de determinado *objeto*, que passa a ser o *ponto de referência*:

(55) Fantasmas não *existem*;

(56) Não *há* criatura sem criador.

5. O verbo apenas indica a localização do *objeto*:

(57) Buritizal *fica* no Estado de São Paulo;

(58) A Loja das Novidades *é* no centro.

6. O verbo traduz um juízo de valor sobre determinadas condições do sujeito, o qual passa a ser exclusivamente um *ponto de referência* sem que tome parte na elaboração de um processo ou que experimente o resultado de qualquer processo descrito pelo verbo:

(59) Regnério não *merece* este cargo;

(60) Esta sala *precisa* de uma boa limpeza;

(61) O Brasil *necessita* de uma nova Constituição.

As possíveis variações desses casos, inclusive a possibilidade de um mesmo verbo assumir características diversas em relação à dinâmica, em face das diversas situações contextuais, só se exaurem numa análise individual de cada verbo, num levantamento completo das possíveis ocorrências.* Aqui se limitará à análise desses verbos que funcionam normalmente como *estativos* e dos elementos que lhes integram a significação. A representação gráfica das estruturas acima obedecerá ao seguinte critério:

1) Dada a ausência de movimento, as relações entre o verbo e o sujeito serão representadas pelo sinal de adição (+).

2) As relações entre o verbo e o elemento *integralizador* de sua significação se representarão pelo sinal de adição (+) nas estruturas exemplificadas em 1, visto que o verbo aí se constitui num mero liame relacional, e por uma flecha em direção a P₂ nos demais casos.

3) Dada a inconveniência de se considerar os elementos que integram a significação dos verbos do item 1 como *complementos*, já que aqueles elementos especificam uma *qualidade* ou *estado* do sujeito, isto é, são meros *atributivos*, serão eles simbolizados por A e não por P₂.

4) Finalmente, pelo fato de o elemento A constituir um conjunto unitário com V, na caracterização do sujeito no Subgrupo 1, aqueles dois elementos virão entre parênteses.

Em face do exposto, assim se representarão as estruturas de 1 a 6:

Os exemplos de 1: [P₁ + (V + A)]o

Os exemplos de 2, 3, 5 e 6: [P₁ + V → P₂]o

Os exemplos de 4: [P₁ + V]o

As representações gráficas até aqui sugeridas podem ser sintetizadas no quadro que se segue:

1. Verbos cujo movimento tem o seu ponto de origem no sujeito.

1. Movimento *externo*:

a) [P₁ → V]o

b) [P₁ → V → P₂]o

c) [P₁ → V → P₂ → P₃]o

2. Movimento *interno*:

a) [P₁ \curvearrowright V]o

b) [P₁ \curvearrowright V → P₂]o

* Muitas vezes, um verbo originariamente de *movimento* pode compor uma frase *estativa*, quando o sujeito, comumente *não-animado*, constitui apenas um ponto estático de referência. Ex.:

(62) Os mandacarus e xique-xiques *apontavam* direções. (CJ, 20).

(63) O faturamento da Tecknos atingiu Cr\$ 170.000.000,00. (FSP — 12, 4-10-78).

II. Verbos cujo sujeito constitui o ponto de chegada ou o local de realização do processo.

1. Movimento *externo* (pressuposto):

a) $[P_1 \leftarrow V \leftarrow P_2]_o$

b) $[P_1 \leftarrow V \rightarrow P_2 \leftarrow P_3]_o$

2. Movimento *circular* (interno ou externo):

$[P_1 \curvearrowright V]_o$

III. Para os verbos que se caracterizam pela *ausência de dinâmica*, tem-se as seguintes estruturas possíveis:

a) $[P_1 + V]_o$; b) $[P_1 + (V + A)]_o$; c) $[P_1 + V \rightarrow P_2]_o$

2. CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS SEGUNDO A DINÂMICA DO PROCESSO

Dada a premência de espaço, não se fará aqui uma discussão pormenorizada acerca dos critérios que serviram de base para a classificação que se segue. Indicar-se-ão apenas as características fundamentais de cada classe.

Tomou-se como referencial básico as relações do verbo com o sujeito (P_1) e, eventualmente, as suas relações também com os complementos (P_2 ou P_3). Dessa forma, assim se classificam os verbos:

I. AÇÃO — O sujeito constitui o ponto de *origem* do movimento.

II. RECEPÇÃO — O sujeito constitui o ponto de *chegada* do movimento. É o paciente de uma ação *pressuposta*.

III. PROCESSO — O sujeito é o ponto *onde se realiza* o movimento. Ele experimenta uma *mudança de estado* “substancial”.

IV. AÇÃO-PROCESSO — O sujeito é o ponto de *partida* de um movimento que se *consoma* no complemento (P_2). Este *experimenta* uma *mudança de estado* “substancial”.

V. PERCEPÇÃO ou SENSACÃO — O sujeito constitui o localizador do movimento. *Experimenta* uma sensibilização dos sentidos.

VI. ESTADO — O sujeito constitui apenas um ponto de *referência*, dada a ausência de movimento verbal.

VII. MUDANÇA DE ESTADO — O sujeito constitui o *local* onde se realiza o movimento e *experimenta* uma *mudança de estado*.

O quadro abaixo permite uma visão geral das relações*.

| Classe do verbo | Tipo de movimento | Natureza do sujeito | Esquema gráfico |
|-----------------------|-------------------------------|---------------------|--|
| AÇÃO | externo | ponto de origem | $[P_1 \rightarrow V \rightarrow P_2]_o$ $[P_1 \rightarrow V \leftarrow P_2]_o$ $[P_1 \rightarrow V \rightarrow P_2 \rightarrow P_3]_o$ |
| | interno | ponto de origem | $[P_1 \curvearrowright V \rightarrow P_2]_o$ $[P_1 \curvearrowright V \rightarrow P_2 \rightarrow P_3]_o$ |
| RECEPÇÃO | externo | ponto de chegada | $[P_1 \leftarrow V \leftarrow P_2]_o$ $[P_1 \leftarrow V \rightarrow P_2 \leftarrow P_3]_o$ |
| | interno | ponto de chegada | $[P_1 \curvearrowleft V \rightarrow P_2 \leftarrow P_3]_o$ |
| PROCESSO | circular (interno ou externo) | ponto de realização | $[P_1 \curvearrow V \rightarrow (P_2)]_o$ $[P_1 \curvearrow V + P_2]_o$ |
| AÇÃO-PROCESSO | externo ou interno | ponto de partida | $[P_1 \rightarrow V \curvearrow P_2 \rightarrow (P_3)]_o$ |
| PERCEPÇÃO ou SENSACÃO | circular | ponto de realização | $[P_1 + V \curvearrow P_2]_o$ |
| ESTADO | ϕ | ponto de referência | $[P_1 + (V + A)]_o$ $[P_1 + V \rightarrow P_2]_o$ |
| MUDANÇA DE ESTADO | interno | ponto de realização | $[P_1 \curvearrow (V + A)]_o$ |

* Interessam aqui os esquemas que incluem P_2 ou P_2 e P_3 , ainda que tais complementos sejam facultativos, como nos casos dos verbos de PROCESSO e de AÇÃO-PROCESSO. Daí a não inclusão dos esquemas que prevêm apenas P_1 e V .

3. RELAÇÕES ENTRE OS COMPLEMENTOS VERBAIS P₂ e P₃ E OS PAPÉIS SEMÂNTICOS (CASOS) QUE REPRESENTAM

Também aqui, por razões de espaço, a matéria será apresentada esquematicamente.

Aproveitando as sugestões de Fillmore (3,4), Borba (2, p. 240-51) e Arrais (1, p. 137), e acrescentando alguns detalhes que julgamos pertinentes, assim se apresentam os *casos semânticos* e seus respectivos *traços*:

| CASOS | TRAÇOS CASUAIS | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------|----------------|-------|-----------------|--------|------|-------|---------|-------|-----------|----------|--------------|--------------|-------|------------|
| | instigador | causa | efeito/conteúdo | origem | meta | ativo | afetado | lugar | transição | extensão | beneficiário | destinatário | tempo | finalidade |
| Agentivo | + | + | - | ± | ± | + | - | | | | | | | |
| Instrumental | - | + | - | - | - | + | - | | | | | | | |
| Causativo | + | + | - | - | - | + | - | | | | | | | |
| Dativo/Experimentador | - | - | - | ± | ± | + | + | | | | | | | |
| Receptivo | - | - | - | ± | ± | - | + | | | | ± | ± | | |
| Objetivo | - | - | - | - | - | - | + | | | | | | | |
| Meta | | | | | + | | | | | | | | | |
| Origem | | | | + | | | + | | | | | | | |
| Factitivo | - | - | + | - | - | - | + | | | | | | | |
| Locativo | | | | - | - | | | + | ± | - | | | | |
| Direcional-origem | | | | + | - | | | + | + | - | | | | |
| Direcional-término | | | | - | + | | | + | + | - | | | | |
| Direcional-extensão | | | | + | + | | | + | + | + | | | | |
| Comitativo | ± | ± | | | | ± | + | | | | | | | |
| Temporal | | | | | | | | | ± | | | | + | |
| Fim | | | | | | | | | | | | | | + |

Nota: Usar-se-ão as seguintes abreviaturas na citação dos *casos* e dos *traços* acima:

| Caso | Abrev. | traço | abrev. |
|-----------------------|----------|--------------|--------|
| Agentivo | Ag | instigador | inst |
| Instrumental | Inst | causa | ca |
| Causativo | Ca | efeito | ef |
| Dativo/Experimentador | Dat/E | conteúdo | cont |
| Receptivo | Rec | beneficiário | ben |
| Objetivo | Ob | meta | met |
| Meta | Met | ativo | at |
| Origem | Or | origem | or |
| Factitivo | Fac | afetado | af |
| Locativo | Loc | lugar | lug |
| Direcional-origem | Dir-or | transição | trans |
| Direcional-término | Dir-tèrm | extensão | ext |
| Direcional-extensão | Dir-ext | término | tèrm |
| Comitativo | Co | destinatário | dest |
| Temporal | Temp | tempo | temp |
| Fim | F | finalidade | fin |

I. Com verbos de AÇÃO

Assim se poderão esquematizar as possibilidades de realização de P₂ nas estruturas

a): [P₁ → V → P₂] e b): [P₁ → V → P₂]

| Estrutura mórfica | Valores Semânticos | Exemplificação |
|-------------------|--|--|
| SN | Ob Fac-ef Fac-cont Dat-met Loc Dir-ext | Alcançei o trem Fiz um poema Paulo disse poucas palavras (Estr. b) Raimundo surrou a mulher Não freqüento lugares suspeitos Atravessei a ponte |
| SNpr | Dat-met Rec-dest Instr Ca Loc Dir-or Dir-tèrm Dir-ext | Raimundo bateu na mulher Clarimundo acénou para Gisela Não escrevo com a mão esquerda Os filhos sempre se queixam dos pais O rapaz sentou-se no chão Vim de São Paulo Fui a São Paulo Caminhávamos pela calçada |
| SO | Fac-cont | Paulo disse que estava tudo bem (Estr. b) estar tudo bem Paulo não disse se poderia vir (Estr. b) |
| | Ca | Os filhos sempre se queixam de que os pais são radicais/ de serem os pais radicais |

c) realização de P_2 e P_3 na estrutura
 $[P_1 \rightarrow V \rightarrow P_2 \rightarrow P_3]_0$
 Para $P_2 = SN$ e $P_3 = SNpr$:

| Valores Semânticos | | Exemplificação |
|--------------------|--|--|
| P_2 | P_3 | |
| Ob | Rec-ben Rec-dest Dat-met Dat-or Dir-térm Dir-or Dir-ext Loc Ob | Dei um prêmio ao aluno Enviei uma carta a José Desferi um pontapé no gato O ladrão tomou o brinquedo do garoto Margarida atirou o casaco a um canto Meu amigo trouxe um carro da Europa A empregada arrasta os móveis pela sala Deixei a mala na estação Troquei meu carro por uma bicicleta |
| Dat | Rec-ben Rec-dest Dir-térm Dir-or Dir-ext Loc F Met | Dona Raimunda deu o filho aos padrinhos Jacó devolveu a esposa a seus pais Levei minha mulher para a Europa Trouxe minha mulher da Europa O cavalheiro conduzia a dama pelo salão Deixei minha mulher na Europa Francisco convidou-se para o almoço Francisco obrigou-me a uma decisão difícil |
| Fac-ef | Rec-ben Red-dest | Fiz um bolo para você Escrevi uma carta a meu pai |
| Fac-cont | Rec-dest | Nada disse a José |

Para $P_2 = SO$ e $P_3 = SNpr$:

| Valores Semânticos | | Exemplificação |
|--------------------|----------|--|
| P_2 | P_3 | |
| Fac-cont | Rec-dest | Disse a José { que estava tudo bem estar tudo bem |

Para $P_2 = SN$ e $P_3 = SO$ (ou SNpr, resultado de nominalização):

| Valores Semânticos | | Exemplificação | |
|--------------------|-------|------------------------|--|
| P_2 | P_3 | | |
| Dat | F | Francisco convidou-me | { para almoçar com ele para que almoçasse com ele |
| | Met | Francisco obrigou José | { a decidir a que decidisse |
| Inst | F | Ele usou uma alavanca | { para a abertura da porta para abrir a porta para que abrisse a porta |

d) Com a estrutura [$P_1 \curvearrowright V \leftarrow P_2$] o

| Estrutura Mórfica de P_2 | Valores Semânticos | Exemplificação |
|----------------------------|--------------------|---|
| SN | Ob | O noivo espera a noiva ansiosamente O juiz não julgará este réu |
| | Fac-cont | Realindo imaginou uma mulher nua |
| | Fac-ef | Manuel elabora mentalmente um plano diabólico |
| SNpr | Ob | João pensa em Maria |
| | Ca | O pai se preocupa com a filha |
| | Ob | O noivo espera ansiosamente que a noiva chegue/chegar a noiva |
| | Ca | A mãe se preocupa em/com satisfazer o filho/ que tratem bem o filho |

e) Com a estrutura [$P_1 \curvearrowright V \rightarrow P_2 \rightarrow P_3$] o

Para $P_2 = SN$ e $P_3 = SNpr$:

| Valores Semânticos | | Exemplificação |
|--------------------|---------|--|
| P_2 | P_3 | |
| Ob | Ca | Jacó atribui os seus fracassos às más companhias |
| | Rec-ben | Ele dedica seus sofrimentos à memória da amada |
| | Ob | Paulo prefere o teatro ao cinema |
| | Or | Aprendi música com um matemático |
| Dat | Ca | displícência |

Para $P_2 = SO$ e $P_3 = SNpr$ ou SO :

Para $P_2 = SN$ e $P_3 = SO$:

| P_2 | P_3 | Exemplificação |
|-------|-------|---|
| Ob | Or | Aprendi com meus pais { que não se deve fumar a não fumar |
| | Dat | Não permito a ninguém { que caçoe de mim caçoar de mim |
| | Ob | Paulo prefere ir ao teatro a ir ao cinema; Paulo prefere que o chamem de assassino a que o chamem de ladrão. |

| P_2 | P_3 | Exemplificação |
|-------|-------|---|
| Dat | Ca | Ela jamais me perdoou por ser eu displicente |
| Ob | Ob | Paulo prefere a solidão a conviver com parentes |

II. Com verbos de RECEPÇÃO

a) na estrutura $[P_1 \leftarrow V \leftarrow P_2]_o$

| Estrutura mórfica de P_2 | Valores Semânticos | Exemplificação |
|----------------------------|--------------------|---------------------------------------|
| SN | Ob | O transeunte recebeu uma bala perdida |
| SNpr | Or | Serafina apanhou do marido |

b) na estrutura $[P_1 \leftarrow V \leftarrow P_2 \leftarrow P_3]_o$

| $P_2 = \text{SN e } P_3 = \text{SNpr}$ | | |
|--|----------------|--|
| Valores Semânticos | Exemplificação | |
| P_2 | P_3 | |
| Ob | Or | Josefina recebeu uma carta de Clarimundo |

c) na estrutura $[P_1 \leftarrow V \rightarrow P_2 \leftarrow P_3]_o$

| $P_2 = \text{SN e } P_3 = \text{SNpr}$ | | |
|--|----------------|--|
| Valores Semânticos | Exemplificação | |
| P_2 | P_3 | |
| Ob | Or | Genilda sofreu o desprezo de Genivaldo |

III. Com verbos de PROCESSO

a) Estrutura: $[P_1 \leftarrow V \rightarrow (P_2)]_o$

| Estrutura Mórfica de P_2 | Valor Semântico | Exemplificação |
|----------------------------|-----------------|---|
| SNpr | Ca | A mulher emagreceu com o regime O menino acordou com o barulho |

b) Estrutura: $[P_1 \leftarrow V + P_2]_o$

| Estrutura Mórfica de P_2 | Valor Semântico | Exemplificação |
|----------------------------|-----------------|---|
| SN | Ob | O garoto levou um susto A mulher sofreu um desmaio |
| | Temp | A festa durou três dias |

IV. Com verbos de AÇÃO-PROCESSO

a) com a estrutura $[P_1 \rightarrow \widehat{V} \rightarrow P_2 \rightarrow (P_3)]_o$: $P_2 = \text{SN}$ e $P_3 = \text{SNpr}$

| Valores Semânticos | | Exemplificação |
|--------------------|-------|--|
| P_2 | P_3 | |
| E | Inst | Marcos engorda porcos com farelo |
| | Ca | Marcos assustou Rosa com sua chegada repentina |
| Ob | Inst | Maria enxuga roupa com o ferro |

b) com a estrutura $[P_1 \rightarrow \widehat{V} \rightarrow P_2]_o$: $P_2 = \text{SN}$

| Valores Semânticos de P_2 | Exemplificação |
|-----------------------------|--|
| E | Farelo engorda porcos ($P_1 = \text{Inst}$) A chegada repentina de Marcos assustou Rosa ($P_1 = \text{Ca}$) |
| Ob | O ferro enxuga a roupa ($P_1 = \text{Inst}$) O vento derrubou a casa ($P_1 = \text{Ca}$) |

V. Com verbos de SENSAÇÃO ou PERCEPÇÃO

Estrutura: $[P_1 \widehat{+} V + P_2]_o$

| Estrutura Mórfica de P_2 | Valores Semânticos | Exemplificação |
|----------------------------|--------------------|---|
| SN | Ob | João ama a natureza Margarida viu uma estrela |
| | Or | Raimundo sentiu uma dorzinha nas costas Marta ouviu um barulho |
| SNpr | Ob | Francisco gosta de música clássica |
| | Or | O jogador ressentiu-se de uma velha contusão |
| SO | Ob | Francisco gosta { de que o entendam de ver bons filmes |
| | Or | Raimundo sentiu que as costas doíam/doer as costas |

VI. Com verbos de ESTADO

a) com a estrutura $[P_1 + (V + A)]_o$: A = SN

| Tipo de Relação | Valor Semântico de A | Exemplificação |
|-----------------|----------------------|--|
| Equativa | Loc Ob | Brasília é a capital do Brasil A frase é a unidade do discurso |
| Possessiva | Ob | Este piano pesa uma tonelada O terreno media dois hectares Este carro vale dez milhões |

b) com a estrutura $[P_1 + V \rightarrow P_2]_o$

| Estrutura Mórfrica de P_2 | Valor Semântico | Exemplificação |
|-----------------------------|-----------------|---|
| SN | Ob | Carlos tem um relógio de ouro Aparício não conhece o pai João sabe matemática |
| SNpr | Ob | Meu amigo está com um carro novo Esta sala precisa de móveis |
| | Loc | Buritizal fica no Estado de São Paulo |
| SO | Ob | João sabe ler |

VII. Com verbos de MUDANÇA DE ESTADO

Estrutura: $[P_1 \leftarrow (V + A)]_o$

| Estrutura Mórfrica de P_2 | Valores Semânticos | Exemplificação |
|-----------------------------|--------------------|--|
| SN | Loc | Araraquara tornou-se a capital da região |
| | Ob | O homem virou lobisomem |
| SNpr | Loc | Araraquara se transformou na capital da região |
| | Ob | O homem se transformou em lobisomem |

Sintetizando-se o que se exemplificou acima, têm-se os seguintes quadros:

QUADRO I: Estruturas com dois participantes (P_1 e P_2):

| E. F.* | P ₂ /A | |
|---|-------------------|---|
| | E. M. | V. S. |
| [P ₁ →V→P ₂]o | SN | Ob; Fac-ef; Dat-met; Loc; Dir-ext. |
| | SNpr | Dat-met; Rec-dest; Inst; Ca; Dir-or; Dir-ext; Dir-térm. |
| | SO | Ca. |
| [P ₁ →V→P ₂]o | SN | Fac-cont |
| | SO | Fac-cont |
| [P ₁ ↔V→P ₂]o | SN | Ob; Fac-cont; Fac-ef. |
| | SNpr | Ob; Ca. |
| | SO | Ob; Ca. |
| [P ₁ ←V←P ₂]o | SN | Ob. |
| | SNpr | Or. |
| [P ₁ ←V→(P ₂)]o | SNpr | Ca. |
| [P ₁ ←V + P ₂]o | SN | Ob; Temp. |
| [P ₁ →V→P ₂]o | SN | Ob; E. |
| [P ₁ ↔ + V→P ₂]o | SN | Ob; Or. |
| | SNpr | Ob; Or. |
| | SO | Ob; Or. |
| [P ₁ + (V + A)]o | SN | Ob; Loc. |
| [P ₁ + V→P ₂]o | SN | Ob; |
| | SNpr | Ob; Loc. |
| | SO | Ob. |
| [P ₁ ↔ (V + A)]o | SN | Ob; Loc. |
| | SNpr | Ob; Loc. |

* Serão usadas aqui as seguintes abreviaturas: E. F. (= Estrutura Frasal); E. M. (= Estrutura Mórfrica); V. S. (= Valor Semântico).

QUADRO II: Estruturas com três participantes (P₁, P₂ e P₃):

| E.F. | P ₂ | | P ₃ | |
|---|----------------|---------------------------------|----------------|---|
| | E. M. | V. S. | E. M. | V. S. |
| [P ₁ →V→P ₂ →P ₃]o | SN | Ob Dat Fac-ef Fac-cont | SNpr | Rec-ben Rec-dest Dat-met Dat-or Dir-térmm Dir-or Dir-ext Loc Ob |
| | SO | Fac-cont | | SO |
| [P ₁ ↔V→P ₂ →P ₃]o | SN | Ob Dat | SNpr | Ca Rec-ben Ob Or Dat Ob |
| | SO | Ob | | SO |
| [P ₁ ←V→P ₂ ←P ₃]o ou: [P ₁ ↔V→P ₂ ←P ₃]o | SN | Ob | SNpr | Or |
| [P ₁ →V→P ₂ →(P ₃)]o | SN | Ob E | SNpr | Inst Ca |

Observando-se os quadros acima, constata-se as seguintes frequências, com relação aos *casos* semânticos:

| Em estruturas com P ₂ /A | | Estruturas com P ₂ e P ₃ | | | |
|-------------------------------------|--------------|--|-------|----------------|-------|
| | | P ₂ | | P ₃ | |
| Casos | Porcentagens | Casos | Porc. | Casos | Porc. |
| Ob | 34,7% | Ob | 45,4% | Ob | 19,0% |
| Or | 10,9% | Fac-cont | 18,2% | Ca | 14,3% |
| Fac-cont | 10,9% | Dat | 18,2% | Rec-ben | 9,5% |
| Ca | 10,9% | Fac-ef | 9,1% | Or | 9,5% |
| Loc | 6,5% | E | 9,2% | Dat-met | 9,5% |
| Fac-ef | 4,3% | | | Dat-or | 4,8% |
| Dat-met | 4,3% | | | Rec-dest | 4,8% |
| Dir-ext | 4,3% | | | Dir-térn | 4,8% |
| Rec-dest | 2,2% | | | Dir-or | 4,8% |
| Inst | 2,2% | | | Dir-ext | 4,8% |
| Dir-or | 2,2% | | | Loc | 4,8% |
| Dir-térn | 2,2% | | | F | 4,8% |
| Temp | 2,2% | | | Inst | 4,8% |
| E | 2,2% | | | | |

Os dados acima são significativos na medida em que se proponha estabelecer uma *hierarquia casual* dos elementos integralizadores da significação verbal. Não constitui objetivo deste trabalho desenvolver tal estudo, todavia parece pertinente que se façam algumas observações em face desses resultados:

a) o caso *Objetivo* deverá ocupar o primeiro plano, numa possível hierarquização, não só pela sua predominância quantitativa como também pela seguinte regra: *Numa estrutura onde concorram P₂ e P₃, se houver um Ob este será P₂*. Caso não haja Ob, será obedecida a ordem dos casos que, no quadro acima, se apresentam em porcentagens decrescentes: Fac-cont/Dat > Fac-ef/E;

b) a ordem decrescente de incidência dos casos que representam P₂, e que são comuns às duas estruturas gerais — com dois e com três participantes —, não se altera numa e noutra estrutura, ou seja: Ob > Fac-cont/Dat > Fac-ef/E. Esse fato demonstra a tendência de realização desses casos e contribui para o estabelecimento de uma possível hierarquia;

c) os cinco casos referidos acima, acrescidos do Rec-dest e dos traços *meta* e *origem* para o Dat, são os únicos que não dariam margem para a classificação tradicional de *adjuntos adverbiais* ou a de *circunstanciais*, segundo Tesnière.⁽⁵⁵⁾ Eis aí um dado a mais a favor de se considerar esses casos como pertencentes a uma hierarquia superior;

d) atente-se, finalmente, para o fato de que tanto P₂ quanto P₃ só se realizam em

forma de SO caso sejam OB, Ca, Fac-cont, F e Or, assim distribuídos: nas estruturas com dois participantes (P_1 e P_2), P_2 se realiza como Fac-cont e Ca, com verbos de ação *externa*; como Ob, Fac-cont e Ca, com verbos de ação *interna*; como Ob e Or, com verbos de *percepção*; como Ob, com verbos de *estado*. Nas estruturas com três participantes (P_1 , P_2 e P_3), P_2 se realiza como Fac-cont, com verbos de ação *externa*, e como Ob, com verbos de ação *interna*; P_3 se realiza como Ob e F, com verbos de ação *externa*, e como Ob e Ca, com verbos de ação *interna*. Pela ordem decrescente de frequência, assim se distribuem P_2 e P_3 : $P_2 = \text{Ob} > \text{Fac-cont/Ca} > \text{Or}$; $P_3 = \text{Ob} > \text{Ca/F}$.

NOTA FINAL: As estruturas frasais aqui exemplificadas sintetizam uma amostragem correspondente a cerca de 20.000 frases analisadas de um "corpus" que abrange textos contemporâneos (1950 a 1984) dos vários gêneros: romance, conto, teatro, oratória, além de textos técnicos e jornalísticos.

IGNÁCIO, S.E. — Typology of the verb complements of contemporary Portuguese. *Alfa*, São Paulo, 29:67-90, 1985.

ABSTRACT: From a "corpus" consisted of about 20.000 sentences of the written language of contemporary Portuguese, including literary and scientific texts of the past 34 years (1950 to 1984), a reclassification of the verb complements, was proposed based on their syntactic-semantic relations with the verb, central nucleus of the sentence structure. Thus it was tried to demonstrate that the Portuguese sentence is structured according to a gradation of participants (verb complements), which are distributed in three levels or degrees, and that such participants actualize in the sentence according to a hierarchy related to their semantic roles.

KEY-WORDS: Verb complements; participants; dynamic of the verb process; verb movement; action; process; reception; perception; sensation; state; state shift; semantic case.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARRAIS, T.C. — *As estruturas sintático-semânticas dos verbos de movimento em português*. São Paulo, USP, 1974. (Tese - Doutorado).
2. BORBA, F.S. — *Teoria sintática*. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1979.
3. FILLMORE, C.J. — The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R., eds. — *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.
4. FILLMORE, C.J. — Types of lexical information. In: KIEFER, F. ed. — *Studies in syntax and semantics*. Dordrecht, D. Reidel, 1969.
5. LIMA, C.H.R. — *Gramática normativa da língua portuguesa*. 16. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
6. LYONS, J. — *Introdução à lingüística teórica*. Tradução de Rosa V.M. Silva e Hélio Pimentel. São Paulo, Nacional/USP, 1979.

VERBOS INTRODUTORES DE DISCURSO DIRETO

Ana Maria P. de OLIVEIRA*
Beatriz N. O. LONGO*
Maria Celeste C. DEZOTTI*

RESUMO: Estudamos verbos que introduzem discurso direto em português e alguns fatores que determinam a possibilidade de transformação de discurso direto em indireto. Chegamos às seguintes conclusões: os verbos elocutórios dividem-se em dois grupos: os que têm o dictum como seu complemento e os que qualificam o dictum. A transformação de discurso direto em indireto não se aplica livremente, estando sujeita a certas restrições, como o princípio da inserção do complemento e as restrições seletivas dos verbos.

UNITERMOS: Discurso direto e indireto; dictum; verbos elocutórios; instrumental; restrições seletivas; inserção de complemento.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa originou-se de anotações feitas durante as atividades de descrição de verbos para o Dicionário Gramatical de Verbos que o Departamento de Linguística do ILCSE propôs elaborar.

Muitas vezes encontramos verbos que introduziam discurso direto e que não admitiam discurso indireto.

Houve casos ainda em que a coesão sintática entre o discurso direto e o verbo que o antecedia era tão tênue que nos parecia no mínimo forçado considerar tal verbo um introdutor de discurso. Esse conjunto de dificuldades nos motivou a tentar estabelecer um critério para a identificação e classificação dos verbos introdutores de discurso direto e explicar quais os fatores que condicionam a possibilidade ou impossibilidade de transposição do discurso direto para o indireto.

Nossos manuais de ensino e gramáticas escolares (CEGALLA, 2; CUNHA, 3; GARCIA, 4) situam o estudo das formas de citação da fala no âmbito da estilística, preocupando-se, principalmente, em descrever os mecanismos de transformação do discurso direto em discurso indireto. Isso poderia levar à conclusão de que, teoricamente, qualquer enunciado em discurso direto pode ser transformado, feitas as devidas adaptações, em discurso indireto. Entretanto, se consideramos (1) e (2), vemos que a transposição não é possível:

- (1) (a velhinha) *tranquilizou* também a vizinha de banco: — Ela vai trabalhar no Ministério; eu vou para casa, moro no Rio Comprido. (6, p. 52).

* Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara - SP.

- (2) a nave foi auxiliada em terra por dois crioulos que *orientavam* as manobras: “Dá ré, agora vira tudo pra direita, isso, chega um pouquinho à frente, tá bom aí.” (8, p. 40)

Esses mesmos manuais não chegam a estabelecer com rigor o que caracteriza os verbos introdutores de discurso. Othon Garcia chama-os de verbos “de elocução” e os define como verbos que “no discurso direto, indicam o interlocutor que está com a palavra” (4, p. 129) “no indireto, constituem o núcleo do predicado da oração principal.” (4, p. 130). Apresenta, em seguida, uma classificação semântica de tais verbos, composta de nove itens: verbos de dizer (afirmar, declarar), de perguntar (indagar, interrogar), de responder (retrucar, replicar), de contestar (negar, objetar), de exclamar (gritar, bradar), de pedir (solicitar, rogar), de exortar (animar, aconselhar), de ordenar (mandar, determinar) e de concordar (assentir, anuir). Segundo ele, esses são os mais comuns, de sentido geral. Mas há outros, “mais caracterizadores da fala”, citados em nota de rodapé. Entre esses estão: sussurrar, soluçar, cumprimentar, rosnar, desculpar, concluir, ameaçar, respirar, rir. O autor lembra que a “língua portuguesa é riquíssima em verbos de elocução”, notando que desses, muitos são estranhos e outros constituem verdadeira “heresia lógico-sintática” (4, p. 132). Por aí, vemos que a função de indicar o interlocutor que está com a palavra não pode ser tomada como critério objetivo, seguro, pois confere a qualquer verbo da língua portuguesa a possibilidade de adquirir estatuto de verbo “de elocução”. Basta, para isso, que venha seguido de discurso direto separado do verbo de elocução por sinais gráficos convencionais: aspas, dois pontos ou travessão. Se fosse assim, tal potencialidade deveria ser prevista na descrição sintático-semântica dos verbos do português.

CLASSIFICAÇÃO

Partindo de ocorrências não estranhas, como (1) e (2) e de “estranhas” ou “heréticas” como os exemplos:

- (3) O crioulo pensou alguns segundos, escavalou o lábio inferior no superior e *balançou* a cabeça negativamente: “Não sei não senhor.” (8, p. 41)
(4) Claro que não — *intrometeu-se* o crioulo folgado. (8, p. 42)
(5) (Dona Abgail) Entrou e, caminhando lentamente, foi *esbarrar* no balcão de enlatados: “Uê, mas eu vim para a fila do arroz.” (8, p. 21)
(6) A mãe *puxou* o filho pelo braço: — Agora vem, filhinho. Vamos lá para dentro, deixa teu pai descansar. (8, p. 28)

propomos a classificação desses verbos que introduzem discurso direto em dois grandes grupos: verbos elocutórios e verbos não-elocutórios. Vejamos cada um deles, seus subgrupos e a descrição de suas características.

1. VERBOS ELOCUTÓRIOS — são verbos que contêm implícito em seu significado um comportamento de fala ou seja, um *dictum*. Subdividem-se em:

1.1. *Verbos de dizer* — são verbos de ação cujo complemento direto é o *dictum*.

- (7) Um crioulo ao lado sorriu e *disse*: “Os senhores não são os primeiros, tudo quanto é gringo reclama do nosso calor”. (8, p. 41)
(8) — Estamos numa democracia — *falou* (o Milanês) (7, p. 25).

A esse grupo pertencem os verbos *dizer* e *falar*, básicos, porque neutros, e uma série de outros verbos cujo significado traz somado ao dizer básico informações sobre a cronologia discursiva (*retrucar, repetir, completar, emendar, arrematar, tornar* etc.) ou sobre o modo de realização do enunciado (*gritar, berrar, exclamar, sussurrar, cochichar* etc.). Cf.:

- (9) (O Consumidor) *antecipou*:
— Já sei. Saiu café da torneira da pia. (8, p. 30).
- (10) — Tudo um absurdo — *exclamou* ela — o custo de vida está pela hora da morte. (pág. (8, p. 80)
- (11) É verdade — *completou* Juvenal — e o custo das aulas está pela hora do recreio. (8, p. 80)
- (12) Não. Pelo amor Deus, a (história) da Branca de Neve não — *gritou* Fabinho ()
— já está muito manjada. (8, p. 82)

1.2. *Verbos que qualificam o dictum* — são verbos de ação que apresentam lexicalizada a modalização que caracteriza o *dictum* neles implícito. São verbos como *queixar-se, comentar, confidenciar, observar, protestar, explicar, avisar, informar* etc., que podem ser parafraseados por dizer uma queixa, dizer um comentário, dizer uma confidência, dizer uma observação, dizer um protesto, dizer uma resposta e assim por diante. Cf.:

- (12) O médico, no entanto, prefere enrolar uma gaze em torno do pescoço da boneca, *diagnosticando*:
— Mordida de leão. (6, p. 21)
- (13) — Saiu agora mesmo com uma trouxinha — *informou* ele. (6, p. 21)
- (14) Kni observou lá de cima e *comentou* com Giv: “Creio que nos distraímos e saímos da rota.” (8, p. 40)

2. VERBOS NÃO-ELOCUTÓRIOS — são verbos que indicam ação, processo ou ação-processo e que se realizam independentemente de um comportamento de fala. Este grupo também se subdivide em dois subconjuntos:

2.1. *Verbos que instrumentalizam o dictum* — são verbos que indicam ações realizadas mediante o uso de um instrumento, que pode consistir, eventualmente, em um *dictum*. Pode-se, por exemplo, *ameaçar* alguém com uma faca, com um gesto ou com um *dictum*. Cf.:

- (15) Vanderley de Mendonça chegou ao ponto de *ameaçar*: — Estou disposto a derrubar esse jumento da estátua eqüestre. (1)

Convém observar que as ações indicadas pelos *verbos de dizer* também podem realizar-se mediante o uso de código gestual. Nesse caso, porém, o gesto só tem significação dentro de um contexto lingüístico previamente estabelecido. Por exemplo, a ação de *concordar*, com um aceno, pressupõe a existência de um enunciado anterior com o qual se possa *concordar*. O mesmo vale para *negar* e *confirmar*. Cf.:

- (16) todos *concordavam* com a cabeça ao fim de cada artigo. (7, p. 24)
- (17) Dr. Matoso sorriu amável, *concordando*:
— Faço muito barulho, minha senhora? (7, p. 26)

Já os gestos que realizam ações de verbos que instrumentalizam o *dictum* não precisam estar inseridos em contexto lingüístico previamente estabelecido. Eles, por si mes-

mos, podem instaurar a comunicação. É o caso da ação expressa pelo verbo *cumprimentar*, que pode ser realizada através de um *gesto* ou de um *dictum*. Quando tais verbos são empregados com discurso direto, este passa, portanto, a ter o estatuto de *instrumental*. São desse grupo os verbos *remediar*, *acalmar*, *perturbar*, *chamar*, *desiludir*, *interromper*, *caçoar*, *consolar*, *interceptar* etc. Cf.:

- (18) E até uma mulher se julgou no direito de *desacatá-lo*; — Folgado, hem, cara. (8, p. 49)
- (19) Uma das aeromoças, de pé a seu lado, tenta *acalmá-lo*: — Isto é apenas rotina, cavalheiro. (8, p. 53)
- (20) Notei que a empregada regava com especial carinho a planta e *caçoei* dela: — Você vai criar um cajueiro aí? (6, p. 24)

Nessas seqüências, os locutores usam os discursos diretos como *instrumentos* para, respectivamente, *desacatar*, *acalmar* e *caçoar*.

2.2. *Verbos circunstanciais* — expressam uma ação ou processo que pode realizar-se ao mesmo tempo que o *dictum*. Indicam, então, as circunstâncias que caracterizam o ato de dizer. Aqui é que se encaixam todos aqueles verbos que Othon Garcia chamou “estranhos” e também aqueles que, segundo ele, configuram “heresia lógico-sintática”. Citamos alguns: *rir*, *chorar*, *resmungar*, *espantar-se*, *suspirar*, *agastar-se* etc.

- (21) O capitão se *inclinou*, interessado: — É isso que eu dizia. (7, p. 23)
- (22) E (Bernardo) *aponta* para o céu com o dedo: — É atrás daquele teto azul que fica o Japão? (7, p. 46)
- (23) Seu Chico *suspirou*, resignado. — Era uma codorna. Não tem importância. (5, p. 37)

FATORES QUE DETERMINAM A POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DO DISCURSO DIRETO EM INDIRETO

Os verbos elocutórios admitem a transposição de seu *dictum* para discurso indireto, desde que se considerem os dois princípios seguintes:

- (a) Os verbos impõem restrições, em termos de traços, tais como /animado/, /concreto/, /humano/, /sólido/ etc., aos complementos com que se combinam. Conseqüentemente, a transposição para discurso indireto só poderá ocorrer com verbos elocutórios cujos complementos tenham traços compatíveis com os de uma oração conjuncional.
- (b) Um verbo não pode combinar-se com dois complementos da mesma natureza sintática.

Assim, todos os *verbos de dizer*, em princípio, admitem a transposição, pois têm como complemento o próprio *dictum* que, quando transformado em discurso indireto, assume a forma de oração conjuncional. Cf. as transformações correspondentes a (7) e (8), respectivamente:

- (24) Um crioulo ao lado sorriu e disse que aqueles senhores não eram os primeiros, que tudo quanto era gringo reclamava do nosso calor.
- (25) (O Milanês) falou que estávamos numa democracia.

Entretanto, se na frase introdutora do discurso direto o lugar do complemento expresso pelo *dictum* já estiver preenchido por um sintagma nominal, então a transposi-

ção será impossível, pois violaria o princípio (b), isto é, teríamos dois complementos de mesma natureza sintática. Vejamos que para:

(26) (a filha) proferiu uma ordem imperiosa:

— Vai, mãe. (6, p. 51)

a transposição é impossível.

Com os *verbos que qualificam o dictum* existe a possibilidade de se violar qualquer um dos dois princípios. Se o verbo selecionar um complemento expresso por nome, a transposição será impossível. Cf.:

(27) Em seguida, propõe um trato: — Só se você depois me der um sorvete.

(PGL,2,21)

(28) Ralhou comigo: eu não sou negra. (1)

(29) Isso não tem graça nenhuma, repreendeu-o tia Quiquinha. (1)

Já o exemplo (30) não admite a transposição para discurso indireto porque o lugar do complemento expresso pelo *dictum* já está ocupado pelo SN “a burra”:

(30) Simplício, um pouco atrás, queixava-se da burra: Ela se apro...aproveita dos de...defeitos que tem. (1)

A transformação só seria possível se modificássemos a estrutura da sentença:

(31) Simplício, um pouco atrás, queixava-se de que a burra se aproveitava dos defeitos que tinha.

Os verbos não-elocutórios jamais admitem a transposição do discurso direto para indireto, pois o *dictum* não é seu complemento. Nas construções de 2.1., o *dictum* é um instrumental e, nas construções de 2.2., o verbo é um circunstancial. Tanto num caso como no outro a reversão para discurso indireto só se torna possível se explicitarmos, na frase, o verbo *dizer* que se acha apagado e do qual o *dictum* é verdadeiramente complemento. Confiramos os exemplos de discurso indireto correspondentes a (19), (20) e (21), respectivamente:

(32) Uma das aeromoças, de pé a seu lado, tenta acalmá-lo *dizendo* que aquilo é apenas rotina.

(33) Notei que a empregada regava com especial carinho a planta e caçoei dela *dizendo* que ela ia criar um cajueiro lá.

(34) O capitão se inclinou, interessado, *dizendo* que aquilo que ele dizia (...)

Há casos em que se apagam, na oração introdutória do discurso direto, não só o verbo *dizer* mas ainda o próprio sujeito do dizer. Cf.:

(35) (o ciclista) cruzou com o leiteiro. Quis fingir que não viu, mas sem resultado:

— Força, doutor. No começo a gente padece mesmo. No fim é moleza. (8, p.49)

Nesse exemplo em que o *dictum* é introduzido pelo verbo *fingir* ou, mais rigorosamente, pelo verbo *obter* que está implícito na oração “mas sem resultado”, vemos que

tais verbos não indicam o “interlocutor que está com a palavra”, como propôs Othon Garcia; pelo contrário, o ciclista aí é o *destinatário*. Quem proferiu o *dictum* foi o *leiteiro*. Para transformá-lo em discurso indireto teríamos que recuperar, no contexto, uma oração inteira para explicitar o seu verdadeiro emissor:

- (31) O ciclista quis fingir que não viu, mas sem resultado, *pois o leiteiro disse* que *fizesse* força, que no começo a gente padecia mesmo e que no fim era moleza.

CONCLUSÕES

1. Só são verdadeiros introdutores de discurso direto os verbos aqui chamados *elocutórios*, isto é, aqueles que têm um *dictum* como complemento.
2. Os verbos não-elocutórios são falsos introdutores de discurso direto. Por isso, só admitem a transposição do *dictum* em discurso indireto se explicitarmos o verbo de *dizer* implícito na frase.
3. Os verbos elocutórios podem construir-se com discurso indireto, observadas as restrições impostas pelos princípios (a) e (b).

OLIVEIRA, A.M.P. de *et alii* — Introductory verbs to direct speech. *Alfa*, São Paulo, 29:91-96, 1985.

ABSTRACT: We studied verbs that introduce direct speech in Portuguese, as well as some of the factors that determine the possibility of turning direct speech into indirect. We reached the following conclusions; Elocutory verbs may be divided in two groups: verbs that take the dictum as their complement and verbs that qualify the dictum. Indirect speech transformation does not apply freely, being subject to certain conditions, such as the complement insertion principle and the selectional restrictions of the verb.

KEY-WORDS: Direct and indirect speech; dictum; elocutory verbs; instrumental; selectional restrictions; complement insertion.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BORBA, F. da S., coord. — *Dicionário gramatical de verbos de português contemporâneo*. (Em preparação pelo Departamento de Linguística do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação da UNESP, Araraquara, SP.)
2. CEGALLA, D.P. — *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 18.^a ed. S. Paulo, Nacional, 1978.
3. CUNHA, C. — *Gramática do Português Contemporâneo*. 3.^a ed. Belo Horizonte, Bernardo Álvares, 1972.
4. GARCIA, O.M. — *Comunicação em prosa moderna*. 11.^a ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio-Vargas, 1983.
5. PARA GOSTAR DE LER-1: crônicas. Ed. Didática por Carlos Drummond de Andrade *et alii*. 2.^a ed. São Paulo, Ática, 1977.
6. PARA GOSTAR DE LER-2: crônicas. Ed. Didática por Fernando Sabino *et alii*. São Paulo, Ática, 1978.
7. PARA GOSTAR DE LER-4: crônicas. Ed. Didática por Carlos Drummond de Andrade *et alii*. São Paulo, Ática, 1979.
8. PARA GOSTAR DE LER-7: crônicas. Ed. Didática por Carlos Eduardo Novaes *et alii*. São Paulo, Ática, 1981.

MANIFESTAÇÕES DA NEGAÇÃO EM PORTUGUÊS: A NEGAÇÃO IMPLÍCITA

Regina Maria PESSÔA*

RESUMO: O presente artigo visa examinar algumas das formas pelas quais se manifesta o fenômeno da negação em português. Procura-se verificar se o esquema proposto pelo lingüista Roberto Ibáñez para a análise da negação em espanhol revela-se adequado também para o português.

UNITERMOS: Manifestações da negação; negação implícita; negação explícita; estrutura profunda; estrutura de superfície.

INTRODUÇÃO

A negação é um universal de linguagem: todas as línguas conhecidas apresentam a possibilidade de se negar uma proposição. As diferenças existentes entre as línguas em relação ao funcionamento do mecanismo da negação dão-se ao nível da estrutura de superfície: sobre uma estrutura de base, contendo um constituinte negativo, aplica-se uma transformação. Desta forma, embora as manifestações da negação pareçam ser muito diferentes de língua para língua, a base é sempre a mesma.

O presente artigo propõe-se a examinar algumas das manifestações da negação em português. A língua portuguesa é conservadora em relação à partícula negativa *não*, oriunda do latim, mas tem havido uma contínua renovação nas formas negativas: temos atualmente um número considerável de palavras e expressões que funcionam como itens negativos. Tal fenômeno ocupa papel relevante dentro da língua e, desta forma, tem sido objeto de estudo de muitos gramáticos e lingüistas.

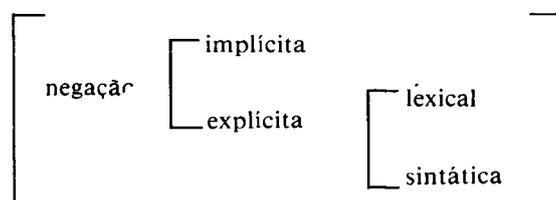
Um destes estudos foi realizado pelo lingüista Roberto Ibáñez (3), que distinguiu duas formas de manifestação da negação em espanhol: a negação implícita e a explícita. Tal estudo é já um clássico sobre o assunto, sendo mencionado com frequência por outros estudiosos da negação, entre eles o inglês Klima (4).

Procuraremos verificar se o esquema proposto por Ibáñez aplica-se adequadamente ao português. Para tanto, selecionamos algumas peças de Dias Gomes para compor nosso corpus: sendo textos dialogados, apresentam alta ocorrência de itens de negação.

MANIFESTAÇÕES DA NEGAÇÃO EM PORTUGUÊS

Podemos assim esquematizar a classificação das manifestações da negação proposta por Ibáñez: (3, p. 31)

*Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.



A negação é implícita quando o elemento negativo está subjacente à estrutura de superfície. Semanticamente, a frase é negativa, porém não apresenta nenhum constituinte que traga em si a marca da negação. Já a negação explícita apresenta o elemento negativo de maneira clara, atualizado na seqüência terminal. A classificação em léxical ou sintática é determinada pelo nível da língua em que ela se manifesta. Dadas as limitações de espaço, vamos nos deter no exame da negação implícita.

A NEGAÇÃO IMPLÍCITA EM PORTUGUÊS

I. Esta forma de manifestação da negação pode se realizar em português através de determinados verbos que Jespersen, citado por Klima (4, p. 250), chama "verbos de significado negativo". Em si, eles não são elementos de negação. No entanto, semanticamente têm estatuto negativo. Algumas das ocorrências encontradas em nosso corpus:

(1) Acho que nós nos *omitimos* quando sabemos de uma injustiça e *deixamos de* protestar contra ela. (7, p. 48)

(2) (...) para lhe oferecer a última oportunidade de arrependimento e perdão.

— E se eu *recusar*? (7, p. 44)

(3) É menos justo ainda que esses poucos *neguem* a terra a muitos... (6, p. 61)

(4) Apertavam as cordas, pouco a pouco, *parando* a circulação e cortando a carne. (7, p. 41)

II. Ocorre também negação implícita em português através de certas expressões que funcionam como partículas de negação parcial. Tais expressões, ao se referirem a uma parte específica de uma totalidade, afirmam apenas aquele ponto, negando todo o restante. Vejam-se os seguintes exemplos:

(5) Comprei *apenas* livros (= não comprei outras coisas).

(6) Consegui vender *quase* todos os móveis (= não consegui vender alguns).

(7) Gostei de todos os trabalhos, *com exceção* do seu (= não gostei do seu).

(8) *Só* vendi produtos baratos hoje (= não consegui vender produtos caros).

(9) Como de tudo, *menos* legumes (= não como legumes).

III. Existem determinadas palavras que, sob certas circunstâncias, adquirem estatuto negativo. Tal fato se verifica com o pronome *algum*, quando proposto ao verbo. Cunha (1, p. 169) diz: "Posposto a um substantivo, *algum* assume, na língua atual, significação negativa, mais forte que a expressa por *nenhum*." Consultando o *Novo Dicionário Aurélio* (2, verbete *algum*) encontramos: "Posposto ao substantivo em frase onde (nem sempre) apareça partícula negativa ou a preposição *sem*, corresponde a *nenhum*: 'Em parte alguma vejo/ Dias lindos como estes do Alentejo!'" (Conde de Monsaraz, *Musa Alentejana*, p. 108).

Em nosso corpus, encontramos as seguintes ocorrências:

(10) Chica: — Talvez o padre ande se metendo em assuntos que não lhe dizem respeito.

Vigário: — De modo *algum*. (6, p. 77)

(11) Branca: — É inútil, senhores. Não vou abjurar coisa *alguma*. (7, p. 119)

Também as palavras *absolutamente*, *em absoluto* e *sequer* podem, em determinados contextos, funcionar como itens de negação. Vejam-se os exemplos:

(12) — Você concorda com isso?

— *Absolutamente!* (= não concordo)

(13) *Em absoluto* permitirei que você vá viajar. (= não permitirei).

(14) Eu *sequer* sabia de sua chegada. (= não sabia)

4. No corpus por nós examinado, chamaram-nos a atenção três expressões de gíria, de uso recente principalmente na linguagem dos jovens, as quais, exceto uma delas, podem enquadrar-se na negação implícita:

(15) Embaixador: — (...) não sabia que essas coisas estavam ocorrendo no Brasil.

Tânia: — Corta essa, Embaixador... (= não acredito em suas palavras) (5, p. 76).

(16) Carlão: — Eu me apresento como voluntário.

Tânia: — *Corta essa* vocação de herói, cara. (= não haja dessa maneira) (5, p. 114).

(17) Tânia: — E por favor, *corte esse papo* que eu não quero magoar você. (= não continue com essa conversa) (5, p. 58).

Outra expressão freqüente da gíria atual é *sem essa*. Nesse caso, já não temos uma negação estritamente implícita, uma vez que a preposição *sem* tem certo sentido negativo por indicar falta, ausência, privação. Citaremos apenas uma das ocorrências encontradas em nosso corpus, uma vez que tais casos encaixam-se mais adequadamente dentro da negação explícita lexical, fugindo aos limites do presente artigo.

(18) Carlão pega o frasco com evidente má vontade.

— (...) Virei boy de gringo.

Riba: — *Sem essa*, bicho. Se ele sofre do coração, é bom ter esse remédio aqui. (= não fale assim) (5, p. 23).

A terceira expressão a ser comentada é *fim de papo*, empregada quando não se quer prosseguir uma conversa:

(19) Tânia: — Mas é uma tarefa.

Riba: — E se é tarefa, *fim de papo*... (= não há o que discutir) (5, p. 117).

Outras expressões que não de gíria também são empregadas com o mesmo significado; é o caso de *basta*, *chega* e *pronto*.

A divisão proposta por Ibánéz, embora tenha sido aqui examinada em apenas um de seus itens, revela-se, grosso modo, aplicável ao português. Convém mencionar que o referido autor, no que diz respeito à negação implícita, examina apenas aquelas frases que ele chama *contrastivas* (3, p. 31 ss.) — são frases que ocorrem apenas em diálogos e que têm a marca negativa dada pela entonação. Em português, não nos parecem de uso freqüente; ao contrário, se tentarmos fazer uma adaptação dos exemplos dados em espanhol, parece-nos que o resultado é evidentemente forçado. Veja-se o exemplo:

(20) — Maria é inteligente?

— Burra como ela só.

Parece-nos que o mais freqüente é ocorrer junto com a segunda frase uma partícula de negação, como *não*, ou uma expressão como *que nada!* Preferimos assim, em lugar de tentar uma adaptação, procurar no corpus por nós selecionado outras ocorrências que pudessem ser consideradas como negação implícita. Temos certeza de que deve haver vários outros casos deste tipo de negação que somente uma pesquisa mais profunda e ampla revelará.

PESSOA, R.M. — Manifestações da negação em português: a negação implícita. *Alfa*, São Paulo, 29:97-100, 1985.

PESSOA, R.M. — The expressions of negation in Portuguese: the implicit negation. *Alfa*, São Paulo, 29:97-100, 1985.

ABSTRACT: This paper intends to examine some of the ways by which negation is expressed in Portuguese. It is an attempt to verify if Roberto Ibáñez's scheme to analyse negation in Spanish is also applicable to Portuguese.

KEY-WORDS: Expressions of negation; implicit negation; explicit negation; deep structure; surface structure.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CUNHA, C. — *Gramática moderna*. 2.^a ed. Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares, 1970.
2. FERREIRA, A.B. de H. — *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
3. IBÁÑEZ, R. — *Negation im Spanischen*. München, Fink, 1972.
4. KLIMA, E. — Negation in English. In: FODOR, J. & KATZ, J., eds. — *The Structure of Language: Readings in the Philosophy of Language*. New Jersey, Prentice Hall, 1964. p. 246-323.
5. GOMES, D. — *Caripêdes do Mundo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
6. GOMES, D. — *Literatura Comentada*. São Paulo, Abril, 1982.
7. GOMES, D. — *O Santo Inquerito*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

CORPUS

TRADUÇÃO/TRANSLATION

AS PROBLEMÁTICAS ENUNCIATIVAS: ESBOÇO DE UMA APRESENTAÇÃO HISTÓRICA E CRÍTICA

Catherine FUCHS*

Tradução de Leticia M. REZENDE**

RESUMO: Frequentemente invocada nos trabalhos contemporâneos, a enunciação é raramente definida de modo preciso; frequentemente apresentada como uma descoberta moderna, ela é de fato uma "re-descoberta" de problemáticas antigas. O termo "enunciação" exige um esclarecimento, tanto histórico quanto teórico e crítico. É para esse esclarecimento que vamos tentar contribuir aqui, esboçando um panorama, fazendo um apanhado geral do problema (de modo sucinto, evidentemente); serão considerados sucessivamente os ancestrais da enunciação (§ 1), as teorias enunciativas contemporâneas e pragmáticas (§ 2), e enfim as grandes questões teóricas levantadas pela problemática enunciativa (§ 3).

UNITERMOS: Enunciação; pragmática; discurso; retórica; semântica.

1. OS ANCESTRAIS DA ENUNCIÇÃO

Em cada um dos três domínios constitutivos do "trivium" medieval delineiam-se certas problemáticas, de que a enunciação é com certeza a herdeira. Em ordem decrescente de importância temos primeiramente a retórica, depois a gramática, e enfim (em uma pequena parcela), a lógica, que elaboraram abordagens enunciativas (avant la lettre) da linguagem.

1.1. A RETÓRICA, OU A ENUNCIÇÃO ABORDADA A PARTIR DO DISCURSO

Nascida, supostamente, no século 5.º A.C., na Sicília, a retórica foi fundada, nos seus elementos essenciais, por Aristóteles no século 4.º (I).

1.1.1. *A retórica aristotélica* — Ela apresenta-se como arte, técnica de produção de discursos persuasivos em situação, cujo modelo é o discurso jurídico. Segundo Barthes (2), ela diz respeito aos discursos não-literários, e assim definida, distingue-se da *Poética*.

Arte ou técnica, isto é, um conjunto de "receitas" dirigindo-se para um sujeito concebido como agente produtor, criador de discurso, e visando permitir-lhe persuadir,

* Professora de Linguística na Universidade de Paris VII (França) e pesquisadora junto ao CNRS. Agradeço-lhe a permissão para publicar a tradução desse artigo em nossa revista.

** Departamento de Didática — Instituto de Letras Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14800 — Araraquara — SP.

convencer seu auditório (assim, no discurso argumentativo jurídico, deve-se sustentar “a favor” ou “contra” uma certa causa, e tentar conquistar a adesão dos juízes). As receitas da produção de tais discursos são, por conseguinte, diversificadas segundo os sujeitos e as situações de produção.

Lembremos brevemente que a retórica aristotélica se compõe de três grandes partes: as “provas” (“pisteis” em grego, “inventio” em latim) a “elocução” (“lexis” ou “elocutio”), e a “disposição” (“taxis” ou “dispositio”) (3).

Os “pisteis”: trata-se de selecionar a partir de uma tabela de tratamento de dados (chamados “topoi” que quer dizer “lugares”), os elementos úteis a reter, eliminando os que devem ser silenciados, e de apresentá-los em momento oportuno. Essas “provas”, que constituem os modos de persuasão, pertencem à “dianoia” (pensamento discursivo): poder-se-ia dizer, em termos modernos, que dizem respeito à conceitualização do referente, em função da estratégia argumentativa adotada. Três ordens de parâmetros são pertinentes aqui:

— o “ethos”, ou conjunto de parâmetros relacionados com o orador: a imagem que o orador pretende dar de si próprio, o papel e o lugar que o gênero oratório lhe atribui (em um discurso deliberativo, ele aconselhará a favor ou contra; em um discurso jurídico, acusará ou defenderá; em um discurso epidítico, louvará ou blasfemarà);

— o “pathos”, ou conjunto dos parâmetros relacionados ao auditório: a imagem que o orador pretende dar do seu auditório através do discurso, o modo como imagina que seus argumentos serão recebidos pelo auditório em função do papel e lugar deste último, o tipo de paixões que quer despertar no auditório;

— o “logos”, ou conjunto de parâmetros relacionados ao tema do discurso: o tipo de argumento a extrair, o tipo de provas a trazer em função da situação;

— a “lexis”: trata-se da verbalização do pensamento, da passagem do conceitual ao lingüístico. O orador escolhe neste caso as palavras e as figuras; em particular modulará diferentemente, segundo jogo com um registro apreciativo ou depreciativo (ele dirá, por exemplo, que aquele que mendiga *implora*, ou inversamente; falará *dos artistas* ou dos *bajuladores de Dionísio*”; chamará *Oreste o assassino de sua mãe* ou *o vingador de seu pai*, (4).

A “taxis”: trata-se do encadeamento das partes constitutivas dos dois principais momentos do discurso (a saber: a exposição do assunto e a demonstração). O orador encadeará diferentemente essas diversas partes, conforme a sua tomada de palavra seja antes ou depois do adversário, e em função dos objetivos pretendidos.

Este breve lembrete mostra o quanto a perspectiva enunciativa estava presente na retórica aristotélica. De fato esta retórica se sustenta, enquanto princípio, na consideração daquilo que chamamos hoje “a situação de enunciação”. “Podemos distinguir três elementos em qualquer discurso: aquele que fala, o assunto sobre o qual se fala, aquele a quem se fala”, diz Aristóteles (5). Essa filiação, há muito tempo esquecida, em particular pelos lingüistas, começa a renascer nos últimos anos: a “história do estudo das estratégias discursivas não é nada mais do que a história da retórica”, afirma Le Guern (6), que estabelece uma correspondência entre o “ethos” e a “função emotiva” e entre o “pathos” e a “função conativa”; Compagnon observa, por sua vez: “Construir uma arte da enunciação e não uma Teoria da enunciação, era o próprio projeto das antigas retóricas” (7).

1.1.2. *A retórica segundo Aristóteles* — Nós nos contentaremos em dar breves pontos de referência da retórica pós-aristotélica.

Desde a antigüidade, notar-se-á que se configura um duplo movimento, que terá como efeito orientar a retórica em direção ao discurso literário (8): tendência que funde retórica e poética (cf. Ovídio e Horácio), e que privilegia a ornamentação em prejuízo da persuasão (cf. Acéron e Quinticlen). Pouco a pouco, a retórica privilegiará a qualidade do discurso: “a uma retórica instrumental” (quer dizer visando a eficácia e a persuasão) “substitui-se uma retórica ornamental, que se assemelha à eloqüência e à poesia” (Compagnon) (9).

Este movimento se amplia: no século XVI, os dialéticos esforçam-se para expropriar a retórica da “inventio” e da “dispositio”; em tal perspectiva, a “retórica geral” se tornaria uma “retórica poética” que diria respeito somente à “elocutio” (10) — daí o aspecto fictício e artificial que se lhe atribui, às vezes, vendo nela apenas uma série de “receitas” literárias e estilísticas.

A época clássica é marcada, como se sabe, por um florescimento dos tratados de retóricas que concedem um amplo espaço à Teoria das “figuras” (em particular da metáfora). A retórica conhecerá, em seguida, um declínio bastante acentuado em fins do século XVIII e uma espécie de sobrevivência artificial durante o século XIX. Atualmente, certas correntes (como por exemplo, a “neo-retórica”) tentam reviver a retórica.

1.1.3. *Os herdeiros modernos da retórica* — Apesar de bastante esquecida, a retórica continua inspirando um certo número de trabalhos contemporâneos sobre a linguagem. Retiraremos, desses trabalhos, exemplos nos quatro domínios seguintes:

a) *as teorias da literatura*: estilística, neo-retórica, semiologia, poética etc., retomam, por sua conta, um certo número de concepções tiradas da retórica (II).

b) *as teorias do discurso* retomam, em uma perspectiva sociolinguística ou ideológico-política, um certo número de conceitos aristotélicos como, por exemplo, os de “papel”, de “lugar” e de “imagem” (aos quais são anexados outros, que se inserem claramente na mesma perspectiva, como as noções de “máscara”, de “simulação”, de “convivência” etc.) (12). Notar-se-á que esses empréstimos da retórica, ao nível da concepção teórica básica do discurso, aliam-se curiosamente, como recurso, na prática de análise, às técnicas linguísticas estruturalistas (cf. distribuição, co-ocorrências, métodos harrissianos), cuja inspiração teórica é, no entanto, muito distante da retórica!

c) *as teorias da argumentação* apresentam-se também como herdeiras da retórica, na medida em que visam analisar os mecanismos da persuasão através do discurso (13). Inserem-se principalmente em 2 grandes correntes: — corrente lógico-linguística (14) e corrente pragmático-linguística (15).

d) as aplicações práticas, como por exemplo as “técnicas de expressão”, a arte do resumo, da dissertação, etc. apropriam-se nitidamente de certas noções retóricas.

1.2. A GRAMÁTICA, OU A ENUNCIÇÃO ABORDADA A PARTIR DA LÍNGUA

Apesar de estar interessada pelas regras constitutivas do sistema da língua comum a todos os utilizadores e não aos mecanismos de produção do discurso por um sujeito em situação, a gramática não ficou livre de ser tocada, em alguns pontos precisos, pela existência de fenômenos enunciativos da língua (tomaremos somente dois destes exemplos: o da “dêixis” e o das “modalidades”) e de deparar-se com a problemática do sujeito (16).

1.2.1. *A “dêixis”*. Desde a antigüidade (cf. Appollonius Dyscole), a tradição gramatical reconheceu a especificidade de alguns termos que só obtêm valor determinado

através da atualização momentânea que lhes confere a produção do enunciado em que aparecem (é *na e pela* enunciação particular que *eu*, que remete, na língua, a toda pessoa suscetível de exercer o papel de sujeito enunciador, ou seja “eu”, poderá encontrar-se designando uma pessoa precisa, aquela que, na enunciação particular em questão, encontra-se efetivamente dizendo “*eu*”). Longe de serem unidades isoladas, esses termos formam um verdadeiro sistema, o dos “índices” (segundo o termo de Benveniste); têm uma função extremamente capital, uma vez que servem como pontos de “ancoramento” da mensagem (permitem determinar as “coordenadas-zero” da enunciação que são o “eu-aqui-agora” do enunciador, a partir dos quais serão estabelecidos todos os valores derivados, como por exemplo *ontem* em relação a *hoje*; *lhe* em relação a *me*; *lá* em relação a *aqui* etc.). Do mesmo modo, eles manifestam uma propriedade importante da linguagem: a de comportar em si própria as condições de sua reflexividade, de conter em si, enquanto código, unidades que remetem ao próprio funcionamento desse código.

É, aliás, essa propriedade muito particular da linguagem (chamada “natural”) que incomodou filósofos e lógicos: estes sonham em “normalizar” a linguagem, reduzir sua pluridimensionalidade, eliminando, sobretudo, os termos dêiticos (17), que eles consideram como “quase-signos” ou como “signos vazios”, pelo fato de eles adquirirem referência precisa somente através da enunciação.

Ao contrário, para alguns lingüistas contemporâneos, herdeiros, nesse aspecto, da tradição gramatical, os dêiticos revelam uma propriedade essencial da linguagem e merecem, por isso, um estudo aprofundado. Estamos pensando, principalmente, na análise dos “shifters” (ou “embreadores”) de Jakobson como unidades do “código” remetendo à “mensagem”, quer dizer, o colocar-se em funcionamento, específico de um código (18), e na análise dos “índices” de Benveniste, que os apresenta como o próprio fundamento da problemática enunciativa: “Desse modo a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promoveu definitivamente à existência (...). É preciso, pois, distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente, daquelas que, emanando da enunciação, existem somente na rede de “individuos” que a enunciação cria em relação ao “aqui-agora” do locutor (19).

Essa atenção dada aos dêiticos encontra-se igualmente em outros autores (20), por exemplo, na corrente semântico-gerativa (21).

1.2.2. Aqui também, encontramos uma tradição de análise das modalidades, não mais puramente gramatical, mas lógico-gramatical.

Alguns exemplos, que nos contentaremos somente em evocar, com o único objetivo de lembrar o quanto os estudos modernos sobre esse assunto se inserem (quer eles admitam ou não) numa longa trajetória de trabalhos e reflexões:

— estóicos e aristotélicos distinguem diferentes tipos de “lekta”; assim Ammonius distingue a asserção, o endereçamento, o pedido-desejo, a interrogação e a ordem, que ele reduz, finalmente, a dois grandes tipos de funcionamento: o funcionamento “cognitivo” (a asserção, que permite transmitir uma informação verdadeira ou falsa), e o funcionamento “apelativo” (todos os outros tipos, em que há um locutor dirigindo-se a um receptor que lhe pareceu em condições de satisfazer seus desejos) (22). Encontramos essa tradição de análise durante toda a idade média: assim Boécio distingue, por sua vez, a “*oratio enunciativa*” (asserção), a “*oratio invocativa*” (imperativo, vocativo), e a “*oratio deprecativa*” (interrogativo, optativo, desejo) (23).

— Varrão distingue as palavras que pertencem a três tipos de ações: pensar, dizer e

fazer, e analisa em particular as palavras que significam “fazer a ação que se realiza ao pronunciar-se uma parte ou o total da palavra examinada” (24).

— Aristóteles estabelece regras de equivalência por dupla negação contraditória, não somente entre proposições assertivas, mas também entre proposições modais (ex: *É possível que isto seja* equivale a *Não é necessário que isto não seja* etc.) (25); análise que será retomada pela tradição clássica: cf. Port-Royal.

— A idade média decompõe a proposição em “modus” e “dictum”, e distingue as modalidades “de re” das modalidades “de dicto” etc.

São herdeiros dessa longa tradição os lingüistas contemporâneos que se esforçam por apresentar uma análise enunciativa das modalidades (26). Sua atenção é particularmente voltada para as seguintes questões: tipologia das modalidades, análise das relações sistemáticas entre modalidades, oposição entre modalidades de “dito” (ou do enunciado) e modalidades do “dizer” (ou da enunciação) e entre modalidades do “dizer” e modalidades do “fazer” (atos de fala, performativos...) questões estas que se identificam com problemáticas conhecidas da tradição lógico-gramatical.

1.2.3. *O sujeito e a língua* — A tradição gramatical não separa radicalmente o sujeito da língua (nem, realmente, a língua do discurso). Faz apelo em particular e de modo intuitivo ao sujeito para analisar certas formas e construções da língua. Um exemplo: Port-Royal referindo-se à ambigüidade da proposição complexa *Todos os filósofos nos afirmam que as coisas que têm peso tombam por si mesmas* “à intenção de quem a pronuncia” (sendo que o problema é saber qual é o julgamento principal e qual é o julgamento incidente) (27).

Temos costume de remontar a Saussure e a sua famosa dicotomia “língua/fala” a rejeição do sujeito e, conseqüentemente, preocupações enunciativas, que ficariam fora do campo da lingüística — rejeição na qual, o estruturalismo estaria, em seguida, bastante enclausurado e que se encontraria também em Chomsky no privilégio concedido à “competência” em prejuízo da “performance” (28).

Apesar de ser correta nas suas linhas gerais, essa análise precisaria ser aperfeiçoada.

Constata-se, em todo caso, que um certo número de “marginais do estruturalismo” continuam a não fazer o corte, e a integrar na análise lingüística o recurso ao sujeito e à situação de enunciação. Citemos, particularmente, Bally, Damourette e Pichon, Guillaume e Benveniste (29). E constata-se, igualmente, que, após um período de rejeição, o sujeito e a enunciação tendem a reaparecer no âmago das perspectivas lingüísticas, as mais decididamente anti-enunciativas de início (por exemplo na gramática gerativa — e, sobretudo, na semântica gerativa).

1.3. A LÓGICA, OU A ENUNCIÇÃO RE-DESCOBERTA A PARTIR DA LINGUAGEM

Se os postulados básicos da lógica clássica são nitidamente anti-enunciativos, constata-se, entretanto, a emergência, atualmente, de problemáticas que se aproximam da enunciação: de um lado, no interior da própria lógica (através das semânticas intensionais), por outro lado na sua periferia (sob o impulso das “filosofias da linguagem ordinária”) (30).

1.3.1. *Os postulados anti-enunciativos da lógica*. Manifestam-se principalmente em dois domínios:

— o privilégio concedido ao ponto de vista *extensional* (cf. a primazia da asserção sobre as outras modalidades, a atenção dada à denotação das expressões, à função re-

ferencial, à transparência da linguagem, o cálculo das expressões em termos de valores de verdade etc.)

— a *independência*, postulada pelas teorias das linguagens formais dos três planos, da sintaxe (relações signos-signos), da semântica (relações signos-objetos) e da sintaxe (relações signos-utilizadores), e a *hierarquia* sintaxe → semântica → pragmática: cf. Carnap, Morris. Este postulado duplo da independência mútua dos três níveis e da hierarquia entre eles é recusado pelos defensores de uma abordagem enunciativa da linguagem (dita “natural” em oposição às linguagens formais): por exemplo, por Culioli e por Ducrot.

1.3.2. *As semânticas intensionais* — Questionam o privilégio dado exclusivamente ao ponto de vista extensional. Seguindo Frege (31), elas estabelecem a distinção entre “sentido” e “referência” (32), e insistem na necessidade de estudar um certo número de fenômenos semânticos do ponto de vista do sentido, e não da referência; como, por exemplo, a sinonímia: “Para determinar a sinonímia entre dois nomes ou duas expressões, basta compreendê-los, enquanto para determinar se dois nomes designam o mesmo objeto, é, em geral, necessário investigar o mundo”, diz Quine (33). Assim também para tratar certos casos de pressuposição e casos de “opacidade”, é necessário levar em conta o sentido das expressões.

Vista de um ponto de vista do lingüista, esta valorização do sentido constitui uma amostra do reconhecimento da diversidade possível das conceitualizações de um mesmo referente, em função dos sujeitos e das situações. Notar-se-á, particularmente, que o problema da não substituição de expressões com denotação idêntica em um contexto dito “opaco” pode ser tanto tratado em termos lógicos, segundo uma semântica intensional como em termos lingüístico, segundo uma semântica enunciativa (34).

1.3.3. Os “filósofos da linguagem ordinária” — Os postulados anti-enunciativos da lógica foram denunciados pela corrente dos “filósofos da linguagem ordinária”, em particular o privilégio concedido à asserção: denúncia que conduziu à teoria dos “atos de linguagem” (ou de “discurso”, ou ainda “de fala”), sobretudo à noção de “performativo”; cf. Austin, Searle e Strawson.

Nas pistas abertas por essa corrente, desenvolveram-se as problemáticas chamadas de “pragmática lingüística”, que recobrem parcialmente as problemáticas das “funções da linguagem”, as da enunciação lingüística (no sentido estrito do termo, quer dizer análise de categorias como a dêixis ou as modalidades) e as da argumentação.

2. ENUNCIÇÃO E PRAGMÁTICA EM LINGÜÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Dois grandes correntes disputam atualmente, no interior da lingüística, o campo enunciativo. A primeira, que se poderia chamar (pelo menos de início) a “enunciação no sentido estrito do termo”, parte da análise de alguns subsistemas de unidades da língua (que, como a dêixis ou as modalidades têm um estatuto claramente enunciativo) e amplia a análise progressivamente a outras unidades e, depois, a todo enunciado. Essa corrente tem como central a noção de “categoria enunciativa”, e esforça-se por partir, o máximo possível, das formas da língua. Essa corrente é de inspiração “neoestruturalista” e européia (em particular francesa) (35).

A segunda corrente, chamada “pragmática” (mas que reivindica, ela também, a etiqueta enunciativa) tem muito mais tendência a partir de certos conceitos lógico-lingüísticos, do que trabalhar com a “linguagem em funcionamento” (cf. por exemplo, “os mecanismos conversacionais”). Essa corrente é de inspiração lógica e anglo-

saxônica; particularmente bem implantada nos Estados Unidos, na Alemanha e na Inglaterra, tendo-se desenvolvido também na França (36).

Essas duas correntes parecem ignorar-se mutuamente (o que é, sem dúvida, lamentável para o progresso da pesquisa!). Nós tentaremos aqui uma breve apresentação comparada delas, tarefa difícil, pela ausência de relações explícitas entre as duas, como também pelas constantes interferências e delimitações que, de fato, ocorrem entre elas, sem que isto seja jamais admitido. Nossa apresentação será necessariamente alusiva e esquemática.

2.1. A CORRENTE ENUNCIATIVA (NO SENTIDO ESTRITO) (37)

Dois pontos reterão aqui a nossa atenção: o processo contínuo de ampliação pelo qual a análise, que incide de início sobre certas categorias enunciativas, acaba por estender-se a todo o enunciado, e a própria noção de categoria enunciativa.

2.1.1. *O processo contínuo de ampliação* — A partir da análise das unidades *dêiticas*, no sentido estrito, passa-se insensivelmente:

— do “eu” do enunciador ao estudo da categoria da pessoa, depois ao dos apelativos, dos termos de endereçamento etc (que podem eventualmente desembocar em um estudo sociolinguístico: como dirigir-se a tal ou tal pessoa, segundo a situação, o contexto cultural etc?),

— do “aqui” do enunciador ao estudo das categorias do espaço,

— do “agora” do enunciador ao estudo da categoria da temporalidade (não somente tempo, mas também aspecto),

— e, de um modo mais geral, da estrita ostensão à categoria da determinação.

Por outro lado, passa-se igualmente da dêixis “indicial” (do tipo: *este livro*, designando um livro determinado na situação) à dêixis “anafórica” do tipo: *este livro*, designando um livro determinado pelo contexto, quer dizer “o” livro já mencionado).

Percebe-se, de fato, que as mesmas marcas são empregadas tanto num como noutro caso, e somos, pois, conduzidos a colocar que o contexto exerce, no discurso, o papel de situação (cada enunciado, uma vez produzido, cria uma série de “pontos de referência” para a enunciação seguinte ou “repères” segundo o termo de Culioli).

Do mesmo modo, a partir da análise da *modalidade*, passamos insensivelmente:

— ao estudo dos diferentes “registros” enunciativos, e a uma tipologia dos discursos estabelecida sobre a base desses registros; assim a oposição “história”/“discurso” proposta por Benveniste (a história definida como “narração de acontecimentos passados sem nenhuma intervenção do locutor; ninguém fala, neste caso, os acontecimentos parecem falar por si próprios”, e oposta ao discurso, como “enunciação que supõe um locutor e um ouvinte, e no primeiro a intenção de influenciar o outro de algum modo (...) enfim, todos os gêneros em que há alguém dirigindo-se a alguém, enunciando-se como locutor e organizando o que ele diz na categoria da pessoa”)(38).

— depois, a um estudo dos diversos modos de intervenção do sujeito no discurso, sobretudo através de certos fenômenos como o discurso indireto, as asserções relatadas etc.; intervêm, pois, noções como a de “assunção”, de grau de implicação, de compromisso do sujeito com o seu enunciado, problemática que recobre parcialmente a dos “atos de linguagem” (39).

É assim que se passa insensivelmente de categorias formais à categorias nocionais, mais ou menos bem definidas, e cuja ligação com as marcas linguísticas tornam-se cada vez mais tênues, à medida que se procura ampliar essas categorias.

Amplia-se também a análise ao conjunto das operações constitutivas do enunciado, que se encontram, desse modo, integradas ao campo enunciativo:

— o *léxico*: “a questão é ver como o “sentido” se forma em “palavras” (...) é a semantização da língua que está no centro desse aspecto da enunciação, e ela conduz à Teoria do signo e à análise da significância” (Benveniste) (40).

— e a *sintaxe*: “Sob a mesma consideração” (enunciativa) nós ordenaremos os processos pelos quais as formas lingüísticas da enunciação diversificam-se e geram-se” (Benveniste) (41).

Esse duplo processo de ampliação (das categorias formais às categorias nocionais, e das operações estritamente enunciativas ao conjunto das operações constitutivas do enunciado) leva à construção de verdadeiros “modelos enunciativos” da linguagem (como, por exemplo, o de Culioli 42). Nesta perspectiva, tudo está subordinado à enunciação, o que quer dizer que todas as unidades e todas as relações que intervêm no enunciado tendem a ser analisadas, numa visão unificada, à luz dos parâmetros enunciativos. Inversão total de perspectiva em relação às semânticas interpretativas da sintaxe, por exemplo. Essa opção se justifica? Se dissermos que *tudo* na produção e reconhecimento dos enunciados (tudo e não somente certas unidades com estatuto privilegiado) encontra-se sob a dependência do sujeito (do locutor e do ouvinte), parece, entretanto, real o risco de que as teorias enunciativas se enfraqueçam ao querer tudo englobar, e, sobretudo, de que elas percam o contacto com as marcas lingüísticas, em prol de considerações abstratas e noções vagas. O desafio dessas teorias é ampliar seu campo e continuar operatórias. Suas saídas possíveis em relação à sociolingüística e às teorias do discurso em particular, elucidam isso de um ponto de vista teórico (43).

2.1.2. *A noção de categoria enunciativa*. Trata-se aqui de uma noção bastante central, cujas propriedades essenciais nos parecem ser as seguintes: (44)

— as categorias enunciativas de base (como por exemplo a pessoa, o aspecto, a determinação) são presumidamente universais, no sentido de que se encontram, organizados evidentemente de modo diferente, um sistema de pessoa, um sistema aspectual, um sistema modal em toda língua.

— as categorias enunciativas são concebidas como sistemas de correspondências (correspondências variáveis de língua para língua) entre conjunto de operações e conjunto de marcas lingüísticas,

— as categorias enunciativas são concebidas em termos dinâmicos de “operações” (e não como classes taxonômicas fixas); há a hipótese de que existiria um pequeno número de operadores de base (como por exemplo o operador de “localização” (repérage) de Culioli), suscetível de tomar valores em número igualmente limitado (como por exemplo a “identificação”, a “diferença” e a “ruptura”, também em Culioli) e é a combinatória desses operadores e desses valores que daria um número extremamente grande de configurações possíveis.

Através da noção de categoria enunciativa, é a idéia de inserção do sujeito no próprio sistema da língua que se tenta tornar operatória, da intuição da “não-transparência” da linguagem, de seu papel não (exclusivamente) instrumental.

2.2. *A CORRENTE PRAGMÁTICA* (45). Após ter lembrado as principais direções com que se comprometeu esta corrente, tentaremos esboçar resumidamente as suas características.

2.2.1. *Campo do Estudo* — A corrente pragmática parece estar comprometida com três grandes direções:

a) o estudo dos “atos de linguagem”: seguindo as distinções propostas por Austin entre “constativo” e “performativo”, como entre “illocutório” e “perlocutório”;

b) o estudo dos “mecanismos conversacionais”: em particular na pista dos trabalhos de Grice (46) procura-se extrair as regras, postulados, implicaturas e máximas constitutivas da troca verbal, e distinguir os diversos níveis onde se possam executar os atos de linguagem (atos primitivos, derivados, marcados, manifestos ou não);

c) o estudo das “*pressuposições*” que, após ter conhecido um grande apogeu, parece estar em relativo declínio.

Essas três direções não são independentes umas das outras: existe entre elas numerosas conexões, múltiplas pontes e cada uma pode ser definida em termos das duas outras (47).

2.2.2. *Concepções teóricas* — Contrariamente à primeira corrente que, partindo das marcas lingüísticas e das categorias formais, chegava a categorias nocionais cada vez mais vastas, a corrente pragmática parece-nos que parte de categorias nocionais e visa encontrar nelas as marcas lingüísticas; esforço renovado constantemente, apesar de alguns fracassos parciais reconhecidos pelos próprios autores (como Austin que acabou renunciando a encontrar critérios lingüísticos no performativo).

Como a primeira corrente, a corrente pragmática espera, com direito, cobrir a totalidade dos dados lingüísticos; segundo Todorov (48), a noção de força illocutória (tomando um único exemplo) encontra-se em tudo: na ordem das palavras, no acento lógico, na entonação, na pontuação, no modo do verbo, no estatuto da frase, na estrutura lexical dos verbos etc.

É sem dúvida essa vontade comum de dar conta da totalidade do campo lingüístico (e também, evidentemente, o recorte de um certo número de problemas e preocupações, acima das divergências de abordagem) que explica que tanto uma corrente como a outra pretende colocar-se sob a égide da “enunciação” e reivindica para si eventualmente a exclusividade. A corrente pragmática tende a identificar pura e simplesmente “pragmática lingüística” e “enunciação” (49), enquanto a primeira corrente insiste na diferença entre esses dois termos e espera distinguir-se da pragmática, situação que não contribui para esclarecer os desafios teóricos!

A corrente pragmática lingüística distingue-se das correntes pragmáticas das lógicas formais pelo fato de estas subordinarem a semântica à pragmática. Ela manifesta claramente uma tendência a privilegiar “os modos de dizer” sobre “o dito”, a dimensão do implícito, do subentendido, do derivado, do pressuposto, do alusivo, do sugerido (49) sobre a do explícito, do assertado, do dito, do posto, o estudo das imagens da enunciação sobre as do conteúdo do enunciado (50).

Enfim a corrente pragmática insere-se numa Teoria geral da ação: “Enquanto ação particular, a enunciação faz parte de um estudo *total* do comportamento na sociedade e mais particularmente da *antropologia lingüística*” afirmam Ducrot e Todorov (51) e Verschuerem (52) repete: “A pragmática (...) é análoga a uma parte da sociologia que se chama etno-metodologia (...) e que tem por objeto o mundo de crenças que está na base do comportamento social”. Quanto a isso, a corrente pragmática pode também conhecer prolongamentos pelo lado da sociologia (ou da psicologia social), mas sem dúvida mais na perspectiva do comportamento do indivíduo no interior do grupo, do que na da ideologia e da política. São evidentes as suas afinidades com o “juridismo” (cf. as noções de contrato, de regra, de convenção), com um certo tipo de moralismo e com uma ideologia da “eficácia” (53).

3. A ENUNCIÇÃO COMO UM CONJUNTO DE PROBLEMÁTICAS TEÓRICAS

As definições da enunciação que são oferecidas, por exemplo, nos diferentes dicionários lingüísticos (54) comprovam a diversidade dos pontos de vista possíveis sobre a enunciação; cada um “puxa” a enunciação para a sua problemática teórica. Do mesmo modo é difícil encontrar uma apresentação de conjunto das grandes questões e das posições comuns à diversas abordagens da enunciação (55). Tentaremos, entretanto, esboçar as linhas gerais dessa apresentação. Fixar-nos-emos em três eixos de reflexão: o questionamento da oposição língua/fala, a concepção da semântica, e o papel do sujeito.

3.1. O QUESTIONAMENTO DA OPOSIÇÃO LÍNGUA/FALA

Lembraremos sucessivamente os argumentos que fundamentam esse questionamento, e em seguida, apresentaremos as novas dicotomias propostas.

3.1.1. *Argumentos*. A argumentação é dupla:

a) constatação da existência de categorias de termos que, na língua, remetem ao funcionamento da própria língua (cf. os dêiticos e as modalidades), e da impossibilidade de dar conta de sua semântica, sem fazer apelo às noções tais como a de situação e de sujeito da enunciação; pôr aproximações, a argumentação é estendida a outras categorias e, em seguida, ao conjunto das operações constitutivas do enunciado (cf. *supra*),

b) no plano de funcionamento discursivo concreto, colocaremos ênfase na imbricação constante entre a “função referencial” e as outras funções, em particular as funções intersubjetivas (por exemplo “emotiva” e “conativa”); essas diversas funções interpenetram-se de modo indissociável — daí a denúncia de oposições tais como o “objetivo” (o que sealaria) / o “subjetivo” (o que se diria dele), ou a “denotação” / as “conotações”: o sujeito está sempre presente em tudo, mesmo quando se mascara.

Em conseqüência, parece tão injustificado separar a língua de seu funcionamento, e o sujeito da língua, quanto o deslocamento feito pelas teorias enunciativas da oposição língua/fala (em vez de realmente superá-la): elas propõem, de fato, novas dicotomias.

3.1.2. *Novas dicotomias*. Destacaremos três delas:

a) a *língua/discurso* (56): vista pelos lingüistas, essa oposição parece não somente designar a oposição entre o que pertence a uma análise lingüística e o que se encontra determinado pelo extralingüístico, mas também serve freqüentemente para marcar a fronteira entre a análise dos paradigmas de unidades isoladas e a análise de sua combinatoria sintagmática em uma unidade de grandeza superior.

Assim, por exemplo, Benveniste distingue a análise do signo “em língua”, no plano “semiótico”, que depende dos métodos da lingüística estrutural, e a análise da frase “em discurso”, no plano “semântico”, que depende da lingüística enunciativa; em um caso, a língua tem por função “significar”, em outro ela permite “comunicar”. “O semiótico caracteriza-se como uma propriedade da língua em ação (57).

Encontra-se uma posição bastante próxima em Guillaume, que vê na “língua” o plano do virtual, do potencial, do finito das regras, de um primeiro “corte” efetuado pela língua no pensamento, e criando um movimento, e, no “discurso” o plano do atual, do efeito, do infinito das realizações particulares, de um segundo “corte” efetuado pelo discurso no movimento, e criando “efeito do sentido”, valores no nível da combinatoria das unidades na frase.

Tanto para um como para o outro, sujeito e enunciação fazem parte do discurso, e manifestam-se quando se passa do estoque estático das unidades isoladas à dinâmica de sua combinatória no interior da frase, isto é, no fundo quando se passa ao “juízo” à “asserção”. Diferentemente da “fala” de Saussure, o discurso é visto, nesse caso, positivamente e considerado objeto de análise para o linguista.

Mas essa posição é, por sua vez, rejeitada pelas teorias da enunciação mais recentes, que esperam integrar o sujeito da enunciação e a análise da frase (ou do enunciado) na própria língua.

b) *enunciado/enunciação*: o enunciado opõe-se à enunciação como o produto à produção, o objeto ao ato; mas a característica das problemáticas enunciativas reside precisamente no fato de que elas postulam a necessidade de referir-se à produção para dar conta do produto, na medida em que o produto contém os traços de sua produção. Se conhecemos apenas os enunciados, é a partir desses enunciados que se tenta inferir os mecanismos da enunciação.

A essa oposição vem, às vezes, sobrepor-se uma outra dicotomia: a do “*type*”/“*token*”; opõe-se assim o “enunciado-*type*” ao “enunciado-*token*” (quer dizer, à ocorrência particular do enunciado em uma situação dada) (58).

c) *língua/produtos textuais*: o produto textual é considerado por certos autores (como, por exemplo, Culioli ou Pottier) como uma realização particular de um sistema de operações que, por definição, não contém nada além do sistema da língua.

3.2. A *CONCEPÇÃO DA SEMÂNTICA* (59) — Está longe de ser unificada: há provavelmente tantas concepções da semântica quantas são as teorias enunciativas. Entretanto, certos pontos comuns podem ser retidos.

3.2.1. *Os níveis semânticos* — A oposição “sentido”/“significação” é comumente empregada pelos defensores da enunciação. Notar-se-á, entretanto, que, segundo os autores, ela recobre realidades muito diferentes; pode, de fato, equivaler a:

a) “sentido”/“referência”, na acepção de Frege; se os estruturalistas proclamaram claramente que a lingüística devia ocupar-se somente do sentido, por outro lado a perspectiva enunciativa está inclinada a não separar radicalmente o sentido da referência, e a considerar como parte integrante das semânticas lingüísticas as operações de “referenciação” pelas quais o sujeito reconstrói o referente (por definição inacessível) a que ele visa: cf. Culioli.

b) *semântica/pragmática*, isto é, um semantismo intrínseco das expressões oposto a um semantismo de que só podemos dar conta integrando os parâmetros enunciativos (sujeito e situação).

c) sentido do “*token*”/“*significação do “type”*”: de acordo com o emprego (bastante particular) que faz Ducrot desses termos.

d) *conteúdo proposicional/modalidades e atos de linguagem* ou, em outros termos, o “locutório”/o “illocutório”; segundo a versão amplamente atestada no interior da corrente pragmática.

e) *sentido literal/sentido derivado*: pode tratar-se do “posto”/“pressuposto”, do “sentido próprio”/“sentido figurado”, ou ainda do “dito”/“implícito”, “subentendido”, “sugerido”...

Essas diferentes dicotomias possuem evidentemente conexões entre elas.

3.2.2. *A dimensão da comunicação* — Um ponto comum às teorias enunciativas é insistir sobre a função comunicativa da linguagem, não na perspectiva estruturalista do

“instrumento da comunicação” (que, definitivamente, acaba por excluir o sujeito), mas na de troca verbal entre locutor e receptor; quanto a isto, as lingüísticas enunciativas são realmente herdeiras da retórica. Nessa perspectiva, o “esquema da comunicação” de Jakobson é freqüentemente evocado, e criticado pelo seu aspecto exageradamente fixativo, super-simplificado, e, ao mesmo tempo, pelas suas conotações do tipo “Teoria da informação”.

Recolocar a semântica no quadro da troca verbal, é recusar os modelos que se pretendem exteriores aos sujeitos e neutros em relação à produção/reconhecimento. É afirmar que as operações de construção e reconstrução do sentido pelo emissor e pelo receptor não são necessariamente totalmente reversíveis e que há, por conseqüência, lugar para estudar a especificidade dos processos de produção e de reconhecimento (a enunciação cobrindo os dois) (60).

É igualmente admitir a possibilidade da não concordância dos “jeux” (nos dois sentidos do termo em francês) entre emissão e recepção; daí um interesse pelos fenômenos como: lapsos, ambigüidade, desvio de sentido, paráfrase etc.

Notar-se-ão, de passagem, os discutíveis problemas de terminologia que se colocam assim que se tenta estudar a produção e o reconhecimento, e sobretudo se se admite que esses dois tipos de processos operam simultaneamente no emissor e no receptor (cf. Culioli); nós evocaremos, para lembrar, a confusão terminológica que reina no assunto: emissor/receptor, locutor/alocutário, enunciador/enunciatário, destinador/destinatário etc. (cf. *infra*, § 3.3.1.).

3.2.3. *Enunciação e Teoria do signo* — As relações entre teorias da enunciação e teoria (em particular estruturalistas) do signo não são claras. Ora, opoem-se categoricamente as duas perspectivas como antinômicas (61), ora, ao contrário, vê-se na enunciação uma espécie de prolongamento do estruturalismo. O que acontece, em todo caso, é que um certo número de autores participam, de fato, das duas correntes teóricas, mesmo se, como Benveniste, eles continuam opondo-as como duas técnicas que se aplicam a níveis diferentes da análise lingüística. É, sem dúvida, Guillaume que, a seu modo, articula, mais sutilmente, as duas perspectivas e, através dele, todos os autores que trabalham com a noção de “valor central” em língua, suscetível de receber um certo número de “valores secundários” ou de “efeitos” segundo as circunstâncias enunciativas (cf. Culioli, Pottier, Ducrot).

3.3. *O PAPEL DO SUJEITO* — O que é característico das teorias enunciativas é que elas tentam integrar à análise lingüística o parâmetro “sujeito” e tratam-no como um sujeito *lingüístico*, quer dizer como uma espécie de “função vazia”, como simples suporte de operações lingüísticas. A dificuldade (não somente no plano terminológico, mas também de um ponto de vista teórico) de pensar a diversidade dos sujeitos lingüísticos possíveis, em função da diversidade das operações lingüísticas de que eles podem ser os suportes, e de pensar a distinção/articulação entre sujeito lingüístico e sujeito extra-lingüístico é então enorme.

3.3.1. *Os sujeitos lingüísticos* — Dois tipos de distinções são freqüentemente feitos:

a) *assertor direto/indireto*: Trata-se de poder dar conta das asserções relatadas, enunciações indiretas (do tipo: *João disse-me que Paulo lhe havia dito que você tinha vindo*). Podemos falar, por exemplo, seguindo Culioli, de “locutor” para designar o sujeito da enunciação-origem (aquele que diz “eu”) e, de “enunciadores” para designar os diferentes sujeitos suportes das enunciações em cascata.

b) *sujeito suporte da enunciação/sujeito colocado em cena pela enunciação*: É assim que Ducrot distingue as “personagens enunciativas” (o “locutor”: aquele a quem a palavra é “atribuída”, o autor do enunciado; e o “alocutário”: aquele a quem a palavra é destinada), que fazem aparecer por exemplo uma fórmula como *Eu te digo...*, e as “personagens ilocutórias” (o “enunciador” e o “destinatário”, origem responsável do ato ilocutório, e objeto desse ato), que fazem aparecer uma fórmula como *Eu te prometo...* (62).

No âmago dessas tentativas de tipologias dos diferentes sujeitos lingüísticos temos o problema incontornável de saber que estatuto teórico atribuir a esses sujeitos: em particular que tipo de hipótese é feita sobre a conexão entre as operações lingüísticas em jogo e aquilo que poderia ser a atividade mental concreta dos sujeitos falantes. Sobre esse ponto constata-se muitas hesitações e flutuações, até mesmo contradições: desconfiança quanto às operações mentais às quais não se tem acesso, tentativa para lançar pontes (prudentes) entre a lingüística e a psicolingüística (Culioli), ou ao contrário, rejeição radical de qualquer conexão entre operações lingüísticas e operações da linguagem (Ducrot): mas então, qual é o interesse em querer integrar o parâmetro “sujeito” na análise, se não se procura “esclarecer os enunciados reconstituindo a sua gênese, explicitando as intenções de onde eles provêm ou os mecanismos cognitivos que os tornaram possíveis”, ou ainda se o “conceito de enunciação não tem nada de psicológico e não implica nem mesmo a hipótese de que o enunciado seja produzido por um sujeito falante” (Ducrot (63))?

A questão é certamente espinhosa, mas não nos parece que tenha recebido resposta satisfatória até o momento.

3.3.2. *Sujeito lingüístico e Sujeito extra-lingüístico*. Se os autores, por um lado, tomam cuidado em precisar que os diferentes sujeitos lingüísticos com os quais operam não devem ser confundidos com os sujeitos em carne e osso da realidade empírica extra-lingüística (Ducrot designa estes últimos pelos termos de “emissor” e “receptor”), por outro lado, eles não dizem nada sobre os tipos de conexões que seria eventualmente possível estabelecer entre sujeito lingüístico e sujeito extra-lingüístico (quer dizer, definitivamente entre as teorias lingüísticas da enunciação e as teorias não-lingüísticas da linguagem, por exemplo, teorias do discurso, ideologias, psicolingüística, sócio-lingüística, psicanálise etc.). A questão é, entretanto, importante, pois seria paradoxal abrir a lingüística para a enunciação, para fechá-la, em seguida, sobre si própria!

Apesar da ausência da reflexão explícita em relação ao assunto, parece, entretanto, que se depreendem certas afinidades teórico-ideológicas (por assim dizer, delas mesmas): pensamos, particularmente, no fato de que o sujeito de certas lingüísticas da enunciação parece poder articular-se com o sujeito coletivo (sociológico ou político ou ideológico) das teorias do discurso, enquanto o sujeito de certas outras lingüísticas da enunciação (pensamos em particular na corrente pragmática) articular-se-ia mais facilmente com o sujeito individual da psicologia e da psicologia social. Mas isto são apenas notações alusivas: a reflexão teórica e crítica sobre os fundamentos epistemológicos das correntes enunciativas está ainda nos seus primeiros balbucios.

Esperamos somente ter podido contribuir com este artigo para esclarecer as condições de uma tal reflexão, e para abrir o debate nesse domínio.

FUCHS, C. — Les problématiques énonciatives: esquisse d'une présentation historique et critique. Trad. de Leticia M. Rezende. *Alfa*, São Paulo, 29:111-120, 1985.

RESUMÉ: Cet article donne une clarification du terme "énonciation", tant historique, que théorique et critique. Pour élaborer cette clarification l'auteur esquisse un panorama, un "tour de la question" (très succinct) où sont considérés successivement les ancêtres de l'énonciation, les théories contemporaines énonciatives et pragmatiques et enfin les grandes questions théoriques soulevées par la problématique énonciative.

UNITERMES: Énonciation; pragmatique; discours; rhétorique; sémantique.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Sobre a retórica e sua história, ver *Communications* n.º 16 (1970), e sobre a retórica como origem da enunciação, ver Fuchs (1981) § 1.
2. cf. Barthes (1970), pp. 178-179.
3. cf. Barthes (1970), pp. 178-183 e Fuchs (1980a), pp. 23-31.
4. Exemplos tirados da *Rhetorique* de Aristóteles, cap. III 2, 1405a — 1405b.
5. Citação extraída da *Rhetorique* de Aristóteles, cap. I 3, 1358 b. Sobre os parâmetros enunciativos na retórica aristotélica, cf. Fuchs (1980a), pp. 37-43.
6. Le Guern (1978), p. 281.
7. Compagnon (1979) p. 96.
8. cf. Barthes (1970), pp. 178-179.
9. Compagnon (1979), p. 144.
10. cf. Barthes (1970), pp. 186-187 e 192-195.
11. cf. os trabalhos de Barthes, Genette, Todorov, Jakobson etc. Para uma apresentação geral, ver *Langages* n.º 31, (1973) e em particular o artigo introdutório de Coquet (pp. 3-12); ver também Maingueneau (1976) pp. 171-177 e a sua bibliografia p.190.
12. cf. os trabalhos de Marcellesi, Gardin (cf. sua obra de 1974), de Pêcheux (obra de 1969). Para uma apresentação geral, ver Maingueneau (1976), pp. 65-98 e sua bibliografia pp. 187-188 e 190; ver também *Languages* n.ºs 13, 23, 37, 41, 52, 53 e 62. *Langue Française* n.ºs 9, 15, 28 e o artigo de Dubois (1969). Notar-se-á em *Langages* n.º 62 (1981) as precauções dos defensores da "AAD" no que diz respeito à herança jurídico-retórica em análise do discurso.
13. cf. o título do tratado sobre argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958): *La Nouvelle Rhétorique*.
14. cf. os trabalhos de Grize (ver por exemplo Grize (1978), e a revista que publica o centro que é dirigido por ele: *Cahiers du Centre de Semiotique de l'Université de Neuchatel*.
15. Ver os trabalhos de Ducrot sobre mais, por exemplo Ducrot (1980a) pp. 11-29 e sobre as "échelles argumentatives". Para uma apresentação geral, ver Maingueneau (1976) pp. 163-171 e a bibliografia p.190.
16. cf. Fuchs (1981) § 3.
17. cf. os "particuliers égocentriques" de Russell (ver Russell 1940) cap. 7 e os "symboles index" de Peirce.
18. cf. Jakobson (1957).
19. Benveniste (1970), retomado em (1974) p. 84.
20. Para uma apresentação geral, ver Maingueneau (1976) pp. 102-104 e Lyons (1977) vol. 2 cap. 15.
21. Ver por exemplo Fillmore (1971).
22. Segundo Nuchelmans (1973), pp. 97 e seguintes.
23. Segundo Nuchelmans (1973), pp. 128 e seguintes.
24. cf. a conferência de Desbordes na Segunda Conferência Internacional de História das Ciências da Linguagem (Lille, Setembro de 1981), intitulada: "Actes de langage chez Varron".
25. cf. Aristóteles *De L'Interpretation* cf. 12 e 13.
26. Citemos entre outros: Bally (1932), que retoma a distinção *modus/dictum*, Halliday (1967-68), que distingue modalidades da enunciação (relações interpessoais e atos de fala) e modalidades do enunciado (atitudes do sujeito em relação ao seu enunciado), Culioli (1968 pp. 112) que distingue quatro tipos de modalidades, Pottier (1976) e (1980). Para uma apresentação geral, ver Maingueneau (1976) pp. 110 e seguintes, Lyons (1977) vol. 2, cap. 16 e 17, *Languages* n.º 43 (e sua bibliografia).
27. Arnaut et Nicole Logique, reed. 1965 p. 129. Cf. a análise feita por Le Goffic (1978).
28. Cf. Saussure (1916). Para uma representação da oposição língua/fala, ver Ducrot — Todorov (1972) pp. 155-161, Dubois et alii (1973) pp. 277-281, e Fuchs - Le Goffic (1975) pp. 11-12. Para uma crítica desta oposição, ver Pêcheux

- (1969) cap. I e Haroche- Henry-Pêcheux (1971).
29. Cf. Bally (1932), Damourette-Pichon (1911-1934) e sua noção de “ny-negocentrisme du langage” (analisado, quanto ao tratamento dos auxiliares, por Fuchs (1976) e Guillaume (1964). Para uma apresentação de Guillaume, ver Fuchs — Le Goffic (1975) pp. 53-57 e para uma apresentação das relações entre Guillaume e a enunciação, ver Joly (org.) (1980).
30. Cf. Fuchs (1981) § 2.
31. Frege (1982).
32. A terminologia relativa a esse assunto é bastante hesitante. Frege fala de “Sinn”/“Bedeutung”; em ingl. “sense” / “denotation”; em fr. “sens”/“dénotation” ou “référence”; em port. “sentido”/“referência”; Carnap fala de “intensão”/“extensão”; Quine de “meaning”/“reference” (fr. “Sens”/“désignation”); já Lewis opera uma quadripartição em: “extensão” (ou “denotação”) / “compreensão”/“significação”/“intensão” (ou “conotação”).
33. Quine (1943), p. 119.
34. Exemplo: apesar de Scott = o autor de *Waverley*, o fato de mudar o autor de *Waverley para Scott* pode levar à modificação do valor de verdade da proposição como um todo; deste modo, *João não sabe que o autor de Waverley é Scott* pode ser uma asserção verdadeira, enquanto que *João não sabe que Scott é Scott* tem todas as chances de ser falsa! Contextos como *saber que...* são chamados “opacos” no sentido de que eles não permitem a substituição de expressões equivalentes do ponto de vista extensional: eles exigem que seja levado em consideração o sentido dessas expressões. Para uma análise desta problemática a respeito de sinonímia e paráfrase, cf. Fuchs (1980a) pp. 87 — 103.
35. Citemos Bally, Benveniste, Guillaume, Culioli.
36. Citemos a equipe de Ducrot e a revista *Semantikos*.
37. cf. Fuchs (1981) § 3.
38. Benveniste (1959), retomado em (1966) pp. 237-250.
39. cf. *DRLAV* n.º 17, Ducrot-Todorov (1972) pp. 408-410; Hirsh (1980), Ducrot (1980 a) pp. 59-60 e Cerquiglioni (1979 no prelo).
40. Benveniste (1970) retomado em (1974), p. 81. Posição que parece contraditória com a exposta em Benveniste (1967) cf. *infra* / 3.1.2 e nota (57).
41. Benveniste (1970) retomado em (1974) p. 81. Cf. também a posição de Culioli para quem as operações de “enunciação”, estritamente falando são indissociáveis das operações de “predicação”.
42. Para uma apresentação geral do modelo de Culioli, ver Fuchs-Le Goffic (1975) cap. 13 e Fuchs (1980 a) pp. 273-291.
43. Cf. a extensão operada por Fillmore (1971): de “person-place-time-deixis” a “discourse and social deixis”. Cf. também Maingueneau (1976) pp. 118-121.
44. Cf. Fuchs (1980 b) pp. 146-147.
45. Cf. Austin, Searle, Strawson; alguns trabalhos de semântica gerativa; os da equipe de Ducrot (Anscombre...). Ver *Communications* n.º 30 e 32, *Critique* n.º 399-40, *Langue Française* n.º 42, *Linguistique et Sémiologie* n.º 2 e 4. Para uma apresentação crítica, ver Gruning (1979).
46. Cf. Grice (1975), Gordon-Lakoff (1973), Anscombre (1980).
47. Cf. Verschueren (1980).
48. Todorov (1970) p. 5.
49. Cf. o título da obra de Récanati (1979): *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la pragmatique*; na contra-capa desse livro, pode-se ler que se trata de uma “introdução à filosofia da linguagem e à linguística da enunciação — ao que se chama daí em diante “pragmática”. Ainda na sua apresentação do n.º 32 de *Communications*, Récanati escreve que se trata de um “número consagrado às pesquisas que têm por objeto a enunciação linguística. Esses trabalhos conheceram uma repercussão particularmente impressionante depois dos trabalhos do filósofo inglês Austin sobre os atos de fala”
50. Desse modo em Grice (1968) e (1969), temos uma série de telas sem fim, que remetem à imagem da imagem da imagem... Do mesmo modo em Ducrot, o sentido do enunciado acaba por ser caracterizado como “a imagem da enunciação”. Daí a tentativa de Récanati (1980 b) para determinar a noção de “locutório”
51. Ducrot — Todorov (1972) p. 407
52. Verschueren (1980), p. 283
53. Cf. o artigo crítico de Gruning (1979).
54. Para uma definição do termo “enunciação”, ver por exemplo Ducrot-Todorov (1972), pp. 405-411, Dubois *et alii* (1973) pp. 192-193 e também o artigo “enunciação” do *Supplément de l'Encyclopédia Universalis* escrito por Ducrot. Para uma apresentação geral da enunciação, ver Todorov, (1970), Fuchs-Le Goffic (1975) cap. 12 e Fuchs (1980 b).
55. Cf. Fuchs (1980 b) pp. 147-149.
56. Ver Benveniste (1964) (1967) (1969) e (1970); para uma crítica: Fiala-Hirsbrunner (1972), Guillaume - apresentação em Fuchs-Le Goffic (1975) pp. 53-56 e em Joly (org. 1980).
57. Benveniste (1967).
58. Ducrot fala da “significação” do “enunciado-type” (ou “frase”), e do “sentido” do “enunciado-token”; a primeira compreenderia a enunciação, o segundo algumas séries de

FUCHS, C. — As problemáticas enunciativas: esboço de uma apresentação histórica e crítica. Trad. de Leticia M. Rezende. Alfa, São Paulo, 29:111-129, 1985.

- “instruções” de decodificação (cf. conferir suas análises sobre *même* ou *mais*). Ver Récanati (1979) pp. 70 e seguintes.
59. Cf. Fuchs (1980) pp. 320-339 e (1980) pp. 151 *sg.*
60. Notar-se-á que a pragmática tem tendência a privilegiar o locutor em detrimento do ouvinte, e a produção em detrimento do reconhecimento (no entanto Ducrot lança as bases para uma teoria da leitura). A idéia de que a enunciação recobre ao mesmo tempo produção e reconhecimento é contestada por certos autores: Cf. Dubois (1969).
61. Cf. Dubois (1969) que opõe o estruturalismo (que trabalha com o discreto) e a enunciação (que opera sobre o contínuo).
62. Assim em: *A ordem será mantida custe o que custar*, Ducrot coloca que há um alocutário, mas dois destinatários, na medida em que se tem um caso com um duplo ato de linguagem: promessa dirigida aos “bons” e ameaça dirigida aos “maus”.
63. Ducrot *et alii* (1980) pp. 33-34.

BIBLIOGRAFIA PERIÓDICOS

- Cahiers du Centre de Recherches Sémiologiques* da Universidade de Neuchâtel (sobre a argumentação)
- Communications*, Paris, Seuil:
n.º 16, 1970 (sobre a retórica)
n.º 30, (sobre a conversação: Grice, etc.)
n.º 32, 1980 (sobre os atos de discurso)
- Critique*, Paris, Minuit
n.º 339-400, 1980 (sobre os filósofos anglo-saxônicos)
- DRLAV*, Universidade de Paris VIII:
n.º 4, 1973 (sobre as pressuposições)
n.º 7, 1973 (sobre a pragmática de “wieso”)
n.º 16, 1978 (sobre o aspecto)
n.º 17, 1978 (sobre o discurso indireto)
- Langages*, Paris, Didier-Larousse:
n.º 13, 1969 (sobre a análise do discurso)
n.º 17, 1970 (sobre a enunciação)
n.º 23, 1971 (sobre o discurso político)
n.º 31, 1973 (sobre as semióticas textuais)
n.º 37, 1975 (sobre a análise do discurso, língua e ideologias)
n.º 41, 1976 (sobre a tipologia do discurso político)
n.º 45, 1977 (sobre a formação dos discursos pedagógicos)
n.º 46, 1977 (sobre o marxismo: linguagem e classes sociais)
n.º 52, 1979 (sobre a análise do discurso de Jaurès)
- n.º 53, 1979 (sobre o discurso jurídico)
n.º 62, 1981 (sobre o discurso político) e também:
n.º 21, 1971 (sobre a filosofia da linguagem)
n.º 22, 1971 (sobre a semiótica narrativa e narrações bíblicas)
n.º 42, 1976 (sobre a argumentação e discurso científico)
n.º 43, 1976 (sobre as modalidades)
- Langue Française*, Paris, Larousse
n.º 9, 1971 (sobre linguagem e sociedade)
n.º 15, 1972 (sobre linguagem e história)
n.º 21, 1974 (sobre a comunicação e análise sintática)
n.º 26, 1975 (sobre as técnicas de expressão)
n.º 28, 1975 (sobre textos e discursos não-literários)
n.º 42, 1979 (sobre a pragmática)
- Linguistique et Sémiologie*, Presses Universitaires de Lyon:
n.º 2, 1976 (sobre a ironia)
n.º 4, 1977 (sobre o ilocutório)
n.º especial consagrado às atas do colóquio sobre *estratégias discursivas*, 1978
- Poétique*:
n.º 4, 1970 (sobre enunciadador, narrador, narratário...)
n.º 33, 1978
- Semantikos*, Paris

TRABALHOS

- ASCOBRE J.C. (1980): “Voulez vous dériver avec moi?”, *Communications*, 30 Paris, Seuil, pp. 61-124
- ARISTOTE: *Rhétorique*, trad. francesa, Paris, Belles Lettres, livros I e II, reedição 1967; livro III reedição 1973.
- ARISTOTE: *De l'Interprétation* (com o tratado das *catégories*), trad. francesa, Paris, Vrin, reedição de 1969.
- ARNAUD A. e NICOLE P. (1962): *La logique ou l'Art de Penser*, reedição crítica, Paris, P.U.F., 1965.
- AUSTIN, J.L. (1962): *How to do things with words*, Oxford University Press, tradução francesa, 1970 *Quand dire, c'est faire*, Paris, Seuil.
- BALLY C. (1932): *Linguistique générale et linguistique française*, 4.ª edição 1965, Berne, Francke.
- BARTHES R. (1970): “L'ancienne rhétorique; aide-mémoire”, *Communications* 16 pp. 172-229.

- BENVENISTE E. (1966 e 1974): *Problèmes de linguistique générale*, 2 vols., Paris, Gallimard ver: no 1.º vol.: cap. 10 ("les niveaux de l'analyse linguistique", 1964), cap. 18 ("structure des relations de personne dans le verbe", 1946), cap. 19 ("les relations de temps dans le verbe français", 1959), cap. 20 ("la nature des pronoms", 1956), cap. 21 ("de la subjectivité dans le langage", 1958), cap. 22 ("la philosophie analytique et le langage", 1963) e cap. 23 ("les verbes délocutifs", 1958).
no 2.º vol.: cap. 14 ("l'anatonyme et le pronom en français moderne", 1965), cap. 15 ("la forme et le sens dans le langage", 1967), cap. 5 ("l'appareil formel de l'énonciation", 1970), cap. 3 ("sémologie de la langue", 1969) e cap. 4 ("le langage et l'expérience humaine", 1965).
- CERQUIGLINI B. (1979): *La représentation du discours dans les textes narratifs du Moyen-Age français*, tese de "Doctorat d'Etat", Universidade de Provence.
- CERQUIGLINI B. (no prelo): *De l'énonciation médiévale; parole, syntaxe, texte*, Paris, Minuit (versão resumida da tese).
- COMPAGNON A. (1979): *La seconde main; ou le travail de la citation*, Paris, Seuil.
- CULIOLI A. (1965): "La communication verbale", *Encyclopédie des sciences de l'homme*, tomo 4, Paris, Grande Batelière.
- CULIOLI A. (1968): "Sciences du langage et sciences humaines", *Raison Présente*, 7, Paris, Editions rationalistes.
- CULIOLI A. (1968): "A propos du genre en anglais contemporain", *Les Langues Modernes*, 3, Paris, APLV.
- CULIOLI A. (1968): "La formalisation en linguistique", *Cahiers pour l'Analyse*, 9, Paris, pp. 106-117, retomado em CULIOLI A., FUCHS C., PÊCHEUX M. (1970): Considerações teóricas à propos du traitement formel du langage, *Documents de Linguistique quantitative* 7.
- CULIOLI A. (1971): "A propos d'opérations intervenant dans le traitement formel des langues naturelles", *Mathématiques et sciences humaines*, 34, Paris, Gautier-Villars, pp. 7-15.
- CULIOLI A. (1971): "Un linguistique devant la critique littéraire", *Actes du colloque de la Société des Anglicistes*, Clermont-Ferrand, pp. 61-79.
- CULIOLI A. (1973): "Sur quelques contradictions en linguistique", *Communications*, 20, Paris, Seuil, pp. 83-91.
- CULIOLI A. (1974): "A propos des énoncés exclamatifs", *Langue Française*, 22, Paris, Larousse, pp. 6-15.
- CULIOLI A. (1975): "Notes sur 'Détermination' et 'quantification'", cf. des opérations d'extraction et de fléchage", *PITFALL*, DRL, Paris VII.
- CULIOLI A. (1975): "Comment tenter de construire un modèle logique adéquat à la description des langues naturelles", in David e Martin (org.): *Modèles logiques et niveaux d'analyse linguistique*. Paris, Klincksiek pp. 35-47.
- CULIOLI A. (1978): "Linguistique du discours et discours sur la linguistique", *Revue Philosophique*, 4, PUF, Paris, pp. 481-488.
- CULIOLI A. (1978): "Valeur modales et opérations énonciatives", *Le Français Moderne*, 46-4, Paris; retomado em: *Modèles Linguistiques*, 1-2, 1979, Lille Presses Universitaires, pp. 39-59.
- CULIOLI A. (1979): "Conditions d'utilisation des données issues de plusieurs langues naturelles", *Modèles Linguistiques*, 1-1, pp. 89-103.
- CULIOLI A. (1980): "Quelques considérations sur la formalisation de la notion d'aspect", *L'enseignement du russe*, 27, pp. 65-75.
- CULIOLI A. (1980): "Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives: l'aoristique", in David e Martin (org.) *La notion d'aspect*. Paris, Klincksiek.
- CULIOLI A. (1980): "Rapport sur un rapport", in Joly (org.) *La psycho-mécanique et les théories de l'énonciation*. Lille, Presses Universitaires, pp. 37-47.
- DAMOURETTE E PICHON (1911-1934): *Des mots à la pensée: essai de grammaire de la langue française*, reedição de 1969, Paris, de Arthey, vol. 8
- DUBOIS J. (1969): "Énoncé et énonciation", *Langages*, 13, pp. 100-110.
- DUBOIS, J. et alii (1973): verbete "énonciation", *Dictionnaire de Linguistique*, Paris, Larousse, pp. 192-193
- DUCROT O. (1972): *Dire et ne pas dire: principes de sémantique linguistique*, Paris, Hermann
- DUCROT O. (1973): *La preuve et le dire*, Paris, Mame.
- DUCROT O. (1976): "L'argumentation dans la langue", *Langages*, 42, pp. 5-27.
- DUCROT O. (1978): "Presupposés et sous-entendus: un réexamen", *Stratégies discursives*, Lyon, Presses Universitaires, pp. 33-43.
- DUCROT O. (1978): "Structuralisme, énonciation et sémantique", *Poétique* 33, pp. 107-128.
- DUCROT O. (1979): "Les lois du discours", *Langue Française*, 42, pp. 21-33
- DUCROT O. (1980 a): "Analyses pragmatiques", *Communications* 32, pp. 11-60.
- DUCROT O. (1980b): *Les échelles argumentatives*, Paris, Minuit.
- DUCROT O. (1980 c): verbete "énonciation" Supplément à L'Encyclopaedia Universalis.
- DUCROT O. e TODOROV T. (1972): verbete "énonciation", *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Paris, Seuil, pp. 405-411.
- DUCROT O. et alii (1980): *Les mots du discours*, Paris, Minuit.

- FIALA P. e HIRSBRUNNER M. (1972): Les limites d'une théorie saussurienne du discours et leurs effets dans la recherche sur l'argumentation, *Cahiers Centre Recherches Sémiologiques Neuchâtel*, 13
- FILLMORE C. (1971): *Santa Cruz lectures and deixis*, Indiana University Linguistics Club, mimeo. 1975.
- FREGE G.: tradução francesa (1971): *Ecrits logiques et philosophiques*, Paris, Seuil, (ver em particular "Sens et dénotation" (1982) pp. 102-126).
- FUCHS C. (1976): "De quelques catégories énonciatives élémentaires; arguments linguistiques", *Actes du Colloque S.L.I.*, Bulzoni
- FUCHS C. (1980 a): *Paraphrase et théories du langage: contribution à une histoire des linguistiques contemporaines et à la construction d'une théorie énonciative de la paraphrase*, tese de "Doctorat d'Etat" Université de Paris, VII. resumos em:
- "Quelques réflexions sur la paraphrase dans les théories du langage". *L'information grammaticale*, 6, 1980, Paris, Heck, pp. 37-44.
 - rubrica "résumés de thèse", *Linguisticae Investigationes*, IV-2, 1980, Amsterdam, Bejamins, pp. 445-449.
- FUCHS C. (1980 b): "Quelques réflexions sur le statut linguistique des sujets énonciateurs et de l'énonciation. In Joly (org.): *La psychomécanique et les théories de l'énonciation*. Lille, Presses Universitaires, pp. 143-152.
- FUCHS C. (1981): "Les problématiques des théories de l'énonciation: présentation". *Bulletin de la Société de Stylistique Anglaise*
- FUCHS C. e LE GOFFIC P. (1975): *Initiation aux problèmes des linguistiques contemporaines*, Paris, Hachette, ver em particular cap. 1 (Saussure), cap. 6 (Guillaume, Pottier), cap. 12 (l'énonciation) e cap. 13 (Culioli).
- GARDIN J. C. (1974): *Les analyses de discours*, De-lauchaux e Niestlé.
- GORDON D. e LAKOFF G. (1971): "Conversational postulates", C.L.S. 7, tradução francesa 1973; "Postulats de conversation", *Langages* 30 pp. 32-56.
- GRICE H. P. (1968): "Utterer's meaning, sentence-meaning and word meaning" — *Foundations of language* 4, pp. 225, 242
- GRICE H. P. (1969): "Utterer's meaning and intentions". *The philosophical review*, 78, pp. 147-177.
- GRICE H. P. (1975): "Logic and conversation", in Cole e Morgan (org.): *Syntax and semantics 3: speech acts*, New York, Academic Press pp. 41-58, tradução francesa in *Communications* 30 pp. 57-72.
- GRIZE J. B. (1978): "Shématisation, représentations et images", *Stratégies discursives*, Lyon, Presses Universitaires, pp. 45-52.
- GRUNIG B. N. (1979): "Pièges et illusions de la pragmatique linguistique", *Modèles linguistiques*, 1-2, Lille, Presses Universitaires, pp. 7-38.
- GUILLAUME G. (1974): *Langage et Science du Langage*, Paris, Nizet, reedição de 1969.
- HALLIDAY M. A. K. (1967-68): "Notes on transitivity and theme", *Journal of Linguistics*.
- HAROCHE C., HENRY P. e PECHEUX M. (1971): La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage et discours", *Langages* 24 pp. 93-106.
- HIRSCH M. (1980): "Le style indirect libre: linguistique ou histoire littéraire?" e "La question du style indirect libre", in Joly (org.) *La psychomécanique...* pp. 79-103.
- JAKOBSON R.: tradução francesa de 1963 *Essais de linguistique générale*, Paris, Minuit (ver pp. 176-196: "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe" (1957) e pp. 210-248: "linguistique et poétique" (1960)).
- JOLY A. (org.) (1980): *La psychomécanique et les théories de l'énonciation*. Lille, Presses Universitaires.
- LE GOFFIC P. (1978): "L'assertion dans la Grammaire et la Logique de Port-Royal", *Stratégies discursives*, Lyon, Presses Universitaires, pp. 235-244.
- LE GUERN M. (1978): "Léthos dans la rhétorique française de l'âge classique", *Stratégies discursives*, pp. 281-287.
- HARRIS Z. S. (1952): "Discourse analysis", *Language*, 28, pp. 1-30, tradução francesa 1969 "Analyse du discours", *Langages*, 13, pp. 8-45.
- LYONS, J. (1977): *Semantics*, Cambridge University Press, 2 vols. (Ver no vol. 2, cap. 15 ("deixis, space and time"), cap. 16 ("mood and illocutionary force") e cap. 17 ("modality")).
- MAINGUENEAU D. (1975): *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*, Paris, Hachette.
- MEUNIER A. (1974): "Modalités et communication", *Langue Française*, 21, pp. 8-25.
- NUCHELMANS G. (1973): *Theories of the proposition; ancient and medieval conceptions of the bears of truth and falsity*, Amsterdam, North Holland Publishing Company.
- PECHEUX M. (1969): *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod.
- PEIRCE C. S.: Tradução francesa de 1978: *Ecrits sur le signe*, Paris, Seuil.
- PERELMAN C. e OLBRECHTS-TYTECA (1958): *La nouvelle rhétorique*, Paris, PUF
- POTTIER B. (1974): *Linguistique générale; théorie et description*, Paris, Klincksieck (ver pp. 157-222: "les formulations").
- POTTIER B. (1976): "Sur la formulation des modalités en linguistique", *Langages*, 43, Paris, Didier-Larousse, pp. 39-46.

- POTTIER B. (1980): "Sur les modalités", in Joly (org.): *La psycho-mécanique...*
- QUINE W. V. (1943): "Notes on existence and necessity", *The Journal of Philosophy*, 40, New-York, pp. 114-127.
- RECANATI F. (1979): *La transparence et l'énonciation; pour introduire à la pragmatique*, Paris, Seuil.
- RECANATI F. (1980 a): "Présentation", *Communications* 32, pp. 7-10.
- RECANATI F. (1980 b): "Qu'est-ce qu'un acte locutionnaire?" *Communications* 32, pp. 190-239.
- RUSSELL B. (1940): *An inquiry into meaning and truth*. Londres, Allen e Unwin; tradução francesa, 1969: *Signification et vérité*, Paris, Flammarion (ver cap. 7: "Circonstanciels égocentriques").
- de SAUSSURE F. (1916): *Cours de linguistique générale*, Lausanne, Payot.
- SEARLE J. F. (1969): *Speech acts; and essay in the philosophy of language*. Cambridge University Press; tradução francesa de 1972 *Les actes de langage*, Paris, Hermann.
- STRAWSON P. F. (1964): "Intention and convention in speech acts", *The philosophical review*, LXXIII; retomado no cap. VIII da tradução francesa de:
- STRAWSON P. F. (1971): *Logic-linguistic papers*, Londres, Methuen; tradução francesa de 1977: *Etudes de logiques et de linguistique*, Paris, Seuil.
- TODOROV T. (1970): "Problèmes de l'énonciation", *Langages* 17, pp. 3-11.
- VERSCHUEREN J. (1980): "A la recherche d'une pragmatique unifiée", *Communications*, 32, pp. 274-284.
- WUNDERLICH D. (1975): "Towards an integrated theory of gramatical and pragmatical meaning", *Language in focus: foundations, methods and systems*, Dordrecht.

RESENHAS/REVIEWS

Rafael Eugênio HOYOS-ANDRADE*

BLIKSTEIN, Izidoro — *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo, Cultrix-Edusp, 1983.
98. p.

Este pequeno livro constitui um comentário semiótico-filosófico do filme de Werner Herzog e, ao mesmo tempo, um denso tratado de semiologia e uma interessante e inovadora proposta epistemológica. A preocupação fundamental do Autor é, sem dúvida, epistemológica; é ele mesmo quem o diz no último parágrafo do Capítulo I: "... trata-se da relação entre língua, pensamento, conhecimento e realidade. Até que ponto o universo dos signos lingüísticos coincide com a realidade "extralingüística"? Como é possível conhecer tal realidade por meio de signos lingüísticos? Qual o alcance da língua sobre o pensamento e a cognição? "(p. 17). É, portanto, uma preocupação epistemológica centrada na problemática relação entre linguagem e conhecimento da realidade. O filme de Herzog, ou melhor ainda, a enigmática figura de Kaspar Hauser (o jovem que, por misteriosas razões não desvendadas até agora, só aprende a falar aos 18 anos) é o estímulo para as interessantíssimas, porém polêmicas reflexões e conclusões do Professor Blikstein.

O Capítulo I — *Kaspar Hauser e o deciframento do mundo* é uma "leitura" semiológica do filme, uma tentativa de mostrar o porquê da indecifrabilidade da paisagem em que aparece colocado o personagem. Segundo o A. a linguagem parece não ser suficiente para "dissolver o permanente mistério e a perplexidade do olhar de Kaspar Hauser", provavelmente, "porque a significação do mundo deve irromper antes mesmo da codificação lingüística com que o recortamos: os significados já vão sendo desenhados na própria percepção/cognição da realidade" (p.17). Estas palavras deixam-nos já entrever o discutível posicionamento final do Autor.

Mais claramente aparece este ponto de vista no último parágrafo do Capítulo II — *Signo, significação e realidade*. Depois de explicar a noção do signo agostiniana, aristotélica, peirceana e saussureana, noção baseada na representatividade e na arbitrariedade do signo, o A. afirma que "a educação — (definida como "inculcação semiológica") —, via de regra, não passa de uma construção semiológica que nos dá a ilusão da realidade" (p.21).

Cap. III — *O triângulo de Ogden e Richards e a significação lingüística*. A apresentação do famoso modelo triangular de Ogden e Richards (baseada em modelos antigos, como o dos estoicos, o de Sto. Agostinho, o dos escolásticos e, inclusive, o de Port Royal) permite a Blikstein lembrar, mais uma vez, qual é a sua preocupação principal, a

*Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

saber, a relação entre signos e coisas ou, noutros termos, “a natureza e o lugar do acontecimento semântico. Como e quando eclode a significação? Em que momento da cognição irrompe o significado? Qual é o mecanismo de semiose, enfim?” (P.23).

Citando Coseriu, o A. critica, com toda razão, a mania logicista de Ogden e Richards e o fato de eles terem expulsado o referente da teoria do significado lingüístico. Essa expulsão limita a perspectiva semiológica de Ogden e Richards. Mais ainda, constata-se que até hoje lingüistas e semiólogos continuam cercados pelas estreitas fronteiras da relação triádica; em palavras de Blikstein, lingüistas e semiólogos “ainda não souberam transpor as fronteiras da relação triádica e nem definir os contornos do referente” (p.26). Em outros termos, nem a inclusão do referente (segundo as teorias ternárias do signo), nem a sua exclusão contribuíram a esclarecer “a situação da coisa ou objeto extralingüístico” (P. 24). Nesse processo de captura, Blikstein chegará a propor, como veremos a seguir, soluções que não nos parece suficientemente coerentes.

No Cap. IV — *Outros triângulos e o descarte do referente extralingüístico* — depois de mostrar como Ullmann é um simples repetidor de Ogden e Richards e de criticar Baldinger pela sua falta de rigor científico ao chamar “Triângulo de Ullmann” o Triângulo de Ogden e Richards, observa-se que o acréscimo de termos nos vértices do triângulo (por parte de Baldinger) “não constitui acréscimo algum ao modelo de Ogden e Richards” (p. 30); nesta visão, ‘a coisa’ (ou referente) continua sendo extralingüística e, portanto, marginalizada do processo da significação lingüística (*ibidem*). Fica claro, então, que para Blikstein o referente não pode permanecer fora do processo da significação lingüística. Por isso ele lamenta que “a fecunda noção de *objeto mental*, lançada por Baldinger”, acabe reiterando a marginalização do referente quando, em princípio, poderia ter permitido “a captura do referente ou ‘coisa’” *ibidem*. Nós, porém, não vemos como, já que o *objeto mental* é necessariamente *objeto conhecido* e nunca o objeto em si mesmo ou “coisa”.

No trapézio de Hegger, mencionado no final deste capítulo, “continua vazia a passarela que ligaria a “coisa”/realidade/referente ao signo lingüístico. O referente continua fora da semântica e da semiologia, embora se verifique sempre a sua incômoda presença nos bem-arranjados modelos e esquemas dos lingüistas” (p.31). Não vemos por que essa presença seja necessariamente incômoda inclusive nos casos em que se reconheça explicitamente que o referente não é objeto da semântica lingüística: só sentir-se-á incomodado aquele que quer fazer da realidade em si objeto próprio da lingüística e não o consegue.

O cap. V — *A semiologia nas malhas do triângulo de Ogden e Richards*, apresenta a crítica da visão semiológica de Umberto Eco. Com efeito, segundo o A., Eco é um continuador de Ogden e Richards e de Ullmann já em sua primeira “profissão de fé” semiológica em *Opera Aberta* (1962) e não muda de postura em *Le forme del contenuto* (1971), nem em *A theory of semiotics* (1976), apesar de nestas duas obras ter introduzido a noção de *unidade cultural*, ambigüamente definida por Eco, segundo Blikstein, pois embora seja uma noção próxima da de “referência/significado/ objeto mental”, designaria, às vezes, referentes, coisas em si...

Achamos pertinentes as críticas feitas a Eco no que se refere à falta de coerência na definição do que ele chama de unidade cultural. A crítica, porém, não chega a ser convincente quanto à conveniência ou não de o semiólogo se preocupar com a *realidade em si*, com o referente. Eco afirma categoricamente que a noção de referente “é inútil e daninha à semiótica” (nota 34, p. 34). Pode-se, porém, aceitar perfeitamente que o significado, objeto mental, conceito, unidade cultural (ou como se queira chamar o vérti-

ce do triângulo) procede diretamente da realidade em si, como procederiam, aparentemente, as *unidades culturais* de Eco (veja-se a teoria marxista do conceito, concebido como *espelho da realidade*), ao mesmo tempo que se coloca esse *referente em si* fora do objeto formal da semiologia: afinal o emissor não transmite “referentes”, mas referências ligadas inexoravelmente a símbolos, para empregar a terminologia de Ogden e Richards. A ciência dos signos não se ocupa das coisas substituídas mas dos *substitutos* que nos servem para comunicar as nossas experiências (não as nossas experiências *em si mesmas*, que são referentes, mas as “imagens psíquicas”, os objetos mentais que a elas se ligam socialmente...).

Blikstein não se conforma com que Eco volte também, como os seus predecessores, toda a sua atenção para o lado esquerdo do triângulo e tenta provar que, apesar das suas declarações explícitas, Eco acaba sendo ambíguo ao fazer funcionar as suas unidades culturais como referentes dado que a “*unidade cultural* estaria situada na *experiência perceptiva*, portanto numa dimensão anterior à da articulação lingüística” (p. 37), e, conseqüentemente, na dimensão extralingüística do *referente*.

Parece-nos que o A. considera evidente (sem tê-lo, porém, demonstrado) que a *experiência perceptiva* está situada numa instância anterior à da *articulação lingüística*; não concordamos com esta suposição na medida em que — como teremos ocasião de enfatizar posteriormente — não se podem separar *cronologicamente* no ser humano estas duas dimensões, nem mesmo no estágio da mais remota infância, quanto menos no caso de uma pessoa adulta na qual as percepções são automaticamente acompanhadas de signos lingüísticos e vice-versa. É portanto, impróprio se falar aqui, neste contexto, de uma dimensão *anterior* da experiência perceptiva.

Cap. VI — *A modelagem lingüística do universo*. Neste capítulo, bastante polêmico na nossa opinião, o Prof. Blikstein insiste na conveniência de conservar o referente (extralingüístico) dentro da lingüística pelo fato de ele ser necessário para a “produção do evento semântico” (p. 38). Permitimo-nos estabelecer aqui uma distinção pertinente: uma coisa é considerar o extralingüístico na base da produção do evento semântico e outra considerá-lo como *objeto* da semiologia e/ou da lingüística. O A. afirma categoricamente à p. 39: “o fato de o referente ser *extralingüístico* não significa que deva ficar *fora* da lingüística”; nós, em troca, afirmamos, também categoricamente, que se o referente é *extralingüístico* deve ficar *fora* do *objeto formal* da lingüística. Que o referente seja necessário para entender a gênese do significado “tout court” não significa que ele (o referente) *faça parte do significado lingüístico* que é o objeto formal da semântica lingüística ou axiologia.

O A. fala de “uma dimensão anterior à própria experiência verbal” que não é a realidade “tout court”, mas “a *percepção-cognição*, onde justamente se fabricam os referentes/objetos mentais/unidades culturais” (p. 39). Não estará caindo em ambigüidade semelhante àquela que ele critica em seus antecessores? Veja-se como Blikstein identifica aqui *referentes* com *referências* ao colocá-los como sinônimos de objetos mentais e unidades culturais. Este referente não é, porém, o referente de Ogden e Richards que se identifica com a realidade em si. Os referentes de Blikstein são fabricados pela *percepção-cognição* e são, portanto, não as coisas em si mesmas, mas as *coisas conhecidas* e, nesse sentido, não são mais referentes senão referências, significados, conceitos... Não entendemos como possa afirmar-se que estes *referentes* (= referências, objetos mentais) estejam “desprovidos de um estatuto lingüístico” a não ser que se aceite a teoria — que no fundo parece ser a defendida aqui por Blikstein — de que anteriormente ao significado lingüístico existem significados produzidos pela percep-

ção/cognição, aos quais virá depois a acrescentar-se a experiência verbal. Será, porém, possível distinguir claramente esses dois momentos no processo de aquisição do conhecimento e da linguagem por parte das crianças?

Parece-nos que o A. utiliza ambigualmente o termo *significado* aplicando-o, às vezes, a uma pretensa dimensão cognitiva pré-lingüística e, às vezes, aos valores lingüísticos ligados à experiência verbal.

Por que essa insistência numa dimensão perceptivo-cognitiva ou numa percepção/cognição? Qualquer processo perceptivo é cognitivo. Qual a necessidade dessa duplicação terminológica? O A. não esclarece. Pretenderá, com esse emprego, dizer que nem toda percepção é cognição? E em que consistiria, então, a cognição? Trata-se somente do conhecimento intelectual? (já que perceber diz explicitamente conhecimento por meio dos sentidos...). Por que *cognição* e não simplesmente *conhecimento*? *Cognição* é o ato de conhecer, mas *conhecimento* também pode significar o mesmo.

Segundo Blikstein “a lingüística deveria (...) procurar detectar a função e o papel [da experiência perceptivo-cognitiva] na configuração do “real” bem como na arquitetura conceitual do nosso pensamento” (p. 39). É óbvio que não se trata do *real em si*, que é anterior ontologicamente a toda e qualquer configuração, mas do que o A. insiste em chamar de “referente”, fabricado pela percepção/cognição (e, portanto, referência mais do que referente). Não entendemos como esse “real” fabricado possa distinguir-se, como o faz o A., do “nosso pensamento”...

Bem faz o Prof. Izidoro em criticar o exagero de lingüistas de diferentes escolas e tendências ao atribuir à linguagem o papel modalizador da estrutura conceitual do universo (Humboldt, W. v. Wartburg, Trier, Weisgerber, Porzig, Sapir-Whorf, Matoré, Martinet, R. Barthes, Benveniste). O que está errado é o exagero, não o reconhecimento do caráter primordial da linguagem na organização do pensamento. “Se a língua é o ‘molde’ ou a ‘grande matriz semiótica’ da sociedade, é necessário reconhecer que a experiência perceptiva já é um processo (não-verbal) de cognição, de construção e ordenação do universo” (p. 42). O caso de Kaspar Hauser e, sem ir tão longe, a estruturação cognitiva dos surdos-mudos, são argumentos em favor da crítica de Blikstein contra a atitude preponderante em lingüistas e semiólogos de privilegiar indevidamente o papel da linguagem na organização de nosso universo conceitual.

Concordamos, plenamente, com o A. em que é necessário esclarecer “esta face ainda obscura do mecanismo da significação”, a saber, “como *percebemos* o mundo, as ‘coisas’, a ‘realidade’?” (p. 42). O que Blikstein, contudo, parece esquecer é que o ser humano normal não passa por um processo de percepção anterior a toda e qualquer linguagem; a percepção se dá num ambiente saturado de manifestações lingüísticas. Será possível separar as influências mútuas dos dois processos paralelos e interdependentes? A criança desde antes de nascer começa já a “perceber”, isto é, a ter sensações; uma dessas sensações é a de ouvir a voz da mãe e a dos que falam perto dela; as percepções da criança estão, portanto, impregnadas de linguagem desde o começo. Isto, porém, não diminui o interesse da investigação que Blikstein defende com tanta insistência e penetração, a saber, o estudo da relação “entre percepção/cognição e significação lingüística” (p. 42). Segundo ele o estudo da significação lingüística não pode ficar alheio à investigação dos nossos processos perceptivo-cognitivos.

O Cap. VII — *A captura do referente*, é provavelmente, o mais inovador e, ao mesmo tempo, o mais discutível. Embora a crítica com que começa o capítulo, dirigida aos equívocos e incoerências de E. Buyssens, seja pertinente, não o é, no mesmo grau, na nossa opinião, a solução apontada por Blikstein. Com efeito, na proposta de releitura

das afirmações de Buysens, o referente torna-se ‘cognoscível’, ‘produto da dimensão perceptivo-cognitiva’ vinculado diretamente ‘com a significação lingüística’ (‘na medida em que *não* é, mas representa a realidade extralingüística’) (p. 45). Não vemos como possa ser claramente distinguido, a partir de agora, o ‘referente’ (fabricação ou objeto mental) da referência. Menos ainda quando esse referente é identificado com a OUSIA de Platão e com o OBJETO de Saussure: afinal, as OUSIAS correspondem às *essências* e estas aos *significados* ou referências. A não ser que Blikstein pretenda dizer que o referente é o ‘real-conhecido-pelos-sentidos’ (= percebido) enquanto a referência seria o *significado conceitual-lingüístico* correspondente a esse referente. Mas o A. não nos diz, em parte alguma, que o ‘referente’ seja puramente sensorial e o significado ou ‘referência’ puramente conceitual. De fato o A. não se preocupa com comparar (e distinguir) o seu ‘referente’ com a referência. As citações de Greimas, Coseriu, Saussure e, mais ainda, de Chomsky, parecem confirmar que o ‘referente’ de Blikstein não é de natureza puramente sensorial: ‘pode-se inferir que a nossa percepção não é ‘ingênua’ ou ‘pura’ mas está condicionada a um sistema de crenças e estratégias perceptuais’ (p. 50-51).

Mais ainda, ao afirmar o A. que ‘por obra da percepção/cognição, a semiose irrompe durante a transformação da *realidade* em *referente*’ (p. 49) está reconhecendo implicitamente que o referente é um *significado* e, portanto uma referência, mais do que um referente em sentido tradicional. Que outra coisa significa *semiose* senão a atribuição de um significado a um significante (ou vice-versa) ou seja um processo de significação?

O Cap. VIII — *Práxis, referente e linguagem*, embora interessante e estimulador, não deixa de criar perplexidades no leitor atento: a percepção, que antes (nos capítulos anteriores) parecia ser de natureza sensorial e individual, fica condicionada à prática social, neste capítulo; ‘...é nessa *prática social* ou *práxis* que residiria o mecanismo gerador do sistema perceptual que, a seu turno, vai ‘fabricar’ o referente’ (p. 53): noutros termos, a própria percepção estaria condicionada por uma prática social que o A. supõe anterior à linguagem. Esta suposição constitui, na nossa opinião, um ponto muito discutível na argumentação de Blikstein em favor de um referente ‘fabricado’ pela percepção social, referente este também anterior à linguagem.

Se este referente é anterior à linguagem fica mais uma vez e, contrariamente às intenções do A., fora do processo da significação lingüística. À p. 54 confirma-se explicitamente o nosso receio, manifestado antes, de que para o A. a percepção fosse puramente sensorial, enquanto a cognição seria o conhecimento (intelectual) fruto de uma prática social. Na realidade, porém, essa distinção não é utilizada por Blikstein em muitos casos em que, como por exemplo, às p. 56 e 58, fala de uma *percepção* ligada à práxis social. No nosso ver essa terminologia, percepção/cognição, acaba sendo perturbadora na medida em que não é esclarecedora do pensamento do A. e na medida em que introduz uma distinção desnecessária entre *perceber* (que é um processo cognitivo) e *conhecer*.

Todavia, o ponto mais discutível deste capítulo, como já manifestamos acima, é a suposição latente de uma *práxis social sem linguagem* e anterior a ela. Suposição gratuita porque, no homem histórico, um dos elementos fundamentais da práxis social é justamente a linguagem, mesmo na definição marxista assumida pelo A.: ‘conjunto de atividades humanas que engendram não só as condições de produção, mas, de um modo geral, as condições de existência de uma sociedade’ (p. 54). Quem poderá negar que a atividade lingüística é uma das mais importantes nesse processo todo?

O exemplo de Kaspar Hauser não facilita a posição do A. porque ele foi uma exceção e careceu de uma *prática social normal* (isto é, intimamente ligada à linguagem) no condicionamento de suas percepções. Blikstein concede aqui que a linguagem também tem parte nessa percepção do mundo, embora a separe estranhamente da práxis como se a linguagem não fosse um dos elementos da prática social: "...os elementos que modelam a percepção do mundo e as configurações conceituais podem ser capturados não só na linguagem mas sobretudo na dimensão da práxis" (p. 55). Note-se como, mais uma vez, se confirma a nossa impressão de que para Blikstein a *percepção* diz respeito à recepção de estímulos *sensoriais*, distinguindo-a, por isso, das configurações conceituais (que seriam a cognição...). Esta distinção é insustentável no ser humano que é simultaneamente sensitivo e intelectual, embora possamos nocionalmente distinguir as operações sensoriais das intelectivas. A percepção humana é, de fato, simultaneamente sensorial e intelectual, não tendo, portanto, consistência falar de uma percepção primeiro sensitiva e depois intelectual, como parece sugerir o A.

As citações de Schaff não provam nada em favor da postura do A. Com efeito, em momento algum Schaff diz que a práxis social "considerada indefectível e vital para a existência e sobrevivência de qualquer comunidade" (p. 56) seja independente ou anterior à linguagem. Daí que seja perturbadora, mas não no sentido invocado por Blikstein, a conclusão de Schaff citada à p. 58: "a linguagem desenvolveu-se historicamente no contexto dessa *práxis vital*..." Essa afirmação de Schaff pode perfeitamente interpretar-se no sentido de que a *práxis social* desenvolve historicamente, em qualquer comunidade, *uma linguagem específica* que é parte integrante e inseparável dessa práxis social. O termo "desenvolver" não supõe necessariamente prioridades cronológicas nem da práxis, nem da linguagem...

Daí que o gráfico n.º 13 (que deveria figurar não na p. 57 mas na p. 58 depois da conclusão), embora seja muito elegante e sugestivo, não corresponde, assim nos parece, a uma visão *objetiva* das relações linguagem/percepção/realidade. A imbricação e complexidade desse relacionamento é muito maior do que o que sugere a visão marxista e simplificadora em que se inspira o professor Blikstein.

Observe-se, outrossim, como, a partir deste capítulo VIII, o A. elimina de seus gráficos a *referência* ou significado que fica assim implícita no termo linguagem (símbolo + referência); parece uma volta inconsciente ao signo de Saussure e, portanto, a uma expulsão do referente do campo da lingüística: tanto no gráfico n.º 12 quanto no n.º 13 o referente fica fora da linguagem! Este "referente" contudo, torna-se, de fato, *referência*, na medida em que ele é fabricado, construído por nosso aparelho perceptivo-cognitivo, enquanto a linguagem (nomes diferentes de "neve") fica reduzida ao mero significante. Esta visão é, aliás, muito condizente com a visão marxista do signo (ver, por exemplo, a doutrina de Reznikov a esse respeito).

Cap. IX — *Corredores isotópicos e estereótipos*. As considerações, muito interessantes aliás, deste capítulo, relativas aos mecanismos com que a práxis engendra os elementos modelantes da percepção são todas aceitáveis (embora o *recorte imposto pelos corredores isotópicos* nos pareça um pouco simplista no seu binarismo redutor e arbitrário). Não é, porém, aceitável o distanciamento ainda maior que o A. estabelece entre a práxis e a linguagem como se esta não participasse, e muito ativamente, na articulação dos traços ideológicos e dos corredores isotópicos. Também não é inteiramente objetivo falar de um "universo amorfo e contínuo do real" "tout court": esta alusão à concepção glossemática da substância do conteúdo esquece que se trata de um universo *lingüisticamente amorfo*, isto é, aproximadamente o universo dos surdos-mudos que,

previamente ao uso da língua, oferece recortes naturais óbvios e indiscutíveis (em algumas áreas da experiência, pelo menos) e que, portanto, não é amorfo em todos os sentidos indiscriminadamente, a não ser que aceitemos sem discussão as concepções idealistas de Kant sobre a incognoscibilidade do real. Não parece ser esta, porém, a visão reconhecidamente marxista e, portanto, bem realista do nosso Autor.

Cap. X — *Semiose não-verbal e pensamento visual*. A afirmativa com que começa este capítulo, a saber: “Todo esse processo — da práxis ao referente — desenvolve-se, em princípio, numa dimensão não verbal, sem a intervenção obrigatória da língua”, é demasiado categórica para poder ser aceita. O A. não fornece provas científicas de afirmativas como estas que partem, inconscientemente, de uma super-valorização dos esquemas (gráficos) fabricados por ele mesmo no seu entusiasmo inovador. Pelo simples fato de o ser humano estar imerso num universo predominantemente lingüístico, desde antes de nascer (o feto humano ouve a voz da mãe e dos que falam perto dela) fica muito difícil admitir que o processo — idealizado por Blikstein — e que iria da práxis ao referente (entendido mais como “referência” do que como “referente” na nossa opinião), se desenvolva numa *dimensão não verbal e sem a intervenção da língua*. Essa intervenção só não é obrigatória no caso das crianças surdas-mudas ou isoladas do convívio humano (como Kaspar Hauser). Portanto, fica também prejudicada a afirmação de que exista “todo um universo de significação implicado na dimensão não-verbal da percepção/cognição e que é gerado no trajeto práxis-estereótipo-referente.” (p. 66).

As citações, que o A. utiliza, ou nada falam de uma pretensa exclusão da dimensão lingüística, como as palavras de L. Althusser da p. 66, ou são muito poéticas para serem utilizadas como argumento científico (Bachelard, Guimarães Rosa, Eisenstein...).

Não contestamos a possibilidade de os sistemas não-verbais influírem decididamente no nosso aparelho perceptual; o que contestamos é a possibilidade de afirmarmos categoricamente, como o faz Blikstein, que, por exemplo, “a dimensão proxêmica tem fecundado ininterruptamente o nosso aparelho perceptual *sem qualquer auxílio dos códigos verbais*” (p. 75) (grifos nossos). A advertência de E. Hall, que o A. acrescenta como argumento, *não diz* que esses diferentes mundos sensoriais habitados por pessoas de culturas diferentes atuem *independentemente* da língua falada por essas pessoas.

Observe-se, de passagem, que ao introduzir o pensamento de Hall, o nosso A. esclarece que segundo Hall “é preciso que nos demos conta da *significação produzida* pelos sistemas não-verbais dos espaços e dos movimentos” (p. 75). Perguntar-lhe-íamos, se essa *significação produzida* é o referente pré-lingüístico que ele pretende diferente da “coisa em si” e da “referência” (lingüística). Se for o referente, então esse referente é uma idéia, um *significado* (pré-lingüístico). Qual é a relação entre esse significado pré-lingüístico e a *referência* lingüística?

Cap. XI — *Língua e reprodução da práxis*. O que quer dizer que “sem práxis, sem estereótipos, a sua aproximação cognitiva da realidade é direta: para Kaspar Hauser, não haveria referente ou realidade *fabricada*, o que o leva a ver o mundo como um amálgama de manchas” (p. 76-77)? Concordamos com que Kaspar Hauser careça de “óculos sociais”; isto, porém, não autoriza a dizer que ele possua uma *aproximação cognitiva direta da realidade*! Autoriza-nos a dizer que ele se utiliza dos “óculos individuais” que o acompanharam durante 18 anos no sótão em que ficou preso desde o seu nascimento: a realidade por ele fabricada é, logicamente, bem outra daquela fabricada pela sociedade de Nurembergue; não é, porém, a *realidade em si* diretamente conhecida por ele... Socializada ou não, não existe cognição através do olhar *puro*. Os estereótipos

individuais de Kaspar Hauser não lhe permitem ver a realidade senão como um “amálgama de manchas”; a língua tardiamente aprendida por ele fica a serviço do seu “olhar individual” que, por ser inteiramente a-social, acaba sendo uma subversão da ordem estabelecida pela práxis social.

Não vemos como possa Blikstein, a partir de um caso doentio e excepcional, afirmar que “A experiência cognitiva de Kaspar Hauser nos permite, desse modo, divisar com nitidez o momento em que a língua passa a exercer a sua função interpretante ou modelante na percepção/cognição e no pensamento” (p. 79) (grifos nossos). Como se nos seres humanos normais existisse um tal momento em que eles sentissem a necessidade de “recorrer ao sistema verbal para materializar e compreender a significação escondida” (p. 79). A língua não “passa a atuar sobre a práxis” num determinado momento como pretende o A. Ela é *parte* da práxis social! Não faz sentido distinguir “práxis, cinésica, proxêmica e discurso lingüístico” (p.83) como quatro fontes que interagissem mutuamente. A práxis social definida pelo próprio Blikstein à p. 54 como “conjunto de atividades humanas etc.” inclui a cinésica, a proxêmica e o discurso lingüístico. Aqui está, na nossa opinião a grande ambigüidade e a grande falha do discurso bliksteniano: supor uma práxis social separada da linguagem e de outros meios de comunicação e interação humanas (gestos e movimentos) não é aceitável porque não corresponde à realidade social do ser humano. Lembremos aqui as criteriosas críticas feitas por Coseriu à dicotomia *langue/parole*, justamente pelo fato de Saussure ter traçado uma separação demasiado radical entre o indivíduo e a sociedade: o indivíduo é um ser social e como tal muitas das suas manifestações lingüísticas (e outras) não podem ser consideradas como exclusivamente individuais: elas também são sociais na medida em que são interindividuais, coletivas, repetitivas de usos anteriores... Blikstein, por sua vez, nos apresenta uma *práxis social* radicalmente separada da *linguagem*: isto, repetimos, só se verifica em casos excepcionais como o de Kaspar Hauser, crianças feras, surdos-mudos. Em Kaspar Hauser acrescenta-se, além do mais, a ausência de socialização que o transformou em um ser a-social e estranho, mas não desprovido de uma maneira “sui generis” de *ver* as coisas, aquela que chamávamos acima de *óculos individuais*.

Surpreende-nos, todavia, que a partir da p. 80 a língua retome, na visão do A., o lugar que lhe tinha sido tirado nos esquemas e gráficos anteriores. Só que ele continua separando a linguagem da práxis quando, em realidade, aquela é parte integrante da prática social. Parece, inclusive, que chega a lamentar esse papel fundamental da língua na “fabricação da realidade”. Daí o falar de uma função “fascista” da linguagem, de “amarramento” da percepção, de “impasse epistemológico” etc.

A nossa libertação dessas amarras impostas pela linguagem só virá se realizar mediante a função poética da mesma num processo de subversão da estereotopia criada pela práxis. Até o ponto de “a lição de Kaspar Hauser” permanecer “como um modelo de práxis libertadora” (p. 86). Não vemos em que o malgrado adolescente possa constituir modelo nenhum para o ser humano normal, nem podemos aceitar tranquilamente que Kaspar Hauser morra por causa do uso estranho que ele faz da linguagem e que Blikstein chama de “práxis libertadora” (p. 86). No cap. I o A. nos dizia que “o crime nunca foi esclarecido” e que “o segredo de Kaspar Hauser resistirá à dissecação de seu cadáver e até a retalhação do seu cérebro” (p. 12). Terá Blikstein desvendado finalmente o enigma ao atribuir a morte de K. H. a um uso subversivo e libertador da linguagem?

Não somos contrários ao renovado esforço de *ver* a realidade com novos olhos por

razões de libertação e enriquecimento interior. O que não podemos aceitar é que a linguagem seja considerada como um obstáculo para o conhecimento objetivo da realidade: a linguagem padroniza, recorta, unifica as nossas experiências para que possamos comunicá-las, mas não nos faz necessariamente prisioneiros das suas redes; a capacidade de abstração da nossa inteligência, e não um pretenso contato pré-lingüístico ou a-lingüístico com a realidade, é o que nos permitirá usar a linguagem como instrumento, sem transformarmo-nos necessariamente em escravos da práxis lingüística. No uso da linguagem, em sua plenitude funcional, apoiar-se-á a nossa verdadeira libertação das visões e interpretações pré-fabricadas.

Regina Maria PESSÔA*

FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. Villaça — *Linguística Textual: Introdução*. São Paulo, Cortez, 1983. 105 p.

As Autoras desta obra são professoras do Departamento de Português da Faculdade de Comunicação e Filosofia da PUC-SP, tendo-se dedicado, nos últimos anos, a um projeto que visa à elaboração de uma Gramática Portuguesa de Texto.

Conforme o próprio título indica, esta obra pretende ser uma introdução aos estudos deste ramo mais recente da Linguística, o qual toma como objeto de investigação o *texto* e não mais restringe sua abordagem aos limites da frase.

O livro divide-se em três capítulos: 1 — A Linguística Textual; 2 — Precursores da Linguística Textual; e 3 — A Linguística Textual na Europa. Segue-se a bibliografia geral.

No capítulo I, as Autoras situam a origem deste ramo da ciência da linguagem na Alemanha, na década de 60, salientando que, embora o termo “Linguística Textual” surja pela primeira vez com Coseriu, em 1955, é só com Weinrich, em 1966, que ele começa a ser empregado em sua acepção atual.

Esclarecem as Autoras que há várias denominações para o novo ramo da Linguística, decorrentes das também várias concepções sobre texto, citando, entre outras, “análise transfrástica”, “gramática de texto”, “teoria do texto” e “análise do discurso”.

Apontam, em seguida, algumas das causas que deram origem à Linguística Textual: a linguística da frase não conseguiu dar conta de fenômenos como a ordem das palavras no enunciado, a concordância dos tempos do verbo, a pronominalização, a definitivização, a correferência etc:

Os conceitos de *texto* e de *discurso* são, a seguir, discutidos, demonstrando-se que variam de acordo com o autor que os emprega: têm, às vezes, acepções bem diferenciadas, enquanto que outras vezes são tomados como “quase-sinônimos”. Ao final deste primeiro capítulo, as Autoras propõem que o termo *texto* possa ser tomado em duas acepções: “*texto*, em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc.) (...) Em se tratando da linguagem verbal, temos o *discurso*, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou por este e seu interlocutor, no caso do diálogo) e o evento de sua enunciação. O discurso é manifestado, linguisticamente, por meio de textos (em sentido *estricto*). Neste sentido, o texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão.” (p. 25)

*Departamento de Linguística — Instituto de Letras, Histórias e Psicologia — UNESP - 19800 — Assis — SP.

No capítulo 2, as Autoras apresentam os precursores da Linguística Textual dividindo-os em precursores *lato sensu* e *stricto sensu*. Consideram que a retórica, a estilística e o formalismo russo compõem o primeiro grupo, nele incluindo, ainda, os trabalhos de Lévi-Strauss e de Bakhtin. No segundo grupo, estão Hjelmslev, Jakobson, Pêcheux, Benveniste, Harris, Pike, Danes e Fillmore, cujos trabalhos foram desenvolvidos sob uma abordagem já transfrástica.

O capítulo 3 — A Linguística Textual na Europa — é uma resenha de algumas das principais obras de Halliday, Weinrich, Ducrot, Isemberg, Lang, Dressler, van Dijk e Petöfi. Na “Introdução” (pp. 9-10), as Autoras ressaltam que não tiveram a preocupação de fazer uma avaliação crítica desses autores, pois o objetivo a que se propuseram neste livro foi dar “aos leitores uma visão geral do que se vem fazendo neste domínio”.

Linguística Textual: introdução destina-se a estudantes e professores do curso de Letras e áreas afins; dado o interesse que este novo ramo da Linguística vem despertando, em especial o estudo de alguns dos padrões constitutivos de textualidade, como a *coerência* e a *coesão textual*, cremos ser bastante oportuna a leitura desta obra. Vem ela preencher uma lacuna, dada a escassa bibliografia em língua portuguesa sobre o assunto, dando oportunidade àqueles que não dominam suficientemente outros idiomas de ter acesso às teorias sobre o texto que vêm sendo desenvolvidas recentemente.

MARCHI, Cesare — *Impariamo l'italiano*. Milano, Rizzoli Editore, 1984. 200 p.

O livro mais vendido no último inverno italiano na categoria “ensaio” foi nada mais nada menos que um manual de gramática. Lançado em setembro de 1984, *Impariamo l'italiano*, de Cesare Marchi, passou logo para a lista dos mais vendidos. O seu Autor, formado em Letras pela Universidade de Pádua, já foi professor na escola média italiana e publicou trabalhos sobre Boccaccio, Aretino, Dante, dedicando-se atualmente, entre outras coisas, ao jornalismo. Numa época em que a língua encontra-se em crescente descrédito, sobretudo entre os jovens, aos quais os jargões da tecnologia têm inspirado a expressão do vazio cultural a que foram relegados, é no mínimo curioso que uma obra com tais propósitos caia no gosto popular. É bem verdade que não consideramos a espécie de público que estaria consumindo esse tipo de publicação. E é até provável que tenha um destino didático. Entretanto, o seu caráter jornalístico, e por isso às vezes superficial e pouco sistemático ou abrangente, o desqualificaria para um uso dessa ordem. Por outro lado, há o aspecto cômico do livro, que poderia estar funcionando como atrativo. Com efeito, ele é apresentado com o seguinte slogan: “Boas regras e maus exemplos para enfrentar com um sorriso nos lábios a primeira língua estrangeira”. E já na introdução o A. explicita a sua intenção de tratar de forma descontraída de um assunto por natureza árido: “Para adocicar a acerba matéria, o autor usou um estilo simples, plano, narrativo. Ao substituir o antigo bicho-papão escolar por uma gramática com rosto humano, sem pesadelos e sem sofismas, ele espera chamar a atenção de quem, regras e exceções, nunca as estudou, ou as esqueceu” (p. 5). Dessa forma, cada noção gramatical é situada num contexto pitoresco, ou mesmo hilariante, a que o A. invariavelmente acrescenta um dito chistoso.

O livro subdivide-se em três partes: as boas regras, o bom estilo e os maus exemplos. A parte mais extensa é dedicada às regras gramaticais, em que deparamos com questões ligadas ao uso do dicionário, à pontuação, às classes gramaticais e ao emprego apropriado das palavras. O esquema é mais ou menos o mesmo. Cada capítulo inicia-se com um fato corriqueiro, extraído da imprensa, da TV, das canções populares, de uma situação escolar ou da própria literatura, do qual se destaca um uso equivocado da língua. Este é utilizado para algum efeito cômico, em que se insiste no como não se deve falar nem escrever. E finalmente passa-se à explanação do uso correto da língua, não só naquele caso específico como em casos similares, o que implica quase sempre um elenco normativo. No capítulo dedicado aos adjetivos, por exemplo, ele censura os cantores Al Bano e Romina Power, que venceram o festival de Sanremo de 1984 com a canção *Ci sarà*, dizendo: “Não se entende por que razão, para melhorar o mundo se deva atropelar a gramática”. Eles haviam cantado: “haverá um azul mais in-

* Departamento de Letras Modernas — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

tenso e um céu mais imenso” (p. 49). Segundo o A., não se pode acrescentar ao comparativo *piu* (mais) adjetivos que, pela sua natureza, não suportam confrontos, como imenso, infinito, enorme, onipotente, onisciente etc. “Não é concebível que A seja mais imenso, mais infinito, mais enorme do que B; são valores que transcendem todas as possibilidades de mensuração e, logo, de comparação” (ibid.). E aproveita a oportunidade para dar mais uma alfinetada no nível do festival de Sanremo lembrando que em 1980 uma canção apresentada pelo conjunto Omelet, falava de uma garota que bate à porta: “Quem será? ‘Amor mio, sono me’ [Sou eu, meu amor — que segundo as boas regras deveria ser ‘Amor mio, sono io’], responde a moça impaciente e ‘desgramaticada’. A esta altura um primeiro aluno da classe teria respondido: ‘Sei per me troppo ignorante / non ti voglio per amante’. Os Omelet ao contrário abriram a porta, fazendo com a língua italiana um belo omelete. É fácil imaginar a continuação do diálogo: ‘Dolce amor, non dirmi addio / resta sempre qui con io’ [Doce amor, não me diga adeus, fique sempre aqui comigo — em que se usa o pronome do caso reto (*io*) em lugar do oblíquo *me*.]” (p. 50).

Como já vimos, o A. coloca-se da perspectiva de quem está fornecendo material para o estudo da primeira língua estrangeira, dada a condição particular da Itália, onde, ainda hoje, o dialeto funciona realmente como língua materna. Assim, no primeiro capítulo, no qual defende, com um toque de ironia, a importância da “leitura” do dicionário (cita Anatole France, que teria dito que no dicionário se encontram todos os livros do mundo, passados e futuros; basta extrai-los de lá -- p. 9), refere-se a uma pesquisa segundo a qual os italianos dispõem em média de um conhecimento de 400 palavras per capita, o que é muito pouco para exercitar a liberdade da palavra. Sustenta também que para quem escreve e fala o conhecimento etimológico é indispensável. Aproveita a ocasião para politizar o seu discurso e questionar expressões como república democrática popular: “Antes mesmo de ser um engano político, é uma tautologia lexical, uma vez que tanto o vocábulo grego *demos*, do qual deriva democrático, quanto o latino *populus*, do qual deriva popular, significam povo. Se alguém escreve reino monárquico, água hidráulica, gelo gelado, fogo ígneo, passaria por louco. Quem diz república democrática popular, não” (p. 10). Depois de alertar para o perigo de se cair numa falsa etimologia ao confiar no ouvido para deduzir a origem de uma palavra, chama a atenção para as palavras que, a exemplo dos homens, renegam o seu passado, a sua religião e passam para o lado do inimigo. “Antes de 89, os jacobinos eram os pios fradezinhos do convento parisiense de Saint-Jacques (*Jacobus* em latim), mas depois das reuniões que ali fizeram os mais acesos revolucionários, jacobino passou a significar um ultra anticlerical” (p. 11). Nesse tom fala a seguir das famílias etimológicas: “De corte (...) provêm cortejo, cortejar, cortesã. É improvável que hoje um cortejo de cortesãs seja recebido na corte, mesmo porque há carência de monarquias; mas se isso acontecesse, seria uma reunião de família” (p. 12). E, nesta espécie de brincadeira etimológica, faz também a defesa do mestre, que etimologicamente deveria ganhar mais do que um ministro, pois, através da palavra latina *magister*, mestre deriva de *magis*, que quer dizer mais, demais, ao passo que ministro vem de *minister*, palavra que é filha de *minus*, menos, “e a confirmação desta minoração nos é dada por certos discursos de ministros” (p. 12).

De qualquer maneira, o livro constitui algo que ultrapassa o simples *divertissement*, uma vez que acaba apresentando ao leitor, além das normas básicas da língua, uma constante visão crítica dos fatos que nos cercam. Esta visão crítica decorre em boa parte do próprio estilo, que comporta comentários que vão da ironia a críticas contundentes.

tes, restabelecendo assim a vital inter-relação entre a língua e a realidade imediata, fenômeno pouco comum entre os gramáticos. É o que se observa num dos capítulos finais, dedicado ao *dolce dir niente*, quando o A. ataca o engodo da linguagem dos políticos e da imprensa em geral. Chama a atenção para a voga das “expressões” hoje imperantes, que tornam difícil o fácil através do inútil” (p. 179). Segundo o A., se Galileu voltasse a viver, na atual situação, atualizaria assim o seu sóbrio *Eppur si muove*: “Não obstante as pressões dos centros de poder aristotélicos que privilegiam o sistema ptolomaico, a minha estratégia da atenção, empenhada em verificar um novo modelo de desenvolvimento do contexto cósmico, não pode não afirmar que o nosso planeta, não obstante as carentes infra-estruturas, gira sobre si mesmo no democrático respeito, naturalmente, dos outros corpos celestes, visando a um construtivo confronto e evitando qualquer choque frontal” (p. 180). Conclui o capítulo reproduzindo um quadro com várias expressões que, combinadas livremente, podem resultar em sete milhões de frases absolutamente privadas de significado. Além de divertido, percorrer algumas dessas combinações provoca no leitor a nítida sensação de encontrar-se diante de determinadas declarações de pessoas que o procuram encobrir alguma verdade ou simplesmente se comprazem na verbosidade de quem pouco tem a dizer.

Finalmente, deve-se destacar que mesmo sendo informal, vazado em uma linguagem jornalística, o livro de Marchi assume às vezes uma posição estranhamente conservadora em relação a determinados usos plenamente justificados pela lingüística e de resto consagrados pelo discurso coloquial. Dedicar, por exemplo, um capítulo para condenar expressões do tipo *gelato alla crema* (sorvete ao creme), preferindo *gelato di crema* (sorvete de creme), por considerar o primeiro caso um francesismo. Nesta mesma linha, vê com pouca simpatia certas abreviações que ocorrem na língua italiana, a exemplo da supressão da preposição *di* em expressões como: *stazione dei viaggiatori* = *stazione viaggiatori*; *nota delle spese* = *nota spese*; *Palazzo dello sport* = *Palasport*; *mercato della frutta e della verdura* = *ortofrutta* (p. 112).

Por discutível que possa ser do ponto de vista metodológico, *Impariamo l'italiano* representa um atraente material para o estudo da língua italiana, até mesmo para estrangeiros. Embora não possa dar conta plenamente de determinadas questões que aborda, o livro funciona como estímulo para um estudo mais aprofundado, sem contar as inúmeras passagens em que desperta no leitor o espírito crítico em relação a usos ideológicos da língua.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de — *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília, UFPB/CNPq. 1984. 2 vols.

A publicação, em 1984, do *Atlas Lingüístico da Paraíba*, organizado pela Prof.^a Maria do Socorro Silva de Aragão, era aguardada há quatro anos, desde o momento em que a Universidade Federal da Paraíba editara o *Questionário* para o referido Atlas. O *ALPa* vem, pois, satisfazer aquela expectativa inicial e vem se constituir em mais um passo dado rumo à série de Atlas regionais, vislumbrados como uma das poucas formas de se poder chegar a um Atlas Lingüístico do Brasil ou, pelo menos, vem ele recolher, cientificamente, material para o conhecimento da realidade lingüística brasileira.

O *ALPa* compõe-se de 2 pequenos volumes (30 x 21 cm), com 182 e 75 páginas cada um, com a promessa de um terceiro volume.

O primeiro destes volumes traz, na primeira parte, além dos Agradecimentos, Resumo, Apresentação e Prefácio do Prof. Silvio Elia, o itinerário metodológico seguido na elaboração do Atlas e, na segunda parte, as cartas léxicas e fonéticas do questionário geral. Ao todo, são 149 cartas, 81 fonéticas e 68 léxicas.

O segundo volume traz, de início, toda a primeira parte do primeiro volume, inexplicavelmente repetida, apenas acrescida dos dados histórico-geográficos do Estado da Paraíba, dos dados geo-econômicos e sócio-culturais das 25 localidades, da ficha dos informantes e, por fim, da análise fonético-fonológica, da análise morfossintática e do glossário do material relativo ao questionário geral.

O terceiro volume deverá trazer as cartas léxicas e fonéticas do questionário específico para mandioca, cana-de-açúcar, agave, algodão e abacaxi.

A pesquisa cobriu todo o Estado da Paraíba, através dos 25 pontos indicados nas cartas e que correspondem, cada um deles, a mais três municípios, com um total, pois, de 75 municípios-satélite, mais 25 municípios-base. Ao todo, são 100 pontos, distribuídos, ao que parece, por critério de distância geográfica, por uma área de 56.372 km² e uma população de 2.778.420 habitantes.

O número de informantes varia em cada ponto da rede lingüística de um máximo de 10 a um mínimo de 3, perfazendo um total de 107 informantes, 58 do sexo feminino e 49 do sexo masculino. A idade dos informantes varia de 30 a 75 anos e o grau de instrução, do analfabeto ao primário completo.

As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente, utilizando-se o Alfabeto Fonético Internacional, com redução de sinais e diacríticos.

São estes, em resumo, os principais dados referentes à recolha e apresentação do material que constitui o "corpus" lingüístico do *ALPa*.

*Departamento de Lingüística — Instituto de Letras, História e Psicologia — UNESP — 19800 — Assis — SP.

A seriedade e a competência da Prof.^a Maria do Socorro Silva de Aragão e de toda a equipe de colaboradores que teve a assessorá-la transparece em cada página do *ALPa*. As falhas, os defeitos ou as omissões que serão apontadas em nada desmerecem a obra, apenas indicam procedimentos diversos em face do material recolhido.

Chama-nos a atenção, logo de início, ao folhear o Atlas, o seguinte fato: diante de uma carta léxica qualquer, desde que ela se apresente com um certo número de variantes, não se tem nenhum instantâneo da fala paraibana e não se pode perceber, muito menos, a existência ou não de falar(es) paraibano(s). Há um número exagerado de sinais para um mesmo ponto, carregando-o e dificultando totalmente a visualização de possíveis áreas linguísticas. Tomem-se, por exemplo, as cartas 4, 7, 9, 10, 11, 14, 15 etc. Só depois de muito esforço e tempo poderíamos nos arriscar a dizer que, na carta 4, no ponto 1 talvez pudéssemos deixar de lado ou mesmo eliminar as variantes léxicas *oitada*, *fonte*, *vertente* e *fonte d'água*, aproveitando apenas *olho d'água* e *olheiro*. Como chegamos às duas variantes? Por eliminação de *oitada*, que só aparece uma única vez em todo o Estado, por eliminação de *vertente*, que aparece duas vezes no Estado e, com alguns riscos, por eliminações de *fonte* e *fonte d'água*, por causa da inexistência das referidas formas nos pontos 2, 3, 4, 6, 8 etc., que caracterizariam, todos eles, uma área mista de duas variantes: *olho d'água* e *olheiro*. O mesmo poderia ser feito para todo o Estado e teríamos uma visão real das duas variantes, discriminando duas áreas, uma representada por *olho d'água*, comum em todo o Estado, e outra, mesclada com a variante *olheiro*, caracterizada pelos pontos 1, 2, 3, 4. Desse modo, além de se caracterizar visual e claramente a distribuição geográfica das duas variantes, estariam sendo eliminadas, da carta, todas as outras formas que aparecem uma única vez: *correnteza d'água*, *vertente d'água*, *água da natureza*, *água de nascerça*, *vertensa*, *bomba d'água* e *mineração d'água* que, ao que tudo indica, podem ser criações individuais. O mesmo procedimento enxugaria as outras cartas, deixando à mostra e claramente a existência de possíveis áreas linguísticas.

Outro fato que nos chama a atenção é o que diz respeito à ordem em que as variantes aparecem no quadro das convenções. Esperávamos, é lógico, que a seqüência vertical obedecesse a um número quantitativo decrescente. Isto não ocorre, pois na carta 7, por exemplo, as variantes *barreira*, que aparece em 17 pontos, e *beira do rio*, que aparece em 16 pontos, estão separadas pela variante *ribanceira*, que aparece em apenas 8 pontos. Ainda na mesma carta, as variantes *vargem* (5 pontos), *Jagem* (1 ponto), *vazante* (2 pontos) estão antes de *areias* (7 pontos). Apesar disso, pelo menos nesta carta a variante de maior rendimento ainda aparece no topo da tabela de convenções. Na carta 66, no entanto, a ordem decrescente é totalmente desrespeitada. Ao invés de *bolacha do Joelho* (18 pontos), *bolacha* (9 pontos), *rótula* (6 pontos), *bolachinha* (3 pontos), *cabeça do Joelho* (3 pontos), *rodinha do Joelho* (2 pontos) e *patinho* (1 ponto), que nos mostraria, de relance, pelo menos, a variante mais comum, temos uma seqüência totalmente diferente: *rótula*, *bolacha do Joelho*, *bolacha*, *rodinha do Joelho*, *cabeça do Joelho*, *patinho* e *bolachinha*. Isto sempre ocorre, mesmo quando o número de variantes não é tão grande.

Quanto às cartas fonéticas, uma rápida passagem de olhos mostra discrepâncias entre os símbolos fonéticos do Alfabeto Fonético Internacional (pp. 18-20) e as transcrições que figuram nas cartas. São, pelo menos, 7 os símbolos discrepantes: /T/ e /ʔ/, /r/ e /r/, /ʀ/ e /r/, /b/ e /β/, /s/ e /z/, /ʒ/ e /ʒ/, /ʃ/ e /ʃ/, afora, é claro, as diferenças naturais entre um elenco no qual se utilizaram símbolos fonéticos batidos à máquina e uma transcrição na qual se utilizam símbolos fonéticos transcritos manualmente.

Por que não se utilizou apenas a máquina de escrever na transcrição das variantes para a montagem das cartas? Elas teriam outra aparência. O mesmo se pode dizer das cartas léxicas, onde não teríamos letras manuscritas como o *j*.

Restam-nos algumas considerações sobre o Glossário. Entendemos que o Glossário, de maneira inversa ao que se diz no item 1, das normas (“Foram selecionados: os termos usados com maior frequência na Paraíba”), devesse registrar todos os termos, indicando-se a sua frequência ou, melhor ainda, os pontos em que eles ocorrem. Esta prática permitiria reduzir, nas cartas, o número de variantes. Uma carta como a de n.º 11, por exemplo, que traz 28 variantes, poderia reduzir-se a 18, se deixássemos de lado as ocorrências únicas, ou até a 10, se eliminássemos as ocorrências duplas. Todo o material não aproveitado nas cartas deveria figurar, no entanto, no Glossário, que passaria a registrar todas as ocorrências dignas de confiança. Note-se ainda que, embora se diga que tenha havido seleção dos termos usados com maior frequência para a sua utilização no Glossário, o fato nem sempre ocorre. Por exemplo, *ventinho fraco*, carta 11, aparece apenas uma vez e, no entanto, está incluído no Glossário. Ele ocorre apenas no ponto 19, ao lado das variantes *vento fraco* e *vento leve*, num ponto em que foram entrevistados 3 informantes. Por outro lado, variantes como *porquinho*, carta 118, que ocorre 11 vezes, *peneira de palha*, carta 108, com 3 ocorrências e *bebão*, carta 87 com 7 ocorrências, não figuram no Glossário.

A impressão que se tem é a de que o material recolhido foi tão vasto e tão denso, que os responsáveis pelo trabalho de manipulação, ordenação e apresentação dos dados perderam o possível controle.

São estas, em resumo, algumas das observações que a leitura, um pouco mais atenta, do *Atlas Lingüístico da Paraíba* nos sugeriu. As observações, repetimos, em nada desmerecem o *ALPa*. Há, por trás dele, sustentando-o solidamente, muito trabalho, muitas caminhadas penosas, muito sofrimento, vencidos quase sempre pela disposição, dedicação e amor ao trabalho de campo do grupo paraibano.

ÍNDICE DE ASSUNTOS V. 29

- Análise do texto
estrutura da narrativa
A culpa da sociedade
Fernando Sabino, p.29
- Análise estilística
procedimentos fônico-rítmicos
procedimentos sintáticos
procedimentos semânticos
O Burrinho Pedrês
Guimarães Rosa, p. 21
- Causatividade
construções em português
padrões morfológicos e sintáticos
parâmetros sintáticos e/ou semânticos
aspectos semânticos-pragmáticos, p. 41
- Complementos verbais
reclassificação
topologia, p. 67
- Conjunções coordenativas
invariância sintática
invariância semântica
variantes contextuais, p. 59
- Ensino do português
ficha de leitura
compreensão e expressão estilística
redação, p. 9
sistema escolar
norma culta
variação lingüística, p. 1
- Espaço
percepção
manifestação lingüística, p. 101
- Estrutura da narrativa
análise do texto
A culpa da sociedade
Fernando Sabino, p. 29
- Fernando Sabino
A culpa da sociedade
análise do texto
estrutura da narrativa, p. 29
- Ficha de leitura
ensino do português
compreensão e expressão estilística
redação, p. 9
- Guimarães Rosa
O Burrinho Pedrês
análise estilística
procedimentos fônico-rítmicos
procedimentos sintáticos
procedimentos semânticos, p. 21
- Manifestação da negação
língua espanhola
língua portuguesa, p. 97
- Redação
ensino do português
ficha de leitura
compreensão e expressão estilística, p. 9
- Sistema escolar
ensino do português
norma culta
variação lingüística, p. 1
- Tipologia
complementos verbais
reclassificação, p. 67
- Verbos introdutórios
identificação e classificação
discurso direto
discurso indireto
transposição, p. 91

SUBJECT INDEX
V. 29

- Book report**
Portuguese language system
stylistic comprehension and expression
composition, p. 9
- Causativity**
Portuguese constructions
morphological and syntactic patterns
syntactic and/or morphological parameters
semantic-pragmatic aspects, p. 41
- Composition**
Portuguese language system
book report
stylistic comprehension and expression, p. 9
- Coordinate conjunctions**
semantic invariability
syntactic invariability
contextual invariabilities, p. 59
- Educational system**
Portuguese language teaching
prestige standard
linguistic variation, p. 1
- Fernando Sabino**
A culpa da sociedade
text analysis
narrative structure, p. 29
- Guimarães Rosa**
O Burrinho Pedrês
stylistic study
phonic rhythmic
syntactic and semantic devices, p. 21
- Introductory verbs**
identification and classification
direct speech
indirect speech
transposition, p. 91
- Narrative structure**
text analysis
"A culpa da sociedade"
Fernando Sabino, p. 29
- Negation expression**
Portuguese language
Spanish language, p. 97
- Portuguese language system**
book report
stylistic comprehension and expression
composition, p. 9
educational system
prestige standard
linguistic variation, p. 1
- Space**
perception
linguistic manifestation, p. 101
- Stylistic study**
phonic-rhythmics
syntactic and semantic devices
O Burrinho Pedrês
Guimarães Rosa, p. 21
- Text analysis**
narrative structure
"A culpa da sociedade"
Fernando Sabino, p. 29
- Typology**
verb complements
reclassification, p. 67
- Verb complements**
reclassification
typology, p. 67

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX
V. 29

| | |
|-----------------------------|--------|
| ALMEIDA, J. de | p. 29 |
| AMARAL, V. L. do | p. 9 |
| ARRAIS, T. C. | p. 41 |
| CAMACHO, R. G. | p. 1 |
| DEZÓTTI, M. C. C. | p. 91 |
| FUCHS, C. | p. 111 |
| IGNÁCIO, S. E. | p. 67 |
| LONGO, B. N. O. | p. 91 |
| MARTINS, S. J. de A. | p. 101 |
| NEVES, M. H. de M. | p. 59 |
| OLIVEIRA, A. M. P. de | p. 91 |
| PESSÓA, R. M. | p. 97 |
| REZENDE, L. M., trad. | p. 111 |
| RISSO, M. S. | p. 21 |

ÍNDICE DE RESENHAS
REVIEWS INDEX
V. 29

Autores e Resenhadores
Author and Reviewers

| | |
|---------------------------------|--------|
| ANTUNES, B., res. | p. 142 |
| ARAGÃO, M. do S. S. de | p. 145 |
| BLIKSTEIN, I. | p. 131 |
| CARUSO, P., res. | p. 145 |
| FÁVERO, L. L. | p. 140 |
| HOYOS-ANDRADE, R. E., res. | p. 131 |
| KOCH, I. G. V. | p. 140 |
| MARCHI, C. | p. 142 |
| PESSÓA, R. M., res. | p. 140 |

Livros resenhados
Reviewed books

| | |
|--|--------|
| Atlas Lingüístico da Paraíba | p. 145 |
| Impariamo l'italiano | p. 142 |
| Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade ... | p. 131 |
| Lingüística Textual: introdução | p. 140 |

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

ALFA publicação da UNESP tem por finalidade divulgar trabalhos inéditos, comunicações e resenhas sobre lingüística redigidos em português ou em língua estrangeira (espanhol, francês, italiano, inglês ou alemão) elaborados por docentes da Universidade ou por outros especialistas. Só serão resenhados livros que tenham sido publicados nos dois últimos anos, em se tratando de obras nacionais e quatro anos para as publicações estrangeiras, cabendo à Comissão de Redação a seleção dos trabalhos para publicação.

Cada número terá também uma seção *Tendências*. Essa seção deverá reunir artigos que estejam voltados para um assunto em evidência na época da organização da revista e que reflitam o pensamento dos Professores da UNESP.

Os trabalhos deverão ser encaminhados diretamente ao Diretor de publicação em três vias, em uma só face, espaço duplo e em folha de papel tamanho ofício, com 25 linhas e 60 espaços, evitando cortar as palavras no final da linha, mesmo que a margem fique irregular. Deverão obedecer a seguinte seqüência: Título, subtítulo (quando necessário); Autor(es) por extenso é apenas o sobrenome em maiúsculo; Filiação científica em nota de rodapé, indicada por asterisco; Texto.

Citação no texto — Os autores referenciados serão indicados pelo número de referência. Acrescenta-se o número da página, em caso de citação textual ou quando o autor julgar necessário. Caso a clareza do texto o exigir, o articulista poderá mencionar, entre parêntesis, também o sobrenome do autor. Ex.: (ANDRADE, 5, p. 8).

Tabelas — Serão numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo seu título.

Ilustrações — (fotografias, gráficos, desenhos, mapas etc.) serão designados no texto como “Figuras” (Fig.) e numerados seqüencialmente com algarismos arábicos.

Desenhos e gráficos — Deverão permitir perfeita reprodução em clichês com redução de 6,5cm. Os desenhos serão feitos em papel vegetal e tinta nanquim. Deverá ser indicada no texto a localização das ilustrações. Quando as ilustrações excederem a quatro a Comissão de Redação reserva-se o direito de solicitar a redução de seu número de seu número.

Observações, aditamentos e pormenores do texto poderão aparecer em notas de rodapé, indicados por asterisco.

MATERIAL DE REFERÊNCIA

Resumos: Constará do resumo: citação bibliográfica, resumos em português antecedendo o texto e outro em inglês no final do trabalho, antes da referência bibliográfica. Não deverão exceder a 100 palavras. Para o resumo em inglês deverá ser adotada a palavra ABSTRACT.

Unitermos: Palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo. Os três principais unitermos serão escritos em primeiro lugar. Para o termo em inglês deverá ser adotada a palavra KEY-WORDS.

Quando o artigo for em língua estrangeira o resumo final do trabalho deverá ser em português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS — Devem ser pela ordem alfabética do sobrenome do autor, numeradas consecutivamente e apresentadas de acordo com os exemplos abaixo:

Artigos: MÉNARD, N. — Richese lexical e et mots rares. *Les Français moderne*, Paris 46 (1): 33-43, 1978.

Livros: CARDOSO, E. — *Guia de conversação português-inglês*. 2. ed. Lisboa, Betrand, 1971.

FRANÇOIS, D. — A noção de norma em lingüística. In: MARTINET, J. et alii — *Da teoria lingüística ao ensino da língua*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979. p. 87-97.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos bem como a exatidão das referências bibliográficas são de responsabilidade exclusiva dos autores.

SEPARATAS — Serão distribuídas 25 (vinte e cinco) separatas ao primeiro autor do trabalho.

Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores para as necessárias adaptações que serão indicadas em carta pessoal.